



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 33 QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2016



BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34621F31001280FA.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**

Presidente

**Senador Jorge Viana (PT-AC)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**

2º Vice-Presidente

**Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**

1º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PDT-MG)**

2º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

3º Secretário

**Senadora Ângela Portela (PT-RR)**

4ª Secretária

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Rogério de Castro Pastori**

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Florian Augusto Coutinho Madruga**

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

**José Farias Maranhão**

Coordenador Industrial

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar





ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – 36ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE MARÇO DE 2016</b>	
<b>1.1 – ATA</b>	10
1.1.1 – ABERTURA	10
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
<b>1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)</b>	10
<b>1.1.2.2 – Oradores</b>	
SENADOR JORGE VIANA - Críticas a uma suposta seletividade no combate à corrupção no País; e outro assunto	10
SENADORA ÂNGELA PORTELA - Rejeição do impeachment como saída viável para a crise política e econômica que atinge o País	18
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE - Preocupação com o acirramento da tensão social decorrente do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff	20
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder - Satisfação com manifestações a favor do Governo Dilma Rousseff no Estado de Pernambuco; e outro assunto	25
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Defesa da manutenção do mandato da Presidente Dilma Rousseff	27
SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Críticas à suposta tentativa de golpe ao mandato presidencial de Dilma Rousseff	31
SENADOR LINDBERGH FARIAS - Defesa do mandato da Presidente da República e críticas a movimentos supostamente golpistas	34
SENADOR WALDEMIR MOKA - Críticas a parlamentares governistas por qualificarem de golpe o processo de impeachment da Presidência da República	37
SENADORA ANA AMÉLIA - Defesa de tratamento isonômico a todos os entes da federação na renegociação da dívida dos estados e dos municípios	42
SENADOR RAIMUNDO LIRA - Alegria com o desenvolvimento das obras da transposição do Rio São Francisco	44
SENADOR RICARDO FERRAÇO - Repercussão de notícia da gestão temerária na Diretoria de Recursos Humanos da Petrobras	47
<b>1.1.2.3 – Requerimento</b>	
Nº 212/2016, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 3/2016	50
1.1.3 – ORDEM DO DIA	
<b>1.1.3.1 – Item extrapauta</b>	
Mensagem nº 5/2016 (nº 14/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia	51
<b>1.1.3.2 – Requerimento</b>	
Nº 213/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 388/2015	54
<b>1.1.3.3 – Item extrapauta (continuação)</b>	
Mensagem nº 5/2016 (nº 14/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia. <b>Aprovada</b> , após <b>Parecer nº 261/2016-CRE</b> (votação nominal).	55
<b>1.1.3.4 – Item 1</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Criviana, que altera a Constituição Federal, para estabelecer que o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana	



- IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel. <b>Aprovada, em segundo turno</b> (votação nominal) .....	55
Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2015 ( <b>Parecer nº 262/2016-CDIR</b> ). <b>Aprovada.</b> À Câmara dos Deputados.....	59
<b>1.1.3.5 – Item 2</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 133/2015 (nº 5.230/2013, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 12.592, de 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro e afins e os salões de beleza. <b>Aprovado, com emendas</b> .....	60
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 133/2015 ( <b>Parecer nº 263/2016-CDIR</b> ). <b>Aprovada.</b> À Câmara dos Deputados.....	60
<b>1.1.3.6 – Item 4</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 179/2015 (nº 8.140/2014, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina (veda a denominação Bacharel em Medicina). <b>Aprovado, com emenda.</b> .....	61
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 179/2015 ( <b>Parecer nº 264/2016-CDIR</b> ). <b>Aprovada.</b> À sanção. ....	62
<b>1.1.3.7 – Questão de ordem</b>	
Suscitada pelo Senador Cássio Cunha Lima, contraditada pela Senadora Gleisi Hoffmann, a ser respondida oportunamente pela Presidência.....	65
<b>1.1.3.8 – Apreciação de requerimentos</b>	
Nº 212/2016, de Líderes. <b>Aprovado.</b> .....	67
Nº 213/2016, de Líderes. <b>Aprovado.</b> .....	69
<b>1.1.3.9 – Item extrapauta</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 3/2016 (nº 4.639/2016, na Casa de origem), que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna. <b>Aprovado.</b> À sanção. ....	71
<b>1.1.3.10 – Item 8</b>	
Projeto de Resolução nº 64/2015, da Senadora Simone Tebet, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e as atribuições de Analista Legislativo, Especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico. <b>Aprovado</b> , com emendas, após <b>Parecer nº 265/2016-PLEN</b> , proferido pela Senadora Regina Sousa, em substituição às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e Diretora; e <b>Emendas nºs 1 e 2-PLEN</b> . ....	71
Redação final do Projeto de Resolução nº 64/2015 ( <b>Parecer nº 266/2016-CDIR</b> ). <b>Aprovada.</b> À promulgação.....	77
<b>1.1.3.11 – Fala da Presidência</b> (Senador Renan Calheiros)	
Considerações acerca das medidas adotadas pelo Senado Federal para redução e transparência nos gastos públicos, e de matérias de interesse das mulheres.....	77
<b>1.1.3.12 – Item 9</b>	
Projeto de Resolução nº 65/2015, da Senadora Simone Tebet, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para conferir ao Instituto DataSenado a atribuição de auxiliar na produção de análises relacionadas à avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes do Senado Federal. <b>Aprovado</b> , após <b>Parecer nº 267/2016-PLEN</b> , proferido pela Senadora Regina Sousa, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.....	79
Redação final do Projeto de Resolução nº 65/2015 ( <b>Parecer nº 268/2016-CDIR</b> ). <b>Aprovada.</b> À promulgação.....	79
<b>1.1.3.13 – Item extrapauta</b>	
Requerimento nº 179/2016, da Senadora Ana Amélia, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 78 e 388/2015. <b>Aprovado.</b> .....	79
<b>1.1.3.14 – Convocação de sessão</b>	
Convocação de sessão deliberativa extraordinária para amanhã, às 12 horas .....	80
<b>1.1.3.15 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados</b>	
Projeto de Lei de Conversão nº 3/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 698/2015), que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.....	80
Projeto de Lei de Conversão nº 5/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 709/2016), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica.....	81
<b>1.1.3.16 – Inclusão em Ordem do Dia</b>	
Inclusão dos Projetos de Lei de Conversão nºs 3 e 5/2016 na Ordem do Dia da sessão deliberativa extraordinária de amanhã.....	81



1.1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
<b>1.1.4.1 – Oradores</b>	
SENADOR WALTER PINHEIRO - Críticas ao encaminhamento dado pelo Governo Federal para superação da crise enfrentada pelo País .....	81
SENADORA ROSE DE FREITAS - Preocupação com o cenário político-econômico do País.....	83
SENADOR IVO CASSOL - Satisfação com a aprovação de projeto de lei que autoriza a utilização da fosfoetanolamina sintética e críticas ao posicionamento do médico Drauzio Varella sobre o tema.....	87
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Registro de audiência de S. Exª com o Ministro da Fazenda para tratar da liberação do Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações - FEX ; e outros assuntos .....	94
1.1.5 – ENCERRAMENTO .....	97
<b>1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS</b>	
1.2.1 – EXPEDIENTE	
<b>1.2.1.1 – Abertura de prazo</b>	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 14/2016.....	98
<b>1.2.1.2 – Comunicações</b>	
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Econômicos ( <b>Ofício nº 22/2016</b> ).....	98
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação da Senadora Gleisi Hoffmann como primeira Vice-Líder do referido Bloco ( <b>Memorando nº 8/2016</b> ).....	99
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição e indicação de membros na Comissão de Assuntos Econômicos ( <b>Ofício nº 15/2016</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	100
Do Senador Roberto Requião, de participação de S. Exª em missão realizada em 14 do corrente ( <b>Ofício nº 87/2016</b> ). .....	101
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor dos Avisos nºs 10 e 12/2016, com posterior envio ao Arquivo ( <b>Ofícios nºs 9 e 14/2016</b> ).....	102
<b>1.2.1.3 – Discurso encaminhado à publicação</b>	
SENADOR CIRO NOGUEIRA - Registro do Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março, e defesa da gestão eficiente dos recursos hídricos .....	104
<b>1.2.1.4 – Encaminhamento de matérias</b>	
Encaminhamento dos Projetos de Lei do Senado Jovem nºs 1 a 3/2016 ( <b>autuados como Sugestões nºs 2 a 4/2016</b> ), à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. ....	106
<b>1.2.1.5 – Inclusão em Ordem do Dia</b>	
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 184/2012, a fim de ser declarado prejudicado .....	106
<b>1.2.1.6 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados</b>	
Projeto de Lei de Conversão nº 3/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 698/2015), que <i>altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR</i> .....	107
Projeto de Lei de Conversão nº 5/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 709/2016), que <i>abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica</i> .....	112
<b>1.2.1.7 – Mensagem da Presidente da República</b>	
Nº 24/2016 (nº 87/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar .....	157
<b>1.2.1.8 – Parecer</b>	
Nº 269/2016, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 184/2012 .....	174
<b>1.2.1.9 – Projetos de Lei do Senado</b>	
Nº 126/2016, do Senador Waldemir Moka, que <i>altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso</i> . ....	179
Nº 127/2016, do Senador Marcelo Crivella, que <i>acrescenta o inciso VII e o § 5º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a comprovação da condição de aprendiz no período anterior a 16 de dezembro de 1998</i> .....	182
Nº 128/2016, do Senador Antonio Anastasia, que <i>altera a redação do § 1º, do art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de janeiro de 1998, para agravar as penas do crime de pichação e conspurcação de monumentos tombados em virtude de seu valor histórico, artístico ou arqueológico</i> . ....	185



Nº 129/2016, do Senador Roberto Rocha, que <i>dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências</i> .....	187
Nº 130/2016, do Senador Roberto Rocha, que <i>dispõe sobre o pedido de explicações previsto no art. 144 do Código Penal, nos casos de informação ofensiva publicada na rede mundial de computadores</i> .....	198
Nº 131/2016, do Senador Ricardo Ferraço, que <i>acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar a utilização das reservas internacionais pelo Banco Central do Brasil para financiar despesas públicas ou lastrear concessão de crédito a entidades públicas ou privadas</i> .....	203
<b>1.2.1.10 – Projeto de Resolução</b>	
Nº 14/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que <i>altera o art. 107, I, k, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre o dia e o horário das reuniões da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)</i> .....	206
<b>1.2.1.11 – Proposta de Emenda à Constituição</b>	
Nº 11/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Lasier Martins, que <i>altera a Constituição Federal para vedar, nas infrações comuns, a instituição de foro por prerrogativa da função para agentes públicos não eleitos, ressalvados os membros da magistratura e do Ministério Público e outras providências</i> .....	209
<b>1.2.1.12 – Requerimentos</b>	
Nº 211/2016, dos Senadores Simone Tebet e Waldemir Moka, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Rogério Martins Araújo. ....	213
Nº 212/2016, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 3/2016.....	215
Nº 213/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 388/2015 .....	217
Nº 214/2016, do Senador Wilder Moraes, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42/2013. ....	220
<b>1.2.1.13 – Republicação</b>	
Republicação do Projeto de Lei do Senado nº 513/2011 .....	221
<b>1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>1.2.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda</b>	
Nº 4/2016-CN (nº 89/2016, na origem), que encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano, referente ao 4º trimestre de 2015. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.</i> .....	237
<b>1.2.2.2 – Comunicação</b>	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 707/2015 ( <b>Ofício nº 14/2016</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	247
<b>1.2.2.3 – Emendas</b>	
Nºs 1 a 4, apresentadas à Medida Provisória nº 716/2016 .....	248
<b>1.2.3 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA</b>	
<b>1.2.3.1 – Mensagem nº 5/2016</b>	
Lista de votação.....	254
<b>1.2.3.2 – Proposta de Emenda à Constituição nº 133/ 2015</b>	
Redação final (Parecer nº 262/2016-CDIR).....	256
Lista de votação.....	258
<b>1.2.3.3 – Projeto de Lei da Câmara nº 133/2015</b>	
Redação final (Parecer nº 263/2016-CDIR).....	260
<b>1.2.3.4 – Projeto de Lei da Câmara nº 179/2015</b>	
Redação final (Parecer nº 264/2016-CDIR).....	262
<b>1.2.3.5 – Projeto de Lei da Câmara nº 3/2016</b>	
Matéria aprovada.....	264
<b>1.2.3.6 – Projeto de Resolução nº 64/2015</b>	
Parecer nº 265/2016-PLEN.....	266
Emendas nºs 1 e 2.....	272
Redação final (Parecer nº 266/2016-CDIR).....	278
<b>1.2.3.7 – Projeto de Resolução do Senado nº 65/2015</b>	
Parecer nº 267/2016-PLEN.....	283
Redação final (Parecer nº 268/2016-CDIR).....	286
<b>1.2.3.8 – Despacho decorrente de deliberação de requerimento</b>	
Requerimento nº 179/2016.....	288

**SENADO FEDERAL**

<b>2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> .....	289
<b>3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL</b> .....	292
<b>4 – LIDERANÇAS</b> .....	293



<b>5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....</b>	<b>296</b>
<b>6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>315</b>
<b>7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....</b>	<b>325</b>
<b>8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>373</b>

**CONGRESSO NACIONAL**

<b>9 – COMISSÕES MISTAS.....</b>	<b>397</b>
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....</b>	<b>411</b>

---





# 36ª Sessão, Deliberativa Ordinária , em 22 de Março de 2016

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Lindbergh Farias, José Medeiros, Dário Berger, Ivo Cassol, da Srª Rose de Freitas e do Sr. Wellington Fagundes.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 21 horas e 54 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:



## REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

### Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

#### 36ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas Período: 22/03/2016 07:00:00 até 22/03/2016 22:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X





Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
-	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Morais	X	X

*Compareceram 68 senadores.*



## ATA

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu queria cumprimentar as colegas Senadoras, os colegas Senadores aqui presentes, todos que nos acompanham pela Rádio e TV do Senado Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide item 1.2 do sumário)**

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, a Senadora Angela Portela.

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª é a primeira inscrita, Senadora Angela, para uma comunicação inadiável.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Igualmente, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Senadora Fátima Bezerra com a palavra.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... peço também a inscrição na fase destinada à comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

A Senadora Ana Amélia, com a palavra.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Também, da mesma forma, uma comunicação inadiável, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Senadora Ana Amélia, então, é a terceira inscrita para uma comunicação inadiável.

O Senador Moka pede uma inscrição pela Liderança?

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Vou conversar com o Wellington Fagundes, para ver se ele me cede como primeiro orador inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já troquei com o Senador Wellington Fagundes e serei o primeiro orador inscrito. Falei com ele ainda há pouco. A segunda é a Senadora Vanessa, que não chegou. O Senador Lindbergh fez uma permuta com a Senadora Gleisi.

Vou passar a Presidência para V. Exª, para que eu possa usar da tribuna, como primeiro orador inscrito, Senador Lindbergh.

Obrigado.

*(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, antes de usar o meu espaço para o tema que não pode ser outro senão este momento de crise que nós enfrentamos, sobre as manifestações, sobre os atropelos à Constituição, sobre o desrespeito às leis neste País, sobre essa verdadeira caçada contra o Presidente Lula e sua família, contra esse atropelo que se busca pôr em curso ou que se está pondo em curso no País, visando à tomada do poder de qualquer jeito, eu queria fazer aqui um registro, cumprimentando o Ministro dos Transportes e, especialmente, o Diretor Geral do DNIT, Dr. Valter Casimiro, com quem estive, pelo trabalho feito em Brasília, na BR-317.

Nós tínhamos um impasse colocado, havia uma manifestação da própria Prefeitura. E eu cumprimento também a equipe da Prefeitura, do Prefeito, por terem também recuado ou, pelo menos, entendido que, neste momento, a Avenida Marinho Monte precisa de uma ação, como está sendo feita pelo Governo Federal, pelo DNIT, nessa parceria com o Governador Tião Viana, em Brasília. Então, era uma questão central, fundamental, fruto de uma ida minha a Brasília, Epitaciolândia e Assis Brasil, esse apelo que eu faço de um maior cuidado – nós já começamos o outono – do Ministério dos Transportes na recuperação da BR-364 e da BR-317.

Eu quero aqui, então, parabenizar o DNIT, o Governador Tião Viana e cumprimentar também... Acho que o próprio Prefeito entendeu – e isso é bom – que a população não pode ficar prejudicada. Então, está-se



procurando dar uma melhorada na ponte entre Brasília e Eritaciolândia e em todo o percurso da BR-317 que passa por Eritaciolândia e por Brasília.

Eu queria também cumprimentar aqui Xapuri pelos 112 anos. Xapuri hoje faz aniversário. Eu quero cumprimentar todos os moradores. É a terra de Chico Mendes, é um Município com que eu tenho uma relação afetiva muito grande, tenho muitos amigos. E eu queria fazer um registro aqui, no plenário do Senado Federal, sobre os 112 anos completados, neste 22 de março, da nossa querida Xapuri, que tem uma história bonita e muito relacionada ao surgimento do próprio Estado do Acre. E eu aproveito para cumprimentar toda a população.

Sr. Presidente, Lindbergh, colegas Senadores e Senadoras, o Brasil terminou a semana passada vivendo um período intenso de preocupações, com manobras que se falam do Executivo, mas que são manobras jurídicas inaceitáveis.

Componentes do Judiciário, um Poder importante, que tem que estar fortalecido para nos julgar a todos, agiram rasgando a Constituição, rasgando as leis. Um caso clássico foi o do Juiz Itagiba. Aquilo não foi só uma ação açodada de um juiz, foi um ato criminoso de um juiz. E a imprensa divulgou: "Justiça impede a posse do Presidente Lula na Casa Civil." Mas não foi a Justiça.

A Justiça do meu País, a Justiça do nosso Brasil não despacha antes de receber o processado, não funciona aos domingos, nas passeatas ou nos protestos, e, na segunda-feira, manifesta-se nos autos, não. É uma vergonha a posição daquele Sr. Juiz. E eu faço um apelo aqui, da tribuna do Senado: não é possível que o Conselho Nacional de Justiça não se posicione, não tome uma atitude, porque aquele senhor é tudo – é um cidadão brasileiro, sim; nós não temos que chegar nesse nível de intolerância –, ele só não é juiz, ele só não é alguém que respeita a Constituição.

Eu faço isso porque é por atitudes como essa que o Brasil vai entrando num ambiente que põe amigos contra amigos, companheiros contra companheiros, familiares contra familiares. Eu sempre me pergunto, Sr. Presidente: por que isso? Por que quem perdeu as eleições, em 2014, não respeita o resultado das urnas? Por que aqueles que tiveram a votação extraordinária, representando as teses da oposição, não esperam a próxima eleição? Aliás, nós temos eleições daqui a seis meses. É só ganhar essas eleições daqui a seis meses. Organizar suas teses, suas propostas, disputar outra, em 2018, e vencê-la! A Constituição estaria sendo respeitada. A democracia estaria sendo fortalecida. Mas o que nós estamos vendo no nosso País?

Eu acho que todos nós, para podermos ter o espaço do diálogo, especialmente no Senado, precisamos ter um tom de fala que possa ser o adequado. Mas será que não se está passando do ponto? Por que deu tanta gente naquela manifestação da sexta-feira, Presidente? Surpreendente! Surpreendeu-nos, porque não era uma manifestação só de petistas, ou de pessoas do CUT, ou de alguns movimentos sociais, Senador Capiberibe. Havia, sim, petistas. Havia, sim, membros dos movimentos sociais, mas havia milhares, centenas de milhares de pessoas que são brasileiras, que estão descontentes com o Governo da Presidente Dilma, que estão descontentes com a crise econômica, que estão descontentes com algumas políticas do próprio PT, mas que não aceitam – não aceitam! – que o autoritarismo volte a campear neste País.

Quando leio as palavras corajosas do segundo Ministro mais antigo do STF, Ministro Marco Aurélio Mello, renovo minha esperança, minha fé, minha confiança na Justiça. Quando ouço as palavras ponderadas, discretas, mas muito importantes e cheias de significado, do Ministro Teori Zavascki, eu renovo a minha fé e a minha confiança na Justiça do meu País. O Ministro Teori Zavascki deixou bem claro, numa palestra, nesse final de semana, que não deve haver, como regra, o protagonismo do Judiciário. O Poder Judiciário é um poder tão importante e tem um papel tão importante de guardião da Constituição, das leis! Tem de ser preservado a ele, e tão somente a ele, a capacidade de nos julgar a todos. O Ministro Marco Aurélio fala de ilegalidades praticadas, no nosso País, por alguns que deveriam resguardar, cuidar e garantir a Constituição e as leis. É o Ministro Marco Aurélio. Não sou eu.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu fui colocado a partir de uma gravação, quando tive uma conversa com um dos advogados, com o principal advogado do Presidente Lula. Está-se entrando num ambiente de absoluto desrespeito à Constituição e às leis, que nem advogado de alguém que não é condenado, é apenas investigado, tem privacidade. É muito sério! E, lamentavelmente, no nosso País, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que deveria ter um único partido, a Constituição, toma uma decisão vergonhosa, vexatória, parecida com a que adotou em 1964, fechando, tampando os olhos para a Constituição – somando àqueles que querem, a qualquer custo, derrubar um Governo que foi eleito pelo povo. Ganhem, não fiquem nas eleições.

O Presidente Lula, foi feita pesquisa agora no Datafolha, é tido por 35% dos brasileiros como o melhor



Presidente da história deste País, um Presidente que fez a inclusão de 40 milhões de pessoas, estendeu a mão para os jovens, para os negros, para os direitos das minorias, deu oportunidade de os ricos ficarem mais ricos – refiro-me aos empresários, aos bacanas da Fiesp –, de os milionários ficarem mais milionários. Foi no Governo do Presidente Lula que nós tivemos a maior revolução no campo com o Luz para Todos, com apoio ao agronegócio. O Brasil se firmou e segue se firmando como um país que produz alimentos.

De uma hora para outra, por uma ação dirigida da Rede Globo, por uma ação dirigida por setores importantes que têm o monopólio da notícia neste País, o Presidente Lula é pintado como um satanás. Eu fico triste de ver pessoas que sempre admiraram o Presidente Lula agora dizendo: “Mas será que é isso mesmo? Será que ele é essa pessoa perversa?” As pessoas podiam perguntar: “Mas, se ele é assim do jeito que estão pintando, quem foi que fez as mudanças, as transformações em cada rincão deste País, durante oito anos, se não foi o Presidente Lula? E depois, no Governo da Presidente Dilma, por quatro anos?” Se estamos enfrentando uma crise econômica agora gravíssima, se há desmandos, neste País, de corrupção – e há mesmo –, sinceramente, não é destruindo uma liderança como o Presidente Lula que vamos fazer o combate à corrupção.

Ora, não posso deixar de registrar aqui, antes de concluir: todos nós temos de apoiar a Polícia Federal; todos nós temos de apoiar o Ministério Público Federal.

**A Srª Fátima Bezerra** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador...

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Todos nós temos de apoiar os juízes, os corajosos. E eu me refiro ao juiz Moro.

**A Srª Fátima Bezerra** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Jorge Viana...

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já, já, ouço V. Exª.

A ação de combate à corrupção neste País deve ser apoiada por todos, não da boca para fora. Mas não podemos, mesmo em nome desta causa tão nobre de combate à corrupção, cometer injustiças, fazer uma ação seletiva. Há aqueles que fazem parte de partidos da oposição, que pegaram dinheiro na mesma fonte e que financiaram sua campanha na mesma empresa e no mesmo tempo, mas estes não cometeram nenhuma ilegalidade, porque a ilegalidade foi cometida só por um lado. Há os vazamentos criminosos.

Eu queria, daqui, cumprimentar – estou defendendo, sim, o fortalecimento e a independência da Polícia Federal e do Ministério Público –, por sua atitude corajosa, o Dr. Eugênio Aragão, Ministro da Justiça. Sua atitude foi corajosa. Ele não falou outra coisa e tem de ser apoiado. Outra coisa não falou o Ministro da Justiça, a não ser: “Quem usar o cargo para cometer ilegalidade vai ter de assumir a responsabilidade pelo ato ilegal praticado.” É ou não é uma situação?

Aqueles que estudaram, que passaram em concurso, que assumiram carreiras de Estado como juiz, seja no Ministério Público, seja no Judiciário, seja na Polícia Federal, uma instituição tão nobre, têm menos direito de errar que um cidadão comum que não estudou e que não estabeleceu pelo conhecimento os limites da lei. Quando alguém do Judiciário comete uma ação fora da lei, isso é muito grave.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E foi isso que o Ministro Marco Aurélio falou. Foi mais ou menos isso que o Ministro Teori Zavascki também falou.

A Rede Globo, de tanto pregar o ódio, de tanto fazer coro com o ódio neste País, agora está sendo odiada. Isso não é bom. Eu não quero isso. Eu não quero isso, porque vão arranjar desculpas: “Não cobrimos na sexta-feira os atos porque não tínhamos segurança”. Não cobriram por que não queriam cobrir! Quando é de um lado, passam o dia inteiro, ao vivo, dizendo: “Venham, tragam suas famílias, há segurança!” Mas quando isso é feito para atender à sina de rasgar a Constituição do Brasil, de atropelar as leis e de impor um governo ilegítimo...

Eu falava com meu pai, que tem 87 anos, e com minha mãe, que tem 90 anos, nesse fim de semana, no Acre.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vou concluir *(Fora do microfone.)*.

Falei: “Pai, eu só quero uma coisa, quero estar do lado dos que defendem a Constituição deste País. Quero estar do lado daqueles que não vão ter de pedir desculpa daqui a alguns anos quando ficar, em um momento menos acalorado como este, registrado na história o golpe que se está dando nas instituições.”

Vejam o que acontece com essa comissão do *impeachment*! Prepararam, durante um ano, os argumentos de crime de responsabilidade da Presidenta, mas, ontem, queriam pôr outro, a delação do Senador Delcídio. Não, não valem os argumentos iniciais? Isso é uma macaquice política, que desrespeita a Constituição, que se sustenta, que vai ficar na página mais triste da história deste País, que vai se somar com outros capítulos





tristes dessa história.

**A Srª Fátima Bezerra** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Jorge Viana...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só espero sinceramente... Eu falava para o meu pai que o povo brasileiro não gosta de injustiça. Nós temos a oportunidade de pacificar o País. Nós temos a oportunidade de seguir fazendo inclusão social. Nós temos a oportunidade de ver este Poder em mãos diferentes. Mas por que não fazemos isso conforme estabelece a Constituição? Por que não fazemos isso no tempo? Daqui a seis meses, haverá eleição. Ganhem a eleição daqui a seis meses, tirem os prefeitos contra os quais são os senhores ou determinados partidos, preparem-se para outra eleição daqui a dois anos e meio. Assim, a democracia seria fortalecida, não com atropelo, com desrespeito, rasgando a Constituição, atropelando-a!

Eu queria encerrar – e vou ouvir a Senadora Fátima –, dizendo uma frase: levaram um dos responsáveis pela Operação Mãos Limpas, na Itália, para o Fantástico. Acho que foi no Fantástico ou no Jornal Nacional de sábado. A Ilze Scamparini fez a entrevista. Sabe qual foi a última frase dele, um dos responsáveis pela Operação Mãos Limpas na Itália? Ele falou assim: “Eu prefiro alguém que deve à Justiça solto do que um inocente preso.” Esse é o senso de presunção da inocência, esse é o senso de respeitar os direitos individuais. E se faz – é o que se está fazendo – a banalização neste País em nome de qualquer coisa! É um ato criminoso. Estão fazendo isso com um hoje e, amanhã, será com você!

Por que nas pesquisas que foram feitas o nosso colega Aécio Neves caiu sete pontos em um período em que a oposição diz que está crescendo?

Por que o Governador de São Paulo não pode dar um discurso numa manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, com o Presidente do seu Partido? Por quê?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – “Ah, lá só pode o Bolsonaro, lá só pode o Eduardo Cunha!” Lá só pode quem?

É muito perigoso esse caminho que o País está pegando. Tem de haver serenidade, tem de haver mais conversa. Essencialmente, nós todos temos de nos curvar. Foi a Constituição que nós juramos, quando assumimos o mandato aqui, e é ela que temos de respeitar.

Ouçó a Senadora Fátima e já agradeço. Eu queria agradecer o tempo.

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Jorge, depois da Senadora, o senhor me concede um aparte também, por favor?

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem dúvida!

**A Srª Fátima Bezerra** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Jorge...

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem prejuízo dos colegas.

**A Srª Fátima Bezerra** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Inicialmente, é claro, quero parabenizá-lo pela lucidez, pelo talento que V. Exª tem de refletir sobre os problemas do Brasil, especialmente sobre essa grave crise por que o País atravessa neste exato momento. Em segundo lugar, quero aqui pontuar as manifestações do dia 18, que, com certeza, surpreenderam a própria oposição pelo caráter expressivo que elas tiveram, inclusive pelo seu caráter representativo, porque o que se viu nas ruas nessa última sexta-feira foi o verdadeiro retrato da pluralidade, na medida em que as mobilizações de sexta-feira em todo o País – V. Exª tem razão – ultrapassaram os limites dos movimentos sociais, dos partidos, como o PT, como o PCdoB. De fato, houve uma participação muito ampla de vários setores da sociedade. Acrescento ainda, Senador Jorge, que acho que cresce, cada vez mais, não só no Brasil, mas no plano internacional, um movimento...

*(Soa a campanha.)*

**A Srª Fátima Bezerra** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...de indignação e de preocupação com o que está acontecendo no País, com essa tentativa de golpe em curso, urdida, infelizmente, por parte da oposição, com o apoio do setor empresarial midiático e com o apoio, inclusive, de parte do próprio Poder Judiciário. Nós vimos, nesse fim de semana, uma repercussão internacional muito forte, Senador Capiberibe, chamando a atenção para a necessidade de se ater aos limites da Constituição e, portanto, da defesa da legalidade democrática. A repercussão, nesse fim de semana, deu-se na Organização dos Estados Americanos, atingiu o Prêmio Nobel da Paz, bem como outras instituições da Europa, da América Latina etc... Vou falar aqui hoje ou me referir a isso. Aqui, no nosso Brasil – vou concluir, Senador Jorge –, também cresce cada vez mais a



consciência da Nação de que a isso tem de ser dado um basta. Cresce dentro da OAB a dissidência daqueles que, democraticamente, têm o direito não só de se envergonharem com a posição que a OAB tomou, mas de dela discordarem. A dissidência é tão grande, que já se comenta que pode ser criada uma OAB paralela, porque discordam da posição oficial que a OAB adotou. Quero ainda aqui acrescentar, por exemplo, o que disse a CNBB, a Igreja do povo de Deus. Quero ainda acrescentar o manifesto dos intelectuais que foi lançado nesta última segunda-feira, com figuras as mais expressivas e respeitadas do mundo literário e do mundo musical. Então, Senador Jorge, cada vez mais, está se fortalecendo essa consciência cívica por parte da maioria do povo brasileiro. Vou concluir, dizendo que, de maneira alguma, podemos aceitar que um mandato de uma Presidente legitimamente eleita seja retirado por interesses partidários menores, pela via do tapetão, porque é disso exatamente que se trata. Querem chegar ao poder sem ser pela via do voto, sem ser pela via das eleições. Então, estou cada vez mais esperançosa de que a esperança vai vencer essa injustiça e de que o Brasil não passará pela vergonha, de maneira alguma, de rasgar a Constituição e de deslegitimar a soberania popular em 2014.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, eu lhe agradeço. Ouço o Senador Sérgio Petecão.

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Jorge Viana, primeiramente, eu queria agradecer pelo aparte que V. Exª me concede. Ouvindo atentamente seu pronunciamento, em que o senhor cobra justiça, em que o senhor faz duras críticas à injustiça, fico aqui pensando comigo, eu que fui vítima de uma das maiores injustiças em nosso Estado por conta do seu irmão, o Governador Tião Viana, e do Secretário de Segurança do Estado. Depois vou fazer questão de mostrar o processo que foi armado contra mim aqui, no Conselho de Ética. Eu tive de aguentar aquilo calado. Em menos de 24 horas, o Governador do Estado, junto com a Polícia Civil do meu Estado, chegou à conclusão de que eu tinha atirado em minha casa, com minhas crianças todas dentro de casa, com minha esposa, com minha família. Às vezes, fico ouvindo o senhor cobrando justiça aqui, mas, em momento algum, ouvi V. Exª, naquele momento, dizer uma palavra, prestar uma solidariedade. Tive de ir para o Conselho de Ética. Eu fui para o Conselho de Ética. Ainda bem que o Conselho de Ética, diante de um processo que foi montado em menos de 24 horas...

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O senhor está querendo dizer que houve uma manipulação do Conselho de Ética do Senado pelo Governador Tião Viana?

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não, eu estou dizendo que o Conselho de Ética me salvou. Ele me salvou porque não foi injusto.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas foi V. Exª que pediu para ir para o Conselho de Ética, então?

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não, não! Foi seu irmão, junto com o Secretário de Segurança.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ah, então, ele é que manda no Conselho de Ética do Senado?

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não, ele não manda. Ele fez uma acusação.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Conte a sua versão. Depois, vamos respeitar as outras.

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O senhor vai me dar um aparte?

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, eu já lhe dei, mas estou vendo que V. Exª está querendo outra coisa, e não um aparte.

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É apenas para vocês verem como é que funciona o Acre!

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu o ouço.

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E tenho de engolir o senhor falar de injustiça. Há um Estado neste País que persegue e ameaça mais do que o nosso Estado? Bote não em sua consciência! O Brasil fica ouvindo o senhor falar! Nem estou entrando no mérito, não estou entrando no mérito desse episódio, não. Estou só levando para o nosso Estado. Então, Deus é muito justo,





Deus é muito justo! Vou fazer questão de mandar para o senhor o processo. Com certeza, o senhor já teve acesso a ele.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Isso seria importante. Não, nunca tive acesso, não faça juízo.

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vou mandar esse processo. Naquele momento, registrei uma queixa também na Polícia Federal.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Ouvindo atentamente o pronunciamento do Senador Zeze Perrella, ele me dizia, Senadora Ana Amélia: “Fui salvo por conta de um grampo.” Ele disse que foi salvo por um grampo, porque, se ele não tivesse sido grampeado, aquela denúncia da cocaína tinha caído nas costas dele. Ele foi salvo pelo grampo. E, hoje, vejo o senhor falando de injustiça. Eu não faço política olhando pelo retrovisor, não, mas dói no coração o fato de eu ter aguentado aquela coletiva do Secretário de Segurança dizendo que eu tinha atirado na minha casa, com minhas crianças dentro de casa. Em menos de uma semana, aquele processo estava aqui, no Conselho de Ética, pedindo minha cassação. Então, é duro! Até tento entender quando o senhor fala de justiça, mas o senhor nunca sofreu injustiça. Eu sofri injustiça. Eu poderia muito bem estar tripudiando agora, mas não vou fazer isso, não.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vou entregar nas mãos de Deus. Agora, cobrar justiça de quem não faz justiça é muito fácil, Senador!

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador, colega Sérgio Petecão, primeiro, eu nunca tomei conhecimento dos detalhes desse processo.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu estou falando dos detalhes do seu processo. Por isso, fiz o questionamento.

Se V. Exª está dizendo – e aí é seu direito – que sofreu uma grande injustiça por parte das autoridades da Segurança Pública do Estado, é um direito de V. Exª.

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Do governador.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª fez referência a uma coletiva, e estou aqui pegando exatamente o ponto que V. Exª falou. Todos nós devemos buscar justiça, a partir das autoridades, como fez o Senador Perrella. Agora, eu só estava fazendo uma pergunta. Eu não sabia, nunca soube que V. Exª foi para o Conselho de Ética. Eu nunca soube disso.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E quem foi que o colocou no Conselho de Ética. *(Fora do microfone.)*

Agora, se V. Exª quiser acreditar ou não... V. Exª já acreditou muito em mim.

**O Sr. Sérgio Petecão** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Jorge Viana, não acontece nada naquele Estado que não passe pelas mãos do seu irmão. Nada! Não se move uma folha no Estado do Acre que não passe pelas mãos do seu irmão.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador, ele é o Governador; ele tem que trabalhar. Agora, o seu direito tem que ser preservado em qualquer situação. É o direito de um cidadão brasileiro, de um Senador. Não estou misturando as coisas. Só estou afirmando aqui que eu nunca soube.

O episódio de que tive notícia, que ocorreu na sua casa, foi lamentável. E não posso fazer nenhum juízo, principalmente quanto a um episódio com aquelas características. Se se tem que confiar nas autoridades ou na Justiça, não posso fazer nenhum juízo; e não fiz. Nunca. Eu não tinha nenhum conhecimento de que ele veio parar aqui, no Conselho de Ética.

Só acho que também não se pode colocar na conta do governador, manipular as autoridades da Segurança Pública do Estado, da Polícia Federal, do Senado Federal. Esse, talvez, não seja o melhor caminho.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas V. Exª tem o direito de buscar e o direito de



fazer um desabafo como esse.

Eu queria só concluir, agradecendo os apartes, e fazer um registro, na pessoa do Chico Buarque, que não é mais nem menos brasileiro do que ninguém, mas é um brasileiro que nos orgulha a todos; na pessoa dele, quero agradecer e cumprimentar quase três mil intelectuais, artistas, atores, escritores, que fizeram um abaixo-assinado.

Não é como a Globo diz, não, defendendo o PT e o Governo. É defendendo a democracia.

A Globo passou o fim de semana inteiro! Aquelas manifestações não eram para defender o Governo nem o PT, não. Eram para defender a Constituição e a democracia.

Lamentavelmente, estou vendo – com todo o respeito, porque tenho uma admiração enorme por muitos jornalistas – que há muitos jornalistas neste País que estão escrevendo uma página triste de suas biografias, acovardando-se. Mas eu me orgulho de ler um Jânio de Freitas, um dos decanos do jornalismo do Brasil, corajosamente escrevendo – e tantos outros, dezenas e centenas de outros – e defendendo não o PT, não o Governo, mas defendendo a nossa Constituição e a democracia.

Faço um apelo final: o Brasil não terá futuro, médio prazo, se não nos prendermos ao que a Constituição estabelece e nos guia. Para todos os Poderes. É o apelo que eu faço, para que a gente não seja cúmplice dessa página triste que alguns querem escrever.

Quem está subindo nas pesquisas, quem está sendo ovacionado em praça pública é o Sr. Jair Bolsonaro, é o Sr. Eduardo Cunha. E uma mudança no País, comandada por Eduardo Cunha e Jair Bolsonaro, não venham me dizer que será boa para o povo brasileiro e para este País, porque não será.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nessa, estou fora!

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem, Senador Jorge Viana.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Convido o Senador Jorge Viana a reassumir a Mesa.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Convido a Senadora Angela Portela para subir à tribuna.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pelo que eu sabia, era uma comunicação inadiável antes. Posso ter me equivocado. O Presidente Jorge Viana está dizendo que eu estou certo.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – O Líder é só depois do Expediente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu, poucas vezes, presidido! Líder só depois do Expediente.

Senador Alvaro Dias, eu pediria licença para transmitir a Presidência ao Senador Jorge Viana.

*(O Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pois não.

Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

V. Exª tem a palavra, com um pedido de desculpa, claro.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço licença à Senadora na tribuna para este “pela ordem”.

Como diria Cazuza, o tempo não para, e nós temos pressa. Há um questionamento que precisa ser respondido urgentemente pelo Governo, e aí mora a razão deste pedido de “pela ordem”.

O *Diário Oficial da União* trata Lula como Ministro da Casa Civil; o *Diário Oficial da União* do dia de hoje. Como todos nós sabemos, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a nomeação do ex-Presidente Lula.

Portanto, o que se dá neste momento é uma afronta a uma decisão da Suprema Corte. Primeiramente, à liminar concedida pelo Ministro Gilmar Mendes; no dia de ontem, o Ministro Edson Fachin, na mesma direção; ainda ontem, o Ministro Luiz Fux; e, hoje, a Ministra Rosa Weber. Todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal que se manifestaram em relação à posse do ex-Presidente Lula a suspenderam. Portanto, não há razão para que o nome do ex-Presidente Lula conste como Chefe Luiz Inácio Lula da Silva, Ministro de Estado Chefe



da Casa Civil, logo abaixo do nome da Presidente Dilma Rousseff, no *Diário Oficial da União* no dia de hoje.

A indagação é: o Governo da Presidente Dilma está afrontando decisões do Supremo Tribunal Federal? Está ignorando decisões recentíssimas do Supremo Tribunal Federal? O ex-Presidente Lula está já atuando como Ministro-Chefe da Casa Civil? As suas despesas de deslocamento de São Paulo a Brasília e hospedagem em Brasília estão sendo já pagas com o dinheiro público? Enfim, Presidente Jorge Viana, esse é o questionamento. E nós esperamos que, urgentemente, o Governo possa nos esclarecer a respeito dessa publicação no *Diário Oficial da União*.

Trata-se, em resumo, de uma afronta ao Supremo Tribunal Federal, e não há por que preservar esse tipo de comportamento do Governo. Em uma hora em que se recuperam as instituições públicas brasileiras, a credibilidade perdida, em meio a uma descrença que se generalizou no País, afrontar o Supremo Tribunal Federal não é uma boa medida.

Esse é o questionamento que faço não a V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Casa ou desta sessão, mas ao Governo, à Presidência da República, à Presidente Dilma Rousseff.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senador Alvaro.

Com a palavra, então...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, rapidamente, pela ordem, se a Senadora Angela permitir.

O que é uma afronta?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Afronta é a decisão do Ministro do STF Gilmar Mendes. Quando vemos Montesquieu, *O Espírito das Leis*, separação dos Poderes... O Ministro Marco Aurélio disse uma frase muito importante 15 dias atrás: a pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário. Na verdade, essa frase é de Rui Barbosa, que disse o seguinte: a pior ditadura é a do Poder Judiciário, porque contra ela você não pode recorrer. Pois bem, separação dos Poderes. Dizia Montesquieu que nós teríamos tirania se não tivéssemos separação dos Poderes.

Se uma Presidenta da República não puder nomear um ministro de uma Casa Civil, um ministro do seu Governo...

E vale dizer que, quanto a Lula, ele não responde nem a processo, ele não tem denúncia aceita; ele responde a inquérito. Se essa decisão vale, não pode ser candidato a Senador ou a Deputado alguém que tenha inquérito, porque estaria, aí, procurando desvio de finalidade.

É uma decisão, Sr. Presidente, absurda! Separação dos Poderes é um princípio da nossa República. Estão sendo atropelados direitos e garantias individuais, mas essa aqui é muito mais grave. Daqui a pouco, o Ministro do Supremo vai dizer que um representante da Mesa não pode assumir, um Presidente da Câmara que foi eleito não pode assumir. É um precedente gravíssimo, um absurdo o que houve.

Eu fico preocupado! Encerro dizendo o seguinte: isso tem que ir para o Pleno, mas, infelizmente, não haverá Pleno do STF nesta semana. E, pelo que vi nos jornais, o Ministro Gilmar Mendes, na outra semana, também vai viajar a Portugal.

Ou seja, o que estão tentando impedir, num ato político, é que o Lula assuma o Ministério antes da votação do *impeachment*, porque sabem verdadeiramente que a entrada do Lula daria um fôlego pela sua articulação com este Parlamento.

Então, infelizmente, já é a segunda vez, neste período breve de uma semana, que o Poder Judiciário decide fazer política.

(Soa a campanha.)

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu encerro. Desculpe-me por ultrapassar o tempo, Senador Jorge Viana.

A decisão do juiz Sergio Moro, de divulgar aqueles grampos, foi ilegal. E vou provar isso em cima da Lei de Interceptação Telefônica, depois no meu pronunciamento. Ali, ele divulgou depois que a Presidenta Dilma nomeou o Lula como Ministro. Então, ele agiu ali politicamente para convulsionar as ruas, para atrapalhar aquela nomeação.

E, na sexta-feira, outro ato político, porque o que eles querem impedir, Sr. Presidente, volto a dizer, é que a Presidenta nomeie Lula Ministro neste momento de crise que a gente enfrenta.

Lamento muito que o Poder Judiciário brasileiro esteja indo por esse caminho, agigantando-se, tentando interferir em decisões do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente Jorge Viana, eu apenas...



*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – ... mas, Presidente, apenas...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nem estava aqui respondendo pelo Governo.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente, eu sugiro que as inscrições sejam respeitadas.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – Eu imagino...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Quem chega antes não pode ficar esperando até que aqueles que querem falar fora de hora falem.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – É rápido, Sr. Presidente. Apenas para dizer...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não, Sr. Presidente. Eu estou inscrito, eu quero que chegue a minha vez. Ele está pedindo a palavra! Por que ele não se inscreve para falar?

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu estou inscrita, aguardando.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente, em nome do bom debate...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Você é Líder do PV. Pode se inscrever na hora em que quiser. Então, se inscreva e fale depois!

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em nome do bom debate, eu pretendo falar, sim. *(Fora do microfone.)*

Mas eu quero, em respeito até a resposta do Senador,...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não foi resposta. Eu não falei nada a ver com a palavra do Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – Eu tenho que fazer a seguinte consideração: eu imagino que não seja essa a resposta do Governo, porque, se fosse essa a resposta do Governo...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não é resposta. Eu nem pensei em V. Exª na hora em que falei, Senador!

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – ...estaria exatamente confirmada a afronta ao Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – Há uma decisão que tem que ser respeitada da parte do Supremo Tribunal Federal.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Angela Portela, eu agradeço. Há vários colegas inscritos: o Moka, a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra V. Exª, Senadora.

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

Realmente, é inegável a crise gravíssima em que vivemos – política e econômica – em nosso País. E o clima, neste Senado, agora de manhã e ontem, foi nesse sentido. Nós precisamos ter calma, ter paciência, ter lucidez para superar esse momento difícil em que vivemos, a fim de que possamos retomar a normalidade, a legalidade e o crescimento do nosso País.

Esse quadro criou uma forte polarização na opinião pública, o que se reflete nas manifestações de rua, as maiores desde os protestos de 2013. A partir daí, o clima político esquentou, sendo possível até vislumbrar-se um processo de ruptura. Acredito que, em tudo isso, o parâmetro a ser seguido é o da legalidade.

Contamos, hoje, com uma Constituição moderna e justa, emanada de processo legítimo, sagrado pelas urnas. Deve ser a nossa maior referência a nossa Constituição.

Do ponto de vista institucional, há duas frentes de profundos efeitos políticos a serem examinadas. Temos, em primeiro lugar, a Operação Lava Jato, que descortinou um grave processo de corrupção cujos contornos ainda estão se descobrindo, mas que se prende a práticas políticas tradicionais e condenáveis em nosso País.

Não podemos transigir com a corrupção. Seu sentido último é a apropriação de recursos que pertencem à população, ao conjunto do povo brasileiro. É o dinheiro do povo que passa a mãos de particulares, de políticos, recursos públicos, que deveriam ir para a saúde, salvando vidas, ou para a educação, formando brasileiros a sua plena realização humana, pessoal e profissional. São recursos que deveriam ir para a segurança, antindo a tranquilidade das pessoas, ou para obras públicas, favorecendo nosso desenvolvimento





econômico.

A exata medida da violência imanente a qualquer ato corrupção está justamente nas privações decorrentes da apropriação ilegítima desses recursos que pertencem ao povo.

A corrupção, portanto, precisa ser investigada por meio de todos os instrumentos legais e punida com a severidade prevista na legislação. Não podemos compactuar com ela. Todos os suspeitos de corrupção devem ser investigados, sejam quem forem e pertençam a que partido for.

Sr. Presidente, sempre do ponto de vista institucional, outra frente que se abre é o processo de *impeachment* aberto contra a Presidenta Dilma. Encaro essa iniciativa com a maior preocupação. O *impeachment* de uma Presidente da República é fato gravíssimo, admissível apenas na forma estrita prevista pela Constituição.

Todos os brasileiros sabem que essa condição não ocorre. A Constituição só prevê a abertura de processo como esse quando se configura crime de responsabilidade por parte do Presidente, no caso a Presidenta Dilma Rousseff. Sem que isso ocorra, não há a possibilidade de afastamento da Presidente mediante esse instrumento constitucional. O *impeachment* não é meramente um mecanismo político. Há um fundamento jurídico para qualquer iniciativa nesse sentido e esse fundamento está no art. 85 da Constituição e em seus sete incisos. Nenhum deles se aplica à Presidenta Dilma.

É por isso que o processo de *impeachment* aberto na Câmara dos Deputados, mais do que indesejável ruptura institucional, surge coberto de ilegitimidade. Não há como defendê-lo, não há como adotá-lo. Representa, sim, uma quebra da legalidade, um golpe.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Da última vez, presenciamos uma quebra da legalidade nos termos hoje propostos, abrimos as portas para 21 anos de ditadura, com tudo o que há de ruim nos regimes de exceção: da repressão policial à tortura, do arrocho salarial à extrema concentração de renda, da supressão da vontade popular ao fechamento do Legislativo e à intimidação do Judiciário.

Não é apenas no sentido político-institucional que essa ruptura se configura perigosa para os brasileiros. Significará também um retrocesso do ponto de vista social. Os últimos governos, dos Presidentes Lula e Dilma, caracterizaram-se antes de mais nada pela promoção da inclusão social. Retiraram da miséria mais de 27 milhões de brasileiros e proporcionaram, a pelo menos três vezes esse número, a oportunidade de ascensão social aos mais pobres. Programas como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Programas como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida ou o marco do reajuste do salário mínimo que viabilizaram e turbinaram esse importantíssimo projeto de inclusão certamente estariam ameaçados.

Não se trata aqui de bravata ou de ilusionismos. Nosso processo de inclusão é reconhecido no mundo inteiro. Não há qualquer garantia de sua manutenção caso a Presidenta Dilma seja afastada pelo processo de *impeachment*. Ao contrário, há todos os motivos para se duvidar da preservação das conquistas sociais obtidas ao longo dos últimos 16 anos. Essa constatação é que nos permite insistir: a remoção arbitrária do atual Governo, escolhido de forma legítima e por maioria absoluta dos eleitores brasileiros representará um retrocesso.

A preocupação com um retrocesso institucional não é apenas minha. Existe no próprio Poder Judiciário. Gostaria de lembrar aqui que no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Marco Aurélio de Mello tem erguido a voz contra o que considera ser um perigoso movimento de atropelo da ordem jurídica do País. Em recentes manifestações, Marco Aurélio criticou a flexibilização do princípio da não culpabilidade e também condenou o vazamento de interceptações telefônicas, o que considerou um abuso. É do Ministro Marco Aurélio também uma advertência em que devemos pensar: não se avança culturalmente atropelando a ordem jurídica, principalmente a ordem constitucional – alertou o Ministro Marco Aurélio.

Também o Ministro Teori Zavascki alertou que o papel dos juízes é resolver conflitos, não criar conflitos, afinal – resumiu –, os juízes não são protagonistas.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – O Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, fez advertência nesse mesmo sentido. É dele a avaliação de que de um lado juízes têm o poder de decidir sobre a vida, a liberdade, o patrimônio e a reputação das pessoas. Para isso



contam com as prerrogativas constitucionais da vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos para que possam exercer suas funções com total independência e autonomia. Nesse sentido – alerta Lewandowski –, o Código de Ética da Magistratura determina que os juízes devem postar-se com imparcialidade, diligência, integridade, dignidade, honra, prudência e decoro.

Como se constata, prevalece nas mais altas esferas do Judiciário o conceito de que apenas o estrito respeito às normas jurídicas em vigor garante a democracia e a liberdade. Não se pode admitir rupturas da legalidade, como não se pode admitir o retrocesso.

Estamos numa campanha pela legalidade democrática. Vem para a democracia.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

Convido para fazer uso da tribuna, como orador inscrito, o Senador João Capiberibe.

Em seguida, o Líder Humberto Costa.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Simone Tebet, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Com a deferência do Senador Capiberibe, eu gostaria apenas de dizer que está sobre a mesa um requerimento de minha autoria, de nº 211, que se trata de uma moção de pesar que eu gostaria que fosse inserida na Ata, para que ficasse registrado nos *Anais* desta Casa.

Trata-se de uma moção de pesar em respeito a uma pessoa que eu tinha em muito alta conta. O Pastor Marcos, da minha cidade natal Três Lagoas, faleceu no último final de semana, em um acidente automobilístico. Tentando se desviar de um andarilho, tentando salvar uma vida, acabou vindo a falecer.

Quem o conhece, como eu o conheci, não esperaria outra conduta dele, mas eu preciso deixar registrada, neste que é o Parlamento mais democrático deste País, a história de vida deste homem.

Ele me ensinou muito, eu que fui Prefeita por dois mandatos na cidade de Três Lagoas. Tive uma proximidade, uma experiência muito enriquecedora no convívio com ele e com seus familiares. Deixo aqui, portanto, o meu pesar por alguém que sempre quis ser piloto de avião e sempre dizia que o seu sonho era transportar pessoas nos ares do País e do mundo e que Deus tinha outros sonhos para ele, que ele pudesse transportar as pessoas em terra para melhores caminhos. Não é à toa que ele conseguiu salvar, não apenas dezenas, mas mais de uma centena de jovens do vício das drogas, especialmente do *crack*.

Neste momento, em que eu sei que a população da minha cidade está realmente de coração partido, eu junto aqui rapidamente três fragmentos do poeta Manoel de Barros, do meu Estado. Eu acho que esses fragmentos representam toda a dor da população três-lagoense e sul-mato-grossense:

Do lugar onde estou já fui embora.

Não preciso do fim para chegar.

O meu amanhecer vai ser de noite.

No meu morrer tem uma dor de árvore.

Que esta árvore por ele cultivada continue a florescer, onde quer que ele esteja. Eu não tenho dúvida: ele foi um anjo entre nós, foi um anjo para a minha vida. E tenho certeza de que Deus o chamou para formar um exército de anjos lá no céu, neste momento de tantos males para a humanidade.

Eu encerro apenas dizendo que eu sou católica, Sr. Presidente, e ele, evangélico. Aprendi com ele uma grande lição: que não há forma certa ou errada de se amar a Deus, há formas diferentes, mas um único caminho para se chegar a Ele, que é o caminho do servir ao próximo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência soma-se a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Simone Tebet, no voto de pesar pela morte do Pastor Marcos Rogério Martins de Araújo. Constarão nos *Anais do Senado Federal* essas bonitas palavras, verdadeiras palavras de quem tem gratidão, proferidas por V. Ex<sup>a</sup> aqui, lembrando a perda de um pastor que fazia o bem neste País, especialmente lá na sua cidade, no seu Estado.

Com a palavra, como orador escrito, o Senador e bom amigo João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jorge Viana, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, todos aqueles que acompanham este momento em que a sociedade brasileira vive um transe histórico.

Em seu ensaio, Sr. Presidente, Norberto Bobbio, um renomado cientista político italiano, diz que





a democracia é idealmente um governo do poder visível, isto é, do governo cujos atos se desenrolam em público, sob o controle da opinião pública. Mais na frente, nesse mesmo ensaio sobre o poder invisível, Bobbio cita Maurice Joly, que, em seu *Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*, escreveu, no século passado, que as instituições de um país livre não podem durar por muito tempo senão agirem à luz do Sol.

Digo isso para firmar a minha convicção de que a solução para a crise brasileira, a crise política que estamos vivendo, passa pela sociedade e por sua representação política no Congresso Nacional, e deve ser pública, à luz do Sol.

O movimento do sistema político brasileiro, cada vez mais, aprofunda o racha social no qual estamos imersos. A escalada dos acontecimentos da vida política não só contaminou a vida econômica, como também as relações entre amigos, vizinhos e, principalmente, familiares – e olha que não estamos em período eleitoral, mas, na verdade, as eleições de 2014, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, nunca terminaram.

Alguns meios de comunicação têm perguntado minha posição em relação ao *impeachment* da Presidente Dilma. Digo sempre que estamos em um impasse. O problema para mim é o que acontecerá após a aprovação ou não do *impeachment*. Minha avaliação é que os perdedores da crise não aceitarão o resultado qualquer que seja o lado. Essa é uma disputa de poder, e nós temos dois lados nessa disputa. Minha avaliação é que nenhum dos perdedores aceitará o resultado, seja qual seja o lado.

Em caso de arquivamento, Sr. Presidente, a oposição, que já não aceitou o resultado de 2014, continuará em pé de guerra, combatendo o Governo, enquanto uma parte majoritária das ruas continuará gritando pelo fim da corrupção, estimulada pela mídia. Em caso de *impeachment*, os que hoje estão na situação vão se entrincheirar contra o novo Governo, enquanto a população que foi às ruas na última sexta-feira exigirá a mira da Lava Jato contra o Governo PMDB/PSDB, cuja linha sucessória é formada por Temer, Calheiros e Eduardo Cunha. A sociedade está cindida, e o futuro é muito preocupante.

Até aqui, os eventos mais significativos da crise foram a exploração midiática das diligências contra o ex-Presidente Lula e as prisões de empresários da construção civil. Em uma coisa estamos todos de acordo: a Justiça tem dado respostas céleres e inusitadas aos processos investigatórios em curso. Por exemplo, já condenou o megaempresário da construção civil Marcelo Odebrecht a 19 anos e 4 meses de prisão.

Suas empresas, segundo o TSE – e aqui eu tenho um levantamento feito no TSE –, doaram R\$8.985.099,25 à candidata do PT Dilma Rousseff; e R\$8.345.964,34 ao candidato Aécio Neves, do PSDB. Quase a mesma quantia, a diferença é de poucos mil reais. Isso aqui eu levantei do TSE, foram pesquisas feitas junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Entendo eu, por dedução lógica, que o dinheiro que condenou um partido necessariamente condenará o outro. Afinal, como é possível operar o milagre de separar quanto desses milhões é fruto de trabalho e o que é fruto de corrupção?

Estão sob julgamento no TSE as contas da coligação vencedora das eleições, encabeçada pelo PT e pelo PMDB, o que levará muito tempo para uma decisão final. É certo que o tempo da Justiça deve ser respeitado; mas o tempo da política não pode esperar. Eu gostaria de colocar em discussão aqui – senão vamos chegar a um ponto em que precisamos encontrar uma recomposição possível – que nós precisamos discutir uma saída para a crise menos traumática. Isso para o bem da atividade política, como para o bem das relações entre cidadãos.

Entendo que quando o Juiz Sérgio Moro condenou a Odebrecht condenou todos os seus financiamentos a campanhas eleitorais. A condenação da chapa vencedora também se estende, se não juridicamente, politicamente à perdedora. Mais ainda, isso aponta também para a condenação do financiamento da atividade política.

As investigações da Lava Jato desnudaram o sistema. Insisto que não é um desvio de conduta individual, é o sistema que está sendo colocado em questão. Acho que esse deve ser o foco, o ponto futuro para o qual a sociedade deve olhar. A meu ver, só há uma saída digna desta crise, e não é tão somente condenando penalmente vários empresários, burocratas, políticos, empresários, mas também o próprio financiamento do sistema político de campanha. A última tentativa do Governo de debelar a crise, Senador Jorge Viana, trazendo o ex-Presidente Lula para a Casa Civil, parece-me uma renúncia branca da Presidente Dilma Rousseff. Considero a nomeação do ex-Presidente Lula juridicamente perfeita, legal, posto que a missão do ex-Presidente seria assumir politicamente o Governo, tornando o ato da Presidente Dilma uma renúncia cancelada pelo seu próprio Governo e pelo seu Partido, numa tentativa de dar solução à crise.

(Soa a campanha.)

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Por fim, considerando que da mesma forma como existem suspeitas sobre a cabeça da chapa e sobre o Vice Michel Temer, as acusações também atingiram o candidato da oposição. A saída mais democrática, que provocaria de fato uma renovação



e daria legitimidade ao governante, seria aquela elaborada pela sociedade e pela representação política publicamente, à luz do sol. Essa é a maneira de sairmos grandes da crise.

Pelos motivos que já expus, os conchavos que estão levando o País a um acordão que acompanhamos pelos noticiários não vão dismantelar o espírito bélico que encontramos nas ruas; pelo contrário, podem gerar mais conflito e agravar a crise.

Senador Cristovam, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Capiberibe, esse é o tema que deveríamos tratar aqui se estivéssemos, como o senhor falou, sintonizados com o tempo. Mas não estamos, nós somos irrelevantes! Hoje toda a disputa é no Judiciário. Nós próprios, cada um vai para o Judiciário pedir que não deixe o Lula chegar, para o Lula sair. Judicializamos, entregamos os pontos. O senhor tem razão em trazer o assunto. Eu tenho impressão de que nós não estamos nos dando conta da importância... O golpe já houve, o Congresso está praticamente fechado, pelo menos aqui. E a Câmara apenas voltada para o assunto do *impeachment*. Agora o pior: qualquer saída que tivermos, o povo não vai aceitar. Nós não vamos construir a legitimidade com legalidade. A legitimidade seria a Dilma sair. Mas a legitimidade virá, com o Vice assumindo, tendo sobre ele também suspeitas? O povo vai dar legitimidade? Mas não há outro jeito, a não ser como propuseram ontem, num evento em que estive, fazer eleição geral, liderado em parte pelo Randolfe – eleição geral para todo mundo. Mas isso não é uma saída; isso é uma bandeira, como eu falei lá, porque a gente não vai conseguir. A gente não vai conseguir que todos os Parlamentares renunciem, os governadores, os prefeitos. Nem vai conseguir uma reforma constitucional, com dois terços dos votos, votada duas vezes aqui, duas vezes na Câmara, que aprobe o fim do mandato. Então, não está havendo uma saída clara que case legitimidade com legalidade.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E aí vem o meu temor, Senadora Ana Amélia: a radicalização vai levar a algo, se não exatamente, parecido com a guerra civil. O Governador Rodrigo Rollemberg me disse hoje que, nas últimas passeatas, eles apreenderam uma quantidade enorme de armas brancas: foice, machado, facas. Um dia, não vão conseguir segurar. Ao não segurar, esse pessoal vai usar, um louco qualquer. Não acredito que ninguém dê ordem para isso, mas não faltam pessoas, não vou dizer loucas, fanatizadas. Está-se caindo para a fanatização. Estávamos até conversando isso aqui com o Senador Reguffe. Há um processo de fanatização. A fanatização leva à violência. E a violência leva a guerras civis, que depois ninguém sabe como parar. Não vou dizer que a gente vai ser uma Síria, nunca isso, mas podemos começar conflitos armados por aí. E nós aqui não estamos sabendo construir a paz. A sensação é de que não estamos à altura do momento, porque, sem o *impeachment*, este País não vai ter jeito; com o *impeachment*, nada indica que vai ter jeito, não. Algo tem de ser costurado, negociado. Eu sempre disse que esse negócio de renúncia é uma questão de foro íntimo e que não deve ser uma questão daqui. A Presidente deve ver isso conversando com o travesseiro dela e não com os Senadores, mas, de repente, seria a saída para dar uma tranquilizada na população brasileira, que hoje está, como se diz por aí, com os nervos à flor da pele. Junte-se a isso a violência que já existe nessa cidade, nas nossas cidades. Hoje nós temos cidades violentas. Aliás, eu sempre chamei isso que existe hoje no Brasil de “guerra civil”. Eu dizia “guerra civil sem bandeira”. Daqui a pouco vai haver bandeira. E vão-se misturar os desencantados com os desesperados; os desesperados, os excluídos da sociedade, quem está fora do mercado, os pobres, os excluídos com os desencantados, que acreditavam que iam ter uma saída. Seu discurso traz uma reflexão sobre isso, mas ainda não temos a proposta. Não podemos demorar muito, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo falou sobre o tempo: estamos relegando a dimensão tempo, deixando de lado, como se tudo um dia se arranjasse. Não se arranja! Só depois de grandes sofrimentos.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Só para concluir, eu diria que o povo nos mandou para cá com responsabilidades claras de conduzir o País. Somos protagonistas do processo político deste País. No mínimo, poderíamos convocar os 81 Senadores, sentarmos aqui, se tivermos essa percepção de que o que está proposto não ajuda a solucionar o problema; ao contrário, acirra os ânimos, vai provocar o que o Senador Cristovam acabou de colocar, pode aprofundar o poço, as divisões.

Estamos sentindo isso na nossa própria família, entre os nossos amigos. Os nossos amigos já começam a se confrontar. A questão democrática do debate está ficando pequena, porque está todo mundo querendo um sim ou um não. Nós somos políticos, nós somos responsáveis, somos de uma instituição que legisla, com a responsabilidade diante do País.

Estou propondo que conversemos, que haja o encontro de todos os partidos aqui dentro. Em vez



de estarmos conspirando por trás, nos bastidores, que a gente sente aqui e dê uma saída para a sociedade brasileira. Não basta dizer aqui: sou a favor ou sou contra. Isso leva ao acirramento do conflito. Precisamos definitivamente fazer o que não fizemos no passado, porque houve certa negligência do Congresso Nacional para chegarmos aonde chegamos.

Hoje, de fato – o Senador Cristovam tem razão –, temos dois Poderes fragilizados na República: temos o Poder Executivo fragilizado e temos o Congresso Nacional fragilizado, por razões que não vou discorrer, mas o Judiciário se fortalece diante da fragilidade do Poder Executivo e do Congresso Nacional. Se não acordarmos para isso, essa fragilidade vai continuar.

Se V. Exª me permite, Senador, eu gostaria de conceder um aparte ao Senador Lindbergh.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Capiberibe, V. Exª aqui tem uma grande autoridade, porque nós conhecemos a sua história. V. Exª resistiu à ditadura militar, lutou pela redemocratização, defende aqui sempre as melhores posições, as posições ligadas às causas dos direitos humanos.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em economia, temos posições parecidas. Agora, estamos em um debate sobre a Auditoria Cidadã da Dívida. Então, V. Exª tem razão quando diz que a saída tem que ser pela política. O problema é que temos um fato objetivo. E V. Exª também... Em um debate com o Senador Cristovam, esses dias, eu digo o seguinte: este é aquele momento em que temos que olhar para a nossa história. Quando V. Exª toma essa posição contra o encaminhamento do *impeachment*, que a saída tem que ser outra – e acho que temos que debater todas as possibilidades –, eu acho, sinceramente, que a história nos julgará, porque não há base jurídica alguma na tramitação desse processo do *impeachment*, conduzido por Eduardo Cunha, com argumentos em cima de pedaladas e abertura de créditos suplementares. Eu chamava a atenção do Senador Cristovam Buarque e do Senador Reguffe.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tentaram adendar agora a delação do Delcídio. Eu cobre na semana passada aqui da oposição: a delação do Delcídio precisa ser investigada, ela só é fato depois. Eu cobre coerência da oposição, semana passada, porque é como se a oposição quisesse adendar a parte que é contra o Governo, como se fosse verdadeira, e esquece a parte que é contra ela. Na verdade, foram citados Senadores e Lideranças da oposição. Eu estou falando tudo isso para dizer o seguinte: este momento da história, não tenho dúvida em afirmar que, se fazem um *impeachment* sem base jurídica, como querem fazer, na narrativa da história brasileira, em 20, 30 anos, Senador Cristovam, isso vai ser encarado como um golpe, como um golpe parlamentar. Encerro porque não quero tomar muito o tempo de V. Exª. Sexta-feira eu liguei para o Senador Cristovam, porque sou um grande amigo e admirador dele. Eu me surpreendi nas ruas. Lá no Rio de Janeiro, havia 70 mil pessoas. Por que me surpreendi? Não eram militantes de PT, PCdoB. Havia os militantes, mas você tinha o quê? Muita gente estava dizendo que estava lá para defender a democracia, advogados, professores, juventude, muita juventude. Há algo novo acontecendo em resposta a esse atropelo, em resposta também àquelas manifestações da intolerância. Há um setor muito intolerante. Eu vi lá uma juventude nova, que estuda – meu filho faz comunicação na UFRJ –, eu vi muita gente ali. Então, há algo novo acontecendo, estamos vivendo um momento da nossa história. Senador Capiberibe, eu, como admirador de V. Exª – V. Exª sabe que é verdade o que estou falando: é hora de nos posicionarmos pensando também na história. Acho que V. Exª faz um pronunciamento muito importante, chamando a uma saída política.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está difícil construir o consenso, mas eu fiz questão de fazer este aparte, porque eu acho que é um pronunciamento corajoso de V. Exª. O mais fácil é ir pelo grito da maioria no momento, mesmo com o atropelo jurídico, mesmo com o atropelo legal. Então, parabéns V. Exª. Eu acho que tinha de haver mais responsabilidade política de todas as partes, para tentar achar uma saída para esta crise. Muito obrigado.

**O Sr. Waldemir Moka** (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Senador Capiberibe, V. Exª me concede um aparte?

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Senador Moka, eu vou lhe passar o aparte.

Eu apenas quero esclarecer que vou trabalhar até o último momento, antes de decidir – ouviu, Senador Lindbergh? – se voto a favor ou contra o *impeachment*, para que possamos encontrar um outro caminho.



Senão, vou ter de decidir igualmente. E sobre essa decisão eu não tenho nenhuma convicção, até porque não tenho apreço pelos dois lados na disputa política. Nenhum apreço, nenhum apreço. E eu tenho uma história que poderia contar aqui, mas não vou entrar nela. Estou distante dos dois polos de disputa do poder. O que eu apelo aqui ao Senado é para que possamos nos entender, conversar, trocar ideias, para evitar esse confronto, porque o *impeachment* e o não *impeachment* não são solução. Essa é a questão.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Moka.

**O Sr. Waldemir Moka** (PMDB - MS) – Senador João Capiberibe, fico olhando as pessoas dizerem o seguinte... O Senador que me antecedeu disse que ficou surpreso com as 70 mil pessoas no Rio de Janeiro. Agora, imagine a minha surpresa com 100 mil em Campo Grande, no domingo. Foram 100 mil em Campo Grande. Precisamos respeitar os dois lados. Há gente que pensa de um jeito, e há gente que pensa de outro. Acho que foi instaurada uma comissão... Aliás, o rito que está sendo conduzido lá é o rito que a Suprema Corte ditou. Foi a Suprema Corte que disse: "O rito do *impeachment* é este". E vai chegar o momento... V. Exª disse que não tem convicção, diferentemente de mim. Aliás, vou ler, daqui a pouco, a...

(*Soa a campanha.*)

**O Sr. Waldemir Moka** (PMDB - MS) – ... decisão do diretório do meu Partido no meu Estado daqui a pouco. Agora, as pessoas acham que o que se manifesta a favor do que elas defendem é algo extraordinário, esquecendo-se de que as pessoas que se reuniram no domingo eram três ou quatro vezes mais. Então, se vai para o lado da democracia, democracia é isto: é a maioria! Claro, aí entra a avaliação equilibrada, reconheço, de um homem que tem história. Agora, Senador João Capiberibe, eu também tenho uma história. Eu, em 1969, estava na União Campo-Grandense de Estudantes; depois, fui do diretório acadêmico; fui às ruas defender eleições diretas para este País e não me envergonho da minha luta e do meu passado. Então, é preciso...

(*Interrupção do som.*)

**O Sr. Waldemir Moka** (PMDB - MS) – É preciso que reconheçamos que não é por o cara ser de esquerda que (*Fora do microfone.*) ficou santificado, que é o dono da verdade. Eu não acredito nisso. Existe muita gente que não é de esquerda que ama este País e que defende a democracia. Neste momento, o que precisamos é virar a história. Se o *impeachment* decidir que a Presidente fica, ela vai ficar; agora, se o *impeachment* decidir que ela tem que sair, ela vai ter de sair. Isso é democracia também. Pode ser que não seja o jeito mais correto. Se houver uma alternativa, ótimo! Mas, se não houver... Nós temos é que sair disso. O País não pode ficar mais dois ou três anos nesse impasse que está aí.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador Moka, pelo aparte.

Eu diria que a decisão do "sim" e do "não" adia a crise...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mais à frente, independentemente de quem seja... E eu não estou aqui torcendo por nenhum dos dois, nem pelo *impeachment* nem pelo não *impeachment*. O que estou afirmando é que, qualquer que seja a decisão, nós vamos ampliar a crise e a cisão na sociedade brasileira. E nós temos de ser responsáveis para entender isso e buscar uma alternativa.

É isso o que estou colocando e no que vou insistir até o último momento. É claro que, no dia em que eu vier aqui votar – se chegar o processo à Casa –, eu vou me posicionar com absoluta clareza. Eu nunca fui de esconder o que penso. Desta vez, repito, não tenho apreço pelos dois lados que disputam o poder. Eu não tenho nenhum apreço, porque acho que poderiam ter feito infinitamente melhor do que fizeram. Fizeram coisas boas para o País? Fizeram, mas não tinham o direito de colocar o Brasil nessa encruzilhada.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª.

Senador Humberto Costa, com a palavra.

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, o Senador Reguffe.

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na próxima terça-feira, dia 29, serão entregues aqui no Congresso Nacional 1,5 milhão de assinaturas de brasileiros liderados





pelo Ministério Público no projeto 10 Medidas contra a Corrupção. É um projeto de iniciativa popular que precisa tramitar aqui no Poder Legislativo.

E isto é uma coisa concreta que o Poder Legislativo pode fazer: analisar projetos oriundos da população brasileira através do instrumento de um projeto de iniciativa popular. Eu protocolei aqui, nesta Casa, a PEC nº 8, de 2016, que dá rito de medida provisória aos projetos de iniciativa popular.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF) – Assim, um projeto de iniciativa popular, se não for votado em 45 dias, passaria a trancar a pauta. Não pode um projeto oriundo da Presidência da República – como uma medida provisória – ter uma precedência e uma importância maiores dentro do processo legislativo do que um projeto com 1,5 milhão de assinaturas diretamente da população brasileira.

Nós temos aqui que ampliar os mecanismos de democracia direta, estar mais sintonizados com a opinião pública deste País e ampliar os mecanismos de participação popular. E eu penso que essa PEC é algo direto, algo concreto neste sentido: dar aos projetos de iniciativa popular o mesmo rito de medida provisória, para que eles não fiquem dormitando nas gavetas do Congresso Nacional, o que frustra milhões de pessoas neste País. Então, eu pediria à Mesa e à CCJ, onde está a PEC, a urgência na tramitação dessa PEC, para que os projetos de iniciativa popular tenham o rito de medida provisória e tenham o tratamento que eles merecem do Poder Legislativo, até porque um projeto que tem a assinatura de 1,5 milhão de pessoas é algo que me parece importante para a população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF.) – Pela ordem, Presidente. Só para pedir minha inscrição pela Liderança do PPS.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª está sendo inscrito neste momento, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Líder do Governo na Casa, meu querido colega, Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, eu quero, desta tribuna, na tarde de hoje, saudar de maneira muito especial as expressivas manifestações em defesa da democracia que vêm sendo realizadas no meu Estado de Pernambuco pelos mais diferentes setores da sociedade.

Sexta-feira, tivemos mais de 100 mil pessoas ocupando a zona central do Recife, no maior movimento dos últimos tempos em defesa do Estado democrático de direito, das garantias e liberdades e dos avanços sociais experimentados pelo Brasil ao longo da última década.

Ontem à noite, o movimento veio de advogados, de juristas e de estudantes que, espontaneamente, fizeram um grande ato nas escadarias da histórica Faculdade de Direito do Recife para mostrar seu profundo repúdio à tentativa de golpe de Estado pela qual estamos passando. A mesma Faculdade de Direito onde estudaram os grandes Tobias Barreto e Castro Alves respeitou a tradição libertária e se levantou mais uma vez contra as violações institucionais e as ameaças a direitos tão caros, conquistados a muito custo pelos brasileiros. Em uma nota pública, integrantes da comunidade acadêmica da Faculdade de Direito do Recife tornaram público seu repúdio aos ataques à democracia brasileira e fizeram questão de registrar que essa agressão ao Estado de direito não pode ser confundida com o combate à corrupção. Esse combate é permanente, é necessário, é bem-vindo, mas deve acontecer, como ressalta a nota, estritamente dentro dos marcos do Estado democrático de direito e da Constituição cidadã de 1988.

A comunidades acadêmica ressalta ainda que – abre aspas:

Não é razoável que os procedimentos judiciais se tornem espetáculos midiáticos que desobedecem ao desenvolvimento regular de um processo, ignorando serenidade e prudência necessárias a um correto julgamento.

Grampos telefônicos verificados em escritórios de advocacia e advogados de investigados comprometem o sigilo profissional; conduções coercitivas em desacordo com o disposto no Código Processo Penal descumprem o devido processo legal; divulgação de conversas telefônicas sem conteúdo criminal, oriundas de grampos que foram realizados mesmo após o fim da autorização judicial e desconsideração das competências constitucionalmente estabelecidas para investigação de autoridades com prerrogativa de foro constituem atos judiciais exercitados em desacordo à legalidade estabelecida, violam e comprometem os direitos fundamentais que asseguram um Estado que se pretenda democrático de direito.



A Constituição não é supérflua em estabelecer direitos e garantias aos indivíduos. O Estado de exceção [que já experimentamos] deixou na sociedade brasileira marcas profundas de autoritarismo, até hoje não totalmente superadas em nossas instituições.

Fecho aspas.

Dessa maneira, eu não poderia deixar de ressaltar aqui esse espírito libertário, sempre presente nos pernambucanos, que nunca se curvaram às injustiças e, especialmente, às agressões à legalidade na história deste País. Desde o Brasil Colônia, Pernambuco sempre se insurgiu contra tramas e golpes, ainda que tenha pagado muito caro por isso em muitas ocasiões. Foi assim, por exemplo, em 1964, quando a nossa resistência à ditadura militar levou à prisão do Governador Miguel Arraes e a uma série de barbaridades perpetradas contra os que se opuseram ao fim da democracia, como ocorreu com Gregório Bezerra, que foi amarrado pelo pescoço e arrastado pelas ruas do Recife por homens do 4º Exército.

Então, sob uma nova e eminente ameaça de golpe, é natural que os pernambucanos se levantem outra vez contra essa ameaça à nossa jovem democracia.

Felizmente não estamos sós. As mesmas manifestações têm ocorrido em todos os cantos do Brasil. E, no próximo dia 31 de março, quando se completam 52 anos do golpe de 64, vamos tomar as ruas uma vez mais para mostrar toda a nossa oposição à quebra da ordem constitucional, especialmente numa expressiva marcha sobre Brasília.

Não vamos permitir que uma mulher que chegou à Presidência da República pela vontade soberana de mais de 54 milhões de brasileiros seja substituída em negociata tocada por meia dúzia de aproveitadores sem votos.

É vergonhoso observar que, enquanto nós lutamos para que o País supere as dificuldades políticas e democráticas dentro da normalidade constitucional, alguns estejam apostando na piora do cenário para favorecer esse golpe institucional, equivalente funcional do golpe militar do passado, já tendo montado até mesmo um Ministério para um eventual momento pós-Dilma.

É o que faz, por exemplo, o PSDB, que, sem apoio popular há quatro eleições consecutivas, para chegar à Presidência da República, resolve mergulhar o País no caos e se aproxima do Vice-Presidente para finalmente entrar no Palácio do Planalto, só que pela porta dos fundos.

É uma vergonha. Não é preciso derrubar Dilma para formar a coalizão que V. Ex<sup>as</sup> propõem a favor do Brasil. Essa coalizão pode ser formada agora, sem necessidade de ruptura da ordem democrática, sem a necessidade de querer chegar ao Planalto pelo esgoto.

Vamos sentar à mesa para trabalhar já pelo País. Tenham essa grandeza. E alguns perguntam: qual a saída? Como nós vamos retomar a estabilidade? Pelo respeito à democracia, pelo respeito à Constituição, pelo fim do cerco infundável montado pelos grandes meios de comunicação, setores do Estado brasileiro e uma oposição que não tem uma única proposta para o nosso País.

Hoje, pela manhã, a Presidenta Dilma recebeu uma série de juristas de todo o Brasil, que vieram manifestar a ela publicamente sua solidariedade e sua repulsa às ameaças institucionais pelas quais o Brasil vem passando.

Ontem, ouvi aqui...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... do Líder do PSDB que um futuro governo golpista chamaria o PT a participar de sua sustentação.

Não, Sr. Líder, não. De forma alguma. Esqueçam essa possibilidade, porque nem vai haver golpe e nem o PT aceitaria integrar um governo responsável pela ruptura da nossa ordem democrática e pela violência à nossa Constituição.

Se querem preservar a estabilidade jurídica e democrática nacional, respeitem a lei, submetam-se à vontade do voto popular e aceitem um governo que não é o de vocês. Assim é a democracia.

Não é só no Brasil que esse movimento apequenado é visto com repulsa. No exterior são imensas e sólidas as manifestações de que as soluções para a nossa crise devem ocorrer com respeito à lei e às urnas. Assim se posicionaram veículos como o *New York Times*, como a revista *The Economist*, e assim têm se manifestado diversas vozes em todo mundo.

Nossos vizinhos sócios do Mercosul, por exemplo, já estão avisando que o Brasil pode ser suspenso do bloco caso a Presidenta Dilma seja impedida de governar, dado o caráter ilegal de que se reveste esse movimento. E não é Evo Morales que está dizendo isso; não é o Presidente do Uruguai; é o Presidente da Argentina. É o governo argentino recentemente eleito, um governo liberal, demonstrando que os liberais e





a direita brasileira não estão conseguindo acompanhar os ventos que o novo liberalismo está trazendo para a América Latina. Ou seja, esse golpe, que vem sendo urdido de maneira sórdida, essa conspirata que quer nos reduzir a uma República de bananas não pode ser abraçada por quem tem apreço à democracia e às liberdades.

Quem deve renunciar não é a Presidenta da República; quem deve renunciar são vocês, conspiradores. Renunciem ao golpe, renunciem à vergonhosa manobra para rasgar a nossa Constituição. Renunciem à tentativa de submeter a nossa democracia aos seus caprichos pessoais. Nós todos passamos; a nossa democracia está sendo construída para ficar. Não manchem as páginas da nossa história com mais um capítulo tão sombrio. Não leguem às futuras gerações a tristeza de um governo ilegítimo e ilegal.

Toda cidadã e todo cidadão brasileiros devem estar atentos ao grave risco que corremos não só do ponto de vista institucional, como do ponto de vista social. Vamos lutar até o fim em favor do Estado democrático de direito e contra o retrocesso. O Brasil não vai ser reduzido ao nível da estrutura moral dos que defendem esse golpe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Humberto, como Líder que fez uso da tribuna.

E, agora, Senadora Vanessa, que é oradora inscrita. Depois, uma comunicação inadiável e volta-se para...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Jorge Viana, eu sou o próximo inscrito? É comunicação inadiável?

Senador Jorge, dá para dizer a lista dos próximos oradores?

Dá para dizer quem são os próximos oradores?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A lista de oradores é a seguinte. Eu estava explicando para o Senador Moka que o Senador Humberto acabou de usar da tribuna como Líder, pela Liderança; ele foi o primeiro Líder inscrito. Agora, então, será a Senadora Vanessa como oradora. Depois, tenho de me recorrer a uma comunicação inadiável, voltar para um orador, e logo em seguida passar a palavra para um líder inscrito, que será o Senador Moka. Então, essa é a sequência. Depois, V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Vanessa Graziottin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente!

Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, hoje é o Dia Mundial da Água, e eu, como V. Ex<sup>a</sup>, que tenho profunda preocupação com o meio ambiente, gostaria muito de vir à tribuna e fazer o pronunciamento que eu própria preparei principalmente porque venho de uma cidade banhada pelo maior rio do Planeta, o Rio Amazonas; uma cidade onde se encontram os Rios Negro e Solimões, que também formam aquele Rio; mas uma cidade onde, infelizmente, meio milhão de pessoas sobrevivem, todos os dias, sem água encanada nas suas casas.

Mas, Sr. Presidente, frente a todos os pronunciamentos que me antecederam, não posso também deixar de falar sobre o assunto aqui suscitado, como venho fazendo já há algumas semanas.

Amanhã, eu virei à tribuna e farei questão de ler o pronunciamento sobre o Dia Mundial da Água, tecendo comentários sobre os problemas vividos pelo povo do meu Estado e, sobretudo, da nossa capital, Manaus.

Mas quero, aqui, dar continuidade ao debate estabelecido, que considero o principal tema no dia de hoje do nosso País. O que está em cheque é a própria democracia. O que está em cheque não é o mandato de uma presidenta só eleita democraticamente; o que está em cheque no País é a própria democracia.

Nesses últimos dias nós temos assistido, pelas mídias sociais, pela internet, pelas rádios e pelas televisões, a uma série de atos e conflitos que, infelizmente, estão ocorrendo Brasil afora.

Senador Lindbergh, muito me entristeceu ao que assisti no dia de ontem: de um lado, um grupo de estudantes defendendo o golpe, a favor do *impeachment* contra a Presidente Dilma; e, do outro lado, um grupo defendendo a democracia, muitos dos quais não estavam lá nem defendendo o Governo da Presidente, somente defendendo a democracia e contrários ao golpe. E a Polícia Militar chegou e agiu de uma forma extremamente violenta contra o grupo que se colocava contra o golpe.

Lamentável! Mas o que ocorreu? A ação de ontem, eu repito, foi arbitrária e vem se repetindo nas sedes de partidos políticos, como a do meu, que, ontem, em Goiás, recebeu um coquetel caseiro, molotov; como a do Partido dos Trabalhadores, que vem sendo atacada. São casas de Parlamentares que vêm sendo atacadas de invasão.

Mas a cada ação vem uma reação. E o que é que aconteceu no dia de hoje? Eu recebi, também pelas



mídias sociais, um ato, Srs. Senadores, gigantesco na PUC de São Paulo, contra a violência, contra a intolerância e contra o golpe. E é esse o caminho que nós estamos trilhando. E aí eu não me conformo, acho que nós temos de parar de passar a régua na seguinte questão, parece, porque é isso que a imprensa diz todos os dias e repete todos os minutos: quem é contra o *impeachment* é a favor da corrupção ou no mínimo contrário às investigações da corrupção.

E eu tenho dito aqui: tenha santa paciência! Acho que algumas pessoas bem-intencionadas Brasil afora têm de abrir os olhos para o que de fato vem acontecendo.

Desde os últimos dias, vem sendo divulgado e publicizado aquilo que falamos há algum tempo: está em curso no País um grande acordo para tirar ilegalmente, através de um golpe, a Presidente do poder. Senador Moka, vamos voltar a falar sobre este assunto: tirar a Presidente do poder, e já estão até montando um governo, escolhendo os ministros para as áreas de economia e tudo mais.

O que é isso? Aí, dizem: “Não, mas o processo de *impeachment* é legal, constitucional e está em curso. Se aprovarem o *impeachment*, ela sai; se rejeitarem, ela fica.” Mas, para o *impeachment* ser aprovado, tem que haver uma razão. Nesse sentido, hoje já foi decidido pelo próprio Presidente da Comissão o que vale. O que vale e o que será analisado pela Comissão do *Impeachment* é tão somente o que consta na peça.

E o é que consta na peça inicial? Os decretos assinados no ano de 2015, abrindo créditos suplementares. É isso o que consta. Aí eu pergunto aos Senadores e Senadoras que conhecem até melhor do que eu a legislação, a prática de todos os governos que militam na Comissão de Orçamento: isso caracteriza crime que justifique a subtração de um mandato democraticamente conquistado, como o foi o mandato da Presidenta Dilma?

E eu fico, assim, com uma sombra muito forte, uma luz muito forte de esperança, porque vejo que a sociedade não está paralisada. Ontem, os meninos, os jovens, as meninas da USP sofreram, mas não foram para casa de cabeça baixa, não. Voltaram, voltaram para fazer um movimento maior do que o que havia sido feito ontem.

Fiquei muito feliz também de ver a manifestação espontânea de escritores, homens e mulheres do livro – como eles se denominam –, que elaboraram um manifesto contra o abuso de poder e a intolerância. Já há mais de 1.500 assinaturas nesse manifesto, que era do desconhecimento de todos. Eu não tinha conhecimento disso. E por quê? Porque eles o faziam em uma rede fechada de Facebook, de *e-mails*. São escritores, poetas, críticos literários, tradutores, donos de editoras, diagramadores, mediadores de leituras, bibliotecários. Gente do livro. Gente da cultura. Como? Vou citar aqui alguns nomes, porque – repito – são mais de 1.500 homens e mulheres vinculados ao livro e que assim se manifestam.

Vou ler alguns nomes. Vou começar sabem por quem? Milton Hatoum, um belo escritor da minha terra, do Estado do Amazonas; Chico Buarque de Holanda; Laerte; Aldir Blanc; Antonio Candido; Fernando Moraes; Lira Neto. Aí vem, João Paulo Cuenca; Marcelo Moutinho; Marcelino Freire; Angélica Freitas e tantos outros.

E o que eles dizem? O que eles destacam? Que o que está ameaçado hoje no nosso País é a ordem constitucional. Nós temos hoje claramente uma ameaça à institucionalidade. Então, eles percebem a necessidade de democracia, para que a leitura sobreviva agora e sobreviva para a história. Eles entendem que este não é o momento de ficar parado. Este é o momento de agir. E aqui não há nenhum funcionário público. Aqui não há... Vai ver que a maioria não tem nem filiação partidária, porque aqui tentam dizer também:

“Não, os que vão para a rua do outro lado, esses são só os filiados aos partidos, os funcionários públicos.” Não, não são só esses, não. Olha o que eles dizem em determinado trecho do manifesto:

Ao percebermos as conquistas democráticas ameaçadas pelo abuso de poder e pela violação dos direitos à privacidade, à livre manifestação e à defesa, combinadas à agressividade e intolerância de alguns, e à indesejada tomada de partido por setores do Poder Judiciário, convocamos os profissionais do livro a se manifestarem em todos os espaços públicos pela resistência ao desrespeito sistemático das regras básicas que garantem a existência de um Estado de direito.

Dizemos não a qualquer tentativa de golpe e, mais forte ainda, dizemos sim à Democracia.

E aí segue, Senadora Regina – e, na sequência, eu concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup> –, relatando o seguinte: infelizmente hoje, nessa situação que podemos caracterizar de intolerância que nós estamos vivendo. “Há gente que [...] pensa que ser contra a intolerância significa aceitar a corrupção.” É isso que prevalece porque é isso que...

(Soa a campanha.)

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... os meios de comunicação isam para a população, no dia de hoje, mas não existe apenas esse manifesto.



Hoje pela manhã – e o orador que me antecedeu falou sobre isso –, houve um belíssimo ato, no Palácio do Planalto, de juristas pela democracia. E o que disse o Governador Flávio Dino, ex-Juiz Federal, que, para seguir a carreira política, abdicou da sua carreira jurídica? O que ele disse? “E se juiz [...] quiser fazer passeata [...]. Basta pedir demissão [...]. Mas não use a toga para fazer política [...]”. Essas foram as palavras dele hoje pela manhã.

E eu tenho inúmeras frases aqui, Senadora Regina, uma melhor do que a outra, ditas pelos juristas hoje pela manhã. Mas segue aqui: a conduta política no Judiciário brasileiro e as arbitrariedades na condução da Operação Lava Jato têm sido condenadas porque o “Judiciário não pode mandar...”

*(Interrupção do som.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – carta para passeata”. (*Fora do microfone.*)

Diz o seguinte o Governador Flávio Dino, ex-Deputado e ex-Juiz Federal: “Judiciário não pode mandar carta para passeata. E se o juiz, o procurador quiser fazer passeata: há um caminho. Basta pedir demissão do cargo.” O que não pode é politizar a Justiça, não pode.

Quando nós viemos aqui à tribuna e criticamos muito, Srs. Senadores, a condução coercitiva do Presidente Lula, sem qualquer base legal, qual foi a resposta que ouvi de muitas pessoas? “Há, mas foram 117 antes e ninguém falou.”

Pois bem, hoje foram, sabe, quantas mais? Foram 28. Repito: 28. E o artigo do Código de Processo Penal que deveria aqui estar citado na peça do juiz – está aqui o Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, que é o que está em vigor – diz que: “Sempre que possível, o ofendido será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por termo as suas declarações.”

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E o §1º: “Se, intimado para esse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, o ofendido poderá ser conduzido à presença da autoridade.” Isso é condução coercitiva.

Pois bem, aqui nessas conduções coercitivas de hoje, o juiz diz o seguinte: “Apesar de toda a recente polêmica sobre a medida, ela envolve a restrição de liberdade muito momentânea, apenas para a tomada de depoimento.” E ele alega a necessidade de tomar concomitantemente todos os depoimentos do dia de hoje.

Ora, nós não somos contra a corrupção. Pelo contrário, contra a corrupção é aquele que não deixa o Ministério Público ter autonomia, como não deixou no passado, é aquele que não valoriza as instituições, é aquele que não valoriza as leis da transparência. E este Governo jamais pode ser acusado disso.

Eu lembro-me, com muito...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... orgulho, Senador, (*Fora do microfone.*) o dia em que eu estava no Palácio do Planalto – o Palácio estava em obras e era aqui no Centro Cultural Banco do Brasil –, quando foi feita a sanção da lei pela Presidente Dilma, da Lei da Transparência. Isso é algo fenomenal que aconteceu nos últimos tempos. Então, eu lamento...

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte?

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu concedo à Senadora Regina e, para concluir, a V. Exª. E concluo, Sr. Presidente.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Regina.

**A Srª Regina Sousa** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Vanessa. Eu queria só complementar algumas coisas que a senhora diz, constatações do que aconteceu na sexta-feira, por exemplo. A matemática é impressionante, não é? Essas pessoas ainda dizem que não tem parcialidade, mas se percebeu a matemática dos mesmos contadores de gente na rua, que chegaram ao ridículo de dizer que, na Paulista, havia só 95 mil pessoas, e se via a foto e não havia quase diferença entre a de domingo para a de sexta-feira.

*(Soa a campanha.)*

**A Srª Regina Sousa** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas é parcialidade nas mínimas coisas. A impressão é de que já há um acordão. Há essas conversas aí montando o Governo, para parar a Lava Jato assim



que passar o *impeachment*. Vai aparecer um engavetador geral da República, de novo, e vai parar, porque o Cunha não estaria com tanta desenvoltura, com a pressa que está – acho que vai fazer sessão até na Semana Santa – para contar logo o tempo, se não fosse a certeza de que, depois disso, não acontece nada com ele. E olha que ele é o primeiro réu produzido na operação. O noticiário, a Globo, no domingo, começou às seis da manhã, chamando as pessoas, mostrando as pessoas chegando de metrô, de ônibus, seis da manhã, e foi o dia inteiro fazendo chamada. Na de sexta-feira, deu um *flash*...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

**A Srª Regina Sousa** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ela não se interessou pelo assunto. Aí depois faz os comentários a partir do que a polícia diz sobre quantas pessoas havia. Então, o que é certo é que este País está dividido. É como o Humberto falou, passou o *impeachment*, muita gente está enganada achando que, no outro dia, fica tudo maravilhoso: o Temer assume, o Vice-Presidente é o Cunha e vamos ficar quietinhos assistindo à derrocada deste País. Estão muito enganados. Acho que precisamos refletir, porque não sei como vão se sentir essas pessoas que estão fazendo a defesa do *impeachment*, no dia seguinte, no dia em que o Temer viajar, tendo como Presidente da República o Eduardo Cunha. Eu queria que alguém explicasse isso. Obrigada.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senadora Regina, e incluo-o em meu pronunciamento. V. Exª tem muita razão. As pessoas estão sendo levadas pelo senso comum que foi construído pela mídia, no nosso País.

(Soa a campainha.)

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu lamento muito que isso venha acontecendo à margem e à revelia da lei.

Senador Lindbergh, para que eu possa concluir.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Vanessa, V. Exª é uma guerreira, uma combativa Senadora, que defende suas posições, que está sempre nesse combate. Eu queria só dizer em relação à manifestação dos estudantes, via UNE. Hoje eu estava lendo uma postagem da nossa Presidente da UNE, Carina, que estava nesse evento da PUC, e a Polícia Militar de São Paulo, infelizmente, é assim: quando são aquelas outras manifestações, em que há o pessoal que pede intervenção militar, a Polícia Militar recebe flores, tira *selfies*. Agora, quando é manifestação de professor, manifestação de estudante, ela é extremamente agressiva, autoritária, violenta. Essa é a Polícia Militar de São Paulo hoje. Nesse episódio da PUC, parece que ela tomou lado. Havia dois grupos se manifestando, um a favor do *impeachment*, outro, contra...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ela tomou lado. Agora, Senadora, quando V. Exª falou das manifestações, olha, está acontecendo algo novo no País. E eu falei da característica das manifestações de sexta-feira. Não eram manifestações de militantes partidários. Havia uma juventude, havia professor, havia advogado, havia muita gente que veio para as ruas defendendo a democracia. Isso está muito forte por quê? Porque há um atropelo, um atropelo legal visível. Querem tirar uma Presidente da República sem base jurídica, com pedaladas e decretos suplementares, a condução do Presidente Eduardo Cunha, os exageros do Poder Judiciário, essa caçada contra o Presidente Lula. Então, eu acho que está surgindo algo novo aqui, que temos que observar bem, e vocês...

(Interrupção do som.)

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... podem saber o seguinte... (Fora do microfone.) Eu vou encerrar, Senador Medeiros. Eu tenho certeza de que, no dia 31, os nossos atos vão ser muito maiores do que esse. No próximo dia 24, vai haver também a Frente Povo sem Medo, do Guilherme Boulos, do MTST e várias entidades. Vai haver um ato em São Paulo, e também vai ser um ato expressivo. Eu concluo dizendo o seguinte: ao contrário do *impeachment* do Collor, que unificou o Brasil, o que nós estamos vivendo hoje está dividindo profundamente a sociedade brasileira. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu que cumprimento V.





Exª, Senador, pela garra, pela disposição em colaborar nessa luta, que temos repetido, apesar de poucos nos ouvirem: não é uma luta só em defesa da Presidente, é a luta da Constituição, é a luta em defesa da democracia.

Presidente, se me permitir, para eu concluir de vez, o Senador Randolfe...

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. S/Partido - MT) – Senadora Vanessa, estou recebendo bastantes sinalizações dali do Plenário...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, mas o Senador Randolfe...

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Serei breve, Presidente. Serei breve. Senadora Vanessa...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... se me permite. Agradeço a V. Exª e ao Presidente pela concessão do aparte. *(Fora do microfone.)* Serei breve, para comunicar aqui ao Plenário. Aproveito o pronunciamento de V. Exª para comunicar ao Plenário que estou retomando uma proposta de emenda à Constituição que já foi aprovada na CCJ desta Casa. Uma proposta de emenda à Constituição, Senadora Vanessa, do seu colega do Amazonas, o Senador, o então Senador Arthur Virgílio. Nessa proposta de emenda à constituição, que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em 2006, o Senador Arthur Virgílio e outros Senadores propõem o seguinte: alterar o art. 79 e o art. 81 da Constituição Federal para que, em caso de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente substituisse provisoriamente e convocasse novas eleições, no prazo de 90 dias. Eu acho, Senadora Vanessa, diante dos acontecimentos, que existe por um lado informações...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... não somente em relação à Presidente, mas em relação à chapa presidencial. Eu acho que era o momento de retomarmos essa proposta de emenda constitucional, porque, se por acaso proceder o impedimento da Presidente, o que considero mais justo e adequado é que possamos ter novas eleições no Brasil. O Vice-Presidente da República, como é em várias democracias do mundo todo, convoca novas eleições, no prazo de 90 dias, para resolver o impasse constitucional. O que eu temo, Senadora Vanessa, é o acirramento do clima que já está hoje. O que temo é o acirramento principalmente desse clima que está nas ruas. E, sinceramente falando, a posse, a eventual posse do Vice-Presidente Michel Temer, ao contrário do que alguns pensam, no meu entender, não trará estabilidade nenhuma para a República.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço o aparte. Apenas um reparo, para concluir, Senador.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho que até devemos discutir essa proposta de emenda à Constituição. Entretanto, precede, no meu entendimento, o debate sobre o *impeachment*. Com que base jurídica querem votar o *impeachment*, que tem um conteúdo técnico, mas com os olhos voltados para as ruas? O que é isso? Quando que uma crise pode justificar a queda de uma Presidente ou de um Presidente eleito democraticamente no País? Então, concordo com V. Exª, mas precede o debate profundo, Senador, sobre o *impeachment* que querem aplicar contra a Presidente, no nosso entendimento, sem nenhuma base legal, sem nenhuma base jurídica.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Peço desculpas a V. Exª pelo tempo.

*(Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. S/Partido - MT) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, os olhos do mundo estão voltados para o Brasil, ; últimas semanas, especialmente os olhares daqueles comprometidos com a defesa da democracia,





com a defesa dos direitos humanos. Começa a tomar força, não só no Brasil, como nos países que prezam a democracia, uma indignação crescente sobre os rumos que está tomando o nosso País. Na última sexta-feira, mostramos que aqueles que defendem o respeito à Constituição são em muito maior número do que diz a Rede Globo.

Mais ainda, as notícias veiculadas no fim de semana deixaram claro para todos, não apenas no Brasil, mas em todas as partes do mundo, que cada vez mais vozes estão se levantando contra aqueles que insistem em atacar as garantias do Estado democrático de direito e em colocar em risco a nossa democracia.

Está cada vez mais explícito o que já estamos alertando desta tribuna faz tempo: o que está acontecendo neste País nada tem a ver com o combate à corrupção. Quem está tentando acabar com as investigações não somos nós. Só defendemos que as investigações sejam republicanas e não sejam seletivas. O que está acontecendo, Sr. Presidente, é um plano orquestrado, com a conivência de grande parte da mídia, de parte do Judiciário e de grande parte da oposição, para derrubar o Governo à força e para destruir o PT e o nosso maior líder, que é o ex-Presidente Lula. A essa tentativa de aniquilar uma força política com uma perseguição implacável se dá o nome de fascismo. Já vivemos isso em nossa história com a perseguição às esquerdas durante a ditadura militar, e as consequências, como todos nós sabemos, foram devastadoras.

O golpe que estamos enfrentando têm diversas faces. Muitos Senadores já ocuparam esta tribuna citando ações espúrias de diversos matizes, mas vou chamar a atenção para o fato de que a opinião pública internacional começa a se levantar. A denúncia do golpe ganhou, portanto, escala internacional. As vozes de alerta se levantam pelos quatro cantos do mundo.

Vou relembrar aqui apenas algumas das muitas declarações do fim de semana. Por exemplo, o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, disse considerar imprescindível que “o mandato constitucional da Presidenta Dilma seja assegurado, conforme a Constituição e as leis, por todos os Poderes do Estado e por todas as instituições do País, assim como se deve evitar o menosprezo de sua autoridade, venha de onde vier”. Apesar de deixar claro que defende a continuidade das investigações da Operação Lava Jato, o Secretário da OEA chamou a atenção para a responsabilidade de não se colocar em risco a democracia. Com ele, líderes sul-americanos, referências nos países que governaram ou ainda governam, também levantam suas vozes para denunciar...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...o que está em curso no Brasil e em outros países do Bloco.

O Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, que também preside a Unasul, já soltou uma declaração, pedindo que se respeite a ordem constitucional do mandato da Presidenta Dilma.

Uruguai, Venezuela, Argentina, Equador e Bolívia também expressaram seu apoio ao Governo da Presidenta Dilma e deverão firmar uma posição comum na Unasul sobre a crise vivida no Brasil.

Da mesma forma também, Sr. Presidente, o Prêmio Nobel da Paz o argentino Adolfo Pérez Esquivel enviou carta em solidariedade à Presidenta Dilma e ao ex-Presidente Lula. Ele lembrou que “a corrupção não se combate violando a Constituição; combate-se com transparência e com democracia”. Para ele também existe uma condenação antes de se saber se as denúncias são verdadeiras ou não.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero ainda, Sr. Presidente, acrescentar o movimento que ganha força no País colocando-se firmemente contrário a essa tentativa de golpe urdida no nosso País por setores da oposição, por parte da mídia empresarial e, infelizmente, por parte do Poder Judiciário.

Hoje mesmo, no Palácio do Planalto, houve um belo ato, Senador Lindbergh, quando mais de cem advogados e dezenas de entidades, as mais representativas da sociedade, lá estavam para afirmar sua posição em defesa...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...da democracia. Foi um ato que está repercutindo, repito, pelo seu grau de representatividade, porque lá estavam juristas, lá estavam entidades mais representativas da luta em defesa do povo brasileiro no que diz respeito à defesa da legalidade democrática.

Quero ainda fazer coro com os que aqui já destacaram o manifesto dos artistas e intelectuais que se



colocam também claramente contra o golpe e pela defesa da democracia. Esse manifesto conta com símbolos da luta em defesa da democracia nos mais diversos campos em que atuam...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...seja no campo da literatura, seja no campo da música, como Chico Buarque, como Marcelo Rubens Paiva, como Antonio Candido e tantos outros. O manifesto, divulgado nesta segunda-feira, contra as ameaças à democracia e às liberdades individuais já conta com a assinatura de mais de três mil pessoas.

Quero ainda aqui, Sr. Presidente, destacar o apoio da Igreja. A igreja Povo de Deus em Movimento, um coletivo de paróquias, de comunidades, de padres, de leigos e leigas, de religiosas e religiosos, também já se pronunciou através de nota, alertando para a necessidade de se garantir que a Operação Lava Jato tenha um caráter republicano, punindo quando há provas de ilegalidade cometida, e não pirotécnico, visando à promoção de um ou outro herói da Nação.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero aqui também destacar o papel da CNBB, que já se manifestou diversas vezes, deixando claro que não apoia golpes. O sermão proferido pelo Bispo de Crateús, D. Ailton Meneguissi, no último domingo, resume muito bem o pensamento da maioria dos quase 500 bispos do Brasil. Ele disse que a CNBB não concorda com corrupção, apoia a investigação de denúncias, para que, se comprovadas, punam-se os culpados. Abro aspas para o que disse ele: “Mas, veja bem, o que está acontecendo no Brasil é que já estão tratando de criminosos antes de se provarem as coisas”. D. Meneguissi lembrou que a corrupção está em todos os partidos políticos, e não apenas no PT, e que a CNBB não aceita que partido político nenhum aproveite esta crise para dar golpe no País.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Diz ele ainda: “Nós não estamos interessados em trocar governo simplesmente. Nós queremos que o País seja respeitado, que os cidadãos brasileiros sejam respeitados. É isso que quer a CNBB”. E ainda alertou o Bispo D. Meneguissi – abrem-se aspas: “Tem muita gente lá posando de santinho, mas que nunca pensou em pobre e não pensa em pobre. Estão fazendo discurso bonito por que querem o poder. E com isso a CNBB não concorda.”

Por isso, termino nossa fala, Sr. Presidente, dizendo, mais uma vez, do quanto foi bonito ver o povo nas ruas nessa última sexta-feira. As manifestações foram extremamente representativas em todo o País.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Lá no meu Estado, o Rio Grande do Norte, em Natal, a manifestação do dia 18 foi bem maior, inclusive, do que a de dezembro, até porque lá não estavam apenas os petistas ou os movimentos sociais e populares, lá estava ampla parcela da população, que, neste momento, está cada vez mais compreendendo que, para além de defender o Governo da Presidenta Dilma ou esse ou aquele partido político, é preciso ir às ruas para defender exatamente a democracia, para que, portanto, que a Constituição seja respeitada.

Quero dizer que, no próximo dia 31, vai haver outro ato convocado pela Frente Brasil Popular. E não tenho nenhuma dúvida de que o ato do dia 31 de março vai ser mais representativo ainda. Não tenho dúvida de que o povo vai...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...fazer mais bonito ainda no dia 31, vindo, com mais paixão ainda, com mais determinação ainda, para as ruas, lembrando-se, inclusive, do triste 31 de março de 1964, quando do golpe militar, que colocou este País nas trevas.

Portanto, no dia 31 de março, estaremos, mais uma vez, nas ruas, para dizer, com toda a convicção, “golpe nunca mais”, para dizer, com toda a convicção, que defender a democracia significa, sim, defender a soberania do voto popular. Na democracia, é normal a alternância do poder, mas essa alternância tem de se dar pela via da urna, tem de se dar exatamente pela eleição.

Nós não vamos...

*(Interrupção do som.)*



**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...desistir de maneira nenhuma! Repito, essa onda hoje de defesa da democracia, essa onda contra o golpe é uma onda que está tomando conta do País, inclusive com o grau de representatividade que tem. A OAB tomou uma posição, infelizmente, a favor do *impeachment*, mas, dentro da própria OAB, hoje, há vozes crescentes dissonantes dessa posição, inclusive, que a própria OAB tomou.

Então, é com este sentimento de alegria, mas de firmeza e de consciência cívica, para defender a nossa Constituição, para defender a nossa democracia, que continuaremos vigilantes. E, no dia 31 de março, estaremos muito mais fortes nas ruas para dizer: “Golpe nunca mais!”

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. S/Partido - MT) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, já falei hoje sobre as manifestações de sexta-feira. A Senadora acaba de sair da tribuna, falando do caráter massivo das manifestações. Na Paulista, havia mais de 500 mil pessoas; em Pernambuco, mais de cem mil; no meu Estado, 70 mil pessoas! O que foi importante nessas manifestações é que elas foram amplas. Não foram só manifestações de militantes do PT e do PCdoB. Havia muita gente, muita juventude! Advogados e professores estavam ali para defender a democracia. Muita gente, mesmo crítica ao Governo, estava participando, por entender que o que está acontecendo hoje no Brasil é um golpe à democracia.

Nessas manifestações, Sr. Presidente, ninguém fez discurso de ódio, ninguém pediu a volta da ditadura, ninguém questionou a presença dos pobres na política, ninguém questionou direitos sociais e econômicos da população em geral ou a afirmação dos direitos das minorias. Todo mundo pediu respeito à democracia, ao Estado democrático de direito e aos direitos e garantias que protegem todos. Ninguém pediu a destruição de ninguém, a redução de direitos ou retrocessos políticos e sociais. Ao contrário, a grande palavra de ordem foi a inclusão de todos na democracia. O grande sentimento foi o da tolerância.

Falo disso, Sr. Presidente, porque cresce – tenho discutido isto muito no Senado – a participação de grupos fascistas em algumas manifestações. Não por acaso, naquela manifestação de domingo na Avenida Paulista, fizeram a pergunta “em quem você votaria para Presidente da República?”, e 16% disseram: “Jair Bolsonaro”.

Eu cobrei do PSDB aqui, porque acho que o PSDB é, em parte, responsável, porque não demarcou o campo com esse pessoal. Conviveram pacificamente, nos mesmos protestos, com gente que defende, em pleno século XXI, a volta da ditadura militar.

Eu falo isso porque, na sexta-feira, em Belo Horizonte, na apresentação de um musical sobre Chico Buarque – todo o Brasil acompanhou –, o diretor e ator desse musical, Cláudio Botelho, no meio de sua peça, faz um ataque à Presidenta Dilma e ao Presidente Lula. Metade da plateia se levanta, indignada com a postura daquele diretor e ator. Aquilo aconteceu no sábado, Sr. Presidente; só que, na quinta-feira – eu queria chamar a atenção de V. Exª – esse mesmo ator e diretor, Cláudio Botelho, colocou em seu Facebook dele e o seguinte – olha o grau de intolerância em que estamos entrando:

Notícia de suma importância: Lindbergh Farias e Jandira Feghali morreram. Não morreram de fato, porque para morrer é necessário estar vivo. E vermes não vivem; vicejam. Vou dormir mais feliz hoje, porque sei que essa dupla vai pelo ralo junto com a Máfia geral e que, no máximo, serão síndicos dos seus prédios. Portanto... morreram! Viva a morte de Lindinho e Fegalona, a mulher que nunca comprou um pente.

Pelo amor de Deus, Sr. Presidente, para onde estamos indo? Um sujeito com uma prática fascista, autoritária, desrespeitosa com um Senador da República e uma Deputada Federal! É esse clima de intolerância que cresce, hoje, no nosso País.

Sr. Presidente, saio dessas manifestações de sexta-feira muito animado, porque acho que vamos derrotar esse golpe. Não tem outro nome para chamar isso que está acontecendo no País, senão golpe! Golpe! Golpe! E tenho certeza de que vários atores que não estavam envolvidos nessa disputa política, que não são próximos do PT, que não defendem o Governo, começam a perceber isso.

Nós, Sr. Presidente, somos favoráveis a todas as investigações. E quero entrar nisso depois. Mas, primeiro, quero falar deste *impeachment* que está sendo conduzido por Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados. Um *impeachment* sem base jurídica. O que eles argumentam? Pedaladas fiscais, abertura de créditos suplementares.

Aqui nós temos argumento para cada um desses pontos. Não se sustenta! É um absurdo!

Tentaram agora anexar a delação do Senador Delcídio. Ora, depois da delação tem de haver uma estigação. Acho muito engraçada a oposição! Eles querem pegar a parte da delação que ataca o Governo. A é verdadeira. A parte da delação que ataca gente da oposição é falsa.



O Senador Aécio Neves, na semana passada, fez aqui um pronunciamento. Eu só cobrei coerência. Eu não acho que se a pessoa é delatada cometeu um crime. Há que se investigar. O que não pode é a oposição dizer o seguinte: “a delação contra o Governo vale; contra a gente, é mentira. São bandidos.” Não pode! Eles tiveram de recuar.

Então, Srs. Parlamentares, Srs. Senadores, ouvintes da TV Senado, é uma irresponsabilidade continuar com esse processo de *impeachment*. Tenho certeza de que nós vamos vencer, mas a continuidade desse processo pode aprofundar muito o racha na democracia brasileira, o trauma na nossa democracia. E aí, quando eu falo das investigações, é preciso que se diga: nós queremos que as investigações alcancem todos. Não pode haver investigação seletiva; tem de ser aprofundada. O que nós dizemos sempre é que elas têm de ser pautadas pela legalidade, pelo respeito à nossa Constituição.

O que nós condenamos, Senador Randolfe, é o caráter sempre seletivo das denúncias; os sistemáticos vazamentos ilegais de informações sob segredo de justiça; a “espetacularização” do processo, em conluio com a mídia partidarizada; o uso abusivo das prisões provisórias, como forma de forçar as delações premiadas; a escandalosa prática de grampear advogados, comprometendo o direito à defesa; as conduções coercitivas, sem intimação prévia, em flagrante ilegalidade; o uso desavergonhado de dois pesos e duas medidas; e até mesmo escutas ilegais contra a Presidente da República, emulando o que havia sido feito pela NSA norte-americana.

Tudo isso configura um quadro muito perigoso, de atropelamento dos direitos e garantias individuais, com procuradores e juízes que se colocam acima da lei, em nome de uma óbvia agenda política.

Sr. Presidente, o que fizeram com o Presidente Lula foi um grande absurdo, uma caçada contra o Presidente. Primeiro, a condução coercitiva, sem ser intimado. A pessoa só pode ser levada coercitivamente se for intimada e se negar.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Depois, os promotores de São Paulo com aquele pedido de prisão provisória, com o qual até os Líderes da oposição discordaram, porque eram muito frágeis os argumentos.

Depois, esses grampos. Grampos ilegais, Sr. Presidente! Porque o que eu falo aqui é da legislação. A Lei das Interceptações Telefônicas, em seu art. 8º, diz o seguinte: “A interceptação de comunicação telefônica [e continua] [...], preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.”

O art. 9º diz o seguinte: “A gravação que não interessar à prova será inutilizada [...]” Eu ouvi gravação até de D. Marisa com seu filho; gravações de todo tipo, com o advogado do Presidente Lula, Roberto Teixeira. Foram interceptadas não só as conversas dele com o Presidente. O Senador Jorge Viana ligou para...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... o advogado do Presidente Lula e teve a conversa interceptada. *(Fora do microfone.)*

Vazamentos ilegais. No caso da Presidente Dilma, tinham que ser mandados, imediatamente, para o Supremo Tribunal Federal.

Falo de todos esses atropelos, mas queria chegar ao último.

Peço a V. Exª um pouco mais de tolerância para eu concluir nesse momento. Não vou me alongar muito, Senador Medeiros, mas esse barulho, de um em um minuto, atrapalha muito. Então, eu queria pedir a V. Exª, como é praxe aqui, que colocasse cinco minutos, e eu vou tentar concluir o meu pronunciamento sem essa pressão da campanha em cima de nós. V. Exª está sendo mais rigoroso do que qualquer um aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. S/Partido - MT) – É porque eu tenho duas pressões: o Senador Moka e a Senadora Ana Amélia estão ávidos. Mas, vamos lá!

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu sei, mas é que nunca houve tanta campanha em um pronunciamento. Eu pediria um pouquinho mais de tempo para concluir.

Falo do último atropelo: como é que o Ministro Gilmar Mendes toma uma decisão como essa, em uma liminar, em cima de uma decisão de uma Presidente da República, que nomeou um Ministro, Lula, como Ministro da Casa Civil?

Aqui o que me impressiona é que estamos entrando num debate sobre separação dos Poderes, um dos princípios da República. Se um Presidente da República, se um Chefe do Poder Executivo, não puder indicar ~ seus principais auxiliares, aonde a gente está chegando?

O Ministro Marco Aurélio Mello disse, há 15 dias, que a pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário. A frase, na verdade, é de Rui Barbosa, que diz: “A pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário, porque





contra ela nós não temos a quem recorrer.”

Aí eu pergunto aos senhores: o Lula é condenado? Não é condenado. O Lula é processado? Não é processado. A denúncia não foi nem aceita. É um simples inquérito. A Lei da Ficha Limpa diz o seguinte: se você for condenado em segunda instância. É uma forma, inclusive, que está sendo usada na Administração Pública. Mas, só por haver um inquérito, o Ministro Gilmar Mendes impede que a Presidenta Dilma nomeie o Ministro da Casa Civil.

Aqui, quero entrar no segundo ponto, que é fundamental: a imparcialidade dos juízes. Essa é uma regra universal. O juiz tem que ter essa característica e essa postura. Não pode ser chefe de partido, chefe de facção. Nós não podemos aceitar como normal a partidização do sistema judiciário brasileiro. Isso é gravíssimo! Inclusive, a Constituição impede que promotor e que juiz tenham filiações partidárias. Hoje, falou muito bem o Governador do Maranhão, Flávio Dino: “se quiser fazer política, rasga a toga. Vá ser candidato. Vá fazer passeatas.”

Agora, encerro, Sr. Presidente, falando do terceiro ponto. São decisões do Poder Judiciário interferindo na conjuntura política.

Na semana passada, na quarta-feira, a Presidenta nomeou o Lula Ministro da Casa Civil. Aquilo teve um efeito aqui no Parlamento, porque o Presidente Lula tem relações aqui neste Parlamento com Deputados e Senadores dos mais diversos partidos. O que aconteceu? Agiram de forma política em cima de um fato da conjuntura. O juiz Sérgio Moro coloca diretamente para a Rede Globo, para a Globo News todas aquelas gravações, gravações que não tinham nada a ver com a questão das investigações, inclusive. E faz aquele vazamento. Convulsionou as ruas, criou um fato político.

Na sexta-feira, o Ministro Gilmar Mendes, depois de se encontrar com o Senador José Serra e com o ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga, depois das nossas manifestações, também interfere politicamente, porque, ali, o objetivo está muito claro, a meu ver, Presidente Dário Berger: impedir que o Lula vire Ministro da Presidenta Dilma, porque o Lula como Ministro aumenta a chance de superarmos essa crise e de sairmos desse quadro, que é de uma grande encruzilhada histórica. Então agiu, sim, politicamente.

E me preocupa muito essa decisão no Pleno do STF, porque, nesta semana, não há reunião do STF e, na próxima semana, segundo dizem, o Ministro Gilmar Mendes vai estar em viagem para Portugal. Então, parece-me claro que foi uma atitude política por parte do Ministro com o claro objetivo de interferir na conjuntura, para tentar impedir que o Presidente Lula, hoje nomeado Ministro pela Presidenta Dilma, assuma a Casa Civil antes da votação do *impeachment*. É isso o que está acontecendo aqui, no nosso País.

Senadora Simone, falei a V. Ex<sup>a</sup> que acho que temos que defender todas as investigações. Agora, com defesa da lei, da legalidade, da Constituição. Nenhum juiz pode estar acima da Constituição, nem o juiz Sérgio Moro. Ele tem que continuar as investigações dele, mas tem que fazer isso baseado na lei. Isso não é um mero detalhe.

Eu concluo, senhores. Eu queria falar aqui sobre o apoio internacional que a Presidenta Dilma, o Presidente Lula e o Brasil têm recebido, nesse momento, de diversos atores.

Agora chamo a atenção de Senadores e Deputados: uns querem decidir só com a pressão do seu Estado, das mobilizações de um lado ou de outro lado. Esse é o momento de olharmos para a história. Do jeito que estão fazendo, com esses atropelos, eu não tenho dúvida de que os historiadores de amanhã escreverão as páginas dos livros de História falando de um golpe contra a democracia brasileira. É isso que nós estamos vendo acontecer, sob a liderança de Eduardo Cunha, associado ao PSDB, à oposição, junto com a mídia dirigida, em especial pela Rede Globo, e o setor ligado a esse aparato do Estado. Nós vamos continuar a resistência.

Eu volto à tribuna, em outra ocasião, para mostrar a repercussão internacional do que está acontecendo. Lideranças políticas do mundo inteiro estão falando e observando o que está acontecendo aqui no Brasil.

Nós não vamos aceitar. Aceitamos resultados de eleições. Não vamos aceitar um golpe parlamentar conduzido por essa aliança e por um bocado de político que, na verdade, quer parar as investigações. Eles querem criar um novo governo, com um programa anti-povo – e eu vou me pronunciar mais à frente sobre isso –, para retirar direitos dos trabalhadores, para voltar com a política de privatização, para restaurar o neoliberalismo no nosso País.

Nós vamos resistir. No próximo dia 31, novamente, grandes manifestações nas ruas brasileira.

Nesta próxima quinta-feira, dia 24, em São Paulo, a Frente Povo Sem Medo também vai fazer um grande ato no Estado de São Paulo.

Não vai ter golpe! Esse movimento golpista não prosperará! Nós vamos organizar a resistência nas ruas o Parlamento brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.





*(Soa a campanha.)*

*(Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Nós é que agradecemos e cumprimentamos o Sr. Lindbergh Farias, que inclusive contemplei com mais uns dois minutinhos para que pudesse concluir.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – O Senador Medeiros estava muito crítico.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – O Senador Medeiros estava com o ...

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (S/Partido - MT) – Ele já tinha ganhado uns cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – V. Exª terá o mesmo tempo.

Falará como orador inscrito nada mais nada menos do que o ilustre Senador Waldemir Moka, a quem concedo a palavra.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, eu venho a esta tribuna encarregado que fui, na sexta-feira próxima passada, pelo Diretório Estadual do PMDB do Mato Grosso do Sul, do qual eu me orgulho de fazer parte, de ler a seguinte nota:

O PMDB de Mato Grosso do Sul reafirma a posição manifestada na Convenção Nacional do Partido de imediato rompimento com o Governo Federal e condena a nomeação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – um ato que fere a Justiça e é contrário aos interesses do povo brasileiro.

A Presidente Dilma não tem mais as condições políticas nem a credibilidade para conduzir o País através da crise, razão pela qual o PMDB de Mato Grosso do Sul orienta a sua Bancada no Congresso Nacional a votar favoravelmente pelo impeachment.

Nesse sentido, o PMDB de Mato Grosso do Sul requer a entrega imediata de todos os cargos federais de confiança ocupados por indicação do Partido e exige a demissão do Deputado Federal Mauro Lopes ou sua expulsão do Partido por descumprir decisão expressa da Convenção Nacional.

Essa é a nota que eu me comprometi a ler desta tribuna do Senado. Essa é a nota que representa a posição do meu Partido, o PMDB do Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, agora será não uma nota lida, mas exatamente o que penso disso tudo.

Eu ouço dizer que está em curso um golpe. Toda hora vem aqui “golpe”, “golpe”, “golpe”. Primeira coisa: foi instalada a Comissão da Câmara dos Deputados, e vale dizer que o rito que está sendo seguido foi exarado pela Suprema Corte deste País, ou seja, ninguém vai fazer nada de diferente do que a Suprema Corte deste País determinou.

O Presidente dessa Comissão é aqui de Brasília, o Rosso, e o Relator é de Goiás, o Jovair. Portanto, em que pese a colocação de alguns de que estaria sendo manobrada pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, há uma comissão especial que vai, no final, dentro dos prazos legais, exarar um parecer e decidir se aprova ou não o *impeachment*. Qualquer que seja a decisão dessa comissão especial, ela será votada na Câmara dos Deputados e exige quórum qualificado. Vale dizer: para ser aprovado o *impeachment* na Câmara dos Deputados, é preciso ter o voto “sim” de 342 Srs. Deputados; repito: 342 Deputados!

Ora, se 342 Deputados, legitimamente eleitos nos seus Estados, não tiverem representatividade para votar isso, não sei mais o que é democracia. A democracia pode ter mil defeitos, o Congresso pode ter um monte de gente com desvio e tal; a única coisa que não tem ali é gente sem voto. Os Srs. Deputados que lá estão foram eleitos democraticamente.

Depois de aprovado, se é que vai ser aprovado na Câmara dos Deputados, esse documento vem aqui para o Senado, que tem a prerrogativa de dizer se esse processo continua ou não.

E aí vai haver a manifestação dos Srs. Senadores. E eu pergunto para aqueles que insistem em dizer que isso é golpe: os Srs. Senadores aqui têm ou não têm a representatividade dos seus Estados?

O que eu acho mais engraçado é o seguinte: para qualquer coisinha que acontecia, invocava-se a posição da Ordem dos Advogados. Pois muito bem, a Ordem dos Advogados se manifestou por 26 votos a 2 favoráveis ao *impeachment* neste País. Então, quando é favorável a determinado segmento, está tudo bem.

Aqui se falou muito da igreja e tal, mas há uma declaração do Arcebispo de Nossa Senhora Aparecida que ninguém se lembra. Ninguém quer lembrar nessas alturas, não é? Mas o Arcebispo tem uma colocação interessante.

Isso tudo – estou dizendo – é um jogo de palavras, e, quando há esse acirramento político, só há um



jeito de a sociedade que se diz democrática dirimir essas diferenças: é no voto! E esse voto tem que ser dado pelo Congresso Nacional. Se não houver o voto, se não for votado aqui pelos legítimos representantes, aí, sim, você poderia estar falando em golpe. Esse não é um golpe. Tanto não é que a Suprema Corte legalizou o processo de *impeachment* e disse como ele deve ser conduzido.

Sou um daqueles mais discretos, talvez – há uns que gostam mais da tribuna, da televisão –, e, para mim, sempre deu certo, graças a Deus, porque é o meu nono mandato consecutivo, Sr. Presidente. E outra coisa: “Ah, os caras querem parar a investigação”. No meu nono mandato, Sr. Presidente, graças a Deus, tenho as minhas mãos limpas.

Assim, eu me sinto com autoridade para vir aqui e dizer que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eu tenho certeza de que a investigação vai continuar. Tenho certeza de que o juiz Sérgio Moro... Não sei, não sou jurista, vejo que há discordância, mas eu tenho certeza de uma coisa: ele fez pensando no País! Se a gente não soubesse também de um monte de gravações que ali foram colocadas, a indignação não estava correndo solta neste País como está.

Mas eu quero, democraticamente, conceder um aparte à minha conterrânea, à minha grande companheira Senadora Simone Tebet; logo em seguida, à Senadora – minha amiga também – Ana Amélia.

**A Srª Simone Tebet** (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Moka. Quero primeiro dizer a todos que estão nos ouvindo, especialmente à população sul-mato-grossense, que V. Exª foi designado emissário da Bancada do PMDB do Congresso Nacional – não só do Senado, mas da Câmara –, para falar e expressar o sentimento, que é um sentimento de unanimidade, de todo o Diretório da Executiva Estadual do PMDB de Mato Grosso do Sul. É importante deixar isso muito claro. Quero também dizer que fico feliz que tenha sido V. Exª. V. Exª tratou da questão da forma como merece ser tratada. Primeiro, devo dizer que, como V. Exª, eu estava extremamente constrangida, aqui no Senado – e isso já vem de algum tempo –, porque não me via no direito de falar de um partido alheio quando tenho tantos senões em relação ao meu próprio Partido. Recentemente, eu ouvi um provérbio que já foi muitas vezes dito na tribuna do Senado: “Na casa onde não há pão, todo mundo briga e ninguém tem razão”. Eu diria – pensando hoje no momento em que o País vive, na situação de falta de credibilidade em todos nós, da classe política – que, em causa em que não há retidão, em que não há correção, em que não há ética, todo mundo briga e ninguém tem razão. Vira isto que virou este País: um presidencialismo de coalizão. Um presidencialismo de coalizão que, na teoria, num determinado momento, faz sentido. Numa democracia, os partidos aliados têm que fazer parte mesmo do partido que ganha...

*(Soa a campanha.)*

**A Srª Simone Tebet** (PMDB - MS) – ... para governar o País, até para que, democraticamente, haja ideias diferentes e possam contribuir e colaborar na gestão pública. O problema é que esse presidencialismo de coalizão provavelmente é a causa de todos os males que estamos vivendo. Esse presidencialismo de coalizão passou a ter um exagero que chega às raias do absurdo. E, nesse aspecto, eu incluo principalmente o PMDB. Não me sinto confortável em falar do PT, da oposição ou da situação sem antes falar do PMDB do presente. E aí eu quero dizer a todos que estão nos escutando, Senador Waldemir Moka, que, de tudo o que foi dito na nota, entendo que é urgente a entrega de todos os cargos e ministérios do PMDB, para que tenhamos a independência devida para dizermos aquilo que queremos. Esse presidencialismo de coalizão, levado às raias do absurdo, gerou toda esta sorte de corrupção que hoje reina no nosso País – divisão de diretorias, esfacelamento dessa que é a maior empresa estatal do Brasil, uma das maiores do mundo – para ter partidos aliados para comandar este País. Eu falo isso com lamento. Eu falo isso como quem veio de um outro PMDB. Não é este PMDB que me orgulha. Eu lamento pela história presente do PMDB. E esse lamento vem numa forma de angústia. É um lamento que vem do mais profundo sentimento de pesar, porque o PMDB ao qual eu pertencço e onde nasci é o PMDB da história de luta pela redemocratização, de Ulysses Guimarães, de Teotônio Vilela, de Franco Montoro, de Tancredo Neves, mais recentemente de Pedro Simon, de Wilson Barbosa Martins, lá no nosso Estado, e – por que não me referir? – de meu saudoso pai, Ramez Tebet. Esse PMDB que lutou pela redemocratização, pela instituição do *habeas corpus*, da anistia, dos direitos civis antes ameaçados, esse PMDB histórico não merece o que está acontecendo hoje. Eu peço desculpa por me alongar neste aparte que faço em relação ao pronunciamento de V. Exª nesta tarde de hoje. Mas é preciso que coloquemos o dedo na ferida e possamos perceber que precisamos fazer também um mea-culpa, assumir aí a responsabilidade em relação ao Partido que temos. E começamos com o posicionamento do PMDB no Estado do Mato Grosso do Sul. Vamos entregar os cargos. Vamos entregar os ministérios, para que possamos, com convicção e ouvindo as vozes da rua, as vozes populares, decidir pela implantação, pela abertura do processo de *impeachment*. Eu concordo com V. Exª: não é golpe. O que nós temos de fazer é analisar. Com muita serenidade e com muita imparcialidade. Mas nunca colocando a forma, os possíveis abusos que possam estar acontecendo



acima do mérito. E o mérito tem nome: corrupção. Corrupção talvez não só de determinado partido, mas de muitos. Mas corrupção que o povo brasileiro não mais aceita. Não mais aceita quando morre nas macas dos hospitais, quando não tem segurança pública para garantir que vidas jovens não sejam ceifadas nos centros urbanos deste País, corrupção que está matando a esperança do povo brasileiro em melhores dias. Portanto, é lamentável. Eu não gostaria de, neste momento, estar dizendo isso, e encerro dizendo apenas uma coisa: sou do PMDB, mas não quero o Governo. Sou do PMDB, penso que o processo de *impeachment* tem que ser instalado, mas isso não significa que quero ver, a todo custo, acima da lei e da Constituição, um Presidente peemedebista. Quero que se faça justiça, que se ouça os clamores das ruas e que possamos com parcimônia, com imparcialidade e, acima de tudo, com o compromisso de unir novamente este País, decidir de acordo com a nossa consciência aquilo que for melhor para o nosso País.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Senadora Simone, eu sou muito coerente em meus atos. Eu disse, há pouco mais de um ano, que nós tivemos a oportunidade de começar melhor aqui também, no Senado. Eu fico muito feliz que V. Exª tenha colocado dessa forma, pois me dá a oportunidade de mostrar a coerência de princípios que sempre trouxe comigo. Sempre estive no PMDB, desde 1978, mesmo quando tive que me entrincheirar para combater muitas coisas com que não concordo em meu Partido, pois não acredito que mudando de partido vou consertar a sociedade brasileira. Eu prefiro ficar na minha trincheira, combatendo aquilo de que divirjo. E é o que estou tentando fazer.

Ainda hoje, para a minha alegria, fui informado de que no dia 29, como foi decidido na nossa convenção, com V. Exª presente, o Diretório Nacional do PMDB vai se reunir para tomar posição se continua no Governo ou se afasta do Governo.

Nós do Mato Grosso do Sul – não é nenhuma novidade –, nos últimos oito anos ou mais, sempre tivemos um adversário do PT. Nós sempre fomos adversários do PT. Então, para mim, até aqui, não há novidade nenhuma. Eu nunca quis confundir o meu querido Mato Grosso do Sul com a política nacional, mas neste momento, Senadora Ana Amélia, a quem vou conceder um aparte, penso que é necessário um posicionamento firme. E para aqueles que me conhecem, há mais de ano venho dizendo que não podemos mais continuar nessa aliança com o PT.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia.

**A Srª Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Serei breve, Presidente. Senador Moka, quero agradecer o esclarecimento, eu diria, cristalino de V. Exª na didática de explicar que não se trata de golpe, como insistem aqui, repetindo, tantas vezes, para que isso se torne uma verdade, mas não vão conseguir.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – É lógico.

**A Srª Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A sociedade está se manifestando em relação ao posicionamento majoritário da opinião pública brasileira e das posições e das atitudes dos brasileiros. Quero dizer que, ao explicar que o rito do processo de *impeachment* foi definido pela Suprema Corte, essa já é a primeira sinalização da legitimidade do processo. A segunda questão, Senador Moka, é que, nesse rito, está escrito e determinado também que o voto será aberto: cada um vai mostrar de que lado está, como está e de que maneira vai votar. A terceira questão é a seguinte, Senador Moka: para mim, golpe é tentar anular o trabalho do Juiz Sérgio Moro; golpe é tentar manobrar a Polícia Federal para que ela seja não um instrumento de Estado, mas um instrumento de um partido político para servir de manobra aos seus próprios interesses, e não aos interesses nacionais. Felizmente, a instituição chamada Polícia Federal está honrando a sociedade e a Nação brasileira. Da mesma forma, em relação à ida do ex-Presidente Lula – um cidadão comum, que apenas foi Presidente da República com feitos que foram reconhecidos pelo País, mas é um cidadão comum e, como cidadão comum, está sujeito às leis do nosso País, não é e não está acima da lei – ao Gabinete Civil da Presidência deixa muito clara também a tentativa dessa manobra. E não adianta subestimar a inteligência do povo brasileiro, Senador Moka. Não adianta subestimar. Isso é que é e pode ser chamado de golpe, e não o que está acontecendo no processo institucional brasileiro, com o Poder Judiciário funcionando com total liberdade e independência e total autonomia, com o Ministério Público, da mesma forma, com altivez, soberania e independência, e a Polícia Federal cumprindo o seu dever republicaneamente. Esse é o verdadeiro sintoma da democracia do nosso País nos dias de hoje. É isso que conforta e que dá esperança ao povo brasileiro.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Ataídes e, logo em seguida, Senador José Medeiros. Depois, encerro, Sr. Presidente.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Moka, ouvindo V. Exª e pelo pouco que o



conheço, percebo que V. Ex<sup>a</sup> está na tribuna falando com a alma e com o coração. Parabéns. A Senadora Simone Tebet fez um belíssimo aparte, falando com o coração e com a alma, e também ouvimos a nossa querida Senadora Ana Amélia. Senador Moka, há aproximadamente 15 dias, eu disse, dessa tribuna que V. Ex<sup>a</sup> ocupa, que o futuro da Nação está nas mãos do PMDB. Eu disse e é verdade. O PMDB, com toda a sua megaestrutura parlamentar, decide o destino deste País, é fato. Agora então, fiquei muito feliz, muito contente de saber que o nosso querido Mato Grosso do Sul vai sair à frente na decisão de romper com o Governo Federal. Muito feliz. Eu espero que, muito em breve, até mesmo antes do dia 29, conforme anunciado, o PMDB Nacional tome a decisão que o Mato Grosso do Sul sabiamente tomou. Que história é essa de golpe? Nós estamos cansados de ouvir essa história de golpe. Golpe é para o discurso dos desesperados, quando não há mais nada em que se apegar. Golpe é tudo isso que a Senadora Ana Amélia disse e muito mais. Hoje, mais de 80 milhões de brasileiros querem o *impeachment* da Presidente Dilma. Vamos imaginar 160 milhões de brasileiros, tirando as crianças: mais de 50%, na verdade. Saiu a pesquisa: 68% querem o *impeachment* da Presidente Dilma. Não é a oposição e não é o PMDB que querem dar golpe, de forma alguma. Golpe é exatamente o que o Governo do PT fez com o povo brasileiro. Mais de 20 milhões de pessoas estão desempregadas. Só nos últimos doze meses, com carteira assinada, mais de 2 milhões de brasileiros ficaram sem emprego. Parabéns, Senador Moka. Eu vou continuar admirando V. Ex<sup>a</sup>, a partir de hoje, mais ainda, em razão do discurso feito com o coração e com a alma para o povo brasileiro. Muito obrigado.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Muito obrigado, Senador Ataídes.  
Senador José Medeiros.

**O Sr. José Medeiros** (S/Partido - MT) – Senador Moka, muito obrigado pelo aparte. Tenho visto aqui os mais diversos pronunciamentos. V. Ex<sup>a</sup> hoje faz um pronunciamento muito interessante. Não que os outros tenham sido menores, mas geralmente são defesas ou ataques. V. Ex<sup>a</sup> traz uma luzinha no fim do túnel, porque quem decide essa partida é o PMDB. A oposição não tem número suficiente para levar a cabo o término deste Governo, para tocar esse *impeachment*, depende dos votos do PMDB. Então, no momento que esse partido, que é um partido histórico, que ajudou a construir esta democracia, dá um sinal, e um dos seus diretórios, aliás, um dos mais independentes, representado nesta Casa por V. Ex<sup>a</sup> e pela Senadora Simone, no momento que esse diretório começa a se posicionar, vemos um sinal de que o PMDB está se posicionando, vemos que começa a haver esperança neste País. Ontem, estive no meu Estado de Mato Grosso e vi o desespero da classe produtora, do comércio e da indústria. E nós nos perguntamos: “Mas vai derrubar uma Presidente porque a economia está ruim?”. Não, é porque se reuniram as condições necessárias para que haja o *impeachment*, é porque estamos na tempestade perfeita, em que há uma base legal pró-*impeachment* e em que há condições de rua, pois ela perdeu a base nas ruas. O apoio popular para o *impeachment* já existe. Ela também perdeu apoio político. Aliás, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> mostra que ela realmente está perdendo apoio político. Nós temos visto discursos aqui de ataque ao PMDB, já antevendo a saída do PMDB, temos visto a ala do Governo começando a atacar o PMDB, dizendo que o PMDB está tramando um golpe, que está havendo um complô. Mas se o PMDB se posicionar da forma como V. Ex<sup>a</sup> diz, ele estará fazendo um bem para Brasil e tendo a responsabilidade de dizer que esta situação não pode continuar. E como tantas outras vezes, nós vamos encontrar uma saída.

(Soa a campanha.)

**O Sr. José Medeiros** (S/Partido - MT) – Eu acho que este é o momento, sim, de as oposições e o PMDB já pensarem o pós-Dilma, porque, neste momento, nós estamos numa situação de trocar o pneu com o carro andando. Não dá para esperar a votação do *impeachment* que vai ocorrer para, então, começarmos a pensar numa economia. Temos que começar a pensar agora, não podemos ser pegos de surpresa. Neste momento, temos visto que o Governo não tem uma política econômica, não tem ao menos onde se agarrar, porque as barras da Justiça estão aí. As palavras aqui são vazias, quando dizem que é golpismo, que o Juiz Moro deveria ter publicado dez minutos antes ou depois. São muito frágeis os argumentos, eles não têm defesa. Tenho dito aqui, perdoe-me a analogia, que a situação do Governo parece falta batida pelo Rogério Ceni: é no ângulo, não tem defesa. Então, V. Ex<sup>a</sup> traz um alento. Sua fala está em consonância com as ruas, e sua cidade, Campo Grande, deu um exemplo de civilidade nos últimos dias. A Avenida Afonso Pena estava lotada de campo-grandenses, as ruas se encheram, as pessoas demonstraram indignação, e V. Ex<sup>a</sup>, como representante daquele povo, e não poderia ser diferente, tem se posicionado nesta Casa de forma muito coerente, sem radicalismo, mas mostrando, acima de tudo, que o Brasil precisa de uma saída, e, neste momento, traz o alento de sabermos que o PMDB já sinaliza, e não é com o golpe. O verdadeiro golpe está sendo perpetrado pelo PT, ao escolher agora Ministro Lula para substituir uma Presidente no cargo e ao atacar instituições que são os pilares da democracia. Isso é golpe. Muito obrigado, Senador.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Eu agradeço e digo que vim à tribuna com o propósito de um





discurso até mais *light*, mas fui precedido por outros oradores. Quero dizer que respeito as pessoas que na sexta-feira foram às ruas porque são contra. É verdade que não havia apenas militantes, muita gente foi. Eu reconheço isso. Mas não podemos ignorar as pessoas que foram no domingo. Se na sexta-feira havia uma parcela expressiva da sociedade, no domingo havia o triplo dessa parcela se manifestando. Eu entendo que democracia é isto: é a maioria. E a maioria se expressou de forma tão dura que – eu lamento – a resposta que o Governo deu foi escolher um daqueles que foi mais hostilizado para Ministro do Governo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Aí não há quem aguente! E foi o que nós vimos nas ruas a partir do anúncio.

Quero dizer que quem me inspirou a vir à tribuna foi essa grande companheira que hoje se soma comigo aqui no Senado, a Senadora Simone Tebet. Sem dúvida nenhuma, para mim, ela vai continuar sendo uma inspiradora, assim como foi seu saudoso pai. Eu tenho orgulho de dizer que foi pelas mãos dele que entrei para o antigo MDB. Ele era o nosso grande chefe e o nosso grande líder.

Por derradeiro, concedo um aparte ao Senado Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR - ES) – Vejo na tribuna o guerreiro que conheci na Câmara, na CPI do Narcotráfico. A Presidente Dilma só não contava com o espírito de Chapolin Colorado das autoridades do Brasil. Só “não contava com a minha astúcia”, como Chaves falava. Quem acha que é sabido demais se enrola na língua. O meu Estado tem 78 Municípios e tinha 200 mil pessoas na rua. Se no Estado do Espírito Santo, daquele tamanho, 200 mil pessoas fossem todas da elite, como eles falam, o Espírito Santo seria o único Estado do mundo que só tem elite. Mas, no discurso deles, motorista de ônibus desempregado, cobrador desempregado, ascensorista, empacotador de supermercado, doméstica desempregada, dono de lojinha que quebrou e não tem como pagar aos seus fornecedores, que tinha dois empregados que foram para a rua e não tem como indenizá-los, essa classe agora mudou de nome: são elites, são chamados de elite no Brasil. Percebe-se claramente que eles estão falando para a militância, Senador Moka; eles não estão falando para ninguém. A Presidente Dilma faz discursos para a militância, não está falando para a Nação. Não é porque a Nação não quer ouvi-la, é porque ela não tem o que falar. Hoje eu a estava ouvindo, depois dessa reunião, do café dela com os juristas. Ora, se a OAB vota, quase por unanimidade, onde só há advogados, um jurista pensa de um jeito e o outro pensa de outro. No meio do discurso, ela repete: “É uma indignidade grampear uma Presidente.” Ninguém nunca a grampeou. Ela está falando para a militância, tentando confundir a mente do País. Na verdade, havia uma escuta no Lula. Ninguém nunca grampeou ninguém no Brasil. Quem grampeou Dilma foi Obama; Obama a grampeou. E ela nem reagiu com essa valentia toda. Só havia uma agenda marcada nos Estados Unidos e não foi.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR - ES) – Obama grampeou o *e-mail* dela, lá dentro do Palácio, grampeou tudo. Mas ela nunca foi grampeada. Ela entrou no grampo do Lula, um cidadão comum que tem uma história bonita. É bonita a história do Lula. Quem é que vai negar isso? A história de um menino retirante, que saiu do Nordeste, torneiro mecânico e que depois vira Presidente da República. Ninguém nunca vai apagar isso, que virou Presidente da República. Mas nem aquilo que ele fez, que, aliás, não foi nem um favor, porque era o Presidente da República, mas aquilo para o que ele teve tino e de fato executou não o autoriza ou dá a ele um salvo conduto para praticar o crime, para fazer o que praticou no escuro, na ilegalidade. E hoje eles querem que o currículo do Lula apague o que foi feito no escuro. A Bíblia diz: “Tudo o que é feito nas trevas, um dia virá à luz.” E veio à luz. Mas o para-choque de caminhão fala diferente: “Quem muito cospe para cima, um dia cai na cara.” Eles chegaram ao poder cuspidos para cima – todo mundo era corrupto, todo mundo era ladrão. Um dia “pow”: a cusparada veio no meio da cara. Então, V. Exª está correto. E agora nós somos obrigados a ouvir discursos de que só eles são defensores da democracia. Eles estão na tribuna defendendo a democracia. Sexta-feira eles foram para a rua defender a democracia. Só eles defendem a democracia; são democratas. Setenta mil no Rio são democratas. Cem mil na sua Campo Grande não são democratas. Está todo mundo comandado por Aécio Neves. Me engana que eu gosto! Coitado de Aécio Neves! Se ele tivesse essa capacidade, já tinha sido Presidente umas três vezes. Não! Eu não tenho lá nada com o PSDB, não sou do PSDB. Eu não tenho nada com o PT, não sou PT. Eu não estou nessa rusga de torcida. Nós temos de pensar neste País. Ora, existem regras e limites! Sim, claro! E elas são estabelecidas a todos. Onde já se viu: “Isso é golpe!”. E como é que se encerram as três horas e meia de reunião com juristas? Eu vi o discurso dela todinho. Conheço todos cartazes e gritos de “não vai ter golpe!”. E os Deputados Federais do PT e do PCdoB lá... Então, quer dizer que eles estão chamando de golpistas a maioria absoluta que eles tinham de conquistar agora? Quem vota





não é aquela militância. Ministro não vota; aqueles juristas não votam; ninguém ali vota. Então, quer dizer que os que estão ali na Câmara e votam são todos golpistas? Aquela maioria de que ela precisa é golpista? E ela acha que vai resolver isso com aquela minoria do PT e do PCdoB. Então, eles sabem tanto do erro, sabem tanto do que vai acontecer, que eles estão falando para a militância, não estão falando para fora. Era hora de essa mulher ter um gesto de humildade,...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR - ES) – ... de convidar os Deputados para tomar um café na casa dela, fazer... Se ela não tem... Ela sabe interpretar bem. Ela interpretou bem os textos de João Santana na eleição, para contar aquelas mentiras. Que ela fingisse: “Eu estou humilde agora, graças a Deus! Eu me humilhei, estou descendo do salto, estou pedindo a vocês que me ajudem. O momento do País é grave. Vamos recuperar a economia, vamos não sei o quê, temos que fazer isso e aquilo...”. “Então, eu estive lá com ela, rapaz, e ela falou...”. Não! Ela faz assim com pescoço, olha de lado e fala: “E eu tenho cara de que vou renunciar?”. Olha aqui para a minha mão, filma a minha mão aqui, menino! Olha como é que eu estou ficando velho de preocupação com essa cara feia dela. Olha como é que eu estou cheio de rugas e ficando velho antes da hora. É brincadeira, meu irmão! É brincadeira! Eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Mas ouvir uma Presidente que só pega o microfone para falar para a militância e não tem condição de falar para uma Nação é porque é fim de festa!

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Eu agradeço a parte do Senador Magno Malta.

Pergunto se eu posso ouvir o Senador Ricardo Ferraço.

Por favor, Senador Ricardo Ferraço.

**O Sr. Ricardo Ferraço** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador Moka, muito rapidamente, mas de maneira muito sincera e muito franca, eu gostaria de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, cumprimentar a Senadora Simone Tebet, cumprimentar o Estado do Mato Grosso do Sul por essas extraordinárias Lideranças que nós temos aqui, no Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup>, há pouco, fez menção a um homem que não apenas o Mato Grosso do Sul admira, mas todos nós admiramos pelo seu legado, o ex-Presidente do Senado, o ex-Senador Tebet. Eu convivo com V. Ex<sup>a</sup> aqui, nesta Casa, já vai para quase cinco anos. E a têmpora de V. Ex<sup>a</sup>, a personalidade de V. Ex<sup>a</sup>, o comprometimento de V. Ex<sup>a</sup> com o interesse público o fazem, naturalmente, na condição de Líder do PMDB do Mato Grosso do Sul, assim como a Senadora Simone Tebet, trazer essa manifestação para os seus pares aqui, no Senado. V. Ex<sup>a</sup>, diferentemente de muitos, nunca procurou a sombra; V. Ex<sup>a</sup> sempre procurou a transparência e sempre deixou clara a necessidade de mudanças e de transformações, sobretudo na orientação e no padrão ético e moral deste Governo. V. Ex<sup>a</sup>, mesmo sendo do PMDB, nunca coadunou, nunca conviveu, nunca transigiu com tudo o que nós temos acompanhado ao longo dos últimos anos. De modo que essa notícia que V. Ex<sup>a</sup> traz está compatível com a jornada e a história política de V. Ex<sup>a</sup> e da Senadora Simone, a quem eu faço questão de registrar os meus cumprimentos.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Eu encerro agradecendo, meu caro Presidente, Dário, a paciência de V. Ex<sup>a</sup>, mas era importante que eu cumprisse essa missão para que fui designado: porta-voz do Diretório Estadual do PMDB de Mato Grosso do Sul.

Muitíssimo obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

Já vou concedendo a palavra, então, à Senadora Ana Amélia. Enquanto V. Ex<sup>a</sup> se dirige à tribuna, eu preciso fazer uma referência ao nosso estimado Senador Waldemir Moka.

A importância do seu pronunciamento pode ser observada pelo número de apartes que V. Ex<sup>a</sup> recebeu. V. Ex<sup>a</sup> é um homem discreto, respeitador, coerente, atuante e um legítimo representante do Mato Grosso do Sul, com quem tenho a honra de conviver nesta Casa.

Por isso, meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Senador Dário Berger, saúdo também o Deputado Valdir Colatto, que está na sua companhia, queria saudar esta galeria de visitantes, imagino estudantes ou visitantes que vêm ao Senado Federal, nesta terça-feira, renovando os cumprimentos à manifestação do Senador Moka na forma corajosa e clara com que fez o seu pronunciamento.

Estou aqui brevemente para esta comunicação, Senador Dário Berger, porque, numa das salas do anexo Câmara, há uma reunião com o Governador do meu Estado, José Ivo Sartori, e a Bancada do Rio Grande do



Sul, para tratar das últimas medidas que o Governo agora decidiu, Senador Anastasia: de prestar um socorro, uma ajudazinha aos Estados que estão endividados.

Queria apenas me reportar ao fato de que, aqui nesta Casa da Federação que é o Senado Federal, temos de ter um trato com as questões federativas de maneira independente, de maneira isenta e sem discriminação.

Fiquei estarecida, Senador Moka, quando li a transcrição de uma conversa captada pela Polícia Federal, com autorização judicial, entre o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 10 de março, e o Líder do PT na Câmara dos Deputados, José Guimarães, na qual, claramente, tratava, já como coordenador político a ser empossado no cargo de gabinete civil da Presidência da República, dos assuntos relacionados à renegociação das dívidas dos Estados e Municípios com a União. Esse é um tema extremamente relevante, porque há governador que não está conseguindo pagar o salário em dia em função de vários problemas, mas esse é um dos mais sérios, porque, no caso do Rio Grande do Sul, o pagamento dessa dívida compromete 13% da sua receita líquida.

A União retarda, vai pagar no segundo semestre, neste ano talvez pague agora a indenização pela Lei Kandir, que é a indenização para os Estados exportadores, hoje tratada com o Ministro Nelson Barbosa, da Fazenda.

Nessa conversa do ex-Presidente da República, veem-se as origens desta crise que nasce no seio do próprio partido do Governo e dos seus aliados de primeira hora, a origem desta crise.

O que está escrito nessa transcrição, nessa conversa telefônica? “Não, nesse assunto da dívida, o Ministro da Fazenda não tem que dar preferência ao Governador de São Paulo ou ao Estado de São Paulo, nem ao Governo do Rio Grande do Sul, do Ivo Sartori. Tem que dar preferência e prioridade aos nossos do Ceará e da Bahia.” Aos nossos do Ceará e da Bahia. Os outros que se lixem.

E quem governa o Ceará e a Bahia? O Partido dos Trabalhadores. E é exatamente essa orientação que dá o ex-Presidente ao Líder na Câmara. Dez de março de dois mil e dezesseis! Nós não estamos falando no passado; nós estamos falando no presente, nos dias de hoje. Qual é a atitude de estadista que temos?

Seu Estado, Senador Dário Berger, Deputado Colatto, Santa Catarina, foi o primeiro a ir para a Justiça para reclamar dessa forma e desse acordo impagável. E é assim que um estadista trata um Estado como o Rio Grande, que, pelo equilíbrio de Sartori, nunca fez uma ressalva ao antecessor do PT, que afundou o Governo e afundou o Estado do Rio Grande do Sul com uma gestão temerária e irresponsável, concedendo aumento aos servidores para ser executado pelo sucessor, não por ele; fazendo coisas impensáveis em gestão pública, de uma total irresponsabilidade?

E o Governador teve o equilíbrio de nunca cobrar e de nunca expor a herança maldita que havia recebido. Nunca fez isso. E assim foi o pagamento que ele, Sartori, pela habilidade, pelo respeito que teve pelo antecessor, teve: “Não, não é para fechar acordo com o Rio Grande do Sul nem com São Paulo. Primeiro com os nossos, Ceará e Bahia.”

Com todo o respeito que esses dois Estados merecem, as populações desses Estados, mas é a forma de governar do Partido que é a raiz e a base da crise: tratar os seus aliados como adversários, a pão e água. A pão e água!

E aí agora reclamam, porque aqui, nesta Casa, a própria Presidente Dilma Roussef – aqui, no Senado –, em dois momentos de duas votações, foi literalmente isolada pelo Partido dela, exclusivamente. Quando se votou aqui a Lei Antiterrorismo veio o Líder, à época era Delcídio do Amaral, e disse que aquele acordo para a lei era um acordo do Governo, e a Bancada do PT virou as costas à Dilma Roussef, porque fazia um discurso todo de exaltação à obra de Lula, já subindo no palanque para 2018.

Depois aqui se votou um acordo em relação ao pré-sal, e, de novo, o Líder que aqui subiu em nome de um entendimento com o Governo, Romero Jucá, disse que aquilo era um entendimento do Ministério da Casa Civil, do Ministério de Minas e Energia; um entendimento do acordo do projeto de José Serra que interessava à Petrobras, que ontem apresentou os seus desastrosos resultados do seu balanço. Ela foi a maior vítima da gestão temerária, da gestão que provocou este rombo que assusta o Brasil. Naquele momento, da mesma forma, o PT inteiro votou contra um acordo feito pelo Governo Dilma Roussef. Então a raiz dos problemas nasce desse tratamento.

Com todo o respeito que tenho a todos os Estados, mas não se pode tratar com discriminação uma matéria que é de igual sofrimento para todos os Estados brasileiros.

Eu venho manifestar isso, porque agora temos uma reunião da Bancada, o Governador está lá reunido, e eu tenho de ir para lá.

Muito obrigada, Presidente Dário Berger. Santa Catarina como o Rio Grande e os demais Estados que foram acordo em relação à dívida sofrem as mesmas consequências desse tratamento discriminatório.

Muito obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que agradeço a participação, na tribuna, mais uma vez, da Senadora Ana Amélia. Expresso a minha solidariedade ao distinto Estado vizinho, Rio Grande do Sul, a quem nós temos – não é, Colatto? – verdadeira estima e consideração.

Eu quero fazer dois registros: primeiro registrar, Senador Anastasia, a presença aqui do meu amigo Valdir Colatto, Deputado Federal e uma das mais brilhantes personalidades do agronegócio do Brasil e de Santa Catarina; o outro registro, Senador Ferraço, que eu quero fazer é para os profissionais que exercem atividades de cabeleireiros e afins, profissionais de salão de beleza, que vêm acompanhar a discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, que, com certeza, será aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

Agradeço a presença de vocês. Sejam todos bem-vindos e fiquem à vontade.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup>, na condição de nosso Presidente em exercício, que nos informe se teremos Ordem do Dia. De acordo com o nosso Regimento, a partir das 16h, deve-se iniciar a Ordem do Dia, e já estamos às 17h30min e não temos nenhum sinal de termos Ordem do Dia, diante, inclusive, de temas tão relevantes que nós precisamos deliberar nesta Casa.

Solicito, portanto, a V. Ex<sup>a</sup> uma orientação sobre a nossa Ordem do Dia, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Senador Ricardo Ferraço, vou consultar a nossa assessoria e o Presidente da Casa, que, pelo que eu tenho conhecimento, está reunido com os Governadores, e, em seguida, informarei a V. Ex<sup>a</sup> e aos demais Senadores e Senadoras desta Casa.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Pela ordem, a Senadora Simone Tebet.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Fazendo inclusive um adendo e me somando à angústia do Senador Ferraço, que não deixa de ser a nossa, que, muitas vezes, espera desde às 16h para que a Ordem do Dia comece, e ela nunca começa antes das 18h, gostaria de dizer apenas que esta é uma semana muito curta. Nós temos, pelo menos, oito itens na pauta, mas temos particularmente dois, que são dois projetos de resolução de minha autoria, que têm acordo com a Mesa Diretora, a anuência do Presidente Renan e que eu acredito, inclusive, que são dois projetos da mais alta relevância e que não vai haver polêmica nenhuma, que tratam da criação do Observatório da Mulher contra a Violência, a ser constituído aqui, no Senado Federal – talvez aí fazendo história no mundo como sendo o único Senado de uma República a ter um observatório dessa envergadura.

Então, por se tratarem de dois projetos que não têm polêmica, que são relevantes, que não vão requerer muito tempo para votação e nem dependem de um quórum qualificado, eu solicito – aproveitando, volto a dizer, a fala do Senador Ferraço e com a anuência dele, dos colegas e dos Líderes – que nós possamos fazer uma inversão de pauta; que possamos, inclusive, começar com esses projetos, porque acredito que são projetos que vão ser aprovados por unanimidade, para que, enquanto a Mesa, em conversa e tratativa com os Governadores, não conseguir chegar ao plenário, nós possamos adiantar os trabalhos desta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Raimundo Lira, que está inscrito, e vou pedir a aquiescência dos demais Senadores para que, nesse interregno, nós estabeleçamos, então, como será a Ordem do Dia e a que momento ela vai se dar início.

Com a palavra.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como todos sabem, hoje é o Dia Internacional das Águas. Quero, antes, também saudar os telespectadores da TV Senado e Rádio Senado.

Antes de falar do Dia Internacional das Águas, eu gostaria de lembrar que ontem foi o dia dedicado à síndrome de Down. Por causa disso, eu gostaria de homenagear uma pessoa muito especial, uma sobrinha querida, chamada Juliana, filha de minha irmã Socorro. É uma pessoa maravilhosa, amável, alegre, inteligente e que, em alguns seminários realizados no Brasil, tem sido citada como exemplo de como uma criança com síndrome de Down deve ser criada, ou seja, com muito amor, com muita interação com a família, com os amigos e na escola, para que essa criança seja feliz quando adulto e, sobretudo, faça parte da sociedade de uma forma integral e integrada. Portanto, transmito aqui um abraço e um beijo para essa minha sobrinha querida, Juliana.

Quero também, antes de iniciar meu pronunciamento, transmitir um abraço a todos os profissionais, cabeleireiros e cabeleireiras, que estão aqui, e um abraço especial ao meu amigo Hélio – uma amizade de mais



30 anos.

A Organização das Nações Unidas, em 1992, estabeleceu que 22 de março é o Dia Mundial da Água; uma data para refletirmos sobre as medidas tomadas para a preservação dos mananciais, o combate à poluição, o uso equilibrado desse recurso natural e os diversos temas relacionados à questão da água.

Não só neste dia, mas também em outros 364 dias do ano precisamos tomar atitudes cotidianas voltadas à preservação, à economia e para que todos tenham direito a esse bem tão essencial à vida.

No Brasil, uma das nossas preocupações permanentes em relação à água é com a Região Nordeste, especialmente o meu Estado, a Paraíba, que possui a menor capacidade hídrica do Brasil. A escassez desse bem natural e a vulnerabilidade à seca continuam sendo um dos maiores problemas enfrentados pelo povo nordestino como um todo. Na região dos quatro Estados – Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco –, o quadro da seca é sempre alarmante; uma situação que se agrava cada vez mais diante de outra crise atual, a financeira e a econômica, refletindo nos altos índices de desemprego não só no Nordeste, mas em todo o País.

Outro dia, Sr. Presidente, eu falava que é absolutamente inacreditável e inaceitável a forma como todos os governos têm tratado o Nordeste brasileiro. A Barragem de Coremas-Mãe d'Água, que é o maior manancial do Estado da Paraíba, com 1,558 bilhão de metros cúbicos quando foi construída, foi inaugurada em 1942, – 1942 –; somente em 1966, 24 anos depois, foi construída a Barragem de Orós, no Ceará, no Rio Jaguaribe, com capacidade para 2,100 bilhões de metros cúbicos; somente em 1985, foi construída, no Rio Grande do Norte, a maior barragem daquele Estado: Armando Ribeiro ou Barragem do Açú, com 2,400 bilhões de metros cúbicos, e somente em 1994, com a iniciativa do Governador Tasso Jereissati, deu início à maior barragem do Nordeste, que foi a Barragem do Castanhão, inaugurada, em 2002, pelo nosso ex-colega, de saudosa memória, o nosso querido amigo Beni Veras.

Então, vejam, Srs. Senadores, como foram imensos os intervalos, mostrando claramente que os governos nunca tiveram um efetivo interesse pela solução hídrica no Nordeste brasileiro.

Agora vamos rememorar e falar um pouco da transposição do Rio São Francisco.

Apesar dos encurtados períodos de chuvas, não há reservas hídricas – pequenos açudes, barragens que possam acumular água. O verde da copa da caatinga configura o que os técnicos chamam de seca verde. Não existe pasto para alimentar o rebanho ou cultivo de sobrevivência para alimentar as famílias.

Temos de ver para sentir de perto o quanto é forte o povo nordestino.

No Dia Mundial da Água, trago aqui uma notícia que promete mudar a paisagem árida e seca da Paraíba e de toda a Região Nordeste. Falo do novo cronograma de obras da transposição do Rio São Francisco, divulgado pelo Ministério da Integração Nacional e anunciado pelo órgão. O cronograma das obras da transposição, atualmente, apresenta 83,4% de execução física, sendo que o eixo norte, que é o que leva água para a Paraíba, conta com 84,8%, e o eixo leste, com 81,6% de execução.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, as águas do Rio São Francisco chegarão à Paraíba ainda este ano, possivelmente no mês de dezembro, no mais tardar no primeiro trimestre de 2017. Mas afirmam os técnicos do Ministério da Integração Nacional que essas águas chegarão à Paraíba em dezembro de 2016.

É uma excelente notícia para ser dada aos compatriotas dos quatro Estados, cuja esperança estava se dissipando. Essa é uma notícia boa, sobretudo, porque hoje é o Dia Mundial da Água.

Já se pode afirmar que, em 2016, teremos água do Rio São Francisco abastecendo os canais paraibanos e os outros três Estados nordestinos.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – Como disse anteriormente, a Paraíba é o Estado brasileiro que detém a menor capacidade hídrica de todo o País. Isso ocorre, porque, ao longo de toda a extensão do Semiárido da Paraíba, há um terreno cristalino, que não oferece condições favoráveis para a acumulação de água no subsolo.

A transposição é a nossa esperança, é ela que vai levar água para mais de 12 milhões de nordestinos em 390 Municípios e beneficiará mais de cem Municípios paraibanos, principalmente agora com a entrada do projeto do Ramal de Piancó, cujos recursos foram, há poucos dias, confirmados pelo Banco Mundial.

A transposição é grandiosa e não apenas transfere água de uma região para outra, mas, como a água proporciona um novo ambiente de recuperação humana, faz renascer oportunidades econômicas, gerando emprego e promovendo a inclusão social.

E aqui quero rememorar, mais uma vez, Srs e Srs. Senadores, que o PLS 429, de minha autoria, foi aprovado em caráter terminativo pela chamada Agenda Brasil e já está tramitando na Câmara dos Deputados. O projeto que cria, de forma definitiva e permanente, as condições financeiras para revitalização do Rio





São Francisco.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – Inspirei-me na revitalização do Rio Mississippi, nos Estados Unidos, que é trabalhada desde 1910 – portanto, há 106 anos –, todos os dias. Foi por isso que tivemos a ideia desse projeto, criando recursos absolutamente definitivos e permanentes para revitalização do Rio São Francisco, ou seja, as empresas que geram energia utilizando a água do Rio São Francisco pagarão um percentual sobre o seu faturamento bruto, criando, assim, um fundo permanente, sem depender do Tesouro, sem depender de emendas, sem depender do orçamento da União, para que essa revitalização dos rios, dos seus afluentes se torne absolutamente definitiva e permanente.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – Quem ganha não é cada um dos nossos conterrâneos individualmente, mas o Brasil por inteiro, que dará, mais uma vez, mostra de uma solidariedade efetiva com garantia da segurança hídrica para milhões de brasileiros.

Esse é o objetivo da transposição. Essa é nossa luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB - RN) – Senador Raimundo Lira.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – Com prazer, Senador Garibaldi.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB - RN) – Quero me congratular com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que tem realmente ocupado essa tribuna, nos últimos dias, fazendo ver a necessidade da transposição. Também quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não fiquei atrás, tenho também levado a mensagem...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB - RN) – ... de convocação, principalmente aos Senadores do Nordeste, para que possamos nos unir cada vez mais em torno da transposição. Por isso, quero saudar o seu discurso e dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão nas suas colocações. Se não fosse a advertência da campanha, até me demoraria em fazer alguns comentários, mas, diante da advertência, só posso, na verdade, me congratular e dizer que, se me for dada a oportunidade – parece que estou inscrito –, se não desapareceu a minha inscrição, ainda farei alguns comentários em torno do discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

V. Ex<sup>a</sup> tem sido, a meu lado, um trabalhador, um batalhador, para que pudéssemos ter a certeza hoje da construção do Ramal Piancó, que, além de perenizar o Rio Piancó e de abastecer o maior conjunto de barragens da Paraíba, o Coremas-Mãe d'Água, com o excesso da água do Coremas-Mãe d'Água, vai perenizar o Rio Piranhas, que, por sua vez, ao chegar no Rio Grande do Norte, toma o nome de Piranhas-Açu, e vai, naturalmente, complementar as águas da maior barragem do Rio Grande do Norte, que é a Armando Ribeiro Gonçalves ou Barragem do Açu, uma obra a que V. Ex<sup>a</sup> dedicou o seu esforço e o seu coração.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – Portanto, essa transposição beneficiará, de uma forma muito abrangente, não só o nosso Estado da Paraíba, mas também o nosso querido Estado-irmão, Rio Grande do Norte, do Senador Garibaldi, do Senador José Agripino e da Senadora Fátima Bezerra.

Muito obrigado.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Raimundo Lira.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – Com muito prazer, Senador Cássio.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Apenas para cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do pronunciamento e trazer também a boa notícia ao Plenário do Senado de que, na Paraíba, sobretudo na região de Sousa, choveu bastante nessas últimas horas. O açude de São Gonçalo teve um acréscimo no seu volume de acumulação importante. Esperamos que esse período chuvoso se prolongue para aliviar a situação também do Epitácio Pessoa, o Boqueirão. Em Engenheiro Ávidos, tivemos notícias também positivas. Na segunda-feira da semana que terminou, ao lado do Senador Garibaldi...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... e do Deputado Marcondes Gadelha, estive n o Ministro da Integração, Carlos Vieira, que confirmava as informações que V. Ex<sup>a</sup> traz da tribuna do





Senado sobre a transposição do São Francisco para que o cronograma possa avançar diante dos atrasos que, infelizmente, ocorreram, de tal forma que tenhamos esse Eixo Norte concluído ainda em 2016; o Eixo Leste, no início do próximo ano; e os estudos iniciais para o Ramal Piancó já em fase de desenvolvimento. Então, eu quero me acostar ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, felicitá-lo pela luta e pelo trabalho que vem sendo realizado, assim como toda a Bancada do Nordeste tem feito em prol da transposição, e reafirmar que estaremos unidos na cobrança para que o cronograma não sofra mais nenhum atraso, dentro da premência, da urgência e da absoluta necessidade...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... que o Nordeste tem para que essa obra se conclua e se torne uma realidade. Felicitó V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – Senador Cássio Cunha Lima, eu sou testemunha do interesse de V. Ex<sup>a</sup> por essa obra – tomei conhecimento do seu interesse em outras oportunidades –, e, nessa segunda-feira, V. Ex<sup>a</sup> esteve no Ministério da Integração Nacional, acompanhado do Senador Garibaldi e do Deputado Marcondes Gadelha.

Aqui quero fazer um registro histórico, Senador Cássio Cunha Lima – veja como essa obra é uma luta dos paraibanos e dos nordestinos: quem, primeiro, no Brasil levantou essa bandeira, Sr. Presidente, foi o Deputado paraibano Marcondes Gadelha. Ele lutou anos e anos, pedindo essa obra.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – É importante, Senador Cássio, que esse registro histórico seja feito, para que todos nós, nordestinos, possamos rememorar a luta de anos e anos do Deputado Marcondes Gadelha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, eu é que cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

Enquanto aguardamos pela Ordem do Dia, eu consulto o Senador Cristovam Buarque...

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Oposição/PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É meramente um registro muito rápido, Sr. Presidente: lamentavelmente, nós tivemos, em Belo Horizonte, um ato de barbárie, que foi a pichação da Igreja de São Francisco, na Pampulha. A famosa e tão decantada obra de Niemeyer, de Portinari, a Igrejinha da Pampulha, tão bela, foi pichada anteontem em Belo Horizonte.

Eu estou apresentando um projeto de lei, Sr. Presidente, para agravar as penas desses verdadeiros bárbaros, criminosos, contra o patrimônio histórico, cultural e artístico do nosso País.

Eu queria fazer esse registro e lamentar que tenha acontecido esse triste episódio. A igreja está lá pichada – evidentemente a Prefeitura vai restaurá-la –, mas nós devemos lutar para acabar com a impunidade, porque as penas atuais estão baixas, e ninguém está se intimidando com a atual legislação. Então vamos agravá-las, para evitar atos tão graves como esse, além, é claro, do processo educativo, que é muito importante nesse caso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – A Mesa se solidariza com V. Ex<sup>a</sup>.

O próximo orador inscrito seria, então, o Senador Donizeti Nogueira. Na ausência de S. Ex<sup>a</sup>, o próximo é o Senador Ricardo Ferraço.

Consulto V. Ex<sup>a</sup> se gostaria de utilizar a tribuna. *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, dois anos após a Operação Lava Jato revelar detalhes os mais escabrosos, relacionados ao petróleo, na Petrobras, tendo como alvo contratos de compras e serviços da Petrobras, novos fatos continuam a revelar a extensão desse ataque ao patrimônio da sociedade brasileira, Senador Cristovam Buarque.

A empresa, orgulho de tantas gerações do povo brasileiro, com seis décadas de trajetória, coleciona as bilionárias e ainda tem pela frente desafios os mais espinhosos.

O estrago ruidoso provocado pela gestão temerária dos governos do PT ficou estampado, sobretudo,



no balanço financeiro anual da companhia, divulgado ontem. Não há como passar despercebido o balanço apresentado ontem aos brasileiros e ao mundo da Petrobras, a mais importante companhia brasileira, que responde e lidera um dos mais relevantes arranjos econômicos do nosso País, espalhados por muitos Estados do nosso Brasil, inclusive o meu, o Estado do Espírito Santo, que é o segundo produtor brasileiro de petróleo e gás, sendo liderado apenas pelo Estado do Rio de Janeiro. O prejuízo apresentado, da ordem de R\$34,8 bilhões, reflete a combinação de uma coleção de equívocos na gestão e, evidentemente, todo saque que foi desenvolvido ao longo desses anos todos.

Esse rombo gigantesco, pasmem, é mais que o dobro do maior programa de privatização que a Petrobras já fez, esse programa escamoteado de privatização que o PT chama de desinvestimento. Estão desinvestindo, estão privatizando, estão tentando privatizar estratégicos e importantes ativos da Petrobras num momento equivocado, num momento em que todos esses ativos, seguramente, se forem a mercado, não alcançarão a remuneração adequada, o que vai fazer a festa, naturalmente, dos agentes econômicos do Brasil e de outros países, que estão olhando, com muita atenção, para essa feira de vale-tudo que querem fazer com ativos os mais relevantes e importantes da nossa Petrobras.

Justificar, portanto, esse rombo gigantesco, que é mais do que o dobro dessa tentativa de privatização que o Governo da Presidente Dilma deseja fazer com importantes ativos da nossa Petrobras, além da cotação do barril de petróleo, me parece absolutamente insuficiente.

Faltou, ao longo do tempo, correção de rumo e ainda falta transparência no planejamento da maior empresa do nosso País, que tem um peso expressivo na nossa economia e um papel estratégico em nosso desenvolvimento.

Como se não bastassem esses números, a imprensa traz à luz outra realidade terrível envolvendo a Petrobras, o que revela uma estratégia sistêmica de apropriação do público em favor do privado. O desmando, a irresponsabilidade e a corrupção se instalaram nas entranhas da companhia em diversas frentes. Os desvios e fraudes foram muito além das empreiteiras e chegaram até mesmo às fraudes envolvendo fundos de pensão e rendimentos de empregados sob a coordenação de sindicalistas.

O Jornal *Valor Econômico* de hoje, Senador José Agripino, mostrou que o Conselho de administração da Petrobras – pasmem! – pediu investigações sobre um elenco de decisões de sindicalistas responsáveis pela área de recursos humanos da Petrobras, com potencial de novas e bilionárias perdas para a companhia.

Segundo denúncias que começam a ser apuradas pelo Conselho de Administração da Petrobras, em oito anos, burocratas sindicais aumentaram em 2.300% o passivo trabalhista da estatal. Esse passivo passou de R\$500 milhões para R\$12,3 bilhões, no período de 2006 a 2014.

Trata-se simplesmente do dobro das perdas com corrupção admitidas oficialmente pela empresa. Ou seja, nós estamos diante de fatos novos, que seguramente vão merecer novos capítulos por parte da Operação Lava Jato.

**O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ouço, com prazer, o Eminentíssimo Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Ricardo Ferraço, V. Exª faz um pronunciamento muito oportuno a propósito do anúncio do resultado do balanço parcial da Petrobras. Deixe-me fazer umas observações sobre o que V. Exª acaba de dizer. Primeiro ponto: não sei se V. Exª sabe, mas o valor da dívida da Petrobras hoje é de US\$100 bilhões. É a maior dívida de empresa do mundo. Agora, V. Exª sabe quanto, desses US\$100 bilhões, foi a contribuição da irresponsabilidade, como V. Exª bem disse, cometida pelo Governo, que, para conter a inflação, para administrar o preço do combustível durante o período eleitoral, para favorecer a eleição da Presidente Dilma...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Foram US\$60 bilhões.

**O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sabe V. Exª quanto foi o prejuízo acumulado da Petrobras no período de contenção da inflação? Desses US\$100 bilhões, US\$50 bilhões foram decorrentes da política equivocada, deliberadamente impatriótica, que subsidiariamente liquidou o Proálcool – liquidou o Proálcool. Foi uma providência tomada por diretoria, por governo e que produziu metade da maior dívida da empresa privada que mais deve no mundo. Agora, o mais importante disso tudo, Senador Ricardo Ferraço, é o seguinte: enquanto a empresa se esfarela, o mundo desenvolvido busca saídas pela via da tecnologia. O xisto americano é uma maravilhosa fonte de geração de gás, e o gás é o combustível da moda, porque ele é usado para gerar energia elétrica ao lado do consumidor, dispensando linha de transmissão. Os americanos conseguiram, com as reservas inexpugnáveis, enormes, intermináveis de xisto que eles têm, desenvolver a tecnologia não mais com a fragmentação do xisto com produto químico, mas com imantação. Com isso, ninaram o problema da contaminação no solo. Com isso, bombardearam o preço do petróleo...



*(Soa a campanha.)*

**O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... na Arábia Saudita. Enquanto o mundo desenvolvido combate o preço do petróleo, administra a sua crise energética com tecnologia, o Brasil está se debatendo, com uma empresa falida, quebrada por má gestão, em cima de uma expectativa chamada pré-sal, com o preço do barril do petróleo de US\$30, quando o custo de exploração do petróleo do pré-sal equivale a mais ou menos isso. Ou seja, olha-se para frente, mas o horizonte é negro, cinza. O que V. Exª está colocando é a constatação de um quadro que, por si só, é negro, mas, pior do que esse quadro, a fotografia instantânea é o que nos espera pela frente, a se manter o quadro de gestão, a partir do pensamento do PT, para uma empresa que já foi e precisa voltar a ser orgulho dos brasileiros e que foi destruída pelos governos do PT.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para além, evidentemente...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... desses dados que V. Exª traz, Senador José Agripino, *(Fora do microfone.)* a competente jornalista Cláudia Schüffner traz, hoje, a informação sobre essa linha de investigação do Conselho de Administração da Petrobras.

Essa linha de investigação se traduz naquilo que está se transformando em evidência para o Conselho de Administração da Petrobras: o fato espantoso de que, em oito anos, burocratas sindicais que se apropriaram dos departamentos e da Diretoria de Recursos Humanos, agindo em causa própria e de maneira perdulária, permitiram que o passivo trabalhista da companhia aumentasse em 2.300%, Senador José Agripino, ...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... durante os anos de 2006 a 2014, de R\$500 milhões para R\$12,3 bilhões.

Os delitos estão sendo mapeados. Calcula-se que o custo de algumas cláusulas dos acordos feitos com entidades como a Federação dos Petroleiros contribua para ampliar em R\$40 bilhões, no médio prazo, o estoque de dívidas trabalhistas da empresa.

Essa é a nova denúncia que surpreende a todos e que vai merecer por parte da Petrobras um posicionamento. Não é sem outra razão que nós apresentamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Medeiros, um requerimento para que nós possamos ouvir o Presidente da Petrobras, o Dr. Bendine, não apenas...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – sobre essas denúncias *(Fora do microfone)*, mas também sobre o plano de trabalho para que a Petrobras possa superar a sua mais complexa crise ao longo dessas quase seis décadas de exploração em nosso País.

Como se diz, nada é tão ruim que não possa piorar. Nós achávamos que já tínhamos visto tudo, mas agora nós estamos assistindo a mais um capítulo de mais uma apropriação, de mais um gesto que revela o mais absoluto desrespeito pelo patrimônio público e, no caso específico, pela nossa Petrobras.

**O Sr. Aécio Neves** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Ricardo, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ouço com enorme prazer o Senador Aécio Neves.

**O Sr. Aécio Neves** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Apenas uma breve contribuição a mais um importante pronunciamento de V. Exª, que coloca o dedo na ferida de forma muito clara...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Aécio Neves** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... Apenas para ilustrar aonde nós chegamos, Senador Ferraço, quando nós assistimos à junção, ao encontro da leniência com a ineficiência. A Petrobras, V. Exª faz aqui uma rápida radiografia da situação da empresa, transformou-se não apenas na empresa não financeira mais endividada do mundo, mas ela apresenta hoje ao mundo um portfólio de desinvestimento – portanto, de venda de ativos – de mais de US\$60 bilhões. Eu volto ao tempo, Senador Ferraço, e me lembro de muitos parlamentares da Base do Governo, do próprio Partido que governa o Brasil, virem a esta tribuna nos acusar vendilhões da Petrobras, aqueles que queriam privatizar a Petrobras, entregá-la aos agentes externos. Pois não, apenas o que a Petrobras coloca hoje à venda supera, pelo menos em valores...



*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Aécio Neves** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Apenas o que a Petrobras coloca hoje à venda supera todo o volume de privatizações do setor de telecomunicações do Governo Fernando Henrique. Lembra-se das acusações duras que eram feitas a nós naquele momento em que fizemos corretamente a privatização do setor de telecomunicações, que passou a ter investimentos, inclusive estrangeiros, extremamente importantes para a sua modernização? Portanto, eu acho que, desta crise, nós devíamos tirar alguns aspectos positivos; entre eles, é que alguns paradigmas estão caindo. A busca da eficiência é o que deve nos unir hoje. Por isso, a aprovação, na última semana, do projeto relatado pelo Senador Tasso Jereissati e a aprovação, na próxima, espero, do projeto que permite uma nova governança dos fundos de pensão é algo que, se tivesse ocorrido há alguns anos no Brasil, nós não estaríamos aí amargando prejuízos dessa monta, que não são apenas econômicos e financeiros, são sociais, pelo desemprego, pelo desaquecimento da...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Aécio Neves** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... economia, que tomou conta de inúmeras regiões do País, inclusive do Estado representado por V. Ex<sup>a</sup>. Era apenas essa referência que eu gostaria de fazer.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Na prática, Senador Aécio Neves, nós estamos assistindo a um novo tipo de patrimonialismo: o patrimonialismo do partido político e dos seus aliados, que se apropriaram e sequestram permanentemente o interesse público.

No papel de gestores, os burocratas sindicais inflaram os seus próprios salários na Petrobras, algo em média de R\$40 mil. Entre outras coisas, permitiram-se adicionais equivalentes aos de periculosidade e de expediente noturno pagos – entre aspas – “aos peões” das refinarias e das plataformas marítimas.

Alguns lucraram em dobro. Estenderam à faina noturna,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... em gabinetes confortáveis e refrigerados na sede da Petrobras, na Av. Chile, a intermediação de interesses de fornecedores privados em negócios com a companhia estatal.

É estarrecedor que mais essa denúncia possa estar presente à nossa agenda, Sr. Presidente, razão pela qual nós apresentamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, requerimento para convidar a Diretoria da Petrobras para que ela possa esclarecer mais esses fatos estarrecedores, que seguramente estarão ocupando as páginas e os novos capítulos da Operação Lava Jato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, só pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de requerer, nos termos regimentais, a urgência para a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 003, 2016. Eu tenho aqui a assinatura de 80% de todas as Lideranças. É o projeto que libera o uso, excepcionalmente, até que se conclua as pesquisas da fosfoetanolamina. Ou melhor, a pílula do câncer.

Eu gostaria que o Presidente lesse esse requerimento, para que pudéssemos votar e dar um alento e uma oportunidade de esperança para os pacientes que estão com câncer.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou pedir ao Senador, atendendo a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ivo Cassol, que tem feito a batalha, que faça a leitura. Eu vou fazer a Ordem do Dia em seguida, abrindo a votação de autoridade para que se possa votar o segundo turno da PEC que nós estávamos apreciando semana passada.

Com a palavra o 1º Secretário, Senador Vicentinho Alves, para a leitura do requerimento.

**O SR. VICENTINHO ALVES** (Bloco União e Força/PR - TO) – Requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, urgência para a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 003/2016. Assina Senador Ivo Cassol e diversos Líderes, do PT, PDT, PSB, PPS e demais partidos do Senado Federal. **(Requerimento nº 212/2016)(Vide item 1.2.1.11 do sumário)**





**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O requerimento será apreciado, conforme os termos regimentais, após a Ordem do Dia.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) –

## ORDEM DO DIA

### MENSAGEM Nº 5, DE 2016

Discussão, em turno único, do Mensagem nº 5, de 2016, pela qual a Senhora Presidente da República *submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia.*

Há, sobre a mesa, parecer da CRE, que teve como Relator o Senador Antonio Anastasia. **(Parecer nº 261/2016-CRE)**

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria, que, nos termos regimentais, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sras e os Srs. Senadores vão poder votar em seguida.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço inclusive aos Senadores e às Senadoras que estão nas dependências da Casa que venham ao plenário. Estamos em processo de votação nominal.

Em seguida, vamos dar sequência à apreciação... Que nós temos que apreciar em segundo turno.

Então, peço às Sras e aos Srs. Senadores que votem a indicação do Sr. Paulo Roberto Campos da Fontoura para a representação do Brasil na República da Croácia.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador e Líder Cássio Cunha Lima, pela ordem.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tão logo possamos concluir a votação da indicação do Embaixador da Croácia, acredito que há um entendimento do plenário para votarmos o segundo turno da PEC e sua conclusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Esse é o propósito.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Requeiro à Mesa que possamos votar, na sequência, o PLC nº 133, também fruto de um amplo entendimento, de um grande acordo, que regulamenta a parceria nos salões de beleza e de estética do Brasil inteiro. Temos aqui vários profissionais que lutam por isso há décadas. São homens e mulheres que se dedicam no País inteiro e que querem apenas ter o direito de trabalhar e de produzir dentro de um sistema que moderniza a nossa economia.

Nós temos como, talvez, um dos grandes desafios do País a modernização da nossa estrutura econômica. É a realidade de trabalho de todos os salões de beleza, das esteticistas, das manicures, pedicures, depiladores, maquiadores, enfim, de toda essa gama de profissionais que há décadas luta para que possamos ter essa regulamentação.

Então, requeiro à Mesa que, tão logo tenhamos a conclusão da votação da PEC, possamos votar, pelo entendimento dos líderes, o PLC nº 133, em respeito e esses trabalhadores e a essas trabalhadoras que há muito, muito tempo, lutam por essa modernização nas relações de trabalho que desenvolvem com muita competência, zelo, carinho e capacidade de cuidar dos outros, inclusive de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só um pouquinho, já passarei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aécio.

Só queria aqui dizer ao Líder Cássio, que tem sempre colaborado na definição da pauta, junto com os líderes, que o propósito é esse mesmo. Nós vamos apreciar, em segundo turno, a Proposta de Emenda constituição nº 133, de autoria do Senador Crivella e outros.





Também compactuo e faço minhas as palavras de V. Exª para dar as boas-vindas a todos os profissionais que estão aqui e que trabalham como cabeleireiros e atividades afins nos salões de beleza.

Certamente hoje teremos a apreciação dessa matéria, que é tão importante para a atividade profissional de vossas senhorias.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aécio, salvo engano temos um ponto também...

Com a palavra V. Exª.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero me unir ao esforço da Casa para esse projeto que permitirá uma maior tranquilidade ou, pelo menos, a tão buscada tranquilidade aos profissionais de beleza de todo o País. O PSDB estará ao lado dessa importante demanda.

Eu havia feito um entendimento com o Senador Renan, e obviamente solicito a V. Exª a mesma compreensão, para nós votarmos a urgência de um projeto extremamente importante e pacificado. É o Projeto nº 388, Senador Jorge Viana, que trata de uma nova governança dos fundos de pensão.

Esse projeto foi objeto de um amplo entendimento conduzido pelo representante do Governo, Senador José Pimentel. Pouquíssimas questões ficaram para serem resolvidas em plenário. A ideia, inclusive, era votarmos hoje esse projeto.

Se V. Exª pudesse colocar a urgência em votação, esse projeto estaria pronto para a Ordem do Dia da próxima terça-feira.

É a solicitação que faço a V. Exª, pela importância do projeto, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu consulto o Senador Pimentel, como já relatou na sua intervenção o Senador Aécio, sobre o Requerimento nº 8, que trata de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 388.

Eu sei que há um entendimento também do Líder do Governo no Congresso, o Senador José Pimentel. Seria bom que S. Exª se manifestasse.

Eu farei a leitura do requerimento agora, para que ele possa ser votado após a Ordem do Dia e já ficar apto a...

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª se puder fazer agora, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – De acordo.

**O SR. JOSÉ AGRIPIANO** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, há acordo para votar a urgência dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Eu farei a leitura em seguida, após ouvir o Senador José Agripino e o Senador Raupp.

**O SR. JOSÉ AGRIPIANO** (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero manifestar o apoio do meu partido ao projeto de lei que trata dos... Ao projeto de lei que foi mencionado aqui pelo Senador Cássio Cunha Lima.

Aqui na galeria estão pessoas que eu conheço pessoalmente, mas há uma ideia fundamental no corpo desse projeto: aqueles que têm mais quilômetros rodados, que têm mais experiência, aceitarem, na sua estrutura, pessoas que adiram, que se incorporem, que se associem como colaboradoras ou associadas, no sentido de ampliar a atividade e levar o conhecimento de causa acumulado por muitos dos antigos para novos empreendimentos, no sentido de prestar um serviço de qualidade.

Esse é um projeto de lei que é modelo em matéria de absorção de tecnologia de qualidade e disseminação de conhecimento.

Por essa razão é que o meu Partido, que é adepto do empreendedorismo, adota por inteiro esse projeto e pede a V. Exª que, votado o segundo turno da PEC, coloque-o em apreciação para que possamos votar, se possível, por unanimidade esse PL.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Senador Valdir Raupp com a palavra.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no mesmo sentido, quanto aos Projetos nº 78 e nº 388, eu queria que V. Exª colocasse também em votação o requerimento da Senadora Amélia, Requerimento nº 179, de 2016, que pede o apensamento desses dois projetos.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Simone Tebet.

Em seguida, o Senador Omar e o Senador Donizeti.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ver se a gente pode encerrar a votação, uma vez que alcançamos o quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Senadora Simone Tebet.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não sou líder, não tenho nenhuma objeção em relação à inversão da pauta, mas eu gostaria de dizer que, antes de V. Exª assumir a Presidência, eu havia feito uma solicitação ao então Presidente Dário, que estava presidindo a sessão, da inversão da pauta em relação aos dois projetos de resolução que criam o Observatório da Mulher Contra a Violência.

São dois projetos de resolução que têm acordo da Mesa, acordo com as lideranças. Eu acredito que serão projetos que serão votados por unanimidade nesta Casa e que não têm nenhuma divergência em relação ao mérito.

Então, eu gostaria apenas que fosse colocada a discussão e a votação, o quanto antes, dos projetos de resolução, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria informar a V. Exª, Senadora Simone, que a Relatora do projeto é a Senadora Regina Sousa. E chegaram duas emendas à Mesa, do Senador Magno Malta. Nós estamos encaminhando para a Relatora, para que ela possa se posicionar e, obviamente, termos condição de apreciar a matéria.

Senador Omar Aziz.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, há um Projeto de Lei da Câmara, que já está aqui no Senado, nº 003, de 2016, que trata sobre essa pílula do câncer. O Senador Ivo Cassol pede a urgência desse projeto.

Eu quero dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que há pessoas que são contra ou a favor, mas ninguém aqui tem o direito de não deixar as pessoas tentarem se salvar. Nós não temos esse direito. Se existe uma pílula que está em experimento e hoje as pessoas não podem utilizar, estão com câncer, muitas vezes com câncer terminal, ninguém tem o direito de proibir uma pessoa de tentar se salvar.

Isso é como um edifício pegando fogo, Senador Magno Malta, em que a pessoa está no décimo andar: ou ela morre queimada ou ela se joga. Ela prefere se jogar para tentar se salvar na queda. Quem está com câncer terminal e desenganado não tem opção.

A opção dele é tentar qualquer tipo de artifício ou remédio para se curar.

Sobre essa pílula do câncer, há um debate nacional. Há uma demora muito grande dos experimentos. Enquanto os experimentos estão sendo feitos, nós não temos o direito de negar àqueles pacientes que estão com câncer terminal a utilização dessa pílula do câncer.

Por isso peço urgência e a compreensão dos Senadores e Senadoras para que possamos votar essa matéria o mais rápido possível.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – A vida não pode esperar. Temos muito tempo. Quem tem saúde tem muito tempo para esperar. Quanto àquelas pessoas que estão numa cama ou num hospital nesse momento, nós não temos o direito de não permitir que essas pessoas tentem se salvar e salvar as suas vidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Eu só queria informar a V. Exª que a pedido do próprio autor, Senador Ivo Cassol, já fiz a leitura, antes da Ordem do Dia, do requerimento. Será votado após a Ordem do Dia, como estabelece o Regimento. Ainda hoje. Eu faço a leitura...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria fazer a leitura ainda do requerimento solicitado pelo Senador Aécio, endossado pelo Senador Pimentel. No fundo é um requerimento Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento nº 8, de 2016, da Comissão de Constituição e Justiça:



Requeiro, nos termos do art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015.

Sala de Sessões,

Senador Aécio Neves. **(Requerimento nº 213/2016 - Vide item 1.2.1.11 do sumário)**

Então, feita a leitura, será votada após a Ordem do Dia a urgência.

A matéria fica pronta para ser apreciada pelo Plenário da Casa.

Senador Moka.

A Senadora Marta Suplicy tinha pedido.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sobre a mesa a matéria, o pedido do 179, um requerimento para apensamento do mesmo tema, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª tem razão.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Há acordo, Sr. Presidente. Há acordo para que esse apensamento seja feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª tem razão. Vamos fazer apreciação do apensamento, Senadora Ana Amélia.

Senador Moka.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que V. Exª leu um requerimento do Senador Aécio, mas o outro precisa complementar o requerimento do Senador Aécio, que foi a solicitação do autor, Senador Valdir Raupp.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso eu me antecipei, porque regimentalmente tenho que fazer a leitura antes da Ordem do Dia do requerimento, da urgência. Depois eu tenho que fazer apreciação dos requerimentos de apensamento.

Então, estamos cumprindo o Regimento.

Senador Waldemir Moka.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a V. Exª pelo pronto atendimento à demanda do Senador Aécio e também do Senador Valdir Raupp. Tive a honra de ser a relatora do projeto dele na Comissão respectiva.

Obrigada.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – E é um assunto da maior relevância, Presidente Senador Jorge Viana.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos ouvir o Senador Moka.

Em seguida, a Senadora Marta e o Senador Flexa.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Eu só queria, na verdade, fazer justiça, mas a Senadora Marta Suplicy já se encontra no plenário.

A Senadora Marta Suplicy foi a relatora do projeto dos cabeleireiros. Em inúmeras audiências eu participei.

Esse projeto é do Deputado Federal Izar Filho. Eu fui Deputado com o pai dele.

É um projeto extremamente discutido. É uma parceria de ganha-ganha. O profissional ganha e o dono do salão ganha também. E é fundamental que se vote o projeto, porque isso vai atender a grande maioria desse tipo de profissional.

Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Eu acho que é uma questão importante nós passarmos para a Senadora Marta, que trabalhou nessa matéria e tem a palavra agora.

**A SRª MARTA SUPLICY** (PMDB - SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto foi votado na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Assuntos Sociais, passou por unanimidade, tem consenso das Lideranças. Nós temos muitos cabeleireiros aqui presentes.

*(Manifestação da galeria.)*

**A SRª MARTA SUPLICY** (PMDB - SP) – Muita gente que veio do Brasil todo. Não é a primeira vez que eles se encontram aqui.

Seria muito importante que nós votássemos, porque não tem nenhuma discussão mais sobre o tema. É simplesmente a regulamentação de algo que já ocorre há muito tempo, leva muitos processos para o judiciário e provoca, muitas vezes, insatisfação na condução dos trabalhos em relação a toda a comunidade e trabalha com a beleza.



Então, pergunto a V. Exª se não podia encaminhar essa discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senadora Marta. E o propósito da Mesa é esse.

O item 2 da pauta...

Nós vamos só concluir a votação da PEC, e o item 2 da pauta é esse projeto, que é da maior importância. A senhora foi Relatora na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Assuntos Sociais. E nós vamos apreciar, tão logo se conclua a votação da PEC.

Senador Flexa, pela ordem.

Eu vou abrir o painel e encerrar a votação, para entrarmos no primeiro item da pauta.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ. Sem revisão do orador.) – O Senador Fernando Coelho vai votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Rose, V. Exª... Votação nominal.

Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Jorge Viana, só para associar-me ao Senador Omar Aziz, a todos os Senadores que aqui se pronunciaram em apoio ao projeto do Senador Ivo Cassol. V. Exª vai aprovar o requerimento para que possamos aprovar o projeto ainda hoje, para que possamos dar uma oportunidade de sobrevida e de cura àqueles que estão acometidos de câncer, com a possibilidade da...

E quero aproveitar, Senador Presidente Jorge Viana, para dizer da honra de termos aqui a visita do Deputado Estadual Milton Campos, do PSDB, do Pará, que visita o plenário do Senado neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Flexa, concordo inteiramente com a intervenção de V. Exª, o propósito é esse. O Senador Magno Malta também tem pedido a mesma coisa que o Senador Omar. Está pronto, já li o requerimento, nós vamos votar ainda hoje, só que regimentalmente, após a Ordem do Dia, como estabelece o Regimento.

Eu queria só abrir o painel e concluir esta votação. A indicação do Sr. Paulo Roberto Campos Fontoura, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na Croácia.

*(Procede-se à apuração.)*

**(Vide item 1.2.3.1 do sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – SIM, 61 votos; NÃO, 01.

Uma abstenção.

Fica, então, aprovada a mensagem.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Item 1 da pauta...

Vamos concluir, então, e eu vou seguir dando a palavra pela ordem para os colegas. Nós vamos ao Item 1 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 133, do Senador Marcelo Crivella e outros Senadores, que acrescenta o §1º-A ao art. 156 da Constituição Federal, para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o IPTU, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel. O parecer é favorável, sob o nº 13, de 2016, da Comissão de Constituição e Justiça. O Relator foi o Senador Benedito de Lira. A proposta foi incluída na Ordem do Dia, conforme calendário especial, nos termos do Requerimento 172, de 2016:

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 133, DE 2015 (Calendário Especial - Requerimento nº 172, de 2016)**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2015, do Senador Marcelo Crivella e outros Senadores, que *altera a Constituição Federal, para estabelecer que o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel.*

Parecer favorável, sob nº 13, de 2016, da CCJ, Relator: Senador Benedito de Lira.

A discussão e votação, em primeiro turno, ocorreram na sessão do dia 16 de março. E agora abrimos a discussão da proposta, em segundo turno. *(Pausa.)*





Encerrada a discussão. Não há oradores inscritos.

Votação da proposta, em segundo turno.

As Srs e Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

Então, eu gostaria que os Líderes encaminhassem a votação da proposta de emenda à Constituição.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O PRB encaminha “sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Crivella, Autor, PRB, encaminha “sim”.

Senador Eunício, Líder do PMDB.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB - CE) – Presidente, nós já encaminhamos, no primeiro turno, favoravelmente a essa matéria. E vamos manter a mesma posição, votando favoravelmente e encaminhando “sim” pelo PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – PMDB, “sim”.

PSDB?

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB - CE) – E, na sequência, vamos votar sobre os cabeleireiros. Não é, Presidente?

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O PSDB, Sr. Presidente, também encaminha o voto “sim”, mantendo a coerência da votação.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – O PV vota “sim”, Presidente.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O PSDB vota “sim”.

E apela a V. Exª, para que, na sequência, possamos votar o PLC nº 133.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem dúvida.

O PSDB vota “sim”.

E o Democratas como vota?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PV - PR) – O PV vota “sim”, Presidente.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, o Democratas vota, como na sessão anterior, à emenda constitucional, que realmente atende a todas as igrejas, independentemente de credo.

E, com isso, a posição do Democratas é “sim”, favorável à aprovação da emenda constitucional.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Democratas vota “sim”.

O PV, “sim”.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Gleisi, pelo PT, encaminhando pelo PT.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O PT vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O PT vota “sim”.

Senador Wellington Fagundes.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, o PR, da mesma forma com que votou na votação anterior, vota “sim”, até pelo grande trabalho social que todas as igrejas fazem. E esse projeto beneficia todas as igrejas, todas as congregações.

Portanto, é voto “sim”.

E aproveito para justificar meu voto na votação anterior também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O PR vota “sim”.

Eu também peço às Srs e Srs. Senadores que votem. A votação precisa ser nominal.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estamos apreciando uma PEC, em segundo turno.

Peço aos Senadores e Senadoras que estão nas dependências da Casa que venham ao plenário, para votar.

Senador Randolfe.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em seguida, o Senador Walter Pinheiro.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. sidente, obviamente, o encaminhamento é “sim”.

E permita-me só apresentar, reiterar uma questão de ordem que já foi feita à Mesa, em relação ao que





já foi aprovado, o requerimento para urgência do Projeto de Lei nº 3, da Câmara, que trata sobre a autorização para o uso da fosfoetanolamina por pacientes, por meio de termo de responsabilidade. Esse requerimento já foi aprovado, Sr. Presidente, e há um acordo de todos os Líderes para a votação da matéria.

Conforme prevê o art. 336, inciso II, do Regimento Interno, assim como o art. 412, inciso XIII, do Regimento Interno, solicito à V. Exª que seja incluída na Ordem do Dia, já que houve requerimento aprovado, essa matéria para apreciação, visto que há um acordo dos Líderes, em relação a esse tema, para queda de interstício. Então, solicito a V. Exª, reiterando já os pedidos feitos pelo Senador Omar Aziz e pelo Senador Flexa Ribeiro, e pela necessidade que há da apreciação urgente desse projeto de lei, pela necessidade que pacientes de câncer, pacientes oncológicos têm, por todo o Brasil, e pelo suprimimento da cláusula regimental, visto que há acordo entre todos os Líderes para a votação dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero realçar um aspecto da discussão desta PEC, que é de suma importância, não resta a menor dúvida, até pela sua abrangência, mesmo sendo patrocinada por um Senador que tem uma opção de fé que se vincula aos chamados neopentecostais. Esta PEC buscou fazer a abrangência, da mesma forma como fizemos com a alteração do Código Civil, quando tratamos da opção e da orientação em relação a culto, toda e qualquer forma de culto, credo ou expressão religiosa, buscando fazer a extensão do que já havia sido assegurado na Constituição, ou seja, o benefício, o gozar da isenção em relação ao IPTU.

No entanto, Senador Crivella, uma das preocupações que tivemos, com a oportunidade de debater, inclusive, na CCJ, foi no sentido de que o Poder Público municipal, no momento da chamada regulamentação para aplicação e expedição dos próprios carnês, exercesse – as diversas entidades públicas municipais – todo um processo de fiscalização, a fim de evitar, Senador Jorge Viana, que a burla ou qualquer outro termo que possa ser adotado viesse a acontecer. Assim, é meritório, porque já havia um ganho a partir do dispositivo constitucional, mas, uma vez em processo de locação, essa expressão de culto não poderia gozar do benefício da isenção em relação ao IPTU.

Portanto, é meritória, mas é importante frisar a sua abrangência e também a possibilidade efetiva de fiscalização por parte do Poder Público municipal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só pediria que as Srªs e os Srs. Senadores votassem, pois acabamos de ter uma votação com 60 votos, e só há 45 no painel. É muito importante que tenhamos... Há um acordo sobre esta matéria, é o segundo turno, é uma matéria da maior importância. E, mais uma vez, peço aos colegas Senadores que possam votar.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, estão pedindo a palavra o Senador Requião, o Senador Flexa, o Senador Tasso e a Senadora Lídice.

Senador Roberto Requião, pela ordem.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB - PR) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais uma vez, peço aos Senadores que votem. É votação nominal.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, Presidente, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Requião e, em seguida, V. Exª, Senadora.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Só como observação, essa doação à igreja deve ser acompanhada com a identificação do CPF, do Cadastro de Pessoas Físicas, para que se saiba a origem do dinheiro que entra na organização religiosa e se evite que esse dispositivo constitucional passe a ser, nas mãos de pessoas inescrupulosas, um instrumento de lavagem de dinheiro. Mas isso pode ser resolvido na regulamentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Senadora Lídice; e, em seguida, o Senador Flexa e o Senador Tasso Jereissati.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Jorge Viana.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Lídice.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para encaminhar o voto do nosso Bloco “sim”, fazendo, no entanto, as ressalvas já destacadas aqui o Senador Walter Pinheiro, pelo Senador Requião, no sentido de que possamos aprofundar esse tema. É preciso que o Município tenha condição de fiscalizar efetivamente aquilo que o Senado está decidindo por



ele.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Sem revisão do orador.) – Presidente Jorge Viana, só para parabenizar o Senador Marcelo Crivella e também pedir a todos os Senadores e Senadoras que possamos votar, em segundo turno, a Emenda Constitucional nº 133, que isenta de IPTU todos os prédios de qualquer culto, não só evangélicos. Então, é importante que a PEC seja aprovada, como será, em segundo turno, e que seja, em seguida, regulamentada, para que não deixe nenhuma margem de dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Senador Tasso Jereissati.

Mais uma vez, eu peço aos colegas Senadores e Senadoras que votem, pois estamos em processo de votação nominal, apreciando, em segundo turno, a PEC que cria isenção de IPTU para templos. Mesmo que sejam locatárias, as entidades terão isenção de IPTU.

Senador Tasso.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Oposição/PSDB - CE. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, trata-se de uma comunicação. Eu ontem não estava presente, mas encaminhei um requerimento de voto de pesar pelo falecimento, pela tragédia do falecimento do executivo Roger Agnelli, da sua esposa, Andrea, e de todos os seus filhos – uma tragédia realmente enorme e que nos deixa profundamente consternados.

Senador Jorge Viana, com certeza, V. Exª teve também o privilégio de conviver com ele, um dos melhores e mais importantes executivos que conheci na sua geração, na nossa geração no Brasil, e o grande responsável pela transformação da Vale do Rio Doce nessa gigante internacional que é hoje.

Deixa um vazio enorme na vida empresarial brasileira, na vida dos executivos, na vida pública brasileira e também, com certeza, para a senhora sua mãe e para toda a sua família. O nosso sentimento por essa tragédia. Não temos palavras para descrever o tamanho do sofrimento de todos aqueles que acompanharam a vida e chegaram, de alguma maneira, próximo a Roger, a Andrea e a seus filhos.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só queria falar, antes, também – até liguei para o Senador Ferraço... Fiquei consternado. E acho que o que o Senador Tasso traz aqui é também a opinião de todos nós.

Nós o recebemos aqui, na Comissão de Relações Exteriores, há pouco mais de uma semana. Ele veio; fez uma das mais brilhantes explanações que já vi alguém fazer sobre a China, a nova China; passou tudo o que tinha de entendimento; ajudou-nos a compreender melhor esse cenário mundial. E, em pouco mais de uma semana, recebemos, chocados, essa notícia dessa tragédia que tirou a vida dele, da esposa, dos dois filhos e de toda a sua família.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Acho que todos nos associamos a esse voto de pesar do Senador Tasso.

Senador Aécio e Senador Ferraço.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O PP vota “sim”, no segundo turno, na emenda. O nosso Líder não está aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O PP vota “sim”.

Senador Aécio.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma que o Senador Tasso, é importante – acho que o Brasil e o Roger merecem isso – que fique aqui, nos *Anais do Senado*, registrado não apenas o voto de pesar, mas a nossa mais profunda consternação pela perda de um brasileiro. Ao lado da sua esposa, Andrea, dos seus filhos, perde o Brasil um dos mais otimistas e preparados brasileiros do seu tempo. Pessoalmente, tive a oportunidade de conviver muito próximo ao Roger, desde antes da sua chegada à Vale do Rio Doce.

Tínhamos exatamente a mesma idade e brincávamos muito sobre o momento – V. Exª também – em que esta geração, de alguma forma, iria imprimir a sua nova visão de mundo ao Brasil.

Ele teve um papel, Senador Jorge Viana, extremamente importante na formulação do nosso programa de Governo nas eleições de 2014, e, quando a tragédia foi anunciada, eu tenho certeza de que muitos brasileiros de todas as regiões do País – não apenas empresários, mas aqueles que, na Vale do Rio Doce e em outras empresas por onde passou Roger, especialmente o Bradesco, conviveram com ele – sofreram um forte impacto no peito.

Quero dirigir à sua família, a seus pais, enfim, a todos que ainda vivem esse enorme drama uma palavra



de muita paz e, sobretudo, de muita coragem para enfrentar essa enorme perda.

E disse bem V. Ex<sup>a</sup>: o último depoimento que ele fez, na Comissão de Relações Exteriores desta Casa, é um belo mapa a ser trilhado por aqueles que compreendem que nós não somos uma ilha isolada no mundo – ele costumava dizer muito isso. Ou nós nos adaptamos às realidades internacionais e nos preparamos para compartilhar esses avanços, seja em tecnologia, seja nas economias em desenvolvimento, ou ficaremos sempre para trás.

Fica, portanto, a minha palavra pessoal de saudade, mas, em nome do PSDB, Partido que presido, fica a homenagem ao grande brasileiro Roger e a toda a sua família.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ricardo Ferraço, Senador Flexa e Senador José Agripino.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES. Sem revisão do orador.) – Inspirado pela manifestação do Senador Tasso Jereissati, assim como pela do Senador Aécio Neves, quem, como eu, é do Estado do Espírito Santo – que, ao lado do Estado de Minas Gerais, do Estado do Pará e do Estado do Maranhão, está presente na cena brasileira de maneira robusta, não apenas pela produção de minério, mas por tudo que nossos Estados representam na estratégia de logística do nosso País –, conhece e tem a obrigação de trazer o seu testemunho da capacidade empreendedora do executivo Roger Agnelli, que nos deixou no último fim de semana, abatido por uma tragédia; não apenas ele, mas sua esposa, Andrea, seus filhos, nora e genro.

O executivo Roger Agnelli, Sr. Presidente, deixa uma grande lacuna aberta em nosso País.

Ele, mais do que ninguém, soube entender, soube discutir e soube dar uma enorme contribuição ao nosso Brasil, considerando as variáveis de integração da economia global.

Há dez dias, ele esteve conosco na Comissão de Relações Exteriores, na companhia do Embaixador Sérgio Amaral, oportunidade em que nós discutimos as ameaças e as oportunidades na relação do Brasil com a China. Ninguém, além de Roger Agnelli, conhecia tão bem as oportunidades da China e a necessidade do longo caminho a ser percorrido pelo nosso País nessa direção.

Portanto, a minha palavra é uma palavra não apenas de reconhecimento, mas é uma palavra de gratidão a esse extraordinário empreendedor, um dos melhores da sua geração. Gratidão, Sr. Presidente, pelo período em que o Sr. Roger Agnelli foi presidente da Vale. Eu fui Vice-Governador do Estado do Espírito Santo, na companhia do Governador Paulo Hartung, oportunidade em que nós fizemos as melhores e mais consistentes parcerias no campo da atividade coletiva e do desenvolvimento do nosso Estado.

Fica o registro de extremo pesar por essa tragédia que abateu a vida deste grande brasileiro, Roger Agnelli.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por favor, vamos abrir o painel. A seguir, eu vou dando a palavra também aos colegas.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Deixe-me só abrir o painel, Senador Flexa. (Pausa.)

Temos então...

*(Procede-se à apuração.)*

**(Vide item 1.2.3.2 do sumário)**

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Painel: 55 votos SIM; nenhum NÃO.

Portanto, fica aprovada a proposta de emenda à Constituição que teve como autor o Senador Marcelo Crivella.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental. **(Parecer nº 262/2016-CDIR - Vide item 1.2.3.2 do sumário)**

Em discussão a redação final...

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, José Pimentel acompanha o Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Paulo Rocha...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Pimentel e Senador Paulo Rocha.

Encerrada a...



**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu também gostaria de justificar. Não deu tempo de votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Vanessa, a Ata registrará também a manifestação de V. Exª, favorável à matéria.

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – **Item 2** da pauta:

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015 (nº 5.230/2013, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 12.592, de 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro e afins e os salões de beleza.*

Pareceres sob nºs 213 e 214, de 2016, da CDH e CAS, Relatora: Senadora Marta Suplicy, favoráveis, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH/CAS.

Poderão ser oferecidas emendas até o final da discussão.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

*(Manifestação da galeria.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Temos que apreciar as emendas.

Votação, em globo, das Emendas 1 e 2 da CDH e CAS.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

*(Manifestação da galeria.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final, que será publicada na forma regimental. **(Parecer nº 263/2016-CDIR - Vide item 1.2.3.3 do sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

*(Manifestação da galeria.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quero felicitar a todos os profissionais que estão aqui e dizer que o Senado sente-se honrado de colaborar no aperfeiçoamento da profissão de V. Sªs. Muito obrigado.

*(Manifestação da galeria.)*

*(Soa a campainha.)*





**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós vamos ao item 4 rapidamente, para ir melhorando.

**O SR. JOSÉ AGRIPIÑO** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou dar a palavra para V. Exª e o Senador Flexa, que eu tenho certeza que é também com as condolências.

Eu só queria encaminhar mais esta matéria, e passarei a palavra a V. Exª, Senador José Agripino.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Item 4.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, na PEC 131, de autoria do Senador Crivella, eu votei seguindo a orientação do Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O encaminhamento do PT foi voto “sim”, e a Ata registrará a manifestação de V. Exª, Senadora Fátima Bezerra.

#### Item 4:

Projeto de Lei da Câmara 179, de 2015 (na Casa de origem, 8.140/2014), que altera a Lei 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina. Parecer sob nº 212, de 2016, da CAS, Senador Ronaldo Caiado é Relator, favorável com a Emenda da CAS nº 1, de redação, que apresenta:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2015 (nº 8.140/2014, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina (veda a denominação Bacharel em Medicina)*.

Parecer sob nº 212, de 2016, da CAS, Relator: Senador Ronaldo Caiado, favorável com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e da emenda, em turno único. *(Pausa.)*

Não há oradores inscritos.

Está encerrada a discussão.

Posso seguir, Senador Caiado, com a apreciação da matéria? V. Exª é o Relator. Não há manifestação contrária. Vamos colocar em votação.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Relator, Senador Caiado, que tem parecer favorável. É óbvio.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Obrigado, colega.

Esse projeto tem uma importância ímpar, Sr. Presidente, até porque ele é de autoria de um Deputado do Democratas, médico também, o Deputado Mandetta, do Mato Grosso do Sul.

O que ocorreu? Especificamente em Campo Grande, a faculdade de Medicina resolveu alterar no diploma e, em vez de colocar a categoria médico, colocou exatamente bacharel em Medicina. Só que, Sr. Presidente, quando os colegas, terminada a residência, conseguiram uma bolsa de estudo ou conseguiram a aprovação para estar em outros serviços fora do Brasil, o convênio do Brasil com os outros países era a figura de médico, e, com a figura do bacharel em Medicina, esses colegas foram todos penalizados: perderam a bolsa, tiveram de retornar ao Brasil e estão lutando até o momento para refazer aquilo que foi inventado por algumas faculdades de Medicina e que tem trazido um forte prejuízo a todos esses colegas que se prepararam e que pretendiam fazer um curso no exterior.

Como nós teremos agora formaturas no final do mês de junho, eu quero agradecer a urgência que foi concedida a esse projeto e quero pedir o apoio de todos os colegas para que possamos rapidamente aprová-lo e, como tal, encaminhá-lo para a sanção, Sr. Presidente, corrigindo uma injustiça que penalizou vários colegas no País.

Ou seja, o diploma é de médico, e não de bacharel em Medicina.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Votação da Emenda nº 1.



Nós estamos apreciando a matéria que dispõe sobre o exercício da Medicina e veda a denominação bacharel em Medicina.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, então, que aprovam o projeto, sem prejuízo da emenda, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1, de redação.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental. **(Parecer nº 264/2016-CDIR - Vide item 1.2.3.4 do sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu parablenho todos os profissionais da Medicina do nosso País, incluindo meu irmão, Tião Viana, que é médico, e os colegas Senadores e as Senadoras na Casa que também são médicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há sobre a mesa...

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – A classe agradece, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria passar a palavra agora ao Senador José Agripino e ao Senador Flexa e, em seguida, com a concordância dos colegas Líderes, eu queria apreciar, para demonstrar um gesto da condução dos trabalhos, a solicitação que o Senador Cassol traz e que foi referendada por vários Líderes da Casa, que deveria ser feita após a Ordem do Dia, mas, como há concordância dos Líderes, nós faremos a apreciação imediatamente após ouvirmos a rápida manifestação do Senador Agripino e do Senador Flexa.

Com a palavra o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi com atenção, e foi muito bonito o gesto do Senador Tasso Jereissati de trazer para o Senado uma palavra de apreço, de elogio e de sentimentos à família de Roger Agnelli.

Eu queria ir um pouco mais além. O processo de privatizações, Presidente, teve grandes momentos neste País. Talvez o símbolo do maior êxito de privatizações no Brasil, além da telefonia, tenha sido a privatização da Vale do Rio Doce, enquanto Roger Agnelli foi Presidente.

Roger Agnelli não era dono da Vale do Rio Doce. Ele era funcionário de um banco que comprou, no processo de privatização, parte da Vale do Rio Doce e, pela competência de executivo, ele foi indicado presidente da Vale e transformou a Vale do Rio Doce na primeira grande transnacional brasileira. Foi quando o Brasil ocupou fronteiras diferentes do nosso Território, com uma empresa poderosa, respeitada. E a condução dos negócios da Vale foi levada a efeito com extremo talento e com extrema competência, além de ousadia, porque todo bom executivo, todo bom gestor tem a obrigação de ser ousado, como ele o foi.

Eu quero, portanto, manifestar aqui o meu sentimento de perda não para um setor, não apenas para sua família, que é quem mais perde, mas para o País. Roger Agnelli era um homem preparado para desempenhar qualquer tarefa na recuperação do nosso País, que está passando por dificuldades, e só vai sair das dificuldades a partir da mudança de modelo de gestão, através da capacidade e do talento de gestores competentes e sérios, como ele foi, para recuperar patrimônios como a Petrobras, por exemplo, ou segmentos da energia elétrica, a Eletrobras.

Roger Agnelli, na minha opinião, era uma dessas nossas esperanças, era um dos trunfos para o Brasil que precisa ressurgir, uma pessoa em quem eu confiava por inteiro.

Eu tive a oportunidade de, na quinta-feira passada, estar presente na Comissão de Relações Exteriores, em uma audiência pública convocada pelo Senador Aloysio Nunes. Ao lado do Embaixador Sérgio Amaral, ele se fez presente e, com poucas palavras, conceituou a China no contexto internacional das nações com precisão cirúrgica. Era um homem de avaliação lúcida, competente, de poucas palavras, um pragmático por excelência.

É por essa razão que, contristado pela perda de um brasileiro de qualidade e de sua esposa Andrea Ihos, sobretudo pelo talento do grande gestor que foi Roger Agnelli, manifesto o respeito, o apreço e o sentimento de perda do meu Partido, no Senado, ao País inteiro.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Flexa.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Donizeti.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, na votação anterior, da PEC 133, eu estava ausente e meu voto é...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Sem revisão do orador.) – Presidente, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, quero registrar o voto de pesar pela perda do empresário Roger Agnelli e de sua família.

Por onze anos, Roger Agnelli foi Presidente da Companhia Vale, que tem no Pará sua maior atividade na mineração, com crescimento permanente. E esse crescimento se tornou maior quando Roger Agnelli presidia a Companhia. Foi uma das mais destacadas lideranças empresariais deste País, um talento brasileiro reconhecido internacionalmente, compondo uma seleta lista de CEOs, ao lado de lendas como Bill Gates, pela *Harvard Business Review*.

Pois bem, Sr. Presidente, no momento em que perdemos uma das mentes mais brilhantes deste País, é importante louvar que outros milhares de brasileiros estão se formando, neste exato momento, para seguir seus passos, para seguir o seu exemplo.

A Brazilian Undergraduate Student Conference é uma entidade que congrega centenas de estudantes brasileiros nas maiores universidades do mundo, especialmente nos Estados Unidos, voltada exatamente para o engajamento desses jovens com a realidade brasileira, de forma que sua formação esteja vinculada e voltada à discussão e busca de soluções para os grandes problemas nacionais.

Enfim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assim como Roger Agnelli, os futuros líderes que hoje estão sendo forjados, estão assumindo, desde já, o firme compromisso de voltarem seus esforços e conhecimento em prol do desenvolvimento do Brasil. Esse é o objetivo da Conferência que estará acontecendo na Universidade de Chicago nos próximos dias 8 e 9 de abril, que contará com conferencistas do nível de Sérgio Moro, Marina Silva, Joaquim Levy, Drauzio Varella, Pérsio Arida, Vicente Falconi, João Dionísio Amoêdo e outros.

Sr. Presidente, todos esses jovens brasileiros que se especializam fora do Brasil e que irão ocupar posições de destaque nas indústrias, nos grupos de empresas brasileiras, seguirão, tenho certeza absoluta, o exemplo de Roger Agnelli, que contribuiu como empresário e como brasileiro, ao longo de sua trajetória, ao longo de sua vida, para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Que fiquem consignados os votos de pesar pela perda de Roger Agnelli e de seus familiares.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero aqui fazer um registro na tarde de hoje.

O Presidente do Senado Federal recebeu, em audiência, governadores do Brasil na presença dos Líderes partidários. Os senhores governadores vieram pedir apoio para duas medidas em particular: a primeira, a compreensão do Congresso Nacional para agilizar a votação da redução da amortização das dívidas dos Estados, permitindo aos Estados da Federação reduzir em até 40% o pagamento de seus empréstimos, de seus financiamentos; e a segunda medida trata do apoio para a autorização de recursos de depósitos judiciais quando envolverem o pagamento de precatórios entre entidades privadas.

Eu queria fazer aqui uma reflexão e conclamar sobretudo as Bancadas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. É evidente que não vamos faltar ao apelo dos governadores, mas é importante destacar que a matéria mais importante para os Estados consumidores da Federação brasileira, que estão concentrados nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste é a unificação da alíquota do ICMS, é a transformação do ICMS de um imposto de produção para um imposto de consumo. A pendência para que possamos acelerar essa votação é o Governo definir os recursos para os fundos de compensação que devem ser oferecidos aos Estados consumidores quando eles forem abrir mãos dos instrumentos de incentivos fiscais.

E o Governo após o veto à Lei de Repatriação de Recursos no sentido de que fossem utilizados os recursos da multa para compor esse fundo. Ocorre que os recursos provenientes da legalização da repatriação são claramente insuficientes. E diversos Parlamentares do Norte e do Nordeste, em especial, fizeram sucessivos apelos ao Ministro da Fazenda, às autoridades da área econômica do Governo Federal, para que se fizesse um esforço, porque estaríamos racionalizando sobretudo o sistema tributário brasileiro, estaríamos diminuindo os custos, a perda de recursos a partir da concessão de incentivos, criando maior racionalidade. E o Governo



sempre alegou que não poderia oferecer isso porque não dispunha de espaço fiscal.

Ocorre que a amortização das dívidas que vai levar alívio para os Estados mais ricos da Federação implica um gasto fiscal de R\$30 bilhões nos próximos três anos. Então, é inconcebível que o Governo tenha encontrado espaço fiscal para atender, sobremaneira, os Estados ricos da Federação e diga a este Congresso Nacional que não há recursos para viabilizar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, viabilizar a racionalização do ICMS, transformar esse imposto em um imposto de destino, que vai contribuir para o equilíbrio federativo.

Portanto, eu queria deixar aqui registrada a minha inquietação, o meu inconformismo. A partir da próxima semana, estarei ao lado dos companheiros da Bancada do Nordeste, ao lado do Senador Otto Alencar, do Senador Walter Pinheiro e de tantos outros Senadores a fim de que se faça uma discussão de forma concomitante. Se é para aliviar os Estados ricos, é imperioso encontrar espaço fiscal para levar alento aos Estados mais pobres da Federação brasileira.

Muito obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra Coelho, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)*

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Acir, com a palavra V. Exª.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Sem revisão do orador.) – Sugiro a V. Exª que amanhã iniciemos a Ordem do Dia às 11 horas. Acho que é importante. Na quinta-feira não teremos sessão, então seria importante que amanhã iniciássemos a Ordem do Dia às 11 horas. É a sugestão que faço a V. Exª para que possamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos pedir à Secretaria-Geral da Mesa que veja um cenário que possa conciliar o funcionamento da CCJ com o funcionamento aqui do Senado Federal, nas primeiras horas da tarde, de modo que os Senadores fiquem liberados para viajar, quem entender que é o caso.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

E agradeço a inclusão em pauta do PL 03, para que possamos votá-lo. É uma matéria importante, já foi amplamente discutida na Comissão de Ciência e Tecnologia e na CAS também. É uma matéria muito importante. Agradeço sua inclusão na pauta. Se pudermos votá-la agora, nós agradecemos, Sr. Presidente.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB - CE) – Sr. Presidente.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Sem revisão do orador.) – É só para reforçar, Sr. Presidente, se V. Exª permitir...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, só para reforçar: já foi aprovado o requerimento, mas eu, de antemão, quero agradecer a V. Exª, porque, desde o princípio, V. Exª, como Presidente, e o Senador Jorge Viana, como Vice-Presidente, deram garantia e prioridade. Ao mesmo tempo, quero expressar a alegria pelo fato de que nós não precisamos, por enquanto, tomar esse comprimido.

Portanto, a matéria será colocada em votação, e quero, de antemão, já agradecer a V. Exª e ao Senador Jorge Viana, que presidia a sessão naquele momento, para que seja aprovada. Esperamos que a Presidente Dilma – convido todos os Senadores – sancione, sem veto nenhum, e que não tire dos pacientes o direito de tentar mais um tratamento para a cura do câncer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Eunício Oliveira, Senador Cássio Cunha Lima e Senador José Agripino.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB - CE. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para um encaminhamento. Amanhã é quarta-feira. Nós sabemos que teremos a Comissão de Constituição e Justiça pela manhã, mas há um apelo aqui de vários Senadores e de alguns Líderes no sentido de que iniciemos a Ordem do Dia de amanhã pelo menos às 2 da tarde. Isso não atrapalha as comissões e antecipa a Ordem do Dia, para que à noite as pessoas possam viajar para os seus Estados.

Então, logo na sequência...

Alguém me pede aqui que seja ao meio dia, após a...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos ter uma reunião da Mesa Diretora, Senador Eunício, às 11 horas. Logo em seguida, nós abríamos a sessão e combinaríamos o horário para começarmos a Ordem do Dia, que pode ser logo nas primeiras horas da tarde.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – 2 horas, Presidente.





**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, acompanhando o Senador Eunício... Meio dia abre a sessão e começam os discursos. Quando V. Ex<sup>as</sup> saírem, começa a Ordem do Dia.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB - CE) – O encerramento da reunião, na sequência a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos amanhã excepcionalizar matérias que não sejam divergentes, para que possamos caminhar sem problemas.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB - CE) – Também não há divergência em iniciar a Ordem do Dia logo na sequência, 1 ou 2 da tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não há, não há.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB - CE) – Combinado, então. Obrigado!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, a matéria dos precatórios pode ser logo a primeira matéria a ser apreciada na CCJ. Mas que se faça o entendimento. O Senador Anastasia está com o relatório pronto. É uma matéria importante, talvez a mais importante da discussão de amanhã. Aprovada a matéria dos precatórios na CCJ, pode-se fazer a Ordem do Dia em seguida. É a sugestão que dou a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sem dúvida, Senador José Agripino.

Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, é para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – A questão de ordem que formulo neste instante, com base no art. 403, combinado com o art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, faz lembrar o que estabelece e reza o art. 62 da Constituição Federal, que diz: “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.”

No último dia 16 de março, a Presidente da República editou a Medida Provisória nº 717, que cria o cargo de Ministro de Estado Chefe do Gabinete Pessoal da Presidente da República, dias depois, Sr. Presidente, que esta Casa aprovou uma outra medida provisória que reduzia, de forma módica, de forma absolutamente econômica e modesta, a estrutura do Governo Federal.

Dentro de toda essa celeuma que foi criada com a indicação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil, Sua Excelência a Presidente Dilma fez editar a Medida Provisória nº 717, num visível jogo de acomodação política, já que, para acomodar o ex-Presidente Lula na chefia da Casa Civil, foi preciso deslocar o então Ministro Jaques Wagner para a chefia de gabinete, concedendo, através dessa medida provisória, o *status* de ministro para chefe de gabinete.

Eu particularmente já fui prefeito, já fui governador. Causa-me muita estranheza elevar a *status* de ministério a chefia de gabinete pessoal da Presidência da República. É claro que os requisitos de urgência e relevância não estão preenchidos na medida provisória em discussão por razões óbvias. Salta aos olhos a ausência da urgência e muito menos relevância de se transformar a chefia de gabinete da Presidente da República em ministério para atender apenas a um jogo de acomodação política que atende tão somente aos interesses da Presidente Dilma e do seu próprio Governo e jamais do Brasil.

O Brasil está perplexo, está estarrecido com tudo que vem acontecendo nesses últimos instantes. Não é possível que o Senado Federal, e fazendo justiça a V. Ex<sup>a</sup>, que, com muita altivez, preservando as atribuições do Senado e do Congresso Nacional, fez devolver medidas provisórias outras pela ausência dos requisitos de urgência e de relevância.

A pergunta é óbvia: qual é a urgência que existe para a transformação do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência da República em ministério? E qual é a relevância que existe senão a de oferecer ao ex-Chefe da Casa Civil e atual Chefe de Gabinete, Ministro Jaques Wagner, o *status* de ministro e consequentemente manter o foro, por prerrogativa de função, perante o Supremo Tribunal Federal?

Portanto, a questão de ordem que apresento tem por escopo o apelo para que a Mesa Diretora possa, fazendo-se valer de suas prerrogativas, impugnar a medida provisória, por estar em absoluta, flagrante, desconformidade com o Texto Constitucional.

Lembrando apenas, Sr. Presidente, que a medida provisória foi criada, pelo Constituinte de 1988, em substituição ao decreto-lei, muitas vezes chamado de “famigerado decreto-lei”, que foi um instrumento da ditadura militar para suplantir as atribuições do Parlamento brasileiro. E veio, então, o Constituinte de 1988, criou esse novo instrumento da medida provisória, colocando fim ao decreto-lei, mas devolvendo as prerrogativas da análise de prazo, com esses pré-requisitos que devem ser observados, que insisto e repito, de urgência e relevância, para que se edite a medida provisória.

Não encontramos, por mais boa vontade que se tenha, qualquer elemento, qualquer resquício, qualquer



indício, para usar uma palavra muito em moda, de urgência ou de relevância, para se transformar o cargo de chefe de gabinete da Presidente da República em ministério.

Então, é uma questão de ordem que dirigimos a V. Exª para que, com sua autonomia, seu tirocínio e, sobretudo, seu compromisso com a Constituição e com esta Casa, possa, nos termos regimentais, respondê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Recebo a questão de ordem muito bem formulada pelo Senador Cássio Cunha Lima e determino à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, providencie os elementos para que possamos, rapidamente, responder à questão de ordem formulada pelo Senador Cássio Cunha Lima.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Para contraditar. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Em referência à questão de ordem que o Senador Cássio Cunha Lima colocou agora no plenário – e é de sua competência fazer isso, a discussão política é sempre legítima e V. Exª mandou processar –, gostaria de lembrar a esta Casa que, pela Resolução nº 1, de 2002, art. 5º, essa análise solicitada pelo Senador Cássio para que seja feita por V. Exª compete preliminarmente à comissão mista que analisa as medidas provisórias que vêm a esta Casa.

Então, penso que, antes da questão de ordem, a comissão mista também deveria se pronunciar. É assim que funciona o Regimento Interno.

Portanto, consulto V. Exª sobre como proceder nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou pedir os elementos para responder, oportunamente, à questão de ordem levantada pelo Senador Cássio Cunha Lima. Mas o Senador Cássio Cunha Lima embasou a questão de ordem em um precedente já acontecido aqui, em várias oportunidades, no Senado Federal: quando o Presidente do Congresso Nacional entende que a medida provisória não preenche os requisitos de relevância e urgência, de forma flagrante.

Isso aconteceu não apenas durante a minha presença aqui na Presidência, mas durante a presença de outros presidentes também. Permita-me citar o Senador Garibaldi, quando da sua presença como Presidente do Senado Federal, também nós tivemos momentos em que o Senado teve que recusar medida provisória por ser inconstitucional, por não atender os pressupostos, antes mesmo da avaliação da chamada comissão mista. E o Supremo Tribunal Federal, instado diante dessa questão, entendeu que é pertinente, sim, essa devolução.

Eu não sei se será o caso, eu vou recolher os elementos. Já pedi à Secretaria-Geral da Mesa, e, oportunamente, nós responderemos à questão de ordem.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber de V. Exª quais os itens que estão na pauta, para poder fazer um pronunciamento aqui. Porque eu até preferiria, nesse caso, que V. Exª esgotasse o item que havia sido anunciado para que, na sequência, eu pedisse a palavra, afim de não interromper o processo de votação de matéria que já foi indagada por diversos Senadores, para que o Plenário pudesse apreciar.

Portanto, eu não quero contribuir para a interrupção da Ordem do Dia que, aliás, tem se tornado uma prática corriqueira. Até porque o assunto de que eu vou tratar não está na pauta ainda, mas deverá vir à pauta.

Então, eu indago a V. Exª se há item na pauta. Eu gostaria de contribuir para a apreciação dessa matéria – está aqui o Senador Ivo, que inclusive já havia feito o pleito a V. Exª – e aí, na sequência, eu gostaria que V. Exª me desse a palavra, se assim possível for.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso logo após a Ordem do Dia.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 8 de março, eu fiz uma questão de ordem, aqui no plenário, a V. Exª, com relação à Medida Provisória nº 703.

Fiz uma ampla sustentação e fundamentação na direção de consagrar que esta medida provisória viola o art. 62 da Constituição Federal, que estabelece os limites para temas que devam ser foco de escopo de medida provisória. No caso específico, esta é uma medida provisória que trata de questões da esfera penal processual.

Indago a V. Exª se V. Exª já tem a resposta dessa questão de ordem, considerando que a comissão



mista está trabalhando. Portanto, indago se V. Exª já tem a resposta com relação a essa questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não tenho ainda, Senador Ricardo Ferraço, mas acabei de reiterar à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, o mais rapidamente possível, disponibilize esses elementos, para que possamos, em tempo ainda, em boa hora, responder a essa questão de ordem do Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Aguardo a manifestação de V. Exª.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, vamos encaminhar a solicitação também do Senador Walter Pinheiro? Assim, já colocamos em votação e damos esperança para o povo brasileiro.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Há, sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2016. (Requerimento nº 212/2016)

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Há mais um requerimento de urgência cuja tramitação foi...

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, o requerimento da fosfo já foi lido. Agora só está pedindo para ler o projeto, para aprovar o projeto, que veio da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Tinha sido lido...

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Já tinha sido lido...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós acabamos de aprovar o requerimento.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O requerimento ou o projeto?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O requerimento.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não, o requerimento. O projeto tem de cumprir o interstício de duas sessões.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É. Exatamente.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas, como há acordo, Senador Cássio...

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não. Infelizmente, Senador Ivo, o requerimento foi lido antes da Ordem do Dia. A praxe da Casa é a leitura após a Ordem do Dia, o respeito das duas sessões, para que se possa fazer a votação da matéria. Esse é o procedimento, essa é a norma regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É isso aí.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas aqui, tantas vezes nesta Casa, se quebrou o acordo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E aqui nós estamos falando de esperança do povo. Já houve acordo; todos os Líderes assinaram.

Agora, isso é um absurdo, não é por nada, não.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Parece-me que há acordo entre os Líderes.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Gente, é para dar expectativa para o paciente que está com câncer, que tentou todos os tratamentos e não...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tirar dessas pessoas a esperança, atrasar por quê? Quem está doente precisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só lembrar ao Senador...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, deixe-me apelar para a sensibilidade do Senador Cássio, porque, de fato, todos assinaram. Senador Cássio, estou falando porque a minha experiência é de milhões de brasileiros.

Minha mãe morreu com câncer no cérebro. E eu sei exatamente o que é isso.

*(Soa a campanha.)*



**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – Foi ceifada com 57 anos de idade. São milhões de brasileiros, e essa é a última tábua de salvação para muita gente que está aguardando. Alguns ficaram bons ao receber o medicamento; outros melhoraram e, depois, pioraram.

Imagine alguém com câncer, Sr. Presidente. Não há nada mais positivo, no momento em que toda a pauta da Nação é negativa. Essa é uma pauta positiva, Sr. Presidente. E há momentos na vida em que a graça tem que ser maior que a lei.

Senador Cássio, vamos manter esse acordo. É a vida. A graça tem que ser maior que a lei...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente. Presidente, pela ordem.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – ... em alguns momentos da vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só prosseguir na Ordem do Dia e, em seguida, darei a palavra a todos os Senadores.

Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não, Presidente, é no mesmo sentido. É só para lembrar, a não ser que não tenha mais acordo entre os Líderes. Porque existia um acordo entre os Líderes – o Senador Ivo Cassol, inclusive, lembra – todos assinaram o requerimento de urgência. E existia, ou existe, um acordo entre os Líderes para que essa matéria fosse votada hoje.

Só lembrando, Sr. Presidente. Em outros momentos, nós suprimimos o interstício regimental pelos Líderes, conforme pressupõe o art. 369, II, do Regimento Interno.

Então, eu queria apelar a V. Ex<sup>a</sup> e aos Líderes que, salvo se algum Líder declarar aqui que não há acordo para votação, aí, sim, eu respeito o cumprimento do interstício regimental. Mas, salvo ocorra isso, me parece que há o acordo para suprir o interstício regimental e votarmos essa importante matéria no dia de hoje, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Sr. Presidente...

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, eu acho que está havendo alguma má interpretação...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Moka também...

Cássio, só um...

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – ...foi discutido, e, dentro do projeto, ele diz o seguinte: isso vai ser fabricado de uma forma precária, enquanto durarem as pesquisas sobre o medicamento. No final da pesquisa, se a pesquisa for negativa, esse medicamento, evidentemente, deixará de ser fabricado.

Então, nós estamos falando de uma situação de emergência. É muito difícil você falar para um paciente terminal de câncer que ele não vai ter mais acesso àquilo que ele estava esperando. Porque são várias as pessoas que deram testemunho, testemunho pessoal de que, ao tomarem o medicamento, que não é um medicamento ainda, apresentaram melhoras.

Não é um caso, nem dois, nem três...

Outra coisa, isso não foi desenvolvido por uma pessoa qualquer, mas por um pessoal altamente habilitado; um dos participantes da equipe tem doutorado em físico-química, médicos oncologistas, bioquímicos... Foi feita uma audiência pública, e o Senador Ivo Cassol concordou que o registro seria de forma precária. Precária significa: enquanto durar os testes da pesquisa clínica.

Eu queria ver se o Senador Cássio Cunha Lima pode se sensibilizar com esta fala que nós estamos fazendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há momentos em que a função de Líder é sempre de imensa responsabilidade.

Existe uma discussão na Bancada em relação a um princípio que deve ser, obviamente, observado: do precedente do Poder Legislativo liberar medicamentos sem a devida comprovação científica. Então há uma dúvida quanto a isso.

Eu quero apenas esclarecer que, quando assinei o requerimento de urgência, era no rito padrão do rito. Em nenhum instante, eu falo pela minha Liderança, e aí o Senador Randolfe cometeu um equívoco, no que de absoluta boa-fé, que confundiu o requerimento de urgência com a supressão do prazo das duas





sessões, porque a urgência estabelece que aprovada a urgência, que já foi aprovada – e o que está sendo discutido, portanto, agora não é mais a urgência; é se vamos ou não respeitar o interstício das duas sessões ou se votaremos já na presente sessão.

Eu não quero criar nenhum obstáculo, até porque recebo um apelo do membro da Bancada do PSDB, do Senador Flexa, e não quero, de forma nenhuma, me colocar contra, além dos apelos que foram feitos pelo Senador Ivo, pelo Senador Magno, todos eles apelos fundamentados. Apenas a manifestação que fiz foi no que diz respeito ao cumprimento das duas sessões.

Se o PSDB, por minha Liderança, é o único Partido que está nessa direção, eu não criarei dificuldades; de forma nenhuma, não criarei dificuldades em respeito aos demais líderes partidários e ao colegiado. Apenas para deixar claro que a questão que eu estava levantando dizia respeito às duas sessões, aprovada a urgência, que teve a minha assinatura. Só para esclarecer esse aspecto, para não ficar dúvida em relação à palavra empenhada e desempenhada.

Não houve nenhum acordo nesse sentido. Repito e insisto para que fique claro, diante da delicadeza do tema, até porque apelos emocionais são feitos, e você termina ficando responsabilizado por ceifar esperanças. E não foi a minha construção de vida, não é da minha formação humanística ceifar esperança de quem quer que seja. Colocadas as coisas no seu devido lugar, o PSDB não ficará isolado em relação aos outros líderes partidários e não vamos criar dificuldade para votar a matéria.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Só registrar o meu cumprimento ao Senador Cássio e só destaco ao Senador que, obviamente, a preocupação do Senador Cássio foi de inteira boa-fé com o procedimento regimental, e tem de ser assim. E quero, assim, fazer o registro do agradecimento à sensibilidade do Senador que, tendo, portanto, o acordo entre todos os líderes, nós poderemos, então, votar a matéria, registrando, mais uma vez...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...o agradecimento à compreensão do Líder do PSDB.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos retomar a Ordem do Dia, Presidente, pelo amor de Deus!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só prosseguir na Ordem do Dia. Em seguida, nós daremos a palavra a todos.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por favor, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Há, sobre a mesa, um requerimento de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015, projeto de lei complementar, cuja tramitação foi combinada aqui pelo Plenário, com o Senador Jorge Viana, que trata da regulamentação dos fundos de pensão. (Requerimento nº 213/2016)

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Mesa cumprirá a deliberação do Plenário.

Matéria recebida da Câmara dos Deputados. Medida provisória. Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016, que altera a Lei 11.976.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem, uma questão de ordem. V. Exª está lendo uma medida provisória?

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se V. Exª fizer a leitura, vai trancar a pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. Nós vamos fazer a apreciação do projeto, como sugerido pelo Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Muito bem, Sr. Presidente.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vou conceder a palavra. Nós temos Senador Walter heiro, Senador Omar Aziz...



**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A ordem é para a gente tocar a pauta. Não vamos interromper a pauta, a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Flexa Ribeiro, Senadora Rose de Freitas.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Depois a gente abre a palavra, a não ser que seja alguma coisa pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Simone Tebet, Senadora Gleisi Hoffmann.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu não quero falar, não.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos votar, Presidente, depois falamos.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos votar o projeto, depois, falamos.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra pela ordem.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, no início da sessão eu havia pedido ao Senador Dário, então Presidente naquele momento, que, quando possível, invertesse a pauta para que pudéssemos votar os dois projetos de resolução de minha autoria. Na realidade, não é meu o projeto, mas de todas as mulheres Senadoras desta Casa e das próprias Deputadas Federais, porque são dois projetos que não têm polêmica e que têm, inclusive, a aquiescência de V. Exª e da Mesa Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só dar esta informação, que é pertinente. Nós vamos votar essas matérias hoje e, amanhã, nós escolheremos para a pauta – é uma pauta, digamos assim, consensual – os dois projetos de resolução da Senadora Simone Tebet. E aí nós faremos apenas a apreciação desse projeto na Ordem do Dia de amanhã.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de insistir. São dois projetos da mais alta relevância. Nós estamos no mês da mulher; nós gostaríamos de entregar uma pauta propositiva para as mulheres brasileiras; nós estamos falando de um Observatório da Mulher contra a Violência, que vai diminuir, em muito, a angústia de muitas mulheres violentadas neste País; há um acordo nesse sentido; a Senadora a Regina, que é a Relatora dos dois projetos – podemos votá-los, inclusive discuti-los concomitantemente –, não estará amanhã e, segundo alguns Senadores, sequer teremos quórum para deliberar. Então, eu gostaria de ponderar. Eu aguardei pacientemente que projetos outros fossem colocados para votação; acabamos de votar, em regime de urgência, um projeto que entendo ser relevante, mas que não constava em pauta.

Quero crer que, neste Senado, nós não discriminemos a mulher. V. Exª, que é um grande defensor desta causa, que foi o responsável, inclusive, por trazer esses projetos de resolução sem antes passar pelas comissões, que nos oriente, que nos guie e que comande a condução desses projetos ainda na noite de hoje, Sr. Presidente.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, vamos votar o projeto...

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de colocar que, em relação a esse projeto de resolução, nós entramos em entendimento. Então, o que estava pendente em relação à Ouvidoria foi resolvido pela Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas gostaria não de reforçar, absolutamente, o que foi colocado, mas apenas romper uma cultura que existe nas duas Casas – e que por parte de V. Exª nunca existiu – de que as questões pertinentes à mulher, sempre que levantadas em plenário, podem ficar para depois. Nós não queremos o depois, nós queremos votar imediatamente. É muito importante, e gostaria que V. Exª...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Entendesse que a nossa presença...

Eu gostaria de pedir aos nossos companheiros homens desta Casa que tivessem a mesma paciência que nós temos para ouvi-los a todo momento.

Peço a V. Exª...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Omar Aziz.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou de acordo com o Senador Walter. Acho que nós estamos no meio da votação, interrompemos tudo, já era para termos votado a questão da pílula do câncer, já estaríamos discutindo aqui



as resoluções das mulheres – principalmente as mulheres que têm de ter mais sensibilidade em relação a essa questão do câncer.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Estou de acordo com a Senadora Simone.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Vamos votar logo.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos votar esse projeto e depois discutimos o da Senadora Simone.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2016, que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna. O parecer é favorável:

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2016** **Em regime de Urgência - Requerimento nº 212, de 2016**

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2016, (nº 4.639/2016, na Casa de origem), que *autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 224 e 225, de 2016, da CCT, Relator: Senador Ivo Cassol; e da CAS, Relator: Senador Acir Gurgacz.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção. (*Palmas.*) (**Vide item 1.2.3.5 do sumário**)

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Renan. Obrigado a todo o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – **Item 8** da pauta:

Projeto de Resolução nº 64, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e as atribuições de Analista Legislativo, Especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico:

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 64, DE 2015** **(Em urgência - Requerimento nº 181, de 2016)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2015, da Senadora Simone Tebet, que *altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e as atribuições de Analista Legislativo, Especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico*.

Pendente de parecer da CDH e Comissão Diretora.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Ao projeto foram oferecidas Emendas nºs 1 e 2 de plenário, que se encontram disponibilizadas na tramitação da matéria. (**vide item 1.2.3.6 do sumário**)

Eu concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para emitir o parecer em substituição à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão Diretora.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

### **Parecer nº 265/2016-PLEN**

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, o Projeto de Resolução nº 64, de 2015, de autoria da Senadora Simone Tebet, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e as atribuições de Analista Legislativo, Especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico.

Vem ao plenário o Projeto de Resolução nº 64/2015, da Senadora Simone Tebet, que cria o Observatório contra a Violência no âmbito do Senado Federal. Para tanto, a proposição modifica o Regulamento Administrativo da Casa e define as atribuições do cargo de Analista Legislativo, nas especialidades de Pesquisador de Opinião e Estatístico.

Especificamente, o projeto de resolução altera o art. 235 do Regulamento para reestruturar a Secretaria Transparência, que passa a contar com o Instituto de Pesquisa DataSenado, que é o objeto da outra



resolução. O Instituto, por sua vez, abrigará o referido Observatório, concebido como órgão que funcionará juntamente com o Serviço de Pesquisa e Análise, também recém-criados, e o Serviço de Gerenciamento de Sistemas já existente.

A proposição define, entre outras atividades correlatas do Observatório, a sistematização das estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; o estudo e análise da situação afeto ao tema; a elaboração de análise sobre política de combate à violência; além do apoio ao trabalho da Procuradoria Especial da Mulher e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

O projeto de resolução altera também o art. 400 do Regulamento Administrativo, para defender em dois artigos que acrescenta, 400-A e 400-B, as atividades do Analista Legislativo em suas especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico. Assim, tais atividades passam a ser assinaladas separadamente das atribuições do Analista Legislativo, especialidade Comunicação Social.

O projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, ainda, à Comissão Diretora. Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 182, de 2016, ocorrida no dia 10 de março, passou a tramitar em regime de urgência.

Não foram apresentadas emendas ao texto, a não ser emenda da Relatora.

Esses cargos que foram citados e criados aqui foram de comum acordo; foi muito discutido com os funcionários, então acho que não vale a pena... E também não cria custos, é remanejamento dos cargos ligados à saúde.

O exame da proposição mostra que seu conteúdo obedece aos critérios de regimentalidade e de admissibilidade, pois não ofende dispositivo constitucional, inova juridicamente e apresenta-se em adequada técnica legislativa.

Quanto ao mérito, cabe primeiramente louvar a iniciativa da Senadora Simone, autora da matéria. Ao presidir a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, a Senadora se depara rotineiramente com a inquietante falta de dados nacionais, capazes de apresentar um quadro representativo da situação de violência enfrentada pelas brasileiras. Esses dados, nunca é demais ressaltar, são cruciais para que sejam elaboradas políticas públicas efetivas, destinadas à prevenção da violência, bem como à proteção e ao amparo das mulheres.

Eu vou saltar algumas coisas no relatório para andarmos mais rapidamente.

Fui relatora da política pública de combate à violência contra a mulher e senti, com a equipe, a dificuldade de dados sobre a violência, porque não temos nada sistematizado. Tínhamos que ir em cada órgão buscar os dados, e esses dados nunca batem, nunca conversam entre si, são sempre divergentes.

Por isso, louvo a iniciativa da Senadora Simone, porque precisamos ter – até termos uma rede nacional de informação, pelo menos dentro do Senado – esse Observatório.

Eu apresentei algumas emendas no relatório: uma para tratar das competências do Observatório, ampliando mais o que estava dito na lei; outra para criar os cargos, que foi combinada com os funcionários – é bom dizer que são sete cargos, mas eles vão sair da especialidade Odontologia e da especialidade Medicina, então não se mexeu em cargo nenhum dos servidores, que foi a primeira discussão que tivemos, porque se estava mexendo com alguns servidores; e a terceira emenda é para definir a sede do Observatório, que vai funcionar na 4ª Secretaria, na Via N-2, Anexo D, do Senado Federal.

É o relatório. **(Íntegra do Parecer nº 265/2016-PLEN vide item 1.2.3.6 do sumário)**

Há algumas emendas.

Eu entendi a emenda do Senador Magno Malta sendo a mesma. Li aqui e não vi diferença. Estão numeradas como 1 e 2. São duas emendas, Senador?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – São duas, querida.

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas modifica o quê? Lemos junto com a Simone e não vimos diferença de uma para outra. Vimos que o senhor retira uma expressão.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – A minha primeira emenda, a senhora gostaria que eu a apresentasse, que eu a lesse?

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pode ler.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – Na minha primeira emenda... Deixe-me ler o último parágrafo da minha justificativa...

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O senhor me deixa ler a emenda da Senadora Lúcia Vânia, que é pequenininha e rápida. Aí, ficamos na discussão da sua somente.

Aqui, agora, a Senadora Lúcia Vânia apresentou uma emenda, que é de supressão, para retirar a menção Ouvidoria do Senado Federal, e a relatora está acatando retirar a referência à Ouvidoria, porque seria uma coisa a mais para a Ouvidoria, o que não é pertinente.





Senador Magno Malta, explique sua emenda, porque lemos ali e não achamos diferença. V. Exª achou, Simone? Veja aí. Vamos lá.

Senador Magno Malta, só fazendo um apelo: no mês da mulher, apresentamos 22 matérias para serem votadas e estamos votando as primeiras. Colabore conosco, sim?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Senadora, eu sou defensor da mulher. Eu nasci de um útero abençoado, de D. Dadá, que faleceu com câncer aos 57 anos de idade. Hoje, ao votar essa matéria que me emociona, devo dizer que, se minha mãe estivesse viva hoje, com câncer no cérebro, eu faria qualquer esforço, qualquer sacrifício ou até uma doideira, para que minha mãe tivesse acesso a esse medicamento, Sr. Presidente.

Não sei se a senhora tem observado os programas de televisão, a maioria absoluta daquelas que batem à porta e choram, hoje, no Brasil, nas filas, são mulheres com câncer e que serão beneficiadas. Uma coisa muito simples, não precisa estar publicado em uma revista científica: deu certo com as pessoas? Deu. O canceroso assina – quem tem o problema – um documento, e a família também, assumindo os riscos, e pronto. Vamos dar esperança para quem precisa de esperança.

Esta Casa, hoje, no mês da mulher... E são milhares – no meu Estado, então – com câncer de mama, câncer no colo do útero, que é uma coisa absurda. Elas devem estar batendo palmas nesse momento.

Com tanta pauta negativa, nós esperamos que a Presidente da República... Aqui nós pedimos à Bancada feminina do PT, do PCdoB, que é ligada à Presidente da República, que peça a ela, pelo amor de Deus, que sancione de forma urgente, no mês da mulher, para que elas possam receber esse presente.

Eu vou ler:

Ao Observatório da Mulher contra a Violência compete reunir e sistematizar [esse é o projeto que vocês escreveram] as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; estudar a situação da violência contra a mulher; analisar e produzir relatórios a partir dos dados oficiais e públicos; elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção, de atendimento às vítimas, e de combate à violência; propor e calcular indicadores específicos; propor medidas de melhoria nas políticas estatais; promover estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, [...] [que levam em consideração o grau de parentesco, a dependência econômica, a cor, etnia], concernentes às causas, consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) –

... e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; apoiar e subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal e a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; e executar outras atividades correlatas.

A minha emenda, Srª Relatora, é exatamente para tirar a palavra “correlatas”. Isso é muito genérico.

Então, essa é a minha primeira emenda. E V. Exª não sei se vai acatar; a Senadora Simone acatou aqui.

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A palavra “correlatas”? Podemos acatar.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES.) – Então, deixe-me ler a outra, já que nós acatamos essa aí? Eu não vou ler tudo novamente, mas a minha proposta é que se retire a palavra “gênero”. Eu poderia ler aqui a minha justificativa...

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu li.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES.) – A senhora leu?

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas, se o senhor quiser ler para os nossos pares, pode ler.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES.) – Está bom, eu vou ler.

Vou ler a minha justificativa:

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a situação...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – ... da violência contra a mulher no Brasil concluiu,



em junho de 2013, no relatório final, que a ausência de dados estatísticos confiáveis e comparáveis em todos os Poderes constituídos e em todas as esferas de governo torna urgente a necessidade de criar sistemas de informatização sobre a violência contra a mulher que permitam planejar, monitorar e avaliar as políticas públicas. Portanto, a criação do Observatório, contemplando a reunião de dados estatísticos, bem como a promoção de estatísticas relevantes sobre a violência praticada contra a mulher, vem ao encontro das recomendações daquela CPMI.

Relevância sociológica que falta ao termo “perspectiva de gênero”. Gênero, Srs. Senadores e Senadoras, é um termo gramatical, não tem ligação com o sexo biológico e, portanto, com a realidade percebida.

A finalidade do Observatório, estrutura a ser criada junto à Coordenação de Controle Social, é tratar da mulher que sofre violência, e não do gênero. Gênero é propriedade dos nomes e dos pronomes. É utilizado para efeito de concordância com o adjetivo de termos determinantes. Gramaticalmente, as palavras têm gênero, mas as pessoas têm sexo.

A alteração proposta não altera o objetivo pretendido, que é reunir todos os dados relevantes sobre a causa e consequência da violência doméstica, os quais servirão para informar o Presidente do Senado Federal, em sua missão institucional, legislativa, política e administrativa.

Essa é a justificativa da minha emenda. Na retirada dessa e em não havendo concordância com V. Ex<sup>a</sup>, essa emenda, então, irá a voto.

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Não acatada da minha parte. Da parte da Relatoria, não acatada a emenda, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES.) – Sr. Presidente, só para eu orientar: essa minha emenda, não sendo acatada pela Relatoria, vai a voto antes de se votar o projeto, ou depois da votação do projeto?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Primeiro, nós votamos o projeto; depois, as emendas.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É evidente que nós não vamos ter quórum para apreciar a emenda.

Há aqui uma emenda, inclusive – eu, que fiz todo o esforço para aprovar esta matéria e disse à Senadora Simone Tebet que ela significa um avanço na vida do País e na luta contra a violência contra a mulher –, que especifica o local em que vai funcionar. Isso não é comum constar das propostas legislativas nem das resoluções.

Isso aqui, em outras palavras, é a substituição da Mesa Diretora...

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nós podemos retirar isso. Sem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... que está fazendo todo o esforço para implementar exatamente a medida e o Observatório.

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Emenda retirada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, a emenda retirada não vai a voto, e a minha palavra se perde no tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vai a voto, sim. Vai a voto.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – Está bem. Eu aguardo, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É o relatório, Sr. Presidente.

Há outra resolução. Posso lê-la também?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pode.

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A outra é só ampliando as competências do DataSenado, para não termos que voltar.

É a Resolução nº 65, também da Senadora Simone, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para conferir ao Instituto DataSenado a atribuição de auxiliar na produção de análises relacionadas à avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes da Casa.

A proposição inclui o §5º no art 96-B do Regimento Interno da Casa, com a finalidade de dar ao Instituto de Pesquisa DataSenado...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ... a responsabilidade de produzir análises e relatórios estatísticos para subsidiar as comissões permanentes do Senado Federal no acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência, nos termos do inciso IX do art. 90 do Regimento.



Na justificção que apresenta, a ilustre autora afirma que o DataSenado possui a *expertise* para essa tarefa e contribuirá para o melhor desempenho dessas atividades.

O projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora. Em atendimento ao Requerimento nº 182, de 10 de março, tramita em regime de urgência, conforme o disposto nos arts. 336, inciso II, e 338 do Regimento Interno.

Análise.

Nos termos do art. 401 do próprio Regimento Interno do Senado, essa norma poderá ser modificada por iniciativa de qualquer Senador, sendo aplicados à sua tramitação os mesmos procedimentos dos demais projetos de resolução. Nesses termos...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nesses termos, o Projeto de Resolução nº 65, de 2015, atende aos requisitos regimentais.

Ademais, a matéria obedece aos critérios de admissibilidade, pois não ofende dispositivo constitucional, inova juridicamente e apresenta-se em adequada técnica legislativa.

O projeto de resolução atribui ao Instituto DataSenado a competência de utilizar seus meios de pesquisa, para, ao lado da Consultoria Legislativa e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, subsidiar as comissões com análises estatísticas, levantamentos e relatórios que irão cada vez mais fortalecer a tarefa de monitorar as políticas públicas desenvolvidas no País.

Pela meritória proposição, louvamos a iniciativa da Senadora Simone, que irá contribuir para tornar mais criteriosa a avaliação de políticas públicas empreendida pelas comissões permanentes da Casa.

O voto é pela aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O parecer é favorável ao projeto, com as emendas que apresentada – contrário à Emenda nº 2 e favorável à Emenda nº 1.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Discussão do projeto e das emendas em turno único.

Senadora Simone Tebet, com a palavra V. Exª.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o mapa da violência contra a mulher, feito pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais de 2014, passou o Brasil de sétimo para quinto país que mais mata mulheres entre 83 países pesquisados. Perdemos para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

A pergunta é: o que está acontecendo? A pergunta que me fazem, que fazem às Senadoras Marta, Lúcia, Ana Amélia, Gleisi, Regina, Rose, Fátima e às outras Senadoras que aqui estão é: a violência contra a mulher aumentou, ou é o requinte de crueldade, quando vemos mãos decepadas, faces queimadas, companheiros mantendo em cárcere privado e tirando a liberdade das mulheres, que ficou mais evidente? Ou não? Ou é ainda a coragem da mulher, que, hoje, por ter melhores condições econômicas, culturais e sociais, acaba por delatar?

Essas perguntas ficam sem respostas, e ficam sem respostas por uma única razão: se avançamos muito com a Lei do Feminicídio, com a Lei Maria da Penha, falta-nos ainda a origem, falta-nos entender a razão dessa violência e o que efetivamente está acontecendo. E é disso que tratam os dois projetos de resolução do Senado.

O que nós estamos querendo aqui é buscar respostas e só as teremos se tivermos informações. Se perguntarmos hoje para as mulheres Senadoras e Deputadas – vejo aqui a Deputada Carmen Zanotto, que nos representa lá na Câmara de Deputados – quais são as certezas que temos sobre essa violência, provavelmente diremos que apenas duas. Primeiro, graças a Deus, a certeza de que um menino brasileiro não nasce com o gene da violência, não nasce com o gene no seu DNA, ele aprende dentro de casa, com os seus pais, ou na rua e na escola, com a sociedade.

A segunda certeza é de que os números da violência estão subestimados. Um dado apenas, não quero me alongar: há um estudo que comprova que apenas 10% dos estupros e das violências sexuais no Brasil são denunciados. E é simples: dados do Ipea, que trabalha com saúde pública nos hospitais, mostram que em 2014, Sr. Presidente, foram 500 mil casos de estupro e violência sexual contra a mulher no Brasil. Quinhentos mil casos! Aí pegam os dados das seguranças públicas e do Ministério da Justiça no que se refere à repressão, não à assistência à saúde, e lá se coloca o número de 50 mil, 10% apenas.

Essas estatísticas não podem continuar como estão, não oficiais, subestimadas, sob pena de não conseguirmos avançar.

A Lei Maria da Penha tem dez anos. Muito fizemos, mas não conseguimos ainda ter um banco de dados



unificado e confiável no Brasil. E aí não conseguiremos nunca saber que caminho percorrer e qual atalho seguir para conseguirmos avançar nas políticas públicas que envolvam a violência contra a mulher.

Mais um dado – e fico neste último dado, que não é nosso, não é de um banco oficial do Brasil, mas de organismos internacionais: a violência contra a mulher negra no Brasil cresceu, nos últimos dez anos, mais de 50%; a da mulher branca diminuiu 9%.

Vejam, Senadores, a importância de se ter um banco de dados oficial. Como o Poder Executivo não conseguiu fazê-lo, embora tenhamos dotação orçamentária desde 2008, por problema de despesas e falta de recursos; como o Judiciário, através do Conselho Nacional de Justiça, através da Ministra Carmen Lúcia, também tentou e não conseguiu, até porque lá não é o foro competente, a ideia da Comissão Permanente de Violência contra a Mulher, criada pelo Presidente Renan, pela sensibilidade de um homem na presidência, mas com a alma feminina, nós da Bancada das Senadoras e Deputadas e da Presidência estamos querendo assumir essa responsabilidade.

Primeiro, transformando a pesquisa DataSenado num instituto, para que fale em nome do Brasil oficialmente. Segundo, criando o Observatório da Mulher contra a Violência dentro deste instituto, sem aumentar despesas, Sr. Presidente. Nós não vamos aumentar despesas, Senadora Rose. Nós vamos criar apenas um cargo, que é o FC-3, mas vamos retirar esse cargo de direção da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Até nisso as mulheres são econômicas, Senadora Ana Amélia: vamos fazer muito com tão pouco.

Então, essas são basicamente as duas ideias dos dois projetos. É por isso que peço a sensibilidade que sei que os Senadores têm, com o apoio das Senadoras que aqui estão, que este projeto seja aprovado na sua integralidade, acatando-se a Emenda nº 1, a primeira emenda, apresentada pelo Senador Magno Malta, mas sem mexer no espírito do projeto. Até porque deixo aqui muito claro que é apenas para otimizar os resultados.

Nós não estaremos fazendo pesquisa a respeito da violência contra a mulher e ponto. Nós estaremos fazendo pesquisas da violência contra a mulher quando ela for violentada ou sofrer violência em razão de ser mulher. A violência que se comete contra a mulher no trânsito, por falecimento ou qualquer outra situação não faz parte dessa pesquisa. É apenas por isso, Senador, que colocamos a palavra gênero.

Por fim, eu gostaria aqui apenas de deixar registrado o meu agradecimento à Senadora Regina Sousa. Obrigada por ter incrementado e melhorado o nosso projeto. Agradeço ao Senador Magno Malta por ter feito, inclusive, uma sugestão de não deixar tão abrangente a questão de outras atividades correlatas. E agradeço à Senadora Lúcia Vânia, que aqui fez uma observação em relação à Ouvidoria. Essas alterações são contribuições. E eu fico muito feliz de ver todas as mulheres, Senadoras e Deputada Carmen, aqui representando, com todo respeito, todas as Deputadas Federais, aqui imbuídas em um único objetivo.

Eu quero encerrar aqui, se me permitem, falando de uma questão tão árida, que é a dor da violência contra a mulher, para que possamos terminar com flores. Eu gostaria aqui de não ser catastrofista, de não aqui apenas apresentar esses números e ponto, como algo que não há solução. Há solução, sim.

Infelizmente, nós não podemos impingir no homem a dor que a mulher sente no corpo e na alma quando é violentada, até porque não é da nossa índole. William Shakespeare disse que todo mundo é capaz de dominar a dor, menos quem a sente.

E aí eu complemento com o nosso querido poeta gaúcho Mário Quintana, que diz exatamente assim: “Se eu pudesse, colocava a dor num envelope e a devolvia ao remetente.” Nós não sabemos fazer dessa forma. Não é dessa forma que nós fomos criadas, educadas, e não é esta a cor da nossa alma. Então, é por isso que nós precisamos desse Observatório da Violência Contra a Mulher, para que nós possamos...

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senadora, eu só queria dizer que o pronunciamento que V. Exª faz, claro, tem todo o brilho e todo o empenho, sem dúvida alguma, da Bancada feminina aqui no Senado. Mas pode ter V. Exª a certeza de que os Senadores apoiam igualmente esse projeto e torcem para que a cada dia, a cada ano, essa estatística vergonhosa diminua. Pode ter certeza V. Exª de que os Senadores são totalmente solidários a esse projeto. Tanto é assim que o Presidente Renan é que constituiu essa comissão. Então, eu só queria dizer que tenho certeza de que falo em nome de todos os Senadores. Nós compartilhamos do mesmo sentimento e temos certeza absoluta de que todos somos solidários à causa que V. Exª hoje defende da tribuna.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Moka. Os Senadores aqui presentes não poderiam ter melhor emissário que V. Exª, que vem do meu querido Estado de Mato Grosso do Sul.

Encerrando, que possamos, no final deste ano, do ano que vem e dos próximos, saber exatamente quantas são as Marias, as Martas, as Roses, as Carmens, as Gleisis, as Anas Amélias, as Reginas, as Sandras, os Simões que foram ou que são vítimas das violências, porque são todas hoje “das Dores”. Melhor chamá-las de Dolores. Quantas são as das Dores, as Dolores de tantos pais? É esta a pergunta que não quer calar e





esta pergunta que o Observatório vai esclarecer, para termos caminho certo para prevenir, para punir e para erradicar definitivamente essa mancha que envergonha a história do povo brasileiro, que é um povo pacífico, que é um povo cordato. E para que, principalmente – sabendo que a maior violência acontece dentro de casa, com os companheiros –, nunca mais, absolutamente, nunca mais o ódio ouse ser chamado de amor.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Passamos à apreciação da matéria.

Votação do projeto sem prejuízo das emendas.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Votação, em globo, das Emendas nºs 1, 3 e 4, de parecer favorável.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação da Emenda nº 2. É uma Emenda de parecer contrário, da Senadora Regina.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 266/2016-CDIR - Vide item 1.2.3.6 do sumário**)

Eu quero, antes de mandar a matéria à publicação, cumprimentar todas as Senadoras que não só neste momento em que avançamos significativamente do ponto de vista institucional, mas em todos os momentos desta Casa trabalharam para que nós avançássemos na questão de gênero.

Um dos orgulhos que nós carregamos no Senado Federal é que, de todos os Parlamentos do mundo, talvez seja o Senado brasileiro o mais significativo do ponto de vista da votação de matérias de interesse da mulher.

Nós aqui aprovamos a Lei Maria da Penha. E hoje, graças à iniciativa da Senadora Simone Tebet, nós estamos suprimindo uma deficiência da Lei Maria da Penha, que em seu art. 8º, como disse a Senadora Simone Tebet, exige uma Política Nacional de Dados de Violência Contra a Mulher. E o Senado Federal, como todos sabem – e mais uma vez cumprimento as Senadoras todas –, foi também a instituição pública brasileira que mais avançou na transparência. O Senado chegou a constituir – e é a única instituição brasileira que tem – um Conselho de Transparência composto pela sociedade civil.

Então, em boa hora, a Senadora Simone Tebet apresentou uma proposta transformando o DataSenado, que atualmente é um serviço integrante da estrutura administrativa do Senado Federal e que há dez anos realiza pesquisa de opinião do interesse do Congresso Nacional junto à população brasileira.

Todos sabem que uma das pesquisas que o DataSenado faz periodicamente é a que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher. Com tal pesquisa, nós temos acompanhado, a cada dois anos, o nível de conhecimento e de eficácia da aplicação dessa importantíssima lei.

Eu queria dizer também que nós fazemos esse avanço sem crescer um centavo sequer – mais uma vez cumprimento a Senadora Simone Tebet e a Senadora Regina – de despesa ao orçamento do Senado Federal. O Senado Federal vem diminuindo, ano a ano, as suas despesas, com absoluta transparência.

Em 1997, o que a Câmara gastava, do ponto de vista do Orçamento da União, era exatamente igual ao que o Senado gastava também. Hoje essa diferença já chega a mais de 30% da Câmara em relação ao Senado Federal.

Para que todos tenham uma ideia, o Senado conseguiu alcançar, só em 2016, uma marca que nos orgulha também muito: R\$769 mil de economia em licitações – só em 2016. E também, mais uma vez, reenquadrou o desperdício que havia com relação à utilização de horas extras.

Nós aprovamos, Senadora Simone, Senadora Ana Amélia, Senadora Regina Sousa, Senadora Sandra Braga, Senadora Gleisi Hoffmann, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Rose de Freitas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Deputadas, nós já apreciamos aqui várias matérias de interesse das mulheres. Só da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nós aprovamos aqui todas as matérias, sem exceção.

Recolhemos, recentemente, sugestões para incluirmos na nossa pauta, mais ou menos, 20 matérias também de interesse das mulheres.

Nós vamos colocar as matérias que for possível colocar, também sem exceção, mas, para que todos lembrem, nós votamos aqui a PEC 99, sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro; nós aprovamos LC 59, de 2014, com o número telefônico, criando-o, destinado a atender às denúncias de violência contra mulher...



*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... nós votamos o PLS 156, que estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na Administração Pública; votamos o PLS 309, que dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a violação; votamos o PLS 451, para dispor sobre a revista pessoal nas unidades de internação no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; votamos o Projeto de Lei do Senado nº 298, que dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e dá outras providências; votamos o Projeto de Lei nº 296, para instituir o auxílio transitório decorrente do risco social provocado por situação de violência doméstica e familiar contra a mulher; votamos o Projeto de Lei nº 294, para estabelecer que o encaminhamento da ofendida ao abrigo de abrigo deverá ser comunicado em 24 horas ao juiz e ao Ministério Público, para análise imediata dos requisitos de prisão preventiva do agressor; votamos o Projeto de Lei do Senado nº 443, para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual; e a Lei nº 8.742, para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária”. E anteriormente nós votamos também um projeto de grande repercussão, que prevê o atendimento integral pelo SUS às mulheres vítimas da violência sexual, já sancionado como Lei nº 12.845, de 2013.

Eu quero cumprimentar a todas e cumprimentar mais uma vez a Senadora Simone Tebet, porque não só formulou a importante matéria, como, em muito boa hora, adaptou uma circunstância do Senado Federal para suprir, da melhor forma possível, a Lei Maria da Penha.

Senadora Simone Tebet, mais uma vez parabéns.

**A SRª SIMONE TEBET** (PMDB – MS. Sem revisão da oradora.) – Apenas uma palavra, Presidente Renan. Muito obrigada.

Muito obrigada, em nome das mulheres brasileiras, pelo o que V. Exª, representando a Mesa Diretora do Senado Federal, representando os 81 Senadores, fez, faz e, não tenho dúvida, continuará fazendo pelas mulheres brasileiras.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A matéria vai à promulgação.

Senadora Lídice da Mata, Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, enquanto a Senadora Lídice fala, eu queria saudar o nosso Senador, nosso colega...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nosso Ministro.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...Eduardo Braga, que faz uma visita ao plenário.

E eu queria lembrar a V. Exª, Senador Renan Calheiros, a votação, após a Ordem do Dia, do Requerimento nº 179, porque sem ele fica incompleto o assunto relacionado aos fundos de pensão.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso com satisfação.

**Item 9** da pauta:

Projeto de Resolução da Senadora...

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata, com a palavra V. Exª.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar e, ao registrar, também agradecer a V. Exª o tratamento que tem dado às questões da agenda feminina e feminista no Senado Federal.

A Senadora Simone Tebet, em nome de todas nós, trouxe a este plenário a ideia da criação do Observatório que, para nós, é de extrema importância.

Eu acabei de vir, Sr. Presidente – V. Exª sabe –, representando, juntamente com a Senadora Angela Portela, o Senado Federal, da Conferência Mundial de Mulheres da ONU Mulheres. E essa questão de nós constituirmos observatórios ou instrumentos que possam fiscalizar e medir a eficiência dos projetos e programas de inclusão da mulher na sociedade, de combate à violência, de empoderamento das mulheres foi tratada naquela Conferência por diversos países, considerando-se que essa é uma questão fundamental.

Portanto, o Senado Federal deu um passo significativo hoje, com o apoio de V. Exª e de todos os Srs. e Sras Senadoras deste plenário, de todos os partidos, que, por unanimidade, nos deram esta oportunidade.

São coisas que parecem menores, mas não são menores, porque elas registram o avanço ao fazermos n que as políticas públicas possam ser medidas, se as metas estão sendo cumpridas, a população vai der acompanhar, fiscalizar e nós, mulheres, vamos poder verificar a cada momento o nível de inclusão que



nós vamos conseguindo com cada ação, com cada programa, para garantir aquilo que a ONU já tem como compromisso, com a assinatura de mais de 45 países, que é a ideia 50-50 em 2030, o que significa um mundo com igualdade entre os gêneros.

Nisso, Sr. Presidente, hoje, o Senado deu um passo muito importante para garantir ao Brasil.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queria manifestar pessoalmente a gratidão por encontrar em momentos tão difíceis as pessoas que são solidárias à causa das mulheres, principalmente na questão da violência.

O meu Estado é o mais violento do Brasil. Neste final de semana, quando abri uma página, tinha sete mulheres chacinadas no meu Estado, cada uma em algum lugar vivendo uma luta que muitas vezes é tão somente a busca da felicidade, o rompimento de uma relação doentia. Esses dados não frequentam nenhuma estatística importante para o Brasil, mas quando se pensa que há uma parte da sociedade que se submete a outra que muitas vezes lhe tira o direito de viver é insuportável.

Por isso, quando falar a alma feminina – estávamos aqui nos confraternizando –, lembro que isso não é uma coisa qualquer. Ter essa alma feminina e poder apontar essa estatística, espero que V. Exª nunca se esqueça dela.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu é que agradeço muito, Rose.

Projeto de Resolução nº 65, da Senadora Simone Tebet, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para conferir ao Instituto DataSenado a atribuição de auxiliar na produção de análises relacionadas à avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes do Senado Federal:

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 65, DE 2015 (Em urgência - Requerimento nº 182, de 2016)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 65, de 2015, da Senadora Simone Tebet, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para conferir ao Instituto DataSenado a atribuição de auxiliar na produção de análises relacionadas à avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes do Senado Federal.*

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 182.

O parecer da Senadora Regina Sousa é favorável. **(Parecer nº 267/2016-PLEN - Vide item 1.2.3.7 do sumário)**

Discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental. **(Parecer nº 268/2016-CDIR - Vide item 1.2.3.7 do sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a redação final, nós declaramos encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Último item da pauta.

Requerimento nº 179, da Senadora Ana Amélia, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 78 e 388, de 2015, ambos complementares, por regularem matéria correlata:

### **REQUERIMENTO Nº 179, DE 2016**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 179, de 2016, da Senadora Ana Amélia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 78 e 388, de 2015, ambos Complementares, por regularem matéria correlata (aprimoramento da governança em entidades fechadas de previdência complementar).*



Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida deliberação de Plenário. (**Vide item 1.2.3.8 do Sumário**)

Nós vamos encerrar a Ordem do Dia.

Convocamos uma sessão extraordinária para amanhã ao meio-dia.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Presidente! Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Rapidamente me permita fazer questão de registrar a presença no plenário de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, amigo das causas da Amazônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós registramos com muita satisfação a presença honrosa do Ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga.

É uma honra muito grande, Eduardo, tê-lo aqui nesta Casa sempre.

Eu vou ler a medida provisória que trancará a pauta. E amanhã constarão da nossa Ordem do Dia dois projetos de resolução, porque, com a pauta trancada, nós poderemos, sim, votar projeto de resolução.

Amanhã nós temos dois projetos de resolução na pauta. Um deles tem como Relatora a Senadora Simone Tebet. E o Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2015, que altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, para que o microempresário possa utilizar a residência como sede da empresa.

É uma modificação importante na legislação brasileira, de modo a facilitar, simplificar a vida do microempresário.

### Matéria Recebida da Câmara

**Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016**, proveniente da Medida Provisória nº 698, de 2015. (**Vide item 1.2.1.6 do Sumário**)

Senadora Marta, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPLICY** (PMDB - SP. Sem revisão da oradora.) – Estou um pouco atrasada para parabenizar o Presidente pela fala que fez em relação ao que foi aprovado aqui no Senado em relação à mulher.

Realmente, há um avanço grande. Está sendo uma das presidências que mais têm tido sensibilidade para as questões femininas.

Quero parabenizá-lo e à Senadora Simone Tebet, que tem sido uma grande líder nessa questão, junto com a Procuradora Vanessa. Sempre ficamos muito empolgadas quando ela coloca, nos seus discursos, todo o seu sentimento e competência nessa causa.

Muito bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós queremos agradecer e registrar mais uma vez o destacado papel nesta Casa da Senadora Marta Suplicy.

Em todos os momentos, esses avanços só foram possíveis pela permanente mobilização da bancada feminina, que tem grandes expoentes aqui no Senado Federal, Senadora Marta, Senadora Simone Tebet, Senadora Sandra Braga, Senadora Lídice da Mata, Senadora Ana Amélia, Senadora Rose de Freitas, Senadora Vanessa Grazziotin. De modo que essa produtividade do Senado Federal com relação a importantes leis de defesa do interesse da mulher é sobretudo produto direto da participação dessas Senadoras, dessas valorosas mulheres.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

V. Ex<sup>a</sup> me perdoe, mas eu não posso escutar o elogio que escutei da Senadora Marta Suplicy sem devolvê-lo na mesma moeda.

Quero dizer que eu, ainda muito jovem, via uma mulher, quando era um tabu falar de sexo, defender o direito das mulheres, enfrentando àquela época toda a sorte de discriminação.

Hoje sou o que sou e defendo o que defendo porque me espelho em mulheres como a Senadora Marta Suplicy. E em mulheres deste Plenário, do Amazonas, da Vanessa Grazziotin e da Sandra, ao Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia.

Parabéns a todas as mulheres porque a vitória é nossa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós, ontem, em Alagoas, fizemos uma festa simples, mas muito significativa para nós, emocionante, e eu fiz questão de participar da filiação de duas Deputadas atuais ao nosso partido, o PMDB.

Na oportunidade, eu fiz questão de destacar o que isso significava para o nosso Partido em Alagoas.





Quer dizer que pela primeira vez na história tem duas Deputadas atuantes, jovens. Já há quadros da política alagoana participando da nossa bancada.

Eu fiz questão de participar.

E quero aqui, da Mesa do Senado Federal, cumprimentar a Deputada Jó Pereira e cumprimentar a Deputada Thaise Guedes, pela filiação que fizeram ontem à Bancada do PMDB do Estado de Alagoas, que é um dos Estados que têm, modestamente, conseguido mais avançar com relação à participação da mulher no Parlamento, na Prefeitura, nas Câmaras Municipais. É muito pouco ainda, nós vamos avançar muito mais, mas a presença dessas duas Deputadas na Bancada da Assembleia Legislativa, sem dúvida nenhuma, é um referencial que todos nós levaremos adiante.

Acaba também de chegar da Câmara de Deputados o **Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2016**, proveniente da Medida Provisória nº 709, de 2015. . **(Vide item 1.2.1.6 do Sumário)**

Está encerrada a Ordem do Dia.

E eu concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – ... muito rapidamente, com V. Ex<sup>a</sup>, porque eu acho que V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, foi um dos responsáveis aqui, neste plenário, para termos assumido a dianteira, para encontrar, por parte do Senado, um caminho para a crise que se alastra de forma intensa no País. V. Ex<sup>a</sup>, assim que assumiu a Presidência, fez eu diria até um percurso extremamente difícil, chamando o Executivo para a conversa. Mesmo sabendo das dificuldades, Senador Renan, que nós teríamos no desdobramento disso com a Câmara, ousou V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, e até de forma provocativa, quero dizer assim, por diversas vezes me convidando, chamando-nos para contribuição.

E nós aceitamos o desafio, eu, a Senadora Ana Amélia, o Senador Fernando Bezerra, a própria Senadora Simone Tebet, que participou conosco da Comissão do Pacto Federativo. E eu compartilhei diversas vezes com V. Ex<sup>a</sup> do momento para a elaboração das propostas que poderíamos botar na Ordem do Dia, Senadora Rose. Participei, inclusive, na sala de V. Ex<sup>a</sup>, quando das agonias, vou assim dizer, da Senadora Rose, em relação àquele momento mais complicado da peça orçamentária e até do passo seguinte da questão da LDO.

Mas, no dia de hoje, Senador Renan, vivenciamos uma experiência que me deixa mais triste ainda, e essa tristeza vai-se acumulando. E a Senadora Rose me perguntou, agora há pouco, por que, do ano passado para cá, tenho mudado tanto o meu semblante. Não é um semblante de quem está jogando a toalha, nem é um semblante de quem está baixando as armas, mas um semblante de quem está sofrendo o tempo inteiro, por ver as coisas que ajudamos a construir ruírem de forma muito rápida.

E pior ainda, Senador Renan, é quando assistimos a uma verdadeira capa de chuva do outro lado. É essa imagem que eu quero trazer, Senador Renan. E disse isso a V. Ex<sup>a</sup> no dia 22 de dezembro, em sua casa, no horário do almoço, quando fui convocado por V. Ex<sup>a</sup> para sair do meu Estado, na boca do Natal, para vir para cá, Senadora Rose, e discutir o que era possível propor na virada de 2015 para 2016.

Saí de Salvador e vim para cá me encontrar com o Senador Renan na boca do Natal, com a certeza de que chegaria de manhã e voltaria à tarde. Naquele dia, elaboramos, mais uma vez, uma série de propostas. Mas a capa de chuva do outro lado da rua, a impermeável capa de chuva, em que tudo bate e escorre, sequer deu ouvidos a uma Comissão de Pacto Federativo, a uma Comissão de Agenda Brasil, que V. Ex<sup>a</sup> teve a capacidade de propor.

Eu diria, Senador Renan, que nós extraímos muito pouco do outro lado da rua. Fizemos a nossa parte, cumprimos com a nossa obrigação. Não me lamento, tampouco digo aqui, agora, que perdemos tempo. Não!

Nós ganhamos tempo, porque provamos ao Governo que o caminho estava errado, que o Governo deveria abrir, cada vez mais, os seus ouvidos para tentar dialogar e escutar as vozes das ruas. Dissemos isso em junho de 2013. E repetimos essa mesma coisa no dia 15 de março de 2015, que era necessário tentarmos entender o clamor das ruas por mudanças, e fizemos a nossa parte.

Hoje, Senador Renan, o Ministro da Fazenda atual, que ontem era Secretário do Planejamento e que, anteontem, Senadora Lídice, era Secretário Executivo da Fazenda, fez com que os governadores viessem aqui, trazendo uma proposta como se isso fosse a oitava maravilha: aprovar a renegociação de dívida de Estados. Talvez aceitemos isso, Senador Renan, por conta do desespero em que os Estados se encontram, mas não é essa a solução. A Bancada da Bahia, a Senadora Lídice, a Senador Otto e eu, vai apoiar esse projeto, mas fica, de novo, Senador Renan, a cobrança de algo que fiz aqui desde 2011.

Podem me acusar de tudo. Durante muito tempo, muitos companheiros diziam que eu fazia ataques ao PT. Não fiz nenhuma crítica ao Partido; fiz, sim, o tempo inteiro, muitas críticas ao Governo, que eu ajudei a eleger.

Este Governo, o qual eu fui para as ruas defender, para fazer campanha, pedir votos, foi incapaz sequer ouvir uma sugestão nossa. Fiz isso aqui desde o dia em que assumi o mandato em 2011. E, todas as vezes,



apresentei projetos – podem pegar as propostas que foram apresentadas, PECs, projetos de lei –, ou até tentativas de conversar com Ministros, e alguns nem davam ouvidos, por isso é que adotei a postura de parar de ir aos Ministérios.

Fiz, inclusive, a V. Ex<sup>a</sup>, na última semana, uma referência até a uma figura que saiu do Governo. Com todos os defeitos e todas as críticas que a gente pode levantar a um ano em que, na minha opinião, nada foi resolvido pelo Ministro Levy, ele foi o Ministro do Governo que por diversas vezes veio a esta Casa. Todas as semanas, ele pedia para conversar conosco, aliás, Senador Renan, foi o único Ministro do Governo Dilma que nos ligou para agradecer pela votação do projeto de repatriação; de nenhum outro recebi sequer uma ligação, falando muito obrigado não a mim, mas ao Senado; não ao Senador Renan, mas ao Presidente do Senado.

E, no dia de hoje, a gente é sacudido de novo com uma proposta de novo mudando, Senador Renan... Na virada do ano, o Governo disse que iria mandar para cá vários projetos, até o final de março, mas já engavetou os projetos que sequer foram anunciados. E agora anunciam novos projetos.

Eu estou falando isso, Senador, porque V. Ex<sup>a</sup> tem me provocado diversas vezes. Por diversas vezes em que conversamos, V. Ex<sup>a</sup> me chama: “Pinheiro, você não pode abandonar, não pode deixar de lado! Essa é uma das questões importantes.” Fiz isso aqui diuturnamente.

Agora, minha sensação, Senador Renan, é que, do outro lado, a capa de chuva continua cada vez mais grossa. É aquela sensação de capa de chuva mesmo, quando a água bate e escorre, não fica absolutamente nada – essa soberba ou essa impermeabilidade, talvez, explique uma série de coisas que estão acontecendo.

Então, acho que a gente continua com a obrigação: a obrigação de encontrar uma saída para o Brasil. Não é uma saída para A, nem uma saída para B; nem uma solução para mim, nem uma solução para você – permita-me tratá-lo assim, meu caro companheiro Senador Renan! Mas é uma saída para o Brasil.

Temos obrigação de fazer isso – obrigação! –, ainda que tenhamos que ser duros, nos momentos, inclusive mais difíceis, que enfrentaremos aqui no Senado. Mas temos obrigação de encontrar uma saída, porque, ainda que resolvamos um problema desse ou daquele, o mais urgente hoje é resolver o problema da Nação brasileira, resolver o problema do povo brasileiro que vive nos rincões da nossa querida Bahia, Lídice, e por esse Brasil afora.

Então, Senador Renan, estou lhe dizendo isso não como uma declaração que não apoia aquilo que saiu da sala de reunião da Presidência hoje, mas para dizer que vamos cerrar fileiras aqui. Ou o Governo volta para o eixo... Disse isso, inclusive, ao Governador Alckmin, com quem fui várias vezes tentar conversar; procurei todos os governadores, e fiz isso inclusive dialogando com o Confaz, corri trincheira.

Se o Governo acha que a melhor solução é a de uma CPMF para onerar mais ainda uma velha e conhecida carga tributária, que marche sozinho a passos largo para acabar de complicar. Agora não podemos permitir que essas coisas sejam feitas e assistamos como quem assiste simplesmente a um mero funeral. Nossa obrigação é salvar a Nação, Renan. Então, vamos fazer isso,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... mas de forma aguerrida.

A Bancada da Bahia assumiu um compromisso, e vamos batalhar por isso aqui, Renan, nem que, para isso, tenhamos que enfrentar o Governo, que ajudamos a eleger. Mais importante do que o Governo, que ajudamos a eleger, é algo chamado Brasil; mais importante do que as figuras que colocamos no Poder é exatamente buscar solução para este gigante chamado Brasil. E não tome isso, Senador Renan, como uma afronta àquilo que discutimos, mas tome isso como desafio de gente que se empenhou o tempo inteiro para tentar encontrar uma solução!

Conviver com remendo não funciona. E aí vale, inclusive, uma máxima que a Bíblia usa muito, que é a história do odre que carrega o vinho: não adianta remendar isso, porque, concretamente, teremos problema daqui por diante. Queremos refazer esse caminho, e, para refazer esse caminho, não se faz com remendo nem tapando...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... buraco; faz-se com enfrentamento e *(Fora do microfone.)* com propostas extremamente duras, para encontrarmos a saída.

É isso, Senador Renan. Terminamos saindo, numa agonia, num diálogo feito com V. Ex<sup>a</sup> por mim, por Otto e pelo Senador Fernando Bezerra, e não como uma rebeldia, mas com o sentimento de alguém que representa parcela expressiva da sociedade. E temos satisfação a dar e obrigação de fazer isso.

Para fazer o remendo nesse odre, não contará com o nosso apoio. Queremos refazer esses caminhos e, verdadeiramente, encontrar a solução, como aquelas que V. Ex<sup>a</sup> apontou aqui como desafio, e, de forma



nenhuma, este Senado lhe faltou para cumprirmos. O que faltou foi o outro lado da rua ter a compreensão de que o que estávamos propondo não era fazer nenhum confronto; era para fazer encaminhamento e buscar soluções. Lamentavelmente, isso não foi feito.

Não sei como vou fazer daqui para a frente ou que caminhos vou trilhar, mas tenho certeza de que vou continuar nesse caminho, nessa direção, distante um pouco até das figuras com as quais eu tive a oportunidade de percorrer essa trajetória, até para chegar aqui, mas tenho a obrigação de fazer de forma tão veemente, como sempre fiz, Lídice, em todas as coisas de que participei.

Aproveitando a presença de Lídice e Otto aqui – tínhamos combinado isso, Renan –, nós vamos fazer essa empreitada e comprar essa briga, nem que para isso tenhamos que barrar outras coisas. Paciência! Não dá para aceitarmos que, mais uma vez, remendos sejam apresentados para tentar buscar soluções.

Aqui ou ali adiante, essas coisas vão estourar. Agora chegou a hora de colocar o dedo na ferida e buscar soluções consequentes para um problema que é extremamente grave na nossa economia. Portanto, você vai continuar contando conosco.

Não nos queira mal, mas nós vamos comprar essa batalha e vamos enfrentá-la de forma muito acirrada aqui no Parlamento, ainda que uns não queiram, mas pelo menos vamos, de novo, registrar aqui a posição da Bancada da Bahia de que não temos concordância com o encaminhamento que vem sendo dado pelo Executivo, principalmente nessas questões de soluções.

Obrigado, Renan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, que tem sido, como todos sabem, um quadro muito importante aqui, na formulação de saídas, na tramitação de propostas variadas no Senado Federal. Em todos os momentos, o Senador Walter Pinheiro tem procurado colaborar com a defesa do interesse nacional, que coloca sempre também acima do interesse partidário, circunstancial ou mesmo regional. O Senador Walter Pinheiro entende – e, mais uma vez, eu quero cumprimentá-lo – que não há uma solução isolada para a circunstância que nós vivemos hoje no Brasil, principalmente a Federação. E eu concordo com V. Ex<sup>a</sup>.

Vou conceder a palavra à Senadora Rose de Freitas.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria tão somente, antes da fala, saudar o Deputado Walter Pinheiro pela maneira...

E hoje realmente me incomodava mais que os outros dias, Senador, a sua tristeza pessoal. É um incômodo que a alma leva, mas que é levado por todas as motivações que lhe trouxeram à vida pública, pelos caminhos que percorreu. Grandes caminhos, grande vida pública, mas temos que entender. E talvez essa fala de V. Ex<sup>a</sup> deveria ter acontecido com este plenário cheio...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – ... pois seria uma maneira de as pessoas sentirem como dói alguém, com a sua história política, com a sua militância, com a sua contribuição para o Brasil, hoje estar apontando o dedo para o lugar onde sempre esteve, com o qual sempre colaborou para construir, para dizer “essa não é a minha política, não é o meu caminho”.

Desculpe-me ter olhado. Eu o fiz porque me deu uma sensação da mesma angústia, do mesmo sofrimento. Mas saiba V. Ex<sup>a</sup> que, por qualquer caminho que for e percorrer, V. Ex<sup>a</sup> terá a admiração desta Casa inteira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Eu gostaria tanto que V. Ex<sup>a</sup>, um dia, ouvisse um discurso meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Rose... *(Risos.) (Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu passo a presidência dos nossos trabalhos para a Senadora Rose de Freitas. E vou... *(Risos.)*

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Senador, eu farei o mesmo por V. Ex<sup>a</sup>.

Eu gostaria, antes de tudo, de externar aqui a minha preocupação, Sr. Presidente, com o grave momento econômico que nós estamos vivendo e com a grave situação política do País.

Este momento é um momento angustiante, que provoca – estamos vivendo em plena recessão – uma paralisia fiscal no País, com a falta de decisões econômicas precisas. Não há uma luz que nos aponte que aquele será o caminho, Presidente. Nós temos... E eu digo isso, por uma coincidência, tendo à Mesa um jovem Deputado, Caio Narcio, que começa a sua vida política tendo como exemplo seu próprio pai, que começa em todos os sonhos dentro de você. Eu vejo porque sou a Presidente da Comissão de que V. Ex<sup>a</sup> participa. E V. Ex<sup>a</sup> em cada um desses que estão protestando nas ruas. Vejo as fortes mobilizações que estão se



intensificando nas últimas semanas no nosso País e que mostram, sobretudo, que o País precisa de reformas urgentes que parecem não constar da pauta decisiva do Governo que aí está. E a população não quer mais esperar. A população não quer esperar.

Eu, na convenção do PMDB, disse que o tempo do político não era o tempo do povo brasileiro. E eu estou falando não é com nenhuma inexperiência; é mais com a esperança que ainda tenho de que alguma coisa pode acontecer para mudar os desígnios colocados até agora pela política que aí está.

Minha preocupação passa pelo quadro de desemprego. Quantas estatísticas por semana nós estamos vendo nos noticiários? Alta taxa de juros, inflação expressiva – que pode perder, por aí, um dígito ou dois dígitos, mas que não significa o avanço da nossa economia; pelo contrário, diante desse quadro, é apenas uma nuance de reação da economia, de um quadro que não tem nada decisivo a favor da mudança no ritmo do restabelecimento do desenvolvimento que este País precisa. Minha preocupação passa também pela falta de coordenação, pela falta de credibilidade da gestão do Executivo junto aos agentes públicos.

Esses são fatores, Sr. Presidente, que devemos superar para mantermos pelo menos o nível de comprometimento já feito anteriormente, renovado pelas nossas esperanças e iniciativas com a Agenda Brasil, pacto nacional, renegociação, mudança de ministro. E nós podemos perfeitamente superar esses fatores se nós agora, ainda neste momento, nesta hora, antes do findar do dia, prestarmos atenção no que as ruas estão dizendo novamente. E cada dia mais.

Preocupa-me se o País estará dividido, se seremos capazes de promover a retomada de desenvolvimento num País onde você tem de alternar, no calendário, as manifestações a favor e contra. Não são os números que contam. Não são os números de um momento, se foram 6,5 milhões brasileiros que estavam na rua, ou de outro momento, se foram 3 milhões, ou 2 milhões ou 1 milhão. Conta que o País todo, na visão da militância, do que ele deve fazer para sacudir o seu País, está irremediavelmente se confrontando. Alguns sobre a letra da legalidade, como já fui eu; outros pela expectativa de que possamos encontrar um denominador comum.

Eu citei há tempos, desta tribuna, aquelas explosões todas que aconteceram na França, e, num estádio de futebol onde de repente se ouviu uma explosão, um jogador deu uma paralisada rápida, de segundos, mas que serviu para simbolizar o choque que ele estava tendo com aquele ruído. E todos saíram das galerias e foram para o meio do campo. O que fizeram nesse momento? Era uma tentativa de proteção. Todos estão tentando proteger aquilo em que acreditam e estão tentando mostrar aquilo em que não acreditam.

Portanto, eu quero reforçar que considero essencial retomar a credibilidade para que possamos conseguir as coisas de que nós falamos e que estamos repetindo todo dia e que está em todas as páginas de jornal: taxa de juros, retomada de investimento no setor produtivo, e por aí afora.

No começo deste mês, Sr. Presidente, o Banco Central manteve os juros básicos da economia, a taxa Selic, em 14,25%, o maior patamar da história do Brasil nos últimos dez anos. A aposta, por exemplo, que eu já ouvi em debates é que veremos uma redução nos próximos meses. Mas isso não está certo. Nós não temos garantia de nada, nada. Ao contrário. Mesmo se houver queda, a inflação poderá continuar alta – com um decréscimo qualquer –, por conta do desequilíbrio das contas públicas. Eu não conheço um Parlamentar da situação ou da oposição que não tenha falado isso nesta Casa.

É preciso, portanto, que a equipe econômica e o Governo acertem o passo e criem condições para que o País retome a geração de emprego e renda e o crescimento econômico, que, como sabemos, passa pela retomada dos investimentos e, principalmente, pelo cumprimento real do que foi proposto como meta e objetivo e que não foi cumprido.

Hoje a economia não anda, e toda a infraestrutura está travada. Nós podemos falar que o primeiro PIL lançado – eu estava lá aplaudindo, sonhando, vendo chegar planos de infraestrutura e logística – seria uma âncora de desenvolvimento para a nossa região. Mas a economia não anda, e a infraestrutura está travada. Nós temos, por exemplo, nessa área, grande preocupação com o setor de infraestrutura e logística, exatamente porque temos receios e dúvidas. Se essas obras não forem realizadas, não há sustentação para o desenvolvimento, de maneira nenhuma.

Foi realizada no Espírito Santo, em julho do ano passado – o Senador Magno Malta está aqui como testemunha –, a primeira audiência pública, Senador, sobre a ferrovia EF-118, que vai interligar o nosso Estado ao Rio de Janeiro e nos permitirá – assim esperamos que aconteça – um importante desenvolvimento regional e nacional. Precisamos muito dessa obra, da sua conclusão, da sua efetivação.

É sabido que os altos custos de transportes são responsáveis por sérias perdas de crescimento econômico, principalmente na nossa região, onde se concentram 75% da população brasileira. As pesquisas apontam, por exemplo, que essas perdas chegariam a 0,8% do PIB ao ano em países que não dispõem de navegação e de ferrovia em escala adequada, como é o nosso caso. No Brasil, a cada dia, estamos alertando para a dificuldade de obter essas posições no *ranking* do desenvolvimento.





No caso do Espírito Santo, especificamente, as estimativas apontam que o nosso Estado perde, pelo menos...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – ... R\$2,5 bilhões ao ano por conta dos problemas em infraestrutura de estradas, portos, ferrovias e aeroportos. E nós estamos falando de um Estado que, há 12 anos, esperava o início da obra de seu aeroporto. Alguns dizem 20 anos, porque, lá atrás, já havia sido lançada essa obra. Finalmente, essa obra começou, mas, a todo momento, as perguntas são sempre as mesmas: vai continuar? Vai terminar? Vai acontecer? Questiona-se isso, porque o PIL (Programa de Investimentos em Logística), lançado no Governo, ainda não se desenvolveu o suficiente para garantir a efetivação dessas obras.

A construção da ferrovia, Presidente – que gentilmente me concedeu falar nesta hora –, a EF-118, será uma peça fundamental no novo modelo de desenvolvimento, porque é justamente essa ferrovia que vai estruturar...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – ... e ligar a cadeia logística produtiva do nosso Estado.

Fará a interligação do Porto do Açu, no norte do Rio de Janeiro, e do Porto Central, no sul do Espírito Santo, com os eixos ferroviários, com os complexos portuários e com todos os centros de produção e de consumo nos Estados. Tudo isso é fundamental. Parece que eu, às vezes, falando assim, estou falando de algum sonho, de alguma coisa que alguém me contou. Mas não. Eu presenciei, eu participei, eu idealizei, eu procurei e lutei para que isso acontecesse.

Como eu disse, tudo isso é fundamental. É ainda mais fundamental que os investimentos saiam do papel, Senador Presidente Ivo Cassol, que as obras sejam concluídas, que haja a estruturação de uma política de prioridades! Nós já não estamos falando de tudo aquilo que foi anunciado; nós estamos falando das prioridades; que elas sejam levadas à sério, que não estejam sujeitas às condições, às oscilações políticas e econômicas. Do contrário, nós nunca conseguiremos fazer o que é essencial para o Brasil pelo menos não ficar mais estagnado do que está hoje.

Tudo o que temos hoje, Sr. Presidente, é um movimento de esperança, que eu reafirmo aqui desta tribuna. E essa esperança parece que, para muitos, está se esvaindo pouco a pouco entre os dedos, porque não há esperança sem confiança. E o tempo que o Governo tem colocado em jogo para o País não é mais o tempo do País. O povo estabelece seu tempo em qualquer parte do mundo! Há um momento em que você não pode novamente pedir calma, “espere um pouco mais”, “vai ser daqui a pouco”, porque não dá mais. Não dá mais. O tempo do povo brasileiro não comporta mais o tempo dos políticos, como eu falei na convenção do meu Partido. Temos agora mais urgência ainda em adotar decisões e adotar alternativas institucionais para contornar essa crise dessa proporção, para garantirmos, de fato, um ajuste das contas públicas para destravar o imobilismo de hoje.

Temos que reverter as expectativas ruins da economia. Como é que nós podemos ter qualquer atitude, falar qualquer palavra de esperança para o Brasil diante desse quadro tão ruim da nossa economia? E parece que isso não incomoda de todo aos membros do Governo, do Poder Executivo. Para isso, Sr. Presidente, o Governo teria de superar divergências políticas profundas, que a cada dia se aprofundam mais, e definir uma política econômica. Definir! Eu não estou falando apresentar proposta; eu estou falando definir – palavra que faz parte do nosso cotidiano.

V. Exª, por exemplo, definiu e traçou aqui sua política objetivamente, discutindo a pílula do câncer, mostrando a esta Casa a necessidade de não sobrepor a questão científica à questão emocional, da esperança, do direito à luta pela vida. Os resultados poderiam ter vindo antes, se as pessoas não tivessem, dentro da burocracia, da máquina pública, segurado a utilização desse medicamento, se tivessem estudado e pesquisado para oferecer dados concretos.

Hoje, não se trata mais disso. Por isso V. Exª fez o que fez e levou todos a acompanhá-lo. Em vez de divergir sobre o assunto, definiu e adotou uma política a favor, factível, que atenda aos anseios da população.

Nós não podemos falar do resultado concreto, mas podemos falar que quem está nessa situação, com risco de vida, tem o direito de sonhar, de lutar, de tentar. Nós estamos sem o direito de sonhar, de lutar e de tentar.

Junto ao Governo Federal, quero reforçar novamente a expectativa de que os compromissos com o País sejam cumpridos. O objetivo maior deve ser evitar a fraqueza da economia, a pressão continuada nos gastos e incertezas no cenário político, que hoje são muito maiores do que a certeza da questão econômica. Muitas vezes, não sei, parece que vamos mudar o protagonista principal e vamos colocar outro.



Eu espero que não caiamos num mundo das incertezas tão grandes que, amanhã, ao mudar o personagem central, estejamos com as mesmas indagações, com as mesmas incertezas, com as mesmas crises políticas.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Portanto, neste cenário político, temos que ter o compromisso, de que quem assumir ou de quem continuar nesta situação, de que a consolidação fiscal será tratada como premissa importante para o futuro do País.

Para concluir, Sr. Presidente, as medidas anunciadas recentemente pela equipe econômica – o plano de reforma e de controle de gastos públicos, por exemplo – podem ser uma carta de excelentes intenções, mas que não contém medidas eficazes para reduzir despesas obrigatórias. Então, estamos no mesmo lugar, patinando.

A criação de um regime especial de contingenciamento proposta pelo Ministério da Fazenda deve também definir mais claramente – disso falávamos todos hoje – se essa iniciativa não tornará ainda mais flexível a regra de abatimento da meta fiscal, coisa que nós, Senador, já enfrentamos, no início do ano, na Comissão de Orçamento, e que hoje, inclusive, com esse abatimento constante da meta fiscal, eu digo que absorve as quedas da arrecadação de receitas tributárias e extraordinárias e gastos com saúde, além da venda de ativos.

O que queremos destacar ao falar tudo isso é que, hoje, principalmente, para conseguirmos qualquer avanço da implementação dessas e de outras medidas, temos que ter, primeiro, estabilidade política.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Houve um momento, Sr. Presidente, que a crise econômica nos trazia o conflito político, houve um momento em que a crise política não permitia a economia andar.

Hoje não temos argumento nenhum que se possa sustentar, porque a crise política se sobrepôs, sobretudo, a todas as outras crises. É como se a pessoa dissesse: “Não mexa em nada, nós vamos retomar o trilho da boa política neste País para o bom entendimento, para a produção de atitudes e de decisões que possam ajudar o povo brasileiro”. Quando o povo perde a confiança, perde a esperança; quando perde a esperança, é este caos que nós estamos vivendo.

Portanto, eu queria ressaltar – não é vã filosofia, mas o meu conceito – que a crise econômica tem que ser imediatamente resolvida.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Mas a crise política é muito maior. Se conseguirmos superar a atual crise política, conseguiremos ver com clareza que atitude econômica precisa ser tomada de imediato, porque todas, a da Agenda Brasil, a do Pacto Nacional, a da Frente pelo Desenvolvimento, etc., todas ruíram, acabaram.

Nós estamos sempre esperando o noticiário de amanhã. Com isso, a quebra do rito constitucional se torna fácil, porque nós saímos da ditadura de uma crise política para entrar em uma ditadura junto com o Judiciário, com isso e com aquilo, sem saber ler qual é o caminho de amanhã. Estamos aqui, na atual crise, grave, as demandas sendo colocadas, os protestos nas ruas, e todos esperando o desfecho da crise política, o que leva a uma apreensão e a incertezas ainda maiores.

Sr. Presidente, diante desse quadro, eu dizia hoje na nossa Comissão e em conversa com o Presidente desta Casa, que temos que apressar o nosso tempo e chegar perto do tempo do País. Não é apesar do tempo do País, é estar perto do tempo do País, e estar com os ouvidos atentos, ouvindo as vozes das ruas, que não estão apenas gritando contra isso, contra aquilo, se vai haver reforma da Previdência ou não, mas o que pode ser feito para assegurar o mínimo de desenvolvimento para que as pessoas não fiquem vagando pela rua à procura de emprego, sem saberem se o terão ou não, daqui a um ano, daqui a dois anos.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – A definição do cenário político do País, nos próximos meses e dias, é fundamental para recuperarmos a confiança e a esperança perdidas. Precisamos saber, de fato, qual será a política econômica adotada logo após a solução dessa crise. Não vamos cair no devaneio de que qualquer coisa é melhor do que o que está aí. No mínimo, esse é o desajuste do raciocínio político nacional coerente nas necessidades da Pátria.



Este Congresso tem que falar junto com a população, tem que agir junto com a população. Sou a favor, Sr. Presidente, de eleições gerais. Penso que se temos que passar a limpo, não basta passarmos a limpo apenas o Executivo, mas o Legislativo também.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – É isso o que eu queria registrar aqui, com o sentimento de quem acabou de olhar para um grande político desta Casa, que é o Senador Walter Pinheiro. Imagino como dói nele, que sonhou tantas vezes, como tantos outros brasileiros, e convenceu tantos outros a sonharem com ele. Ele estava dizendo hoje que não aceitará o que está aí. Nós não aceitamos, mas precisamos ter, nesta Casa – aqui está a posição do Brasil –, uma posição a favor do Brasil. O Brasil não é uma quimera, não é aquela bandeira que está estendida ali. O Brasil é um país com muitas histórias, com muitos episódios políticos grandiosos, mas agora vive a pior parte da sua história, que é o total divórcio da política econômica e da política exercida por vários segmentos.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Portanto, quero agradecer a V. Exª por me permitir falar sobre o que estava me angustiando muito hoje e que eu gostaria de registrar apenas como uma reflexão. Ao lado de V. Exª e desse jovem, que é o futuro deste País, é que desejamos continuar lutando pelo Brasil, mas enxergando um caminho. Qualquer que seja o caminho, tem que ser sempre com os brasileiros e a favor do Brasil.

Muito obrigada.

*(Durante o discurso da Srª Rose de Freitas, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ivo Cassol.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Convido a Senadora Rose de Freitas para assumir a Mesa, pois serei o próximo orador.

Por gentileza, Senadora Rose de Freitas.

*(O Sr. Ivo Cassol deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Rose de Freitas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Agradecendo a gentileza da Presidência de V. Exª, concedo ao Senador Ivo Cassol o tempo que julgar necessário para externar seu pensamento.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nossa Presidente, Senadora Rose de Freitas, que representa muito bem não apenas o Estado Espírito Santo, como também o nosso Brasil e, acima de tudo, as mulheres.

Quero também agradecer, Presidente Rose de Freitas, a referência que V. Exª fez há pouco, na sua explanação, sobre a minha pessoa como Senador da República, como pai e como avô, representando o povo não apenas do meu Estado de Rondônia, mas do Brasil afora, especialmente na defesa da fosfoetanolamina.

Quero hoje, na tribuna desta Casa, fazer um agradecimento especial, em primeiro lugar, a Deus. Quero agradecer a Ele por tudo que me propiciou na vida. Se meu mandato acabasse amanhã ou se a minha vida acabasse amanhã, eu pediria a Deus que me desse mais alguns dias até que a Presidente Dilma, Presidente do Brasil, sancionasse o Projeto de Lei nº 03, que veio da Câmara dos Deputados, liberando a fosfoetanolamina, a pílula do câncer, o medicamento do câncer, para que possamos, ao mesmo tempo, dar alento e um pouquinho de esperança para quem já está diagnosticado com câncer.

Então, quero aqui agradecer a Deus por tudo, agradecer a todas as senhoras e senhores, as senhoras do círculo de oração, as lideranças religiosas que foram à igreja – ou mesmo em casa –, que em suas orações sempre pediram a Deus pelo Senador Ivo Cassol e por todas autoridades, pelos Senadores, para que chegássemos aqui hoje, mesmo contra alguns. Quem precisa, na verdade, está na expectativa, na esperança de que esse medicamento esteja à disposição.

Agradeço ao nosso Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente, que conduziram os trabalhos como verdadeiros Presidentes, como verdadeiras lideranças que fazem jus a seus cargos. Junto com as demais Lideranças no Senado, conseguimos convencer alguns que estavam contra a votação do projeto de lei sobre a liberação da fosfoetanolamina hoje por esta Casa.

Portanto, quero agradecer ao Senador Renan Calheiros. Desde o primeiro dia, quando o projeto chegou esta Casa, eu estive com ele, que me recebeu e se colocou à disposição para que a matéria tramitasse com celeridade, indo direto para as comissões. Foi para a Comissão de Ciência e Tecnologia, sob o comando do



Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul, em que eu fui o relator, e nós o aprovamos na terça-feira da semana passada.

Posteriormente, foi encaminhado para a CAS. Lá enfrentou alguns problemas, houve alguns embates, mas, graças a Deus, deixamos os embates de lado – agradeço a compreensão de todos os Senadores –, e hoje foi aprovado nesta Casa.

E agora estamos na expectativa de que a Presidente Dilma possa, de uma vez por todas, sancioná-lo, já que a Presidente não apresentou nenhuma medida provisória quebrando todos os interstícios ou quebrando a burocracia estabelecida pela Anvisa.

Nesta Casa, houve políticos que disseram: “Olha, eu não posso votar a favor porque eu ajudei a criar a Anvisa”. Mas a Anvisa, do jeito que está, é uma vergonha nacional. Essa é a pura verdade. Ao mesmo tempo, aprovou um medicamento como o Yervoy e outro semelhante, que têm um efeito mínimo no tratamento do câncer, mas a um preço astronômico – aí sim a Anvisa aprova.

Além de agradecer a todos aqui, também quero agradecer a um grupo de trabalho criado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que disponibilizou laboratórios para a pesquisa. Esse grupo de trabalho concluiu que a fosfoetanolamina não é tóxica para o consumo.

São três pesquisadores. Vou citar o nome de um deles, o Sr. Manoel Odorico de Moraes. Ele é o chefe responsável do laboratório do Ceará, que fez os estudos. De cem partes, ele pegou uma, tanto que foi contratado pelo grupo interministerial de trabalho dos Ministérios da Saúde e de Ciência e Tecnologia. Reprovou os testes clínicos da fosfoetanolamina realizados naquele laboratório, em que se utilizava metodologia de testes clínicos totalmente inadequada, reprovável pelos criadores da pesquisa da fosfoetanolamina. Ele é Conselheiro da Anvisa desde o ano de 2002. Observem: Conselheiro da Anvisa desde 2002.

Além disso, ele também é Diretor do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM/ UFC).

Então, o que a gente percebe é que muitos não têm interesse nisso tudo.

Mas, ao mesmo tempo, além do agradecimento que vou fazer daqui a pouco, não poderia deixar de aproveitar, na tribuna desta Casa, de citar, desta vez com mais calma, o médico Drauzio Varella, que fez uma reportagem. Em uma coluna, ele coloca bem assim:

Dizem que Deus limitou a inteligência do homem para que não ousássemos invadir seus domínios. [Com certeza, o homem não pode jamais pensar e querer substituir Deus, porque Ele é soberano e único.]

Se assim foi, que mal haveria em ter limitado também a ignorância, já que fomos concebidos à sua imagem e semelhança? [Aí ele coloca:] Custaria?

Faço essa reflexão, porque a Câmara dos Deputados aprovou a liberação da fosfoetanolamina, droga que teria propriedades antineoplásicas, sem que nenhum estudo tenha sido submetido à apreciação da Anvisa, o órgão brasileiro encarregado de avaliar a atividade de medicamentos antes da comercialização.

Portanto, a Anvisa só autoriza. Quem tem de fazer os estudos são os laboratórios, e os laboratórios não têm interesse em aprovar.

Olha o que ele fala aqui do Senado:

A matéria irá a plenário. A julgar pela qualidade da formação científica e pela vocação populista de nossos senadores...

Quero dizer aqui para o médico Drauzio Varella que não estou aqui só para aprovar projeto de lei que aumenta imposto para o Brasil; eu não estou aqui para aprovar só Orçamento da União; eu não estou aqui só para aprovar financiamento e aprovar autoridades, no Senado. Eu também estou aqui para poder fazer e trazer a esperança de vida às pessoas com câncer, que não têm mais outra oportunidade de tratamento e que podem utilizar esse medicamento.

Então, não concordo quando o Sr. Drauzio Varella fala que “teremos no mercado uma droga para tratar seres humanos testada apenas em ratos”. Não concordo com o senhor, Doutor Drauzio Varella. Existem mais de 40 mil pessoas que utilizaram esse medicamento. Tenho amigos meus. Ligou para mim a filha de um amigo meu esta semana, que está há dez dias sem o medicamento. O pai dela estava desenganado, estava em casa para morrer, conseguiu o medicamento, começou a tomar, começou as atividades normais no sítio, ~ travessão da linha 192 com a 96, no Município de Rolim de Moura. Está há dez dias sem o medicamento. ~ para onde ele voltou, nossa Presidente Rose? Voltou de volta para cama. Ele tomava fosfoetanolamina.

Então, não é verdade o que o Sr. Drauzio Varella escreveu, mais uma vez.





Está na hora de esses oncologistas que estão só preocupados com o *money*, estão preocupados com a estrutura de quimioterapia e radioterapia que vocês publicaram...

Diz aqui o seguinte, ainda por cima – olha o que Drauzio Varella, médico, conhecido, que faz muitas reportagens na televisão, diz –: “Tomo a liberdade de sugerir aos Srs. Senadores que se deem ao trabalho de procurar um único oncologista no Brasil que esteja a favor da liberação”.

Eu faço um desafio para o senhor, Dr. Drauzio Varella. Um oncologista me ligou no mês de setembro ou outubro do ano passado. Ele é dono de uma clínica no Estado de Santa Catarina. Eu atendi o telefone e junto, ao meu lado, aqui no plenário, Senadora Rose, estava o Senador Blairo Maggi. Eu falei com o proprietário dessa clínica e passei o telefone para o Senador Blairo Maggi, para que ele falasse também com esse médico, proprietário da clínica. Ele falou: “Cassol, eu estou te ligando para dizer que a fosfoetanolamina dá certo. Eu já atendi pacientes meus, amigos meus, e dei o medicamento e curaram de câncer. Várias pessoas”. E ele falou para mim: “Só que eu tenho aqui a estrutura para tratamento de câncer, de quimioterapia, de radioterapia. Eu não posso vir a público”.

Eu falei: “Me deixa usar teu nome, deixe-me usá-lo na tribuna do Senado”. Ele falou: “Não faça isso!”. Porque o tratamento de câncer no Brasil tem de seguir as regras internacionais. Criança é São Judas Tadeu – quem é médico sabe disso. – e adulto é MD Anderson.

Ele falou o seguinte: “Isso é igual a uma franquia do McDonald’s; ou você segue a regra, ou você está descredenciado”. Eu ouvi de um oncologista proprietário de uma clínica no Estado de Santa Catarina – não posso citar o nome dele.

Não existe um só, há outros oncologistas. Aqui o Dr. Ribeiro, se eu não estou enganado, de Brasília, que esteve na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, em uma audiência pública – e ele fez parte do Conselho Nacional de Medicina – deu o depoimento de pessoas, de colegas que usaram a fosfoetanolamina.

Então, isso aqui não é verdade. Está na hora de mudar, gente. Eu sei que a fosfoetanolamina não dá dinheiro, mas, gente, se nós formos fazer as coisas só pensando no dinheiro, o que será dos nossos carregadores quando nós morreremos?

Todo mundo vai para o cemitério? O peso disso tudo, porque o dinheiro não vai junto, só vai o pedaço de madeira que é o caixão. Não vai mais nada. Então, temos de parar de pensar sobre o dinheiro.

Eu sei que o medicamento fosfo é muito barato, e eu tenho amigos, eu tenho pessoas, eu conheço uma sobrinha por parte do meu concunhado, que considero sobrinha, que mora em São Paulo, que foi operada três vezes da cabeça, com tumor, com câncer na cabeça. O médico chamou a família, chamou o meu concunhado e seus filhos e disse que podia levar para casa porque não tinha mais jeito. Começou a tomar fosfoetanolamina no mês de novembro, e a pessoa está lá, andando nos quatro cantos do Estado de São Paulo, e o médico, há um mês e meio, nossa Senadora Rose, perguntou o que aconteceu. É milagre? Porque o tumor regrediu. Que medicamento foi? Foi a fosfoetanolamina.

Eu tenho uma assessora que trabalha comigo, a Laura, que conseguiu o medicamento para a avó dela. Era câncer no pulmão, já tinha tomado conta do corpo. Quando ela pediu para o médico se podia tomar, o médico falou que não. E ela começou a tomar por conta. Há uns vinte dias ela foi a um hospital em Goiânia, o médico a examinou, e a paciente não tinha mais nada. Fez todos os exames e não tinha mais nada. E virou para ela: “O que é isso? É milagre?” Ela falou: “É milagre, mas, graças a Deus, à fosfoetanolamina que o senhor foi contra que eu estou curada hoje, que eu não tenho mais câncer”.

Eu não estou aqui falando contra os tratamentos convencionais. Eu estou aqui dizendo como ser humano, como pai, como ex-Prefeito, como ex-Governador e atual Senador. O câncer mutila as pessoas, o câncer tira da pessoa a dignidade e tira o brio. Eu tenho amigos meus que não sabiam que estavam com câncer, Senadora Rose, nossa Presidente, que, por causa do câncer, se escondem, especialmente as mulheres, porque elas têm o cabelo comprido. Os homens são carecas. Está aqui o Júnior, meu assessor, que é careca. Se amanhã tivesse um câncer não teria problema, mas as mulheres não são carecas. Perdem o cabelo, perdem a autoestima. Só de saber que está com câncer é uma depressão.

E aí eu vejo alguns profissionais da saúde pensando só no dinheiro dos seus clientes. Eu quero dizer aqui para os profissionais que pensam desse jeito que, no dia em que vocês morrerem, lá no inferno, o calor é tanto que não sobra um tostão para vocês gastarem. Vocês não vão levar nada disso. O que a gente leva é o que a gente está vivendo. Por que tirar a esperança desses pacientes que não têm mais outra oportunidade, não têm mais outra chance, não têm mais onde se apegar? Por que tirar essa oportunidade dessas pessoas?

Por isso eu falei, no começo do meu discurso, que, após a Presidente Dilma sancionar, eu fico feliz, porque é uma das maiores conquistas da nossa sociedade brasileira. Quando se fala aqui de cassação, de *reachment*, de corrupção, de roubo... Quer um trem mais vergonhoso que essa roubalheira da Petrobras? É o prejuízo que deu! Que desgaste moral para o nosso povo, para a nossa sociedade! Olha que situação



vive o Brasil? Liga a televisão, é só petróleo, é roubão, não sei o quê! Meu Deus do céu! E aí tem um projeto desse, e alguns ainda botam dificuldade.

Mas aqui eu quero também agradecer. Eu quero aqui agradecer ao Dário Berger, de Santa Catarina, outro parceiro que defendeu; ao Senador Moka, que é médico, é químico, comprou essa briga também. Ele mesmo disse: “Por que tirar a esperança de quem quer e tem oportunidade?” Também, além do Moka, ao Blairo Maggi, esse outro guerreiro que me incentivou desde o começo. No primeiro instante em que comecei a comprar essa briga, ele falou: “Cassol, tu tens certeza do que tu estás fazendo?” Eu falei: “Tenho!” “Então, vai, que eu estou contigo!” É isso que nos dá energia, e nos dá garra, e que dá espaço para podermos trabalhar. Também ao Senador Paim; ao Senador Lasier; à Senadora Ana Amélia, outra guerreira que também comprou essa briga; ao Senador Magno Malta, como tantos outros; e também lá, na Câmara, ao Deputado Bolsonaro; às Deputadas que também compraram essa briga; ao Deputado Luiz Cláudio, que também, esteve junto, aprovou. Então, eu quero aqui fazer o agradecimento a cada um desses parceiros, desses amigos, que têm cargos e souberam utilizar seus cargos de Deputado e de Senador para aprovar este projeto de lei.

Se nós aqui, no Senado, Drauzio Varella, não pudermos aprovar uma lei para a vida, o que nós estamos fazendo aqui, Senadora? Nós estamos aqui para quê? Para sermos usados como se nós fôssemos descartáveis? Nós estamos aqui para quê? Para aprovar só mais imposto ou aprovar o Yervoy, igual a Anvisa aprovou, para vocês venderem a R\$240 mil cinco ampolas que não curam o câncer? É para isso que nós estamos aqui, fazendo papel de otários, para os bacaninhas ficarem ganhando dinheiro?

Não, gente, nós não estamos aqui para isso. Nós estamos aqui para fazer o bem, nós estamos aqui para resgatar credibilidade, nós estamos aqui para resgatar confiança, nós estamos aqui para devolver a autoestima de quem se agarrou a tudo quando descobriu que estava com câncer e não conseguiu ser curado, porque os tratamentos convencionais, alguns curam, outros não curam. E aí aparece a fosfoetanolamina, aparece esse composto que vem ao encontro da expectativa, da esperança do câncer. Quantos enfermos!

Eu chego, Senadora, ao aeroporto de Cuiabá, naquela redondeza que centraliza o norte do Mato Grosso, e as pessoas chegam e me perguntam como fazem para conseguir o medicamento.

Estou no aeroporto em Porto Velho, eu estou no aeroporto em Brasília, eu estou no aeroporto da cidade de Cacoal, de Ji-Paraná, quando eu chego, as pessoas chegam e dizem: “Ivo, pelo amor de Deus, me ajude”. Tenho cartas de pessoas que me escrevem; recebo, por dia, de 200 a 300 *e-mails*. E eu estava de mãos e pés atados, sem poder fazer nada, só esperneando para que pudesse vir à tona, e a população, os pacientes e os familiares pudessem ter acesso a esse medicamento.

Então, fico feliz hoje por nós termos conseguido. Mas conseguimos, e fechou, zerou? Não! A luta continua, porque esse projeto de lei que aprovamos é em caráter excepcional, é em caráter excepcional; em caráter excepcional até que concluam as pesquisas. Mas não essas pesquisas fajutas que estão fazendo por aí; não essas pesquisas que estão aí combinadas com laboratórios para enganar todos os pacientes como se o resultado fosse negativo.

Faço um desafio a vocês que só pensam no dinheiro, no *money* desses pacientes, dessas pessoas e de seus familiares. Eu conheço mais de 30 pessoas. Eu tenho depoimento de mais de 100 pessoas que fizeram o uso, que estão se tratando e, agora, estão no desespero porque estavam bem, igual a Bernadete, igual a tantos outros pacientes com câncer que estavam aqui na semana passada...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, mais dez minutos para eu terminar.

E como tantos outros pacientes que estavam aí. E estavam tirando a oportunidade dessas pessoas.

Quero aqui agradecer ao Senador Omar Aziz, que é o nosso Líder e coordenador da nossa Bancada, que veio ao plenário e comprou também esta briga, como o Senador Flexa Ribeiro e tantos outros. Flexa Ribeiro é outro guerreiro, que conseguiu, dentro do PSDB, que fosse aprovado hoje.

Como disse o Omar, é como estar em um prédio que incendiou o primeiro, o segundo, o décimo andar, você está no vigésimo andar e há uma árvore embaixo, com uma copa grande. A única esperança é se jogar e cair em cima da árvore para ver se consegue salvar sua vida, caso contrário vai morrer queimado.

É assim que os pacientes de câncer estão se vendo hoje. Eles já estão carimbados. Com o carimbo! Sabem que, em breve, infelizmente, não estarão mais no seio dos seus familiares. Estão com os dias contados. E, quando recebem esse medicamento, devolve-se a esperança. Você devolve a oportunidade e a expectativa de vida para esse paciente.

E o resultado, gente, é fenomenal, o resultado é extraordinário.

Eu quero fazer uma homenagem especial a um grande apresentador e comunicador de televisão. Eu fiz



aqui, neste lugar, no mês de setembro ou outubro, o primeiro discurso, e chamei o Ratinho para comprar essa briga. O Ratinho veio e o Ratinho comprou essa briga no programa do SBT.

Obrigado, Ratinho! Você emocionou o Brasil inteiro. Você levou pacientes e pesquisadores, você levou crianças que pediram, pelo amor de Deus, que nós, políticos, liberássemos, que as autoridades liberassem o medicamento. Eu não consigo entender como aquelas crianças, chorando, com as lágrimas correndo, não conseguiram sensibilizar alguns profissionais da saúde que ainda, com tudo isso, só pensam em dinheiro. Com certeza, alguns desses profissionais que só pensam em dinheiro não têm uma mãe com câncer, não têm um filho com câncer, não têm uma filha com câncer, não têm um irmão com câncer, porque, se tivessem, com certeza, também iriam se apegar a todos os tratamentos.

Está aqui um exemplo, Senadora Rose, nossa Presidente. O Senador Blairo Maggi deu um depoimento aqui de que, quando a filha dele estava com câncer, ele se apegou a tudo que tinha pela frente, e ela conseguiu a cura, graças a Deus. É isso que emociona a gente, é a fé, e a fé move montanhas.

Nós não podemos aceitar que alguns oncologistas pensem que nós estamos aqui no Senado só para aprovar o Yervoy, que custa R\$240 mil e que não cura o câncer. Esse medicamento, Senadora Rose, foi aprovado. Há poucos dias foi aprovado um outro medicamento, cujo nome li aqui na semana passada e que custa não sei quantos mil reais uma ampola, que também não cura e que tem só 1% da fosfoetanolamina. Esse também foi aprovado, e custa R\$4 mil ou R\$5 mil uma ampola. A fosfoetanolamina, que custa R\$0,10 ou R\$1 cada comprimido – a pessoa toma 60 por mês, e custará R\$60 –, não pode, porque não dá lucro para os laboratórios, porque não dá lucro para algum oncologista, porque o doente vai deixar de fazer quimioterapia, radioterapia, vai deixar de fazer cirurgia.

Os governantes estão preocupados, porque vão ter que pagar a aposentadoria para um público com mais idade, mas, se não pagam para quem tem direito à aposentadoria, vão pagar para os herdeiros, vão pagar para os dependentes. O governo vai continuar desembolsando dinheiro.

Por que não termos uma média de idade mais avançada? Isso porque muitas pessoas idosas morrem de câncer. E quem de nós não quer continuar junto com nossos familiares? Quem de nós, de sã cabeça, não quer continuar junto com nossos amigos, com nossos parceiros?

Foi isso que me motivou a comprar essa briga, ir à luta, fazer uma discussão pesada com colegas Senadores nas Comissões e também aqui, no plenário, e não porque quero ser maior ou melhor que ninguém – não quero ser nada disso, não, gente! –, mas para fazer jus ao meu mandato...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... para fazer jus ao mandato que o povo do meu Estado de Rondônia me delegou – que é um dos Estados com maior índice de câncer no Brasil. Com esse mandato que o povo de Rondônia me delegou, poderemos ajudar o Brasil inteiro, todos os familiares e pacientes que têm câncer nos quatro cantos da Federação brasileira.

Por que não exportar o nosso produto amanhã para que americanos, chineses, outros países comprem esse medicamento, e todo esse pessoal saia lucrando? E os pesquisadores? Falei com o Gilberto ontem, e ele me dizia o seguinte: “Cassol, o projeto está de acordo, queremos que os pacientes do SUS tenham esse medicamento à sua disposição.” O que precisa é o Governo Federal, mesmo com essas dúvidas que tem, colocar esse medicamento à disposição, porque só o Ministério da Ciência e Tecnologia tem 16 ou 17 laboratórios no Brasil, o Exército tem laboratório, a Marinha tem laboratório. É só colocar esses laboratórios à disposição e começar a produzir gratuitamente para essas pessoas.

Presidente Dilma, é o maior presente que a senhora pode dar ao povo brasileiro.

Peço mais cinco minutinhos para depois encerrar.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Presidente Dilma, queria muito que a senhora tivesse feito a medida provisória, queria muito que a senhora tivesse encampado essa briga e colocado na prática isso.

Infelizmente, esses puxa-sacos que ficam rodeando a senhora, que não produzem patavina nenhuma – desculpe-me a expressão, mas, quando era governador, o que não gostava e não queria era assessor puxa-saco, que só fica bajulando o dia inteiro –, bote-os no toco, enquadre-os, Presidente Dilma. A senhora, acima de tudo, além de ser a Presidente do Brasil, a nossa Presidente, é mulher, e, ainda, as mulheres são mais passíveis de ter câncer, têm câncer de seio. E a senhora, Presidente, teve um câncer.

Para se ter uma ideia, nossa Presidente, Senadora Rose de Freitas, a Presidente Dilma utilizou um medicamento que – na época, foi divulgado nas redes sociais e na imprensa – a Anvisa não tinha autorizado,



mas era a nossa Presidente do Brasil. Por que não importar e utilizar? Está certo. Por que tirar a esperança da nossa Presidente de utilizar um medicamento para ela poder se curar do câncer? E ela o utilizou e foi curada.

Agora, Presidente Dilma, por que nós vamos tirar a esperança dos outros? Por favor, Presidente Dilma, eu queria que a senhora tivesse todos os méritos, os louros sozinha, mas, já que a senhora dividiu com os Deputados, com os Senadores e com todo mundo, então divida com todo mundo, mas não deixe o pessoal da Anvisa simplesmente remeter para a senhora o veto desse projeto de lei. Por favor!

Não falo por mim, Presidente Dilma. A senhora pode me xingar, pode me chutar, pode me abandonar – eu ainda estou com saúde, e, com saúde e paz, a gente corre atrás –, mas, Srª Presidente, a senhora, além de ser mãe, é avó; além de ser avó, a senhora é a nossa Presidente do Brasil! Não deixe a Anvisa mandar parecer, nem vá atrás de conversa de alguns que estão defendendo laboratório. Eu não defendo laboratório, porque não ganhei dinheiro deles e nunca peguei um tostão deles! Eu não tive ajuda de laboratório e não tenho laboratório. Estou aqui defendendo a liberação desse medicamento do câncer. Mas é só esse? Não, gente! Se amanhã aparecer outro lá pelas matas amazônicas, vamos utilizar! Se vier da Mata Atlântica, vamos utilizar! Se vier de um outro composto, vamos utilizar! Por que não, gente? Agora, Presidente Dilma, compre essa briga!

Eu queria aqui fazer um chamado para todo o povo que está com câncer no Brasil: vamos fazer um manifesto nacional; vamos fazer um encontro nacional aqui em Brasília. Nesse dia – vamos marcar depois da Páscoa, vamos ver qual é o dia em que a Presidente Dilma pode nos receber –, vamos fechar de mãos dadas os três Poderes, fazer um círculo, fazer uma corrente de energia positiva para que esse medicamento fique à disposição de todos os pacientes. E, aí, Presidente Dilma, a senhora, que é dura na Administração, nesse momento difícil que o País vive, com a economia em frangalhos... A economia – desculpe-me, pessoal – está aquilo mesmo. Não vou falar porque todo mundo sabe. Está uma porcaria mesmo. Está difícil! Desemprego para todos os lados. É *impeachment* para um lado e cassação para o outro. Vamos largar tudo isso de lado, mas vamos cuidar da vida. Vamos dar uma oportunidade para quem precisa, nesse momento, das nossas autoridades. A Câmara dos Deputados deu a sua contribuição. O Senado Federal – todos os Senadores aqui – deu também a sua contribuição. E agora nós esperamos que o Executivo também dê a sua contribuição...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... sancionando esse projeto de lei e autorizando, precariamente, o uso da fosfoetanolamina, até que se complete o trabalho com uma pesquisa séria, com uma pesquisa decente. Leve junto os pesquisadores. Leve junto o Renato Menenguelo; leve junto o Durvanei; leve junto também o Gilberto, o Marcos Vinícius, o Salvador. Há mais um, que agora me fugiu da mente no momento. Chame esse pessoal, para que eles possam acompanhar, porque, de repente, quem não nos garante que estão colocando comprimido de placebo, feito de farinha, ou de giz, ou de qualquer coisa parecida, enganando os pacientes. Então, as pesquisas têm que ser feitas pelos pesquisadores. Não foi ontem que descobriram. Faz mais de 20 anos que descobriram.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Encontrei o Governador Geraldo Alckmin hoje. Ele falou: “Cassol, depois daquele dia, quando você falou para mim, eu comprei essa briga”. Parabéns, Governador Geraldo Alckmin. Se o Governo Federal, com a Anvisa, e o pessoal estão contra, então faça o senhor a sua parte, uma vez que o Estado de São Paulo é o mais populoso da nossa Federação.

É disso que nós precisamos. Nós precisamos de mais pessoas engajadas, independentemente do cargo e do Poder, porque, gente, o câncer, quando ele vem, quando ele ataca, não escolhe o cidadão de Bolsa Família, ele não escolhe o moreno, o preto, o amarelo ou o azul, ele simplesmente ataca, independentemente do cargo que nós temos. Aqui já morreu Senador, já morreu Deputado Federal, já morreram juízes, enfim, autoridades de tudo quanto é jeito.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só para terminar aqui, para nós concluirmos, eu queria pedir só mais cinco minutinhos.

Obrigado, nossa Presidente, Senadora Rose de Freitas.

Agora estamos sob o comando do nosso Presidente, de Mato Grosso do Sul, Wellington.

Por isso, quero aqui, mais uma vez, dizer que hoje as vítimas do câncer são essas pessoas que já foram gnosticadas, são essas pessoas que, infelizmente, de alguma maneira ou de outra, descobriram e estão na expectativa da liberação do remédio. E quem não nos garante que amanhã, de repente, será alguém da nossa





família? Quem não nos garante que amanhã, de repente, seremos nós a próxima vítima?

Aqui, nos corredores do Senado, aqui, no Senado, quantos assessores vêm aqui e dizem: “Cassol, continue essa luta!” É de Senador a assessor, a terceirizados. É isso que me deu essa energia positiva.

Eu comprei essa briga, e não desisto, e vou falar para vocês por quê: porque é a descoberta do século. A fosfoetanolamina, gente, dos pesquisadores, do Gilberto, do Durvanei, do Renato Menenguelo, do Marcos, de todo mundo, foi publicada em mais de cinco revistas internacionais. Não está escondida entre quatro paredes. Simplesmente não deram crédito, porque ela não dá lucro. Simplesmente não deram crédito, porque ela não dá resultado financeiro. Simplesmente não deram crédito, por quê, gente? Porque, mais uma vez, em muitos lugares, sobrepõe-se o dinheiro à vida. E quantos ricos, milionários já morreram de câncer sem poder ter acesso? E é um medicamento barato! Nem o dinheiro conseguiu resolver.

Então, por isso, nosso Presidente, Senador Wellington, eu quero aqui agradecer esse carinho especial, essa gentileza de todos os nossos servidores da Casa. É um momento de gratidão, é um momento em que eu quero agradecer aqui e pedir desculpa a meus colegas, pedir desculpa a vocês que estão em casa, aos internautas que têm participado constantemente com os vídeos, aos pacientes, aos familiares se, de repente, por alguma maneira ou outra, eu os ofendi, mas eu não quis ofender ninguém: eu quis simplesmente mostrar ao público, da mesma maneira que a imprensa mostra como é que é o político.

Então, não é justo alguns profissionais de saúde agirem de alguma maneira, e, na prática, agirem de outra. Da mesma maneira, eu quero aqui pedir desculpa de coração a algum profissional da saúde, se, de repente, de alguma maneira, eu o magoei, eu o machuquei, por ser verdadeiro, ou ser franco, mas eu fui puro, eu fui honesto, eu fui íntegro. Eu simplesmente aqui, do meu mandato como Senador, defendi a vida. Eu não defendi nada mais do que isso. Podia estar defendendo outros interesses, mas não: eu defendi a fosfoetanolamina, que é um direito que podemos dar a mais para aqueles pacientes que estão e que já foram diagnosticados com câncer.

É por isso que, com humildade – mesmo o Drauzio Varella, que fez, mais uma vez, uma participação numa coluna, escreveu um monte de bobagem; desculpe-me a expressão, mas eu estou sendo verdadeiro –, mesmo assim, Drauzio, vamos juntos.

Por que o senhor não compra essa briga? Por que o senhor, Drauzio Varella, não vem aqui, então, ao Senado, no dia da audiência pública, para debatermos? Vamos juntos conversar com os pacientes, conversar com os pesquisadores. Não acreditem em mim, não. Demais profissionais da saúde não acreditem em mim. Parem, sentem-se um pouquinho. E, nas suas orações – se, em casa, alguém de vocês pelo menos reza ou ora –, peça a Deus para que amanhã você não seja uma vítima de um câncer e você precise desse mesmo medicamento. Eu peço a Deus que dê saúde a todos nós. Por isso, aqui, Sr. Presidente, agradeço carinhosamente esse carinho especial de V. Ex<sup>a</sup> e de todos os Senadores cujo nome eu citei aqui; e aos que eu não citei, desculpem-me. De repente, eu não citei o nome de alguns, porque a emoção é muita.

Mas digo a V. Ex<sup>a</sup> que eu fecho com chave de ouro nessa véspera de Páscoa. Nós estamos na véspera de Páscoa. É momento de reflexão, é nascimento de mais esperança e de mais saúde para todos nós. É neste momento de Páscoa, de ressurreição, que temos de pedir sempre a Deus que sempre nos dê mais saúde e mais vida. Eu acho que não tinha uma data mais importante para isso.

Eu até sugiro à Presidente Dilma que aproveite essa oportunidade, já que a Câmara e o Senado aprovaram, e não escute a Anvisa nem alguns oncologistas que só estão pensando no *money*, no dinheiro, mas que sancione, Presidente, como vítima de câncer que a senhora já foi no passado. E, como Presidente do Brasil, dê esperança ao povo. São 7,5% de pessoas que têm câncer no Brasil. Imagine quantos milhões são 14 milhões de pessoas! Dê esse presente de Páscoa. Presidente Dilma, por favor, a senhora vem há quatro, cinco meses, sem me atender. Eu só queria pedir para a senhora que compre essa briga, que dê esse presente de Páscoa aos pacientes que estão enfermos e coloque o Ministério da Ciência e Tecnologia com o laboratório dele à disposição para produzir a fosfoetanolamina de graça para o povo. Economize, Sr<sup>a</sup> Presidente, milhões de reais. Milhões de reais! Economize milhões de reais, dinheiro que gasta às vezes com quimioterapia, com radioterapia, pois, com certeza, com a fosfoetanolamina vai-se economizar esse dinheiro. Aí nós, no Senado, não precisamos nos desgastar com a sociedade, com o povo brasileiro, para aumentar mais um imposto e voltar a CPMF. Nós não precisamos voltar para trás. Vamos só olhar para frente. Vamos economizar esse dinheiro. “Ah, mas alguém tem aí uma estrutura de quimioterapia, de radioterapia.” Que a carregue nos ombros e vá para o lugar que quiser com aquilo.

Ele fez investimento como empresário. Ele fez investimento confiando na desgraça alheia. É igual – vou dar um exemplo para vocês aqui – ao homem da funerária. O que o homem da funerária faz? O que o proprietário da funerária faz? Ele compra um carro bom, compra um caixão bom, torcendo para que o próximo morra. É isso que o cara da funerária faz.



Portanto, essa é a oportunidade que nós temos. É por isso que eu queria aqui fazer este pedido especial à Presidente Dilma: sancione essa lei, dê esse presente de Páscoa ao povo brasileiro.

Senhora Presidente Dilma Rousseff, já que a senhora não conseguiu, de maneira nenhuma – nem a sua equipe –, trazer o povo brasileiro pela economia, pelo emprego e pela receita, traga o povo pelo coração. Traga o povo brasileiro para o seu lado pela emoção, pelo coração, pela vida.

Com certeza, há quem fale: “O pessoal do Bolsa Família está com a Dilma, mas o pessoal da classe média não está”. Mas os portadores de câncer, Presidente Dilma, são do menor ao maior, de mamando a caducando, do rico ao pobre, do preto ao branco, ou seja, todo mundo. É o momento que a senhora tem. Em cada residência em que houver um paciente com câncer, a senhora vai comover, no mínimo, mais cinco pessoas que fazem parte daquela família – mais cinco pessoas a senhora vai trazer para o seu lado.

Então, não acredite no Senador Ivo Cassol. Não precisa bajular o Ivo Cassol. Faça só uma coisa: peça, amanhã, para sua equipe de puxa-saco, que só bajula, porque, no governo, existe isso – fui Prefeito, fui Governador, e o que não falta é puxa-saco –, se houver alguém bom lá, vir ao Senado, colocar o projeto de lei embaixo do braço e levar para lá. Sancione e publique no *Diário Oficial* de quinta-feira. Faça como fizeram com a nomeação do nosso ex-Presidente Lula. Fizeram uma publicação extra. Não fizeram uma publicação extra? Por que não podemos fazer uma publicação extra só para publicar a fosfoetanolamina? É a vida!

Então, Presidente Dilma, manifesto o carinho especial que sempre tive pela senhora. A senhora é uma guerreira, uma lutadora. Sei que o momento é difícil, mas eu queria que a senhora agora abraçasse de vez essa causa e sancionasse esse projeto; aliás, não só sancionasse o projeto, mas também colocasse os laboratórios públicos da Ciência e Tecnologia, do Exército, da Aeronáutica, juntamente com os pesquisadores, para produzirem a fosfoetanolamina, a pílula do câncer, o medicamento de graça, a fim de que os pacientes que precisam disso tenham esperança de vida.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu quero pedir aqui encarecidamente aos amigos, às amigas que vão à igreja, ou mesmo em casa, nas suas orações: nós temos que continuar orando; nós temos que continuar rezando, cada um à sua maneira, agradecendo a Deus por tudo o que Ele nos deu. Além disso, temos que continuar pedindo a Ele que nos abençoe, que nos dê saúde, que continue nos cuidando. Ao mesmo tempo, que essa luta não pare aqui, porque outras virão, como está vindo a zika e não sei o que para lá e para cá, porque é tanta coisa nova que surge. E essa oportunidade nós temos todos.

Quero aqui agradecer e pedir encarecidamente desculpas a todo mundo, mais uma vez, se em algum momento nessa caminhada eu magoei alguém. Eu fui verdadeiro, aqui está o Ivo Cassol, aqui está a pessoa que representa o povo do Estado de Rondônia e hoje representa o Brasil como Senador da República.

Eu quero agradecer o carinho de cada Senador, dos Deputados, do Deputado Bolsonaro, do Deputado Luiz Cláudio e de todos os outros que nos ajudaram, de todos os Senadores, dos Senadores Blairo Maggi, Magno Malta, Flexa Ribeiro, Moka e tantos outros aqui. Obrigado, de coração. Não há dinheiro que pague tudo isso que foi feito.

Em um último agradecimento, com certeza, eu peço e quero que nas suas orações vocês coloquem o meu nome para que Deus continue me abençoando, dando-me saúde e paz, porque do resto nós corremos atrás.

Obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. Ivo Cassol, a Srª Rose de Freitas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Fagundes.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Esta Presidência gostaria de convidar o Senador Ivo Cassol a exercer a presidência para eu possa também fazer a minha oração.

*(O Sr. Wellington Fagundes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ivo Cassol.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, eu gostaria inicialmente de começar parabenizando-o pela sua luta. Tudo o que fazemos com perspicácia, com insistência, com persistência, como V. Exª fez ao defender a pílula da vida, a fosfoetanolamina, que é considerada a pílula da vida...

Eu tive a oportunidade de participar de alguns debates aqui – claro, debates acalorados – e espero que agora, mais do que nunca, a Presidente sancione, porque, afinal de contas, foi votado por todos nós, pela unanimidade desta Casa.

V. Exª fala do papel da Anvisa. É claro, acredito que a Anvisa tem um papel muito mais de fiscalizar.

E acredito que essa oportunidade, como V. Exª pede aqui, através de tantas audiências que foram feitas, inclusive pediu para que eu, como Líder, subscrevesse, mas, como médico veterinário, eu entendi que



poderia delegar isso ao meu companheiro, colega Blairo Maggi, que subscreveu, em nome da Liderança do PR. Mas o importante é que V. Exª queria isso, perseguiu e conseguiu aprovar, e espero que agora a Presidente Dilma também sancione e a Anvisa fiscalize.

Hoje, infelizmente, nós temos muitos produtos no mercado, produtos que são pirateados, produtos que são falsificados. Então, eu penso que o papel da Anvisa realmente é fazer o controle. E esse produto, que muitos cientistas defendem, espero que realmente possa vir a ser um grande produto brasileiro, quem sabe exportada a tecnologia para todo o mundo.

Portanto, eu quero aqui parabenizar V. Exª pela luta, como V. Exª colocou aqui, não só com garra, mas também com convicção, porque eu penso que é importante também quando temos convicção ao defender qualquer bandeira.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, também registrar que hoje nós tivemos uma audiência com o Ministro Nelson Barbosa, o Ministro da Fazenda, juntamente com vários Parlamentares de alguns Estados brasileiros. E quero aqui dizer que essa audiência foi pedida pelo nosso coordenador Fábio Garcia, Deputado Federal, companheiro nosso em Mato Grosso, e o objetivo dessa nossa audiência era discutir com o Ministro da Fazenda a liberação do FEX, que é o fundo de compensação das nossas exportações.

A Lei Kandir veio e o Governo tinha obrigação de, até um determinado tempo, de fazer o repasse dessa compensação aos Estados produtores e exportadores das *commodities*, produtos que são exportados sem nenhum imposto desses Estados produtores.

Com o FEX, quero deixar muito claro, o Governo não é obrigado a fazer essa compensação, mas, desde o Ministro Levy, nós tivemos várias audiências no ano passado e conseguimos – eu fui inclusive aqui Relator do projeto do FEX, no ano passado –, foi liberado 1,95 bilhão para todos os Estados brasileiros que tinham direito à compensação. E o meu Estado, o Estado de Mato Grosso, é o que recebe o maior volume dessas compensações. São mais de 400 milhões, 22% de todo esse 1,95 bilhão.

Isso foi fundamental para que, no ano passado, não só o Governo do Estado de Mato Grosso pudesse cumprir os seus compromissos de pagar as contas, de fechar o ano, mas também as prefeituras do Estado de Mato Grosso. E aí, como municipalista convicto, sempre defendi aqui que o Governo pudesse cumprir esse compromisso com todos os Estados produtores do Brasil.

Este ano, começamos novamente. E aí eu quero fazer justiça à luta, também, como municipalista, de ter aliado o Presidente da AMM-MT (Associação Mato-grossense dos Municípios de Mato Grosso), o Prefeito Neurilan. Ele sempre esteve aqui presente às reuniões. Neste ano, da mesma forma, ele tem tido essa luta.

Tivemos essa audiência hoje, fruto já de duas audiências em que o Neurilan esteve representando a Associação Mato-grossense dos Municípios nessa luta para os Municípios, mas, claro, ajudando, também, o Governo do Estado. Duas audiências ele teve com a Presidente Dilma. Eu também tive duas audiências. E semana passada, tivemos uma audiência com o Ministro Nelson, que nos indicou para falar com o seu Secretário Executivo, Dyogo Henrique.

**O SR. PRESIDENTE** (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Permita-me.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A Mesa acabou de comunicar que em nove minutos para de passar ao vivo, porque entra a propaganda eleitoral. Então, se o senhor quiser continuar, continue, porque será gravado.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas será suficiente para que eu possa estar aqui colocando esta audiência que tivemos hoje, registrando, claro, o trabalho do Prefeito Neurilan na audiência que tivemos com o Dyogo Henrique, Secretário-Executivo. Também foram feitos os encaminhamentos e, hoje, na audiência com o Ministro Nelson, ele nos garantiu que estaria encaminhando ao Congresso Nacional uma medida provisória para que pudéssemos, através da Comissão Mista de Orçamento e, depois, dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado da República, aprovar os recursos orçamentários para que o Governo possa, se possível, ainda neste semestre, fazer esta compensação aos Estados do Brasil. E, mais uma vez, registro que Mato Grosso será o Estado mais beneficiado.

Mas quero registrar também um ponto positivo, principalmente nesse momento de crise que vivemos. O Ministro também colocou a possibilidade, melhorando a situação de caixa do Governo e até buscando recursos do próprio Governo, com novas arrecadações, de cumprir o FEX de 2016.

Sobre isso não houve nenhum compromisso formal, mas pelo menos houve o compromisso do Ministro no sentido de lutar para que esses recursos possam ser também compensados para os Estados.

O Ministro anunciou e já mandou o projeto para a Câmara dos Deputados. Foi fruto de uma reunião que temos hoje com o Presidente da Casa, o Presidente Renan, vários Governadores de Estados brasileiros e as lideranças do Congresso Nacional.



O Ministro também já mandou a mensagem para o Congresso – primeiramente para a Câmara dos Deputados –, para fazer a repactuação da dívida dos Estados.

Neste momento de crise econômica em que vivemos, é fundamental essa decisão do Governo Federal, da Presidente Dilma e do Ministro Nelson, o Ministro da Fazenda, no sentido de repactuar as dívidas de todos os Estados brasileiros com a União, com um prazo de mais 20 anos. Isso vai dar um fôlego muito maior para que os governos de Estado possam não só cumprir os seus compromissos, mas investir em infraestrutura, em obras que possam gerar empregos.

Além dessa repactuação de 20 anos, mais 10 anos de todas as dívidas que os governos de Estados tenham com o BNDES.

Então, acredito que essa é uma excelente notícia. Vamos, sem dúvida nenhuma, dar celeridade, como fizemos hoje para aprovar o projeto que V. Ex<sup>a</sup> tanto defendeu. Esse também é um projeto de suma importância para resgatar, para voltar a possibilidade da geração de empregos no Brasil.

Ainda quero, encerrando, Sr. Presidente, dizer que esta semana houve a liberação da duplicação do trecho de Rondonópolis até Cuiabá, a BR-163. Foi concedido o trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até a divisa do Pará, ou seja, de Rondonópolis, na divisa do Mato Grosso do Sul, até a cidade de Guarantã, na divisa do Pará. Vai até a cidade de Sinop a duplicação. Nós estamos trabalhando a nova concessão que será feita até Guarantã, mas esse trecho inicial é da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop. O trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até Rondonópolis já está totalmente duplicado, faltando apenas dois quilômetros ao chegar ao grande trevo, que é o entrocamento da BR-163 com a BR-364.

Quanto a esse trecho de Rondonópolis até Cuiabá, onde mais acontecem acidentes frontais no Brasil, hoje nós temos uma boa notícia, que é a liberação de mais 35 quilômetros duplicados. Dentro de mais 10 ou 15 dias, serão mais quinze quilômetros.

Com a Serra de São Vicente, que já está duplicada, mais vinte e poucos quilômetros que serão entregues também agora, nós teremos o trecho de Rondonópolis a Cuiabá com, praticamente, a metade do trecho duplicada.

Quero aproveitar para fazer um apelo, como disse hoje ao Ministro da Fazenda, Sr. Presidente. Há 30, 60, 90 dias, nós cobrávamos a liberação dos recursos Ministério da Fazenda para que o DNIT atualizasse os pagamentos e para que a gente pudesse continuar com as obras de manutenção e de construção das estradas brasileiras. O DNIT estava muito atrasado.

Felizmente, o DNIT colocou em dia todos os pagamentos para todo o Brasil. E é um momento oportuno, porque daqui a uns 20 ou 30 dias começa a cessar a chuva, e as empresas, principalmente na nossa região, a Região Amazônica, onde V. Ex<sup>a</sup> tem lutado tanto pela BR-364 e por outras estradas do seu Estado, poderão voltar à sua frente de trabalho, a botar o maquinário para executar as obras.

Eu vim aqui para trazer essa perspectiva neste momento econômico difícil. É a compreensão do Governo de que precisa fazer investimento na nossa infraestrutura.

Como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, eu tenho lutado muito, com tantos companheiros tanto do Senado como da Câmara dos Deputados, no sentido de que a gente possa realmente sair da crise. Mas, para sair da crise, tem que haver investimentos. Sem dúvida nenhuma, o melhor investimento é, principalmente, na infraestrutura. Sempre temos dito que o produtor, da porteira para dentro, tem tido muita competência na sua capacidade de produzir. Mas, infelizmente, da porteira para fora, começa o problema, que é exatamente o custo Brasil. E a maior parte do custo Brasil está calcada exatamente na nossa infraestrutura. Produzir uma saca de milho no Mato Grosso e levar até o Nordeste custa, só em frete, duas vezes mais do que o valor do produto.

Então, trazer os insumos para a fazenda e depois tirar esse produto para levar à exportação, grande parte dele é perdida, principalmente pela má conservação de estradas, pela falta de armazenamento e por tantos outros aspectos.

Por isso a nossa luta, inclusive nos portos. E agora nos portos do Arco Norte. Estamos trabalhando muito. Inclusive hoje tivemos uma audiência na Antaq.

Aliás, estivemos também no Palácio do Planalto, cobrando a indicação do outro diretor da Antaq, porque a Antaq só tem três diretores. Como para um venceu o prazo, hoje ela só tem dois diretores. Para uma diretoria funcionar só com dois, não há o voto de minerva. Por isso nós estamos cobrando. Falamos agora há pouco com Ministro Berzoini, no sentido de mandar a mensagem de recondução do Dr. Mário Povia para o Congresso, para a Comissão de Infraestrutura, da qual eu faço parte também. Votaremos amanhã a indicação de três diretores da Aviação Civil.

No ano passado, a maioria das agências estavam incompletas, e, graças a esse trabalho que fizemos, principalmente com o Senador Garibaldi Alves, que é o Presidente da Comissão, hoje praticamente todas as





agências estão com as suas diretorias completas.

Então, eu quero trazer essa boa notícia e esperar que a gente possa suplantar essas dificuldades que estamos tendo aqui. Hoje vivemos uma crise política e uma crise econômica ao mesmo tempo. Já registrei aqui, desta tribuna. Nesses 25 anos em que estou aqui, no Congresso Nacional, já vivenciamos muitas crises, uma hora era uma crise política, outra hora era uma crise econômica. Agora, não, temos duas crises: a econômica e a política. E, sem dúvida nenhuma, a crise política acaba afetando muito mais a crise econômica. E aí quem padece? É a população. E a população que está lá no dia a dia, na dificuldade, essa população nos cobra. Por isso é imprescindível que cada um faça a sua luta aqui no sentido da retomada do nosso desenvolvimento, principalmente da geração de emprego, da geração de renda para a nossa população.

Temos a obrigação, Sr. Presidente, de trabalhar muito para deixar aqui um legado para as futuras gerações. As crianças que estão nascendo hoje, a juventude que está aí, na busca de oportunidade, merece, porque todos estamos aqui pelo voto da população. Eu sempre tenho dito que o voto é uma confiança que o eleitor deposita no político. E a melhor forma que temos para retribuir essa confiança é trabalhando.

Por isso eu quero parabenizá-lo, ao encerrar o meu pronunciamento, pelo trabalho de V. Ex<sup>a</sup> para aprovar a pílula da vida, ou seja, a esperança para muitas pessoas que estão acometidas do câncer, com mais essa alternativa de tratamento que V. Ex<sup>a</sup> tanto defendeu. Espero que agora, com o seu apelo e com a votação que tivemos aqui, a Presidente Dilma sancione e que a gente possa ter mais essa alternativa disposta, inclusive pelo SUS, para toda a clientela do SUS no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Não tem mais nenhum Senador inscrito.

Portanto, damos por encerrada.

Agradecemos a todos os nossos telespectadores.

Até a próxima oportunidade, se assim Deus nos permitir.

Um abraço e boa noite a todos.

Obrigado.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 54 minutos.)*



**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS****EXPEDIENTE****Abertura de prazo**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 14/2016.

**Comunicações****SENADO FEDERAL**

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

**Ofício nº 022/2016 – GLDBAG**

Brasília, 22 de março de 2016

*Designo.  
À Publicação**Com 22/3/2016*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a **Senadora Regina Sousa** como suplente na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

**Senador Paulo Rocha**  
**Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo**





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Liderança do Governo

MEMO. 008/2016 – GLDGOV

Brasília, 16 de março de 2016.

Faça-se a substituição solicitada.

Em 22/3 /2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação para o cargo de Vice-Líder da Liderança do Governo da Senadora **GLEISI HOFFMANN**, como primeira Vice-Líder, em substituição ao **SENADOR PAULO ROCHA**.

Respeitosamente,

**Senador Humberto Costa**

Líder do Governo no Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Líder do Democratas

OF. Nº 15/16-GLDEM

Brasília, 22 de março de 2016

Senhor Presidente,

*Falar a  
substituição  
solicitada. Publique.*

*Em 22/3/2016*

Solicito a V. Exa. a substituição do Senador DAVI ALCOLUMBRE, pelo do Senador RICARDO FRANCO, para ocupar a vaga de **titular**, na Comissão Assuntos Econômicos – CAE. Por oportuno, indico o o Senador DAVI ALCOLUMBRE, para ocupar a vaga de **suplente** na supracitada comissão.

Atenciosamente,

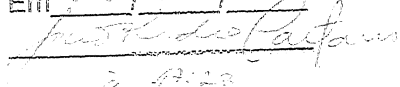
  
**Senador RONALDO CAIADO**

Líder do Democratas no Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Recebido em Plenário.

Em 22/03/2016

  
Renan Calheiros





A Presidência do Senado Federal recebeu Expediente do Senador Roberto Requião, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em Reuniões do Parlamento do Mercosul, realizadas em Montevideú, Uruguai, no dia 14 de março de 2016, nos termos do Requerimento nº 68, de 2016. O Requerimento vai ao Arquivo.



SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

Ofício nº 87/2016

Brasília, 22 de março de 2016.

ASSUNTO: **RELATÓRIO DE VIAGEM A MONTEVIDÉU - URUGUAI**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, venho confirmar que participei, na condição de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, da Reunião da Mesa Diretora e Sessão Ordinária do Parlasul, realizada no dia 14 de março de 2016, na cidade de Montevideú, Uruguai, conforme Requerimento nº 68/2016.

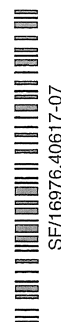
Segue o Relatório da Reunião, abaixo.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador **ROBERTO REQUIÃO**  
PMDB/PR

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF



SF/16976.40617-07

Página: 1/4 22/03/2016 14:31:25

06c8f042eb815d4b41742f901d8a4745722f9238





SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 009/2016/CAE

Brasília, 8 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

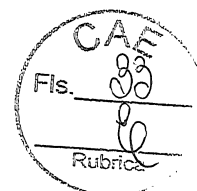
Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 8 de março de 2016, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 10 de 2016 (Aviso nº 22/2016-BCB), de 25 de fevereiro de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao mês de janeiro de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita de Raimundo Lira, com uma linha vertical decorativa abaixo.

Senador RAIMUNDO LIRA  
Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 014/2016/CAE

Brasília, 15 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 15 de março de 2016, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 12 de 2016 (Aviso nº 135-GP/TCU), de 8 de março de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia, em mídia digital, do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC-025.893/2014-9, na sessão de 24/2/2016, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senadora GLEISI HOFFMANN  
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

Os Avisos nºs 10 e 12, de 2016, vão ao Arquivo, nos termos dos Ofícios nºs 9 e 14, de 2016, da CAE.



**Discurso encaminhado à publicação, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.**

**O SR. CIRO NOGUEIRA** (Bloco Democracia Progressista/PP - PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, no dia 22 de março, celebramos o Dia Mundial da Água, instituído pela Organização das Nações Unidas, a ONU. Trata-se de uma data que nos traz mais motivos para reflexão do que para comemoração.

Segundo dados da própria ONU, a escassez de água já atinge 40% da população do planeta. E a expectativa, infelizmente, é que esse número só aumente. O Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar, com sede em Washington, faz a sombria previsão de que, até 2050, quase 5 bilhões de pessoas estarão em situação de estresse hídrico, ou seja, o consumo será maior do que a oferta.

A escassez de água não tem reflexos apenas no consumo humano. Ela coloca em risco a produção agrícola e também a industrial. Todas as atividades produtivas de nossa sociedade envolvem o consumo de água. Crescimento econômico e disponibilidade hídrica caminham lado a lado.

Para ilustrar, cito um estudo da *Cass Business School*, de Londres, relativo ao acesso à água nos países do bloco dos BRICS, do qual o Brasil faz parte, ao lado da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul. Segundo os pesquisadores, se esses países conseguirem aumentar em 10% o número de pessoas com acesso à água potável, se beneficiarão de um crescimento no PIB per capita de 1,6% ao ano.

Ou seja, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, a gestão racional e eficiente dos recursos hídricos, além de ser uma questão de saúde, de justiça social, é também uma questão econômica, que interfere diretamente no desenvolvimento de nosso país.

Refletir sobre o Dia Mundial da Água, instituído pela ONU em 1993, nos faz lembrar o grande evento realizado aqui no Brasil no ano anterior, a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou mundialmente conhecida como a Rio-92, ou ECO-92.

Vem à minha mente, em especial, o programa de ação produzido pela Conferência, a Agenda 21, e o seu princípio fundamental: “pensar globalmente, agir localmente”.

Essa foi minha diretriz ao propor a PEC nº 51, de 2011, que tem por objetivo instituir o Fundo para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba.

O Rio Parnaíba, o Velho Monge, é o maior rio genuinamente nordestino. O São Francisco é maior, mas ele nasce em Minas Gerais, é mineiro-nordestino. O Parnaíba não, ele é 100% nordestino em seus quase 1.500 quilômetros de extensão. Nasce na Chapada das Mangabeiras, desce separando o Piauí do Maranhão, e vai desaguar no Delta, de beleza sem igual.

Mas, infelizmente, o Rio Parnaíba está doente, cada vez mais. Ele sofreu e continua a sofrer com o desmatamento de suas margens, com o assoreamento, com a poluição advinda de todo o lixo que nele é jogado, e do esgoto que nele é despejado, sem tratamento.

Nos meses de seca, a vazão do Parnaíba cai tanto que são formadas numerosas “coroas”, ou bancos de areia, em seu leito, prejudicando a navegabilidade e a atividade pesqueira.

A salvação para o Parnaíba dependerá do compromisso político, do comprometimento da população e de um programa que estabeleça recursos para ações constantes de recuperação e de conscientização ambiental da população.

É exatamente neste ponto que entra a PEC 51, de 2012, proposta apresentada por mim, para inscrever, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Fundo para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba.

Este Fundo terá a duração de vinte anos, e será empregado para o custeio de programas e projetos de recuperação hidro-ambiental do Rio Parnaíba e de seus afluentes. Além disso, os recursos disponibilizados vão financiar ações voltadas para o desenvolvimento socioambiental sustentável da região banhada pela bacia.

A previsão é que seja aplicado no Fundo um montante de 2 bilhões de reais, o que corresponde a 100 milhões de reais por ano. Esses recursos tomarão possíveis ações permanentes para a recuperação e preservação do rio.

A PEC do Fundo do Parnaíba já teve parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, na forma do preciso Relatório apresentado pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Sr. Presidente, a preservação do meio ambiente é uma das prioridades do meu mandato e um dos compromissos de trabalho assumidos por mim. Nos últimos anos, a escassez de água tem preocupado governantes e colocado a população em alerta em todas as partes do Brasil. No Nordeste, a seca já perdura por décadas levando sofrimento a milhares de famílias. Por isso, quero aproveitar a data de hoje para ressaltar a importância de projetos e iniciativas que possam ajudar a resolver ou diminuir os problemas gerados pela falta de água.





De nossa parte, aqui no Congresso Nacional, temos inúmeras proposições legislativas nesse sentido e tenho certeza de que, por sua importância, elas terão prioridade nas discussões e votações. São propostas que incentivam a conscientização, apresentam alternativas, soluções e criam meios para que possamos enfrentar a crise hídrica que se apresenta e evitar maiores consequências causadas pelo racionamento de água.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente, muito obrigado.



**Encaminhamento de matérias**

Os Projetos de Lei do Senado Jovem nºs 1 a 3, de 2016, apresentados e aprovados pelos participantes do Programa Senado Jovem Brasileiro de 2015, foram autuados como Sugestões nºs 2 a 4, de 2016, e serão encaminhados à CDH, nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010.

**Inclusão em ordem do dia**

O Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2012, será incluído em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado, nos termos do §1º do art. 334 do Regimento Interno.



## Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

**SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2016****(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 698, DE 2015)**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 2º** .....

**§ 1º** Dos recursos destinados pela União à habitação de interesse social será obrigatoriamente aplicado o montante mínimo de 10% (dez por cento) em projetos de edificação de habitações de interesse social que se situem em Municípios com menos de cinquenta mil habitantes, nos termos do regulamento.



**§ 2º** Uma vez não verificada a utilização dos recursos compreendidos no montante mínimo previsto no § 1º, fica autorizada a transferência da parcela não executada ao final do 1º semestre de cada exercício, para ser utilizada em outras faixas de financiamentos compreendidas no âmbito do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

**§ 3º** A aplicação dos recursos de que trata o § 1º far-se-á sob a forma de oferta pública, prevista no inciso III deste artigo, salvo nos casos em que for admitida a execução do empreendimento pela modalidade FAR – Faixa 1.” (NR)

**“Art. 3º** .....

.....

**III** – prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero;

.....

**§ 7º** Os requisitos dispostos no caput deste artigo, bem como aqueles definidos em regulamentos do Poder Executivo, relativos à situação econômica ou financeira dos beneficiários do PMCMV deverão ainda:

**I** – observar a exigência da qualificação pessoal completa do beneficiário para constar do respectivo contrato, incluindo seu número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF, mantido na Secretaria da Receita Federal do Brasil;

**II** – ter sua veracidade verificada por meio do cruzamento de dados fiscais e bancários do beneficiário, assegurado o sigilo





constitucional dos dados informados.

**§ 8º** O agente financeiro responsável pelo financiamento responderá pelo cumprimento do disposto no § 7º deste artigo.

**§ 9º** Em atendimento aos ditames da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, até o final do último trimestre de cada ano, o Poder Executivo fará publicar, no Diário Oficial da União, relação contendo os nomes dos beneficiários dos contratos de aquisição de imóveis firmados no âmbito do PMCMV e compreendidos no exercício fiscal anterior.” (NR)

“Art. 6º-A .....

.....

**§ 12.** O FAR poderá prestar garantia à instituição financeira em favor do beneficiário nos casos de operações de financiamento habitacional ao beneficiário com desconto concedido pelo FGTS para aquisição de imóveis construídos com recursos do FAR.

**§ 13.** No caso de execução da garantia de que trata o § 12, ficará o FAR sub-rogado nos direitos do credor.

**§ 14.** Para assegurar a expectativa trimestral de venda de imóveis estabelecida pelo FAR, as instituições financeiras executoras do PMCMV deverão repassar ao FAR o valor equivalente aos descontos do FGTS correspondente à referida expectativa trimestral.

**§ 15.** Caso os recursos de que trata o § 14 não sejam integralmente utilizados, o FAR devolverá o excedente às instituições financeiras ao final de cada trimestre, corrigido pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC apurada no período.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=FD3D595CAB0E5C1FA57590ADE00182BA.proposicoesWeb1?odteor=1404102&filename=MPV+698/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FD3D595CAB0E5C1FA57590ADE00182BA.proposicoesWeb1?odteor=1404102&filename=MPV+698/2015)

## EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=182189&tp=1>

## PARECER Nº 3, DE 2016-CN DA COMISSÃO MISTA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=188869&tp=1>

## NOTA TÉCNICA Nº 36/2015

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=182217&tp=1>

## SINOPSE DE TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp;jsessionid=FD3D595CAB0E5C1FA57590ADE00182BA.proposicoesWeb1?idProposicao=2024766&ord=1&tp=completa](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;jsessionid=FD3D595CAB0E5C1FA57590ADE00182BA.proposicoesWeb1?idProposicao=2024766&ord=1&tp=completa)

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2015

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoprtm/2015/atodopresidentedamesa-48-10-dezembro-2015-782085-publicacaooriginal-148927-cn.html>

## OFÍCIO Nº 363, DE 2016, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=FD3D595CAB0E5C1FA57590ADE00182BA.proposicoesWeb1?codteor=1445076&filename=Tramitacao-MPV+698/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FD3D595CAB0E5C1FA57590ADE00182BA.proposicoesWeb1?codteor=1445076&filename=Tramitacao-MPV+698/2015)



<b>MPV N°698/2015</b>	
Publicação no DOU	23/10/2015
Designação da Comissão	27/10/2015
Instalação da Comissão	
Emendas	até 29/10/2015
Prazo na Comissão	*
Remessa do processo à CD	-
Prazo na CD	até 19/11/2015 (até o 28º dia)
Recebimento previsto no SF	19/11/2015
Prazo no SF	de 20/11/2015 a 03/12/2015 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	03/12/2015
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	de 04/12/2015 a 06/12/2015 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	07/12/2015 (46º dia)
Prazo final no Congresso	21/12/2015 (60 dias)
<sup>(1)</sup> Prazo final prorrogado	31/03/2016
(1) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº , de 2014 - DOU (Seção 1) de .	
*Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.	

<b>MPV N°698/2015</b>	
<b>Votação na Câmara dos Deputados</b>	21/03/2016
<b>Leitura no Senado Federal</b>	
<b>Votação no Senado Federal</b>	





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2016

(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 709, DE 2015)

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), na forma dos Anexos I, II, III e IV.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
UNIDADE: 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO										VALOR
	S	E	G	N	P	M	D	I	F	E	
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização										35.039.480
	ATIVIDADES										
20 608	2014 202V	Fomento ao Setor Agropecuário									35.039.480
20 608	2014 202V 0032	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Espírito Santo									5.000.000
		F	4	2	40	0	100				5.000.000
20 608	2014 202V 6500	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional (Crédito Extraordinário)									30.039.480
		F	4	2	40	0	100				30.039.480
TOTAL - FISCAL											35.039.480
TOTAL - GERAL											35.039.480

ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde  
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO										VALOR
	S	E	G	N	P	M	D	I	F	E	
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)										237.952.388
	ATIVIDADES										
10 303	2015 20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento									200.000.000
10 303	2015 20YS 6500	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional (Crédito Extraordinário)									200.000.000
		S	3	2	90	0	153				200.000.000
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde									37.952.388
10 302	2015 8535 0032	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Espírito Santo									5.000.000
		S	4	2	50	0	100				5.000.000
10 302	2015 8535 6500	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário)									32.952.388
		S	4	2	41	6	151				32.952.388
TOTAL - SEGURIDADE											237.952.388
TOTAL - GERAL											237.952.388



ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura  
UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura

ANEXO I												
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)												
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00												
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO										
		S E	C D	S E	C D	R P	R D	M O	D	H D	H E	VALOR
2027		Cultura: Preservação, Promoção e Acesso										
		2.500.000										
		ATIVIDADES										
13 392	2027 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira										
13 392	2027 20ZF 6500	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Osasco - SP (Crédito Extraordinário)										
		F	3	2	40	0	100					1.500.000
		PROJETOS										
13 392	2027 14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais										
13 392	2027 14U2 6501	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Arroio dos Ratos - RS (Crédito Extraordinário)										
		F	3	2	40	0	100					250.000
13 392	2027 14U2 6502	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de São Francisco de Assis - RS (Crédito Extraordinário)										
		F	3	2	40	0	100					500.000
13 392	2027 14U2 6503	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Dona Francisca - RS (Crédito Extraordinário)										
		F	3	2	40	0	100					250.000
		TOTAL - FISCAL										
		2.500.000										
		TOTAL - GERAL										
		2.500.000										



UNIDADE: 51101 Ministério do Esporte

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO										VALOR	
		E	S	C	R	P	M	O	D	F			
		F	E	N	D								
2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos 42.536.000													
		PROJETOS											
27812	2035 5450	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer											42.536.000
27812	2035 5450 0032	F	4	2	40	0	100						5.000.000
27812	2035 5450 6500	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional (Crédito Extraordinário)											37.536.000
		F	4	2	90	0	118						7.625.004
		F	4	2	90	0	100						29.910.996
2123 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte													10.000.000
		ATIVIDADES											
27131	2123 4641	Publicidade de Utilidade Pública											10.000.000
27131	2123 4641 6500	F	3	2	90	0	100						10.000.000
		TOTAL - FISCAL											52.536.000
		TOTAL - GERAL											52.536.000



ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa  
UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa

ANEXO I		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO										
		E	S	G	R	M	I	F			VALOR
		E	S	G	R	M	I	F			
		D	D	D	D	D	D	D			
2058	Política Nacional de Defesa	143.251.462									
	ATIVIDADES										
05182	2058 216J										
05182	2058 216J 6500										
	Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti										115.501.462
	Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti - Nacional (Crédito Extraordinário)										115.501.462
	Ação implementada (unidade) = 1	F		4	2	90	0	100			6.837.006
		F		3	2	90	0	100			108.664.456
	PROJETOS										
05244	2058 1211										
05244	2058 1211 6500										
	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte										27.750.000
	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Nacional (Crédito Extraordinário)										27.750.000
		F		4	2	90	0	100			27.750.000
TOTAL - FISCAL		143.251.462									
TOTAL - GERAL		143.251.462									



747.500.000



ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional  
UNIDADE: 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO											VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária											5.000.000
		PROJETOS											
15 244	2029 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado											5.000.000
15 244	2029 7K66 6500	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2			90	0	100	5.000.000		

ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional  
UNIDADE: 53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO											VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária											2.000.000
		ATIVIDADES											
19 691	2029 8902	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica											2.000.000
19 691	2029 8902 6501	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2			90	0	100			2.000.000
													2.000.000



ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional  
UNIDADE: 53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S T R U T U R A					VALOR
2051		Oferta de Água						2.000.000
		PROJETOS						
18 544	2051 1851	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica						2.000.000
18 544	2051 1851 6500	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Nacional (Crédito Extraordinário)						2.000.000
			F 4 2 90 0 100					2.000.000
		TOTAL - FISCAL						2.000.000
		TOTAL - GERAL						2.000.000

ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional  
UNIDADE: 53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S T R U T U R A					VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária						5.000.000
		ATIVIDADES						
19 691	2029 8902	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica						5.000.000
19 691	2029 8902 6501	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário)						5.000.000
			F 4 2 90 0 100					5.000.000
		TOTAL - FISCAL						5.000.000
		TOTAL - GERAL						5.000.000



54000 Ministério do Turismo  
UNIDADE: 54101 Ministério do Turismo

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO										VALOR	
		F	E	D	D	I	F	F	E				
2076 Turismo												54.750.000	
PROJETOS													
23 695	2076 10V0	Apóio a Projetos de Infraestrutura Turística										54.750.000	
23 695	2076 10V0 0032	Apóio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Espírito Santo										5.000.000	
		F	4	2	40	0	100					5.000.000	
23 695	2076 10V0 6500	Apóio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional (Crédito Extraordinário)										49.750.000	
		F	4	2	30	0	100					49.750.000	
TOTAL - FISCAL												54.750.000	
TOTAL - GERAL												54.750.000	

ÓRGÃO: 73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios  
UNIDADE: 73101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO										VALOR			
0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica												8.000.000			
		OPERAÇÕES ESPECIAIS													
28 845	0903 099B	Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT)										8.000.000			
28 845	0903 099B 6500	Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT) - Nacional (Crédito Extraordinário)										8.000.000			
		F	3	2	40	0	100					8.000.000			
		TOTAL - FISCAL										8.000.000			
		TOTAL - GERAL										8.000.000			

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
UNIDADE: 22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	S E	S S	G N	E P	E M	O D	I D	F E	VALOR
------------------------	---------------------------------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	-------

2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização									30.039.480
	PROJETOS									
20605	2014 1510 Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB									30.039.480
20605	2014 1510 0001 Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB - Nacional	F	4	2			90	0	100	30.039.480
TOTAL - FISCAL										30.039.480
TOTAL - GERAL										30.039.480

ÓRGÃO: 25000 Ministério da Fazenda  
UNIDADE: 25101 Ministério da Fazenda

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	R F	G N	R P	M D	I O	F D	F E	VALOR
------------------------	---------------------------------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	-------

2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda											8.000.000
ATIVIDADES											
04122	2110 2000	Administração da Unidade									8.000.000
04122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional									8.000.000
		F	3	2			90	0	100	8.000.000	
TOTAL - FISCAL											8.000.000
TOTAL - GERAL											8.000.000



ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde  
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO											
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00											
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	S	C	N	P	D	H	M	O	V	T	F	VALOR

2015		Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)										32.952.388											
		PROJETOS																					
10 301		2015 12L5												32.952.388									
		Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS																					
10 301		2015 12L5 0001												32.952.388									
		Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS - Nacional												32.952.388									
		S												4 3 41 6 151									
		TOTAL - SEGURIDADE												32.952.388									
		TOTAL - GERAL												32.952.388									

ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura  
UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura

ANEXO II		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO											
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00											
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	S	C	N	P	D	H	M	O	V	T	F	VALOR

2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso										2.500.000	
ATIVIDADES												
13391	2027 213W	Preservação, Digitalização e Difusão de Acervos Audiovisuais na Cinemateca Brasileira										2.500.000
13391	2027 213W 0001	Preservação, Digitalização e Difusão de Acervos Audiovisuais na Cinemateca Brasileira - Nacional										2.500.000





GÃO: 51000 Ministério do Esporte  
--.IDADE: 51101 Ministério do Esporte

ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO						VALOR	
		E	G	R	M	I	F		
		F	D	N	P	O	T		
2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos								24.173.868	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
27811	2035 09HW	Concessão de Bolsa a Atletas							
27811	2035 09HW 0001	F	3	2	90	0	100	9.744.626	
		F	3	2	90	0	100	3.796.786	
		F	3	2	90	0	100	5.947.840	
		ATIVIDADES							
27811	2035 20JO	Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor							
27811	2035 20JO 0001	F	3	2	90	0	118	3.149.715	
		F	4	2	90	0	100	3.101.842	
								47.873	
27812	2035 20JQ	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social							
27812	2035 20JQ 0001	F	3	2	90	0	118	4.320.005	
		F	3	2	40	0	118	2.233.828	
								2.086.177	
27811	2035 20YA	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento							
27811	2035 20YA 0001	F	3	2	90	0	118	756.308	
		F	3	2	90	0	100	70.574	
		F	4	2	30	0	100	393.151	
		F	4	2	30	0	118	160.000	
		F	4	2	30	0	118	132.583	
27811	2035 211Z	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem							
27811	2035 211Z 0001	F	4	2	90	0	100	6.203.214	
		F	3	2	80	0	100	3.147.859	
		F	3	2	90	0	100	1.482.227	
		F	3	2	90	0	100	1.573.128	
2123 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte		394.824							
		ATIVIDADES							
27122	2123 2000	Administração da Unidade							
27122	2123 2000 0001	F	3	2	90	0	100	394.824	
								394.824	

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa  
UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa

ANEXO II										CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO																											
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00																											
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO								M S E				G N D				R P				M O D				H D				P F E				VALOR			
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa																																130.626			
		ATIVIDADES																																			
05 122		Administração da Unidade																																130.626			
05 122		Administração da Unidade - Nacional																																130.626			
										P				3				2				90				0				100				130.626			
		TOTAL - FISCAL																																130.626			
		TOTAL - GERAL																																130.626			



ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa  
UNIDADE: 52121 Comando do Exército

ANEXO II										CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO								F		H		M		F		VALOR	
										O		D		O		D			
										S		N		R		M			

2058	Política Nacional de Defesa	115.370.836								
	ATIVIDADES									
05153	2058 20XE	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército								
05153	2058 20XE 0001									15.350.160
		F	3	2	90	0	100			15.350.160
		F	4	2	90	0	100			4.694.440
										10.655.720
05153	2058 20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército								
05153	2058 20XJ 0001									7.273.370
		F	4	2	90	0	100			7.273.370
05153	2058 20XK	Logística Militar Terrestre								
05153	2058 20XK 0001									59.481.506
		F	3	2	90	0	100			59.481.506
		F	3	2	91	0	100			26.516.506
		F	4	2	90	0	100			16.800.000
										16.165.000
05153	2058 2911	Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército								
05153	2058 2911 0001									5.905.800
		F	4	2	90	0	100			5.905.800
		F	3	2	90	0	100			4.395.800
										1.510.000
05125	2058 2919	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados								
05125	2058 2919 0001									4.060.000
		F	4	2	90	0	100			4.060.000
										4.060.000
	PROJETOS									
05153	2058 156M	Modernização Operacional do Exército Brasileiro								
05153	2058 156M 0001									11.200.000
		F	4	2	90	0	100			11.200.000
										11.200.000
05153	2058 3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército								
05153	2058 3138 0001									12.100.000
		F	4	2	90	0	100			12.100.000
										12.100.000
TOTAL - FISCAL										115.370.836
TOTAL - GERAL										115.370.836



ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa  
UNIDADE: 52131 Comando da Marinha

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	CD	SN	RP	MD	DI	UI	FE	VALOR
------------------------	---------------------------------------	-----	----	----	----	----	----	----	----	-------

2058	Política Nacional de Defesa									123.467.308
	PROJETOS									
05152	2058 123G Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares									123.467.308
05152	2058 123G 0001 Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares - Nacional	F	4	3	90	0	100			123.467.308
TOTAL - FISCAL										123.467.308
TOTAL - GERAL										123.467.308

ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional  
UNIDADE: 53101 Ministério da Integração Nacional

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	CD	SN	RP	MD	DI	UI	FE	VALOR
------------------------	---------------------------------------	-----	----	----	----	----	----	----	----	-------

2051	Oferta de Água									38.500.000
	PROJETOS									
18544	2051 12G7 Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba									38.500.000
18544	2051 12G7 0025 Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba - No Estado da Paraíba	F	4	3	90	0	100			38.500.000
TOTAL - FISCAL										38.500.000
TOTAL - GERAL										38.500.000



ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
UNIDADE: 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO II										CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO																									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00																									
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO								E F		G D		R P		M D		I U		F T		VALOR													
2019		Bolsa Família								200.000.000																									
		ATIVIDADES																																	
08 244	2019 8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)																																200.000.000	
08 244	2019 8442 0020	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste																																23.800.800	
08 244	2019 8442 0030	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste																				S	3	1	90	0	153							23.800.800	
08 244	2019 8442 0040	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul																				S	3	1	90	0	153							36.538.800	
08 244	2019 8442 0050	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste																				S	3	1	90	0	153							89.550.200	
08 244	2019 8442 0050	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste																				S	3	1	90	0	153							50.110.200	
																						S	3	1	90	0	153					50.110.200			

ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades  
UNIDADE: 56101 Ministério das Cidades

ANEXO II										CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO																									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000																									
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO								M		S		N		D		P		O		D		I		F		E		R		VALOR			
2049		Moradia Digna								720.000.000																						720.000.000			
OPERAÇÕES ESPECIAIS																																			
28845		2049 00AF								Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR																								720.000.000	
28845		2049 00AF 0001								Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Nacional																								720.000.000	
										F		5		3		90		0		100												720.000.000			
TOTAL - FISCAL																																		720.000.000	
TOTAL - GERAL																																		720.000.000	





ANEXO III  
PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26- Transporte	23.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
781- Transporte Aéreo	2.000.000
784- Transporte Hidroviário	21.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
26- Transporte	23.110.000
781- Transporte Aéreo	2.000.000
784- Transporte Hidroviário	21.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
2017- Aviação Civil	2.000.000
2074- Transporte Marítimo	21.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO	
62000- Secretaria de Aviação Civil	2.000.000
68000- Secretaria de Portos	21.110.000



TOTAL GERAL		23.110.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS		
495- Recursos do Orçamento de Investimento		
TOTAL GERAL		23.110.000
TOTAL GERAL		23.110.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

Crédito Extraordinário



ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26 - Transporte	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
781 - Transporte Aéreo	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
26 - Transporte	2.000.000
781- Transporte Aéreo	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
2017 - Aviação Civil	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000





QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	TOTAL GERAL	2.000.000 2.000.000
---	-------------	------------------------

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	2.000.000 2.000.000
---	-------------	------------------------

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil  
UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO  
ANEXO III  
PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	TOTAL GERAL	2.000.000 2.000.000
-----------------	-------------	------------------------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo	TOTAL GERAL	2.000.000 2.000.000
------------------------	-------------	------------------------

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	TOTAL GERAL	2.000.000
781 - Transporte Aéreo		2.000.000 2.000.000



QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA										
2017 - Aviação Civil								TOTAL GERAL	2.000.000 2.000.000	
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS										
495 - Recursos do Orçamento de Investimento								TOTAL GERAL	2.000.000 2.000.000	
ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil										
UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO										
ANEXO III										
PROGRAMA DE TRABALHO										
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	Crédito Extraordinário Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
2017		Aviação Civil								2.000.000
2017 7H34		PROJETOS								2.000.000
26 781		Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP)								2.000.000
26 781	2017 7H34 0035	Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP) - No Estado de São Paulo								2.000.000
TOTAL – INVESTIMENTOS		I	4-INV	3	90	0	495		2.000.000 2.000.000	
ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos										
ANEXO III										
PROGRAMA DE TRABALHO										
Crédito Extraordinário Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO										
26 - Transporte								TOTAL GERAL	21.110.000 21.110.000	





QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	21.110.000 21.110.000
------------------------------	-------------	--------------------------

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		21.110.000
784- Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	21.110.000 21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	TOTAL GERAL	21.110.000 21.110.000
----------------------------	-------------	--------------------------

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA		250.000
68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA		3.460.000
68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP		17.000.000
68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN		400.000
	TOTAL GERAL	21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		21.110.000
---	--	------------



TOTAL GERAL		21.110.000
ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos		
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA		
ANEXO III		
PROGRAMA DE TRABALHO		
		Crédito Extraordinário
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO		
26 - Transporte	TOTAL GERAL	250.000
		250.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO		
784 - Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	250.000
		250.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		
26 - Transporte		250.000
784- Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	250.000
		250.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA		
2074 - Transporte Marítimo	TOTAL GERAL	250.000
		250.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	250.000
		250.000

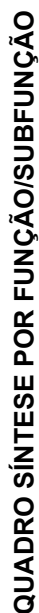


ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos  
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA  
ANEXO III  
PROGRAMA DE TRABALHO

		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00				Crédito Extraordinário			
		M O D				F T E			
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO				E S F	G N D	R P	VALOR
2074		Transporte Marítimo				250.000			
		PROJETOS							
26 784	2074 14KL	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária				250.000			
26 784	2074 14KL 0032	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - No Estado do Espírito Santo				250.000			
TOTAL – INVESTIMENTOS		Implantação realizada (percentual de execução física): 1				I 4-INV	3 90 0 495	250.000	

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos  
UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA  
ANEXO III  
PROGRAMA DE TRABALHO

		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00				Crédito Extraordinário			
		TOTAL GERAL				3.460.000			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO						3.460.000			
26 - Transporte									
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO						3.460.000			
784 - Transporte Hidroviário						3.460.000			



CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Aratu (BA) - No Estado da Bahia

I 4-INV 2 90 0 495 60.000  
3.460.000

TOTAL – INVESTIMENTOS

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos  
UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP  
ANEXO III  
PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	TOTAL GERAL	17.000.000 17.000.000
-----------------	-------------	--------------------------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	17.000.000 17.000.000
------------------------------	-------------	--------------------------

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	17.000.000
784- Transporte Hidroviário	17.000.000
TOTAL GERAL	17.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	17.000.000
TOTAL GERAL	17.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	17.000.000
---	------------







TOTAL GERAL

17.000.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-----------	--------------	-----------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

17.000.000

2074 Transporte Marítimo

PROJETOS

26 784	2074 12LR	Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP)							17.000.000
--------	-----------	---	--	--	--	--	--	--	------------

26 784	2074 12LR 0035	Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo							17.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	3	90	0	495	17.000.000

TOTAL – INVESTIMENTOS

17.000.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	TOTAL GERAL	400.000
		400.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	400.000
		400.000



QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		400.000
784- Transporte Hidroviário		400.000
	TOTAL GERAL	400.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo		400.000
	TOTAL GERAL	400.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		400.000
	TOTAL GERAL	400.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2074									
Transporte Marítimo									
ATIVIDADES									
26 784	2074 20HM	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário							
26 784	2074 20HM 0001	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - Nacional							
Estudo realizado (unidade): 2			I	4-INV	2	90	0	495	200.000
PROJETOS									
26 784	2074 12LP	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN)							
26 784	2074 12LP 0024	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no							

Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte

Obra executada (percentual de execução física): 3

I

4-INV

3

90

0

495

200.000

400.000

TOTAL – INVESTIMENTOS

ANEXO IV

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Extraordinário

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26- Transporte	23.110.000
TOTAL GERAL	
23.110.000	

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122- Administração Geral	60.000
781- Transporte Aéreo	2.000.000
784- Transporte Hidroviário	21.050.000
TOTAL GERAL	
23.110.000	

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
26- Transporte	23.110.000
122- Administração Geral	60.000
781- Transporte Aéreo	2.000.000
784- Transporte Hidroviário	21.050.000
TOTAL GERAL	
23.110.000	

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	60.000
2017- Aviação Civil	2.000.000
2074- Transporte Marítimo	21.050.000
TOTAL GERAL	
23.110.000	





QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

62000 - Secretaria de Aviação Civil		2.000.000
68000 - Secretaria de Portos		21.110.000
	TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495- Recursos do Orçamento de Investimento		23.110.000
	TOTAL GERAL	23.110.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil  
ANEXO IV  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte		2.000.000
	TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo		2.000.000
	TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		2.000.000
781- Transporte Aéreo		2.000.000
	TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
2017 - Aviação Civil	
TOTAL GERAL	2.000.000 2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	
TOTAL GERAL	2.000.000 2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	
TOTAL GERAL	2.000.000 2.000.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil  
UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO  
ANEXO IV  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26 - Transporte	2.000.000







TOTAL GERAL		2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO		
781 - Transporte Aéreo	TOTAL GERAL	2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		
26 - Transporte	TOTAL GERAL	2.000.000
781- Transporte Aéreo		2.000.000
		2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA		
2017 - Aviação Civil	TOTAL GERAL	2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	2.000.000
ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil		
UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO		
ANEXO IV		
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO
2017	Aviação Civil	
		2.000.000
		Crédito Extraordinário
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
	E S F	G N D
	R P	M O D
	I U	F T E
	VALOR	

PROJETOS

26 781	2017 157L	Adequação da Infraestrutura Aeroportuária	2.000.000
26 781	2017 157L 0001	Adequação da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional	2.000.000
	I 4-INV 3 90 0 495		2.000.000
TOTAL – INVESTIMENTOS			2.000.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos  
ANEXO IV  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26 - Transporte	TOTAL GERAL
	21.110.000
	21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122 - Administração Geral	60.000
784 - Transporte Hidroviário	21.050.000
	TOTAL GERAL
	21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
26 - Transporte	21.110.000
122- Administração Geral	60.000
784- Transporte Hidroviário	21.050.000



TOTAL GERAL	21.110.000
-------------	------------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	60.000
2074 - Transporte Marítimo	21.050.000
TOTAL GERAL	21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	250.000
68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	3.460.000
68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	17.000.000
68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	400.000
TOTAL GERAL	21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	21.110.000
TOTAL GERAL	21.110.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos  
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA



ANEXO IV  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26 - Transporte	250.000
TOTAL GERAL	250.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
784 - Transporte Hidroviário	250.000
TOTAL GERAL	250.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
26 - Transporte	250.000
784- Transporte Hidroviário	250.000
TOTAL GERAL	250.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
2074 - Transporte Marítimo	250.000
TOTAL GERAL	250.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	250.000
TOTAL GERAL	250.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos  
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA



ANEXO IV				Crédito Extraordinário				
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00				
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		E S F	G N D	R P	M O D	F T E VALOR
	2074	Transporte Marítimo						250.000
PROJETOS								
26 784	2074 143F	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES)						250.000
26 784	2074 143F 0032	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo						250.000
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495
TOTAL – INVESTIMENTOS								250.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO IV

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Extraordinário

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26 - Transporte	3.460.000
TOTAL GERAL	
	3.460.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122 - Administração Geral	60.000





784 - Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	3.400.000 3.460.000
------------------------------	-------------	------------------------

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		3.460.000
122- Administração Geral		60.000
784- Transporte Hidroviário		3.400.000
	TOTAL GERAL	3.460.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		60.000
2074 - Transporte Marítimo		3.400.000
	TOTAL GERAL	3.460.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	3.460.000 3.460.000
---	-------------	------------------------

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO IV

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ANEXO IV			Crédito Extraordinário									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR		
			S	N	P	O	U					
			F	D		D		E				
0807		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais									60.000	
		ATIVIDADES										





26 122	0807 4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos					60.000
26 122	0807 4102 0029	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia					60.000
			I	4-INV	2	90 0 495	60.000
	2074	Transporte Marítimo					3.400.000
		PROJETOS					
26 784	2074 143L	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA)					1.000.000
26 784	2074 143L 0029	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia					1.000.000
			I	4-INV	2	90 0 495	1.000.000
26 784	2074 143Q	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA)					2.400.000
26 784	2074 143Q 0029	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia					2.400.000
			I	4-INV	2	90 0 495	2.400.000
		TOTAL – INVESTIMENTOS					3.460.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos	Crédito Extraordinário
UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
ANEXO IV	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	

26 - Transporte	TOTAL GERAL	17.000.000
		17.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	TOTAL GERAL	17.000.000
		17.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		17.000.000
784- Transporte Hidroviário		17.000.000
	TOTAL GERAL	17.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	TOTAL GERAL	17.000.000
		17.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	17.000.000
		17.000.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

ANEXO IV

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-----------	--------------	-----------------------------------	--------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------





Transporte Marítimo										2074			
PROJETOS													
26 784	2074 12NJ	Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoia, no Porto de Santos (SP)										5.000.000	
26 784	2074 12NJ 0035	Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoia, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo										5.000.000	
		Obra executada (percentual de execução física): 3								I	4-INV	3 90 0 495	5.000.000
26 784	2074 12NK	Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP)										12.000.000	
26 784	2074 12NK 0035	Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo										12.000.000	
		Obra executada (percentual de execução física): 21								I	4-INV	3 90 0 495	12.000.000
TOTAL – INVESTIMENTOS													17.000.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos  
UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN  
ANEXO IV  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Extraordinário  
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO		TOTAL GERAL	
26 - Transporte		400.000	400.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO			
784 - Transporte Hidroviário			400.000

TOTAL GERAL		400.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		
26 - Transporte		400.000
784- Transporte Hidroviário		400.000
TOTAL GERAL		400.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA		
2074 - Transporte Marítimo		400.000
TOTAL GERAL		400.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS		
495 - Recursos do Orçamento de Investimento		400.000
TOTAL GERAL		400.000
ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos		
UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN		
ANEXO IV		
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO
2074		Transporte Marítimo
		PROJETOS
26 784	2074 145H	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal (RN)
26 784	2074 145H 0024	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no
		Crédito Extraordinário
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
		E S F E S F
		G N D G N D
		R P R P
		M O D M O D
		I U I U
		F T F T
		VALOR
		400.000
		400.000
		400.000





Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte					
Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0 495
<b>TOTAL – INVESTIMENTOS</b>					<b>400.000</b>



## MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=9CDC49B5BDE1E82515B934D204A9F52F.proposicoesWeb2?codteor=1427618&filename=MPV+709/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9CDC49B5BDE1E82515B934D204A9F52F.proposicoesWeb2?codteor=1427618&filename=MPV+709/2015)

## EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=186521&tp=1>

## PARECER Nº 5, DE 2016- CN DA COMISSÃO MISTA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=189710&tp=1>

## NOTA TÉCNICA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=188030&tp=1>

## SINOPSE DE TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp?idProposicao=2076246&ord=1&tp=completa](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=2076246&ord=1&tp=completa)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 370/2016/SGM-P

Brasília, 22 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do SENADO FEDERAL

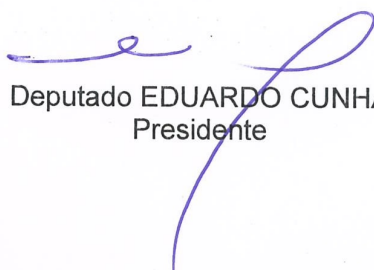
Assunto: **Envio de PLv para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2016 (Medida Provisória nº 709, de 2015), do Poder Executivo, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica".

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,



Deputado EDUARDO CUNHA  
Presidente



<b>MPV Nº 709/2015</b>	
Publicação no DOU	<b>31/12/2015</b>
Emendas	até <b>07/02/2016</b>
Prazo na Comissão	*
Remessa do processo à CD	-
Prazo na CD	até <b>29/02/2016</b> (até o 28º dia)
Recebimento previsto no SF	<b>29/02/2016</b>
Prazo no SF	de <b>1º/03/2016</b> a <b>14/03/2016</b> (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	<b>14/03/2016</b>
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	de <b>15/03/2016</b> a <b>17/03/2016</b> (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	<b>18/03/2016</b> (46º dia)
Prazo final no Congresso	<b>1º/04/2016</b> (60 dias)
Prazo final prorrogado <sup>(1)</sup>	
<sup>(1)</sup> Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº , de 2016 - DOU (Seção 1) de / / .	
*Declaração incidental de inconstitucionalidade do <i>caput</i> do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia <i>ex nunc</i> - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.	

<b>MPV Nº 709/2015</b>	
<b>Votação na Câmara dos Deputados</b>	22/03/2016
<b>Leitura no Senado Federal</b>	22/03/2016
<b>Votação no Senado Federal</b>	

O prazo para apreciação da Medida Provisória esgotou-se em 18 de março, e o de sua vigência esgotar-se-á em 1º de abril.

A matéria será incluída na Ordem do Dia de amanhã.



**Mensagem da Presidente da República****SENADO FEDERAL**  
**MENSAGEM Nº 24, de 2016**  
(Nº 87/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso II, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Olympio Pereira da Silva Junior.

Brasília, 18 de março de 2016.

Assinatura manuscrita em tinta azul, identificada como a do Presidente da República, Michel Temer.



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**

Procuradoria-Geral da Justiça Militar

Gabinete de Subprocurador-Geral

**Curriculum Vitae****Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz****Subprocurador-Geral da Justiça Militar**[pericles.queiroz@mpm.mp.br](mailto:pericles.queiroz@mpm.mp.br)**Indicação ao Cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar – STM,****1. Cargo atual**

Subprocurador-Geral da Justiça Militar,  
Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, Órgão colegiado de 2º Grau.  
Lotado no 5º Ofício Geral da Procuradoria-Geral da Justiça Militar (Brasília/DF).


**2. Dados pessoais**

Natural de Monte Alto/SP (25.02.1955). Casado, 3 filhos.  
Filiação: Joel José de Queiroz e Corina de Lima Queiroz.  
CPF: 754.948.508-97 RG: 6.681.097 SSP SP  
Data da Posse no MPM: 21 de agosto de 1981.  
Data da Promoção atual: 26 de junho de 1996.

**3. Cargos Permanentes no Ministério Público Militar**

Ingressou por concurso público de provas e títulos em 1981.  
- **Promotor** da Justiça Militar (1981-1993).  
- **Procurador** da Justiça Militar (1993-1995).  
- **Subprocurador-Geral** da Justiça Militar (1995).

**4. Cargos Executivos e Eletivos no MPM**

- **Procurador-Geral** da Justiça Militar Interino (dez.1995-abr.1996).  
- **Vice-Presidente** do Conselho Superior (1995-1996).  
- **Vice-Procurador-Geral** da Justiça Militar (1996-2000).  
- **Corregedor-Geral** do Ministério Público Militar (2000-2004).  
- **Membro** do Conselho Superior do MPM (1995-2015).  
- **Coordenador** da Câmara de Coordenação e Revisão (2006-2017). 





## Curriculum Vitae

Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz  
SUBPROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

2

- **Coordenador do Conselho Editorial** (2002-2004).
- **Coordenador do Projeto Memória do MPM** (2013-2015).
- **Membro das Bancas de Concursos para Promotor da Justiça Militar.**
- **Membro do Conselho Editorial** (2015-2017).

#### 4.1. Mandatos atuais

- Exerce as funções ministeriais perante o Superior Tribunal Militar (Brasília/DF) e na Câmara de Coordenação e Revisão do MPM.
- Representou o MP Militar em cerca de 200 Sessões de Julgamento do Superior Tribunal Militar, desde fevereiro de 1996.
- Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar (CCR/MPM – 2015-2017)
- Membro do Conselho Editorial do MPM (2015-2017).
- Membro nato do Conselho Superior do MPM.
- Coordenador da Comissão do Projeto Memória do MPM.

#### 5. Formação

- Graduado em Direito. Pós-Graduado (Especialista) em Direito Internacional Humanitário. Bacharelado em Direito (1980). Comunicação Social (Cásper Líbero 1973-1975 incompleto).
- Pós-graduação: Curso Superior da Magistratura (1987-1988)
- Curso de Especialização em Direito Internacional Humanitário (UnB 2004-2007),

#### 5.1. Ciclo de Estudos Regulares

- Instituto de Educação de Rio Claro-SP (1963-1965); Ginásio Vocacional de Rio Claro-SP (1966-1969); Colégio de Aplicação da FAFI, atual UNESP (1970-1972); Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero (1973-1975); Faculdade Paulista de Direito - PUC (1975); Faculdade de Direito de Marília - Fundação (1976-1979); Escola Superior da Magistratura do Paraná (1987-1988); Faculdade de Direito - Universidade de Brasília (2005-2007).

#### 6. Funções na Escola Superior do MPM

- Membro do Conselho Editorial (2000-2005); Coordenador do Conselho Editorial (2002-2003); Capacitador (2013-2015); Orientador Pedagógico (2013-2015).

#### 7. Tempo de Serviço Público Federal. 42 anos

#### 8. Outras Instituições



## Curriculum Vitae

Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz

SUBPROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

3

- Presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNCGMPEU (2003); Diretor do CNCGMPEU (2002); Aprovado no concurso para o cargo de Juiz de Direito (JM) do Estado de São Paulo (1989).

#### 9. Atividades Acadêmicas no âmbito do Direito Humanitário

- Membro Fundador e Diretor Administrativo da Fundação “Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário – IBDMH” (1999-2005); Presidente do Conselho Curador da Fundação IBDMH (2007-2015); Professor da Academia Policial Militar do Guatupê/PR (1992-1994).

#### 9.1. Experiência Profissional Anterior ao Ingresso no MP Militar

- Jornalista: Redator da Revista da Ferrovia Paulista S.A. (1974-1975); Assessor de Imprensa da Associação Brasileira de Celulose e Papel – ABCP SP (1975); Redator da Fundação Cásper Líbero – 1974-1975; possui o registro de Jornalista Profissional.

#### 10. Serviço Militar no Exército Brasileiro

- Coursou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército de São Paulo (CPOR/SP 1973). Convocado para o serviço ativo como 2º Tenente realizou Estágio de Serviço no 37º Batalhão de Infantaria Motorizado – Lins/SP, atual 37º BIL (1975-1981), onde exerceu funções militares e jurídicas privativas de Oficial subalterno – **Juiz e Defensor em Conselho de Justiça do Corpo de Tropa e Conselho de Disciplina.**

#### 11. Condecorações nacionais (16)

- *Ministério da Defesa*: Ordem do Mérito Forças Armadas e Ordem do Mérito da Defesa.  
 - *Exército*: Medalha do Pacificador, Ordem do Mérito Militar, Colaborador Emérito do Exército.  
 - *Marinha*: Ordem do Mérito Naval, Medalha Almirante Tamandaré.  
 - *Aeronáutica*: Ordem do Mérito Aeronáutico, Medalha Santos Dumont.  
 - *Poder Judiciário*: Ordem do Mérito Judiciário Militar (STM), Colar do Mérito das Justiças Militares Estaduais (AMAJME).  
 - *Ministérios Públicos*: Ordem do Mérito Ministério Público Militar, Colar do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal, Colar do Mérito do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Colar do Mérito do Ministério Público do Ceará. Ordem do Mérito Tiradentes da Polícia Militar do Distrito Federal.

#### 12. Viagens institucionais e Congressos





## Curriculum Vitae

Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz

SUBPROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

4

- República de Angola (1998, 2003 e 2012); Base Comandante Ferraz – Antártica (2008); Minustah (ONU) – República do Haiti (2011); Amazônia e Calha Norte (2004); Congresso Europeu de Direito Militar (Budapeste, 2003); Reunião da Associação Internacional das Justiças Militares (Paris, 2014); Congresso Sul-Americano de Direito Militar – Santiago, 2008 e Lima, 2009; Congresso Mundial de Direito Militar (Bogotá, 2014); Visita institucional à Justiça Militar do Chile (2014).

## 13. Atuação Classista

- Membro: Associação Nacional do Ministério Público Militar. Associação de Magistrados das Justiças Militares Estaduais; Associação Internacional das Justiças Militares; Associação Internacional de Promotores – IAP; Sociedade Internacional do Direito Militar e Direito da Guerra.

## 14. Artigos

(1) O Conselho de Justificação no Direito Militar Brasileiro (in *Direito Militar – História e Doutrina*, pp. 129-139, Florianópolis. Ed. Amajme, 2002); (2) Homenagem aos dez anos da Lei Complementar n. 75/93. *Boletim Científico* – Escola Superior do Ministério Público da União, Brasília, v. 2, n. 7, pp. 9-10, abr./jun. 2003; (3) *Aplicação da Lei Penal Militar às forças de paz da ONU*. Revista Direito Militar, Florianópolis, v. 5, n. 27, pp. 35-38, jan./fev. 2001; (4) *A Justiça Militar na Revolução Paulista de 1932*. Revista do Ministério Público Militar, Brasília, n. 17, pp. 29-46, set. 1999. (5) Tratamento e Proteção do Prisioneiro de Guerra. Uma Perspectiva Histórica e seus Reflexos no Direito Brasileiro. ESMPU. Brasília, 2005. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização; (6) Do Inquérito Policial Militar e da Polícia Judiciária Militar. Caderno Temáticos do Ministério Público de São Paulo (Escola Superior). SP.: Imprensa Oficial, 2004 – v. 6 n. 3, jul/dez 2004, pp. 215-223; (7) IPM. *República do Galeão* – uma abordagem histórica e jurídica. Revista do Ministério Público Militar, Brasília, 2014, n. 24, pp. 59-93.

Brasília-DF, 22 de março de 2016.



PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ

Subprocurador-Geral da Justiça Militar




## DECLARAÇÃO

PERICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, brasileiro, em união estável, Membro do Ministério Público Militar, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, indicado ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, perante o Senado Federal, para os fins determinados no Artigo 383, I, c, do Regimento Interno, vem expor a seguinte

### ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Ingressei na Faculdade de Direito em 1975, bacharelando-me em 1980. Em período anterior (1973-1975), havia estudado por três anos na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero (SP), sem no entanto concluir o curso. Nesse período, trabalhei como redator dos órgãos de imprensa da Fundação Cásper Líbero (São Paulo), e fui Coordenador de Imprensa da Associação Brasileira de Celulose e Papel, e editor da revista "O Papel". Prestei o serviço militar como voluntário no CPOR de São Paulo (1973), convocado para um período de seis anos como Oficial da Reserva.

Em 1981, mediante concurso público de provas e títulos, no qual obtive aprovação em 6º lugar, assumi o cargo de Promotor da Justiça Militar, exercendo-o até 1992, sendo promovido ao cargo de Procurador da Justiça Militar, permanecendo até 1995 na 5ª Circunscrição Judiciária Militar (Paraná e Santa Catarina). Nesse período de 14 anos exerci as funções ministeriais na Procuradoria da Justiça Militar em Curitiba.

Promovido ao último cargo da carreira em 26.06.1995, passei a officiar na sede da Procuradoria-Geral, em Brasília.

No 2º grau do MP Militar exerci as seguintes funções:

- a) Procurador-Geral da J. Militar Interino (Dez.1995-Abr.1996).
- b) Membro nato do Conselho Superior do MPM (1995-2016).
- c) Vice-Presidente do Conselho Superior (1995-1996).
- d) Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar (1996-2000).
- e) Corregedor-Geral do M P Militar (2000-2004).
- f) Membro da Câmara de Coordenação e Revisão (2008-2016).





- g) Coordenador da CCR/MPM (2008-2016).
- h) Coordenador do Conselho Editorial do MPM (2002-2004).
- i) Membro do Conselho Editorial do MPM (2015-2017).
- j) Coordenador do Conselho Editorial da EsSMPU (2002-2004).
- l) Orientador Pedagógico da Escola Superior /MPU (2014-2015).
- m) Coordenador do Projeto Memória do MPM (2013-2016).

Pós-graduação - Possuo o Curso de Preparação de Magistrado pela Escola Superior da Magistratura do Paraná (1987-1988), e o Curso de Especialista em Direito Internacional Humanitário pela Universidade de Brasília (2004-2007).

Em 1999, em conjunto com outros membros do Ministério Público Militar, institui a Fundação Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário - IBDMH, sendo instituidora a Associação Nacional do Ministério Público Militar. Trata-se de entidade fundacional, sem fins lucrativos, com a finalidade de pesquisa e estudos acadêmicos de Direito Militar e Direito Humanitário.

Exerci o magistério por breve período, como professor convidado da cadeira de Direito Processual Penal Militar na Academia Policial Militar do Guatupê, da Polícia Militar do Paraná (1992-1995).

Fui membro de duas Bancas de Concurso de ingresso de Promotor da Justiça Militar - 1997 e 1999. Presidi a Comissão de Estruturação de Cargos do MPM (2013) e atualmente sou o Coordenador da Comissão do Projeto Memória do MPM.

Em 2002 fui eleito para mandato de um ano na Presidência do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNCGMPEU, colégio formado pelos Corregedores do Ministério Público dos Estados, Distrito Federal e da União,

Exerço o 5º mandato como Membro e Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, órgão colegiado com atribuições de revisar a atuação funcional dos membros de 1º grau, e coordenar a atuação dos órgãos de execução.

Fui agraciado com 16 condecorações nacionais (1986 a 2010), das Forças Armadas, Ministérios Públicos dos Estados e da União, e Polícia Militar.

Possuo 42 anos de serviço público federal, dos quais 34 anos e 7 meses no Ministério Público Militar, sem nenhum afastamento e sem

PC



registro de qualquer anotação disciplinar.

Hoje estou designado titular do 5º Ofício Geral da Procuradoria-Geral, com atuação no Superior Tribunal Militar, e Membro titular e Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do MPM.

Brasília-DF, 22 de março de 2016.



PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ

Subprocurador-Geral da Justiça Militar





## DECLARAÇÃO

PERICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, brasileiro, em união estável, Membro do Ministério Público Militar, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, portador o RG n. 6.681.097 - SSP SP, e CPF n. 754.948.508-97, na qualidade de indicado ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, vem, em atenção ao disposto nos artigos 383 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, prestar a seguinte Declaração:

Artigo 383, I, b1 - Relação de Parentesco:

Possui os seguintes parentes vinculados ao Serviço Público:

1. Marisa Terezinha Cauduro da Silva, cônjuge, Subprocuradora-Geral da Justiça Militar Aposentada (MPM). Ingressou no serviço público por concurso em 1985 e aposentou-se voluntariamente por tempo de serviço em 2010.
2. Márcia Silva da Fonseca, enteada, Técnica Judiciária da Justiça Federal (TRF da 4ª Região), ingressou por concurso público em 1997, ora afastada em licença sem vencimentos.
3. Raquel Porto Franco de Queiroz, ex-cônjuge, Agente de Polícia da Polícia Civil do Estado do Paraná, ingressou por concurso público em 1992, lotada no Conselho da Polícia Civil/PR.
4. Clarice da Silva Ascenço, cunhada, servidora do Ministério Público Militar, ingressou por concurso público em 1982, e atualmente exerce a função de Secretária da Procuradoria de Justiça Militar em Porto Alegre.

Brasília-DF, 22 de março de 2016.



PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ

Subprocurador-Geral da Justiça Militar



## DECLARAÇÃO

PERICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, brasileiro, em união estável, Membro do Ministério Público Militar, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, indicado ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, DECLARA perante o Senado Federal, para os fins determinados no Artigo 383, I, b, 5, do Regimento Interno, que:

(1) Por designação funcional ocupa o 5º Ofício Geral da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, com atuação perante o Superior Tribunal Militar, na condição de Representante do Ministério Público Militar, desde 26 de junho de 1995 até a presente data;

(2) Por eleição do Conselho Superior do Ministério Público Militar exerce atuação funcional como membro titular da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, Órgão colegiado interno, desde junho de 2008 até a presente data;

(3) Por designação do Procurador-Geral da justiça Militar exerce atuação função como Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar desde outubro de 2008 até a presente data.

Brasília-DF, 22 de março de 2016.



PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ

Subprocurador-Geral da Justiça Militar



## DECLARAÇÃO

PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, brasileiro, em união estável, Membro do Ministério Público Militar, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, indicado ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, DECLARA perante o Senado Federal, para os fins determinados no Artigo 383, I, b, 2, do Regimento Interno, que:

a) EXERCEU a função não remunerada de Diretor Administrativo da Fundação Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário (IBDMH - 2000-2005), vinculada à Associação nacional do ministério Público Militar.

b) EXERCEU a função não remunerada de Presidente do Conselho Curador da Fundação IBDMH (2006-2013).

c) Conselho Consultivo - é Membro do Conselho Consultivo da Fundação IBDMH (2014-2016). Função não remunerada.

Brasília-DF, 22 de março de 2016.



PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ

Subprocurador-Geral da Justiça Militar



## DECLARAÇÃO

PERICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, brasileiro, em união estável, Membro do Ministério Público Militar, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, indicado ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, DECLARA perante o Senado Federal, para os fins determinados no Artigo 383, I, b, 2, do Regimento Interno, a regularidade fiscal no âmbito federal e do Distrito Federal, conforme documentação anexa.

Brasília-DF, 22 de março de 2016.



PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ

Subprocurador-Geral da Justiça Militar







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: PERICLES AURELIO LIMA DE QUEIROZ**  
**CPF: 754.948.508-97**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

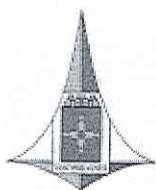
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.  
Emitida às 14:53:15 do dia 21/03/2016 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 17/09/2016.

Código de controle da certidão: **9682.B4DB.38EA.D564**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.







DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 105-00.355.074/2016  
NOME : PERICLES AURELIO LIMA DE QUEIROZ  
ENDEREÇO : SHIS QI 9 CONJUNTO 9 CASA 05 .  
CIDADE : ST H I SUL .  
CPF : 754.948.508-97  
CNPJ :  
CF/DF :  
FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

\_\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

Válida até 19 de Junho de 2016.

Brasília, 21 de Março de 2016.

Certidão emitida via internet às 14:54:23 e deve ser validada no endereço  
[www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)  
1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 21/03/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**PERICLES AURELIO LIMA DE QUEIROZ**

754.948.508-97

( CORINA DE LIMA QUEIROZ / JOEL JOSE DE QUEIROZ )

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 22/03/2016

Data da última atualização do banco de dados: 21/03/2016

Selo digital de segurança: **2016.CTD.AUC9.ENBC.MPYH.OKGR.O4TV**

\*\*\* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS \*\*\*



## DECLARAÇÃO

PERICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, brasileiro, em união estável, Membro do Ministério Público Militar, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, indicado ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, DECLARA perante o Senado Federal, para os fins determinados no Artigo 383, I, b, 4, do Regimento Interno, que enfrenta demanda por meio de procedimento sumário promovido pelo Condomínio Edifício Cida Uller, referente à chamada de cota extra de capital, ajuizado na 1ª Vara da Comarca de Balneário Piçarras - SC, ora em recurso de apelação cível no Tribunal de Justiça de Santa Catarina - Processo n. 2016.013015-1.

Brasília-DF, 22 de março de 2016.

PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ

Subprocurador-Geral da Justiça Militar





Aviso nº 131 - C. Civil.

Em 18 de março de 2016.


A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Olympio Pereira da Silva Junior.

Atenciosamente,

  
EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República, substituta

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



**Parecer**

## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER Nº269,DE 2016**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2012, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre os princípios orientadores do dever do Estado com a educação, a garantia de alocação de recursos orçamentários suficientes à consecução de recursos orçamentários suficientes à consecução de padrão de qualidade do ensino”.

**RELATORA: Senadora MARTA SUPLICY**

### **I – RELATÓRIO**

Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 184, de 2012, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), originado do acolhimento da Sugestão nº 23, de 2011, relativa ao Projeto de Lei do Senado Jovem nº 18, de 2011, de autoria do Jovem Senador Ivan Brito.

A sugestão inclui, entre os princípios do dever do Estado com a educação, a alocação, no âmbito de cada sistema de ensino, de recursos orçamentários suficientes para a consecução do padrão de qualidade previsto na legislação, inclusive para a formação permanente dos professores. Insere, desse modo, novo inciso no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Na justificação da proposição original, o autor discorre a respeito do papel da educação na vida dos indivíduos e no desenvolvimento econômico e social brasileiro.





A sugestão foi acolhida como projeto de lei da CDH, nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 20, parágrafo único, da Resolução nº 42, de 2010.

## II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102 do Risf, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 184, de 2012, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

A Constituição Federal (CF), no art. 206, inciso VII, estabelece a “garantia de padrão de qualidade” como um dos princípios que regem o ensino. A LDB reitera esse princípio no art. 3º, inciso IX, e, no art. 4º, inciso IX, estabelece que um dos deveres do Estado com a educação escolar pública consiste em garantir “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”.

No que tange aos recursos para o setor educacional, a CF, no art. 212, determina vinculação da receita de impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à manutenção e desenvolvimento do ensino. Os entes federados, em suas constituições e leis orgânicas, tratam da matéria e, em vários casos, elevam o percentual mínimo destinado à educação. O art. 212 da CF dispõe, ainda, sobre o salário-educação, contribuição social destinada à educação básica. Outra fonte importante de recursos para educação advém de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. A aprovação da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, destina ao setor, com prioridade para a educação básica, 75% dos *royalties* do petróleo e 50% dos recursos do chamado Fundo Social do Pré-Sal. Essas são as três fontes mais importantes de recursos públicos para a educação.

Nas leis orçamentárias anuais, é determinado o montante dos recursos que se devem direcionar ao setor, assim como sua alocação em programas e órgãos educacionais. É notório que esses recursos não têm sido suficientes para garantir boa educação em todos os locais e setores do



ensino público, embora, naturalmente, outros fatores, sociais, pedagógicos e de gestão, interfiram nos resultados obtidos pelas escolas na formação de cidadãos e de trabalhadores qualificados.

Contudo, em que pese à boa intenção da CDH, o conteúdo do projeto em tela possui redação muito genérica para ter efeito sobre a educação do País. Além disso, a matéria foi objeto de deliberação do Senado Federal em decorrência da aprovação do substitutivo da Casa ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que resultou na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período compreendido entre 2014 e 2024.

Assim, o art. 2º, inciso VIII, da Lei nº 13.005, de 2014, dispõe, entre as diretrizes do Plano, o “estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade”.

Nas metas e estratégias do PNE, a associação entre qualidade e financiamento surge de forma clara. Assim, a Meta 7, que trata da qualidade da educação básica, prevê a adoção, entre outras estratégias, daquela numerada como 7.5, a saber: “formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar”.

Mas é na Meta 20, sobre a ampliação do investimento público em educação pública, na forma da proporção do PIB, que o tema é mais desenvolvido. Entre as estratégias para se alcançar a meta de 10% do PIB podemos destacar a 20.1: “garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do *art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* e do *§ 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional”.



No PNE, o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) e o Custo Aluno Qualidade (CAQ) também associam qualidade e financiamento, nos termos de estratégias como a 20.7: “implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar”.

Em vista dessas disposições do PNE sobre recursos financeiros e a qualidade da educação, afigura-se inevitável sustentar a prejudicialidade da proposição da CDH, com apoio no art. 334, inciso II, do Risf.

### III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2012, com fundamento no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão, em 22 de março de 2016

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senadora MARTA SUPPLY, Relatora





# SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

**Reunião:** 12ª Reunião, Extraordinária, da CE

**Data:** 22 de março de 2016 (terça-feira), às 11h30

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)</b>	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PPS)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Wilder Moraes (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PSDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)</b>	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
José Agripino (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PV)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)</b>	
Lídice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO



## Projetos de Lei do Senado



## SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 126, DE 2016

Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso.

**Art. 2º** A ementa da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Torna obrigatória a colocação de símbolo identificador de pessoa com deficiência, universal e livre de conteúdo pejorativo, em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas com deficiência e dá outras providências.”

**Art. 3º** Os artigos 1º, 3º, 5º e 6º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** É obrigatória a colocação, de forma visível, de símbolo identificador de pessoa com deficiência, aplicável a qualquer pessoa nessa condição e livre de conteúdo pejorativo, a ser definido na forma de regulamento, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.” (NR)





**“Art. 3º** Só é permitida a colocação do símbolo na identificação de serviços cujo uso seja comprovadamente adequado às pessoas com deficiência.” (NR)

**“Art. 5º** O símbolo deverá ser colocado, obrigatoriamente, em local visível ao público, não sendo permitida nenhuma modificação ou adição ao desenho a ser definido na forma de regulamento.” (NR)

**“Art. 6º** É vedada a utilização do símbolo para finalidade outra que não seja a de identificar, assinalar ou indicar local ou serviço habilitado ao uso de pessoas com deficiência.

.....” (NR)

**Art. 4º** Revoga-se o anexo à Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985.

**Art. 5º** A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 117-A:

**“Art. 117-A** Para fins de referência ao usufruto de direitos e de comprovação de acessibilidade, a referência à figura do idoso far-se-á por meio de símbolo a ser definido na forma de regulamento, desprovido de caráter pejorativo e de juízo de valor, com pictografia baseada objetivamente na idade mínima de 60 (sessenta) anos.”

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Em que pesem os esforços para garantir universalmente os direitos humanos e livrarmos nosso cotidiano dos mais variados preconceitos, ocorre, por vezes, que mesmo as melhores intenções vêm carregadas de juízo de valor.

Senão, vejamos. O Símbolo Internacional de Acesso, o qual se propõe a identificar e ser aplicável a qualquer pessoa com deficiência, exhibe um cadeirante estático. Ou seja, tal símbolo não só dá a entender que cadeirantes são passivos e dependentes de ajuda externa, como, ademais, pressupõe que pessoas com deficiência são, todas elas, usuárias de cadeiras de rodas. A realidade, naturalmente, é bem diferente. Não só o cadeirante pode ser plenamente independente como, também, são inúmeras as possíveis deficiências para além daquelas que afetam as pernas.



Por outro lado, quando se deseja identificar os idosos, como junto a assentos reservados em coletivos e junto a caixas em bancos, o mais frequente é vermos desenhada a figura de alguém arqueado sobre uma bengala. Ora, a associação da 3ª idade à limitação já, há muito, ficou para trás.

Entendemos necessária, portanto, a atualização dos símbolos que identifiquem as pessoas com deficiência e os idosos. Fazem-se necessários símbolos realistas e desprovidos de juízo de valor. Afinal, a tentativa de incluir não pode servir como motivo de constrangimento e de perpetuação do preconceito.

Contamos com a colaboração dos nobres Pares para a aprovação deste importantíssimo projeto que trará mais dignidade ao cotidiano dos idosos e das pessoas com deficiência no Brasil.

Sala das Sessões,

Senador **WALDEMIR MOKA**

## LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 7.405, de 12 de Novembro de 1985 - 7405/85](#)

[artigo 1º](#)

[artigo 3º](#)

[artigo 5º](#)

[artigo 6º](#)

[Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - ESTATUTO DO IDOSO - 10741/03](#)

*(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa)*





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 127, DE 2016

Acrescenta o inciso VII e o § 5º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a comprovação da condição de aprendiz no período anterior a 16 de dezembro de 1998.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso VII e § 5º:

**“Art. 55.....**

**VII** - o tempo de serviço referente ao período de aprendizado profissional anterior a 16 de dezembro de 1998.

**§ 5º** A comprovação do tempo de serviço referido no inciso VII poderá ser feita, entre outras maneiras, por declaração escolar emitida por escola técnica ou equivalente mantida pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município ou reconhecida por órgão público competente.” **(NR)**

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO



O presente Projeto tem por objetivo sanar uma lacuna legal que tem afetado, de forma injusta, um grupo significativo de trabalhadores brasileiros.

Trata-se daqueles trabalhadores que exerceram funções de aprendiz profissional antes da edição da Emenda Constitucional nº 20, que passou a gerar efeitos em 16 de dezembro de 1998. Apenas a partir desse momento, o aprendiz passou claramente a ser considerado um segurado obrigatório da Previdência Social.

Até então, os menores em geral, inclusive o aprendiz, se incluíam nas categorias de segurados facultativos ou especiais (conforme o momento), inexistindo a obrigação de inscrição previdenciária.

A contagem do tempo de serviço referente a esse período é feita administrativamente, em matéria sistematizada infralegalmente pela Instrução Normativa nº 77, de 21 de janeiro de 2015, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que estabelece que a comprovação do tempo de serviço

correspondente ao período de aprendizado profissional poderá ser feito, entre outras formas, por certidão da escola a que o então aprendiz esteve vinculado, da qual constem a norma que autorizou o funcionamento da instituição, o curso frequentado, as datas de início e fim da vinculação do aprendiz e a forma de sua remuneração, ainda que indireta.

Ocorre que, em diversos casos, o aluno somente consegue lograr declaração escolar que indica parte das informações demandadas. Ora, essa discrepância tem servido para que a autarquia previdenciária – de forma excessivamente literalista, em nosso ver – rejeite a comprovação de tempo de serviço.

Esse entendimento tem sido revertido judicialmente, mas a via judicial representa, necessariamente, um grande investimento em termos de dinheiro e de tempo.

O presente Projeto busca sanar essa dificuldade, estabelecendo explicitamente que a declaração escolar poderá servir para a comprovação do tempo de serviço, servindo de base, portanto, para a realização do recolhimento correspondente e a contagem do tempo para a concessão de aposentadoria.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**



## LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - 8213/91](#)  
[artigo 55](#)

*(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)*







## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 128, DE 2016

Altera a redação do § 1º, do art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas do crime de pichação e conspurcação de monumentos tombados em virtude do seu valor histórico, artístico ou arqueológico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O § 1º do art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 65.....**

.....

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 1 (um) a 3 (três) anos de detenção e multa.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

As baixas penas previstas na atual legislação não intimidam aqueles que se dispõem a depredar impunemente o patrimônio histórico e cultural. É preciso, pois, garantir que aqueles que o pichem ou o conspurquem sejam efetivamente punidos.

É o caso, por exemplo, dos vândalos que atacaram a Igreja de São Francisco de Assis, mais conhecida como Igrejinha da Pampulha. Duas paredes da referida Igreja, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foram recentemente pichadas, incluindo painéis de Cândido Portinari.



Esses fatos nos levam a crer, dada à relevância da Igrejinha da Pampulha para a identidade cultural do povo mineiro, que a pena prevista em lei não é capaz de inibir tais práticas.

Assim, propomos o aumento da pena dessa conduta, com vistas a inibir a atuação de vândalos, contando com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta relevante proposição.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

[Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - LEI DE CRIMES AMBIENTAIS - 9605/98](#)  
[parágrafo 1º do artigo 65](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 129, DE 2016

Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

#### CAPÍTULO I

#### DAS ÁREAS ESPECIAIS PARA DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

**Art. 1º** É o Poder Executivo Federal autorizado a criar Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei, com a finalidade de aumentar a competitividade do setor turístico brasileiro.

**Parágrafo único.** As AET caracterizam-se como áreas especiais destinadas à prestação de serviços turísticos a que se refere o art. 21 da Lei n.º 11.771, de 2008.

**Art. 2º** A criação de AET far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente.

**§ 1º** A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - indicação das características da área que lhe conferem potencialidade turística;

II - indicação de facilidade de acesso a portos e aeroportos internacionais;



III - plano de exploração da área, acompanhado de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira;

IV - delimitação territorial da área e indicação da titularidade;

V - indicação da forma de administração da AET;

VI - atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º O ato de criação de AET caducará:

I - se, no prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contado da sua publicação, a administradora da AET não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação, de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação;

II - se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data prevista para sua conclusão, constante do cronograma da proposta de criação.

§ 3º A solicitação de instalação de prestador de serviços turísticos a que se refere o art. 21 da Lei n.º 11.771, de 2008, em AET será feita mediante apresentação de projeto, na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º A proposta a que se refere o caput deverá contemplar municípios ou regiões turísticas que **façam parte do Mapa do Turismo Brasileiro**, formado por critérios estabelecidos por Portaria do Ministério do Turismo.

§ 5º Os Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente, deverão delegar por **concessão** a administração AET, após publicação do ato de criação a que se refere o *caput* deste artigo.

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO NACIONAL DAS ÁREAS ESPECIAIS PARA DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – CAET

Art. 3º Será instituído, por Decreto, o Conselho Nacional das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – CAET, com competência para:



I - analisar as propostas de criação de AET;

II - aprovar os projetos correspondentes, nos termos do regulamento, observado o disposto no § 3º do art. 2º desta Lei;

III - traçar a orientação superior da política das AET;

IV - decidir sobre os pedidos de prorrogação dos prazos previstos nos incisos I e II do § 4º do art. 2º;

V - declarar a caducidade da AET no caso de não cumprimento dos prazos previstos nos incisos I e II do § 4º do art. 2º.

§ 1º Para fins de análise das propostas e aprovação dos projetos, o CAET levará em consideração, entre outras que poderão ser fixadas em regulamento, as seguintes **diretrizes**:

I - **prioridade para as propostas de criação de AET localizada em área geográfica privilegiada para a recepção de turistas estrangeiros**, conforme Mapa do Turismo Brasileiro do Ministério do Turismo;

II - atendimento às diretrizes da política nacional de turismo, conforme a Lei n.º 11.771, de 2008;

III - desenvolvimento sustentável das regiões turísticas brasileiras, respeitados os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos e a dignidade humana;

IV - **desenvolvimento e utilização de tecnologias inovadoras em produtos turísticos**;

V - implantação, revitalização ou ampliação da infraestrutura turística;

VI - ampliação da formalização e qualificação dos profissionais e prestadores de serviços turísticos;

VII - promoção do turismo responsável.

§ 2º O CAET estabelecerá mecanismos e formas de monitoramento do impacto da aplicação do regime de que trata esta Lei na comercialização de produto ou prestação de serviço turístico fora da AET.

§ 3º Na hipótese de constatação de impacto negativo à comercialização de produto ou prestação de serviço turístico fora da AET, o CAET poderá propor:





I - elevação do percentual de receita bruta decorrente de comercialização de produto ou prestação de serviços turísticos em AET para turista estrangeiro, de que trata o caput do art. 11 desta Lei; ou

II - vedação de comercialização de produto ou prestação de serviços turísticos para o turista nacional em AET, enquanto persistir o impacto negativo fora da área especial.

§ 4º O Poder Executivo, ouvido o CAET, poderá adotar as medidas de que trata o § 3º deste artigo.

§ 5º Os projetos de que trata o § 3º do art. 2º desta Lei poderão integrar o plano de exploração a que se refere o inciso III do § 1º do art. 2º, salvo disposição diversa estabelecida em regulamento.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 4º** Os prestadores de serviços autorizados a operar em AET nos termos do § 3º do art. 2º desta Lei poderão importar ou adquirir no mercado interno, com suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 5º desta Lei, máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos ou usados, para serem empregados na sua instalação, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Na hipótese de ocorrência de caducidade do ato de criação da AET ou de revogação do ato de autorização de instalação do prestador de serviço em AET, aquele que tiver utilizado a faculdade prevista no caput deste artigo deverá recolher os impostos e contribuições com exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, contados a partir da data de aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação.

**Art. 5º** As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por prestador de serviço turístico autorizada a operar em AET terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto de Importação;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

III - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins;



IV - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - Cofins-Importação;

V - Contribuição para o PIS/Pasep;

VI - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

VII - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em AET responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de:

I - contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação e ao AFRMM; e

II - responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

§ 2º A suspensão de que trata o caput deste artigo, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado do prestador de serviço turístico autorizado a operar em AET.

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o caput deste artigo será aplicada quando se tratar de elemento constitutivo da integralização do capital social da prestador de serviço turístico.

§ 4º Na hipótese do § 2º deste artigo, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota 0 (zero) ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º deste artigo, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente.

§ 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por prestador de serviço turístico autorizada a operar em AET com a suspensão de que trata o caput deste artigo deverão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final.

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para prestador de serviço turístico autorizada a operar na forma do caput deste artigo deverá constar a expressão “Venda



Efetuada com Regime de Suspensão”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º deste artigo, a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota 0% (zero por cento) depois de cumprido o compromisso de que trata o caput do art. 11 desta Lei e decorrido o prazo de 2 (dois) anos da data de ocorrência do fato gerador.

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos:

I - aos bens referidos no § 2º deste artigo, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o caput do art. 11 desta Lei e decorrido o prazo de 5 (cinco) anos da data de ocorrência do fato gerador; e

II - às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a:

- a) reexportação ou destruição das mercadorias, a expensas do interessado; ou
- b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas.

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 11 desta Lei caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

**Art. 6º** O ato que autorizar a instalação de prestador de serviço turístico em AET relacionará os produtos a serem comercializados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, e os serviços a serem prestados, e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até 20 (vinte) anos.

§ 1º O prestador de serviço turístico poderá solicitar alteração dos produtos a serem comercializados e dos serviços a serem prestados, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

§ 2º O prazo de que trata o caput deste artigo poderá, a critério do Conselho Nacional das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico - CAET, ser prorrogado por igual período, nos casos de investimento de grande vulto que exijam longos prazos de amortização.



**Art. 7º** O prestador de serviço turístico instalado em AET poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de AET, devendo, entretanto, manter contabilização separada para efeitos fiscais.

**Art. 8º** A instalação e as atividades de prestador de serviço turístico autorizada a operar em AET estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

I - **licenciamento ambiental simplificado**, entendido como aquele que resulta na redução de procedimentos, bem como de custos e tempo de análise, podendo ser realizado eletronicamente, desde que atendidas as condições, restrições e medidas de controle ambiental estabelecidas em Regulamento, mediante sistema declaratório no endereço eletrônico do órgão licenciador;

II - **dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais**, com exceção dos controles de ordem sanitária e de interesse da segurança nacional, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e

III - somente serão admitidas importações, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 5º desta Lei, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, novos ou usados, e de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem necessários à instalação industrial ou destinados a integrar o processo produtivo.

§ 1º A critério do órgão ambiental licenciador **poderão ser dispensados de licenciamento empreendimentos e atividades** situados na mesma área de influência e em condições similares às de outros já licenciados, bem como aqueles a serem instalados em áreas em que existam estudos de Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE ou outros instrumentos de planejamento territorial.

§ 2º O disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, assim como o disposto no art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969, não se aplica aos produtos importados nos termos do art. 5º desta Lei, os quais, se usados, ficam dispensados das normas administrativas aplicáveis aos bens usados em geral.

§ 3º Não se aplica o disposto no § 2º deste artigo aos bens usados importados fora das condições estabelecidas no § 3º do art. 5º desta Lei.

**Art. 9º** Somente serão permitidas aquisições no mercado interno, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata esta Lei, de bens necessários às atividades do prestador de serviço turístico na AET, mencionados no inciso III do caput do art. 8º desta Lei.



**Art. 10.** Aplicam-se aos prestadores de serviços turísticos autorizados a operar em AET as mesmas disposições legais e regulamentares relativas a câmbio e capitais internacionais aplicáveis aos demais prestadores de serviço turísticos.

**Parágrafo único.** Os limites de que trata o caput do art. 1º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, não se aplicam aos prestadores de serviço turísticos que operarem em AET.

**Art. 11.** Somente poderá instalar-se em AET o prestador de serviço turístico a que se refere o art. 21 da Lei n.º 11.771, de 2008, que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, a partir do terceiro ano de funcionamento, receita bruta decorrente de **comercialização de produto ou prestação de serviço para turistas estrangeiros, no mínimo, 10%** (dez por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

§ 1º A receita bruta de que trata o caput deste artigo será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas.

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o caput deste artigo será apurado a partir do terceiro ano do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento.

§ 3º Os produtos e os serviços quando comercializados e prestados na AET para turistas nacionais, estarão sujeitos ao pagamento:

I - de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação;  
e

II - do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei.

§ 3º **Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 5º desta Lei para a comercialização de produto ou prestação de serviço para turistas estrangeiros** realizadas pelos prestadores de serviço turísticos autorizados a operar em AET, observado o disposto no § 3º do art. 2º desta Lei.

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º deste artigo será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria e prestação de serviços no mercado externo.





**Art. 12.** O Poder Executivo estabelecerá em regulamento as normas para a fiscalização da comercialização de produto ou prestação de serviço turístico em AET.

**Art. 13.** Para efeitos fiscais, cambiais e administrativos, os serviços prestados por residente ou domiciliado no exterior para prestador de serviço turístico instalado na AET serão considerados como prestados no exterior.

**Art. 14.** As sanções previstas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras penalidades, inclusive do disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

**Art. 15.** Considera-se dano ao erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica, a introdução:

I – fora da área da AET, de mercadoria procedente de AET que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em AET, salvo casos autorizados nesta Lei; e

II - em AET, de mercadoria estrangeira não permitida.

**Parágrafo único.** Aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para efeitos de aplicação e julgamento da pena de perdimento estabelecida neste artigo.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 17.** Revoga-se a Lei n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977.

## JUSTIFICAÇÃO

A fim de aumentar a competitividade do Brasil num mercado de turismo internacional cada vez mais agressivo e competitivo, esta Casa vem atuar na formulação desta proposição que visa autorizar o Poder Executivo Federal a criar, por decreto, **Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET)**, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente, com prioridade para as propostas de criação de AET localizada em área geográfica privilegiada para a **recepção de turistas estrangeiros**. Cria-se, para as AET, regime jurídico próprio para a atração de investimentos, com **benefícios tributários e administrativos e procedimento simplificado para licenciamento ambiental**.



A proposta vem ao encontro da necessidade de desenvolver e consolidar destinos com alto potencial turístico, especialmente em busca do incremento do número de turistas estrangeiros, geradores de divisas para o País.

Atualmente, de acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT, mais de **1 bilhão de pessoas consomem o turismo internacional** no mundo hoje em dia. Desse total, apenas 6,4 milhões escolhem o Brasil como destino. Ou seja, estamos falando de menos de **0,7% do mercado global**.

O Brasil é o 39º país no ranking de destinos que mais faturam com o turismo. Em contrapartida, somos o 10º quando olhamos para o gasto no exterior. Como resultado, tivemos um déficit na balança comercial do turismo de US\$ 18,7 bilhões em 2014. Nos sete primeiros meses deste ano já estávamos com um déficit acumulado de US\$ 8,2 bilhões.

O estudo do Fórum Econômico Mundial mostra as nossas vantagens comparativas e gargalos que precisamos enfrentar com urgência para reverter a conta do turismo. **No índice de competitividade estamos na 28ª colocação de 141 países.**

É importante frisar que nesse momento de instabilidade econômica, o turismo pode se tornar uma das principais atividades econômicas com potencial de contribuir para que o País retome seu crescimento, por meio da geração de emprego e renda para os brasileiros. Mas, para isso, **é importante elevar o patamar de importância do turismo no Brasil e canalizar os recursos para dar impulso significativo à atividade turística**, por meio da criação de mecanismos próprios que incentivem novos investimentos no setor.

Além de criar o **Conselho Nacional das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – CAET** com competência para, dentre outros, analisar as propostas de criação de AET e traçar a orientação superior da política das AET, a proposição em tela traz como **requisitos para apresentação de proposta para criação de AET**: indicação das características da área que lhe conferem potencialidade turística; indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais; comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a AET; comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada; comprovação de disponibilidade mínima de infraestrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação; indicação da forma de administração da AET.

Na linha da desburocratização e da criação de um ambiente mais atraente ao investidor, a proposta traz o licenciamento ambiental simplificado, com redução de etapas, de custos e tempo de análise, autorizando, inclusive, o procedimento eletrônico.



Certos de que a proposta contribuirá para o combate aos crimes contra a honra praticados via Internet, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO ROCHA**

### LEGISLAÇÃO CITADA

[Decreto-Lei nº 37, de 18 de Novembro de 1966 - 37/66](#)

[artigo 17](#)

[Decreto-Lei nº 666, de 2 de Julho de 1969 - 666/69](#)

[artigo 2º](#)

[Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de Abril de 1976 - 1455/76](#)

[Lei nº 6.513, de 20 de Dezembro de 1977 - 6513/77](#)

[Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - 9430/96](#)

[artigo 44](#)

[Lei nº 10.833, de 29 de Dezembro de 2003 - 10833/03](#)

[artigo 76](#)

[Lei nº 11.371, de 28 de Novembro de 2006 - 11371/06](#)

[artigo 1º](#)

[Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008 - 11771/08](#)

[artigo 21](#)

*(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última decisão terminativa)*





## SENADO FEDERAL

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 130, DE 2016

Dispõe sobre o pedido de explicações previsto no art. 144 do Código Penal, nos casos de informação ofensiva publicada na rede mundial de computadores.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o pedido de explicações previsto no art. 144 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), nos casos de informação ofensiva publicada na rede mundial de computadores.

**Art. 2º** O pedido de explicações em juízo se destina a fazer cessar a ofensa perpetrada e a reunir elementos de autoria e materialidade nos crimes contra a honra.

*Parágrafo único.* Para a correta identificação do responsável pela ofensa, o juiz poderá requisitar informações constantes de bancos de dados públicos e privados.

**Art. 3º** A competência para o processamento do pedido de explicações previsto nesta Lei é do Juizado Especial Criminal do domicílio ou residência do ofendido.

**Art. 4º** A assistência de advogado no procedimento do pedido de explicações previsto nesta Lei é facultativa.

**Art. 5º** O pedido de explicações conterá:

I – a descrição da ofensa;

II – o endereço eletrônico onde a informação foi publicada;

III – a identificação do autor da ofensa, ou o pedido para que seja identificado;



IV – a identificação do operador do sítio eletrônico ou do servidor que hospede a página eletrônica;

V – o endereço eletrônico, endereço de correio eletrônico (e-mail) ou o endereço físico para onde deverão ser encaminhadas notificações com o pedido de explicações;

VI – o pedido de remoção da ofensa.

**Art. 6º** Se o juiz entender que não existem indícios de crime contra a honra, indeferirá de plano o pedido de explicações.

**Parágrafo único.** A reiteração injustificada do pedido de explicações sujeitará o requerente à multa por litigância de má-fé em favor do requerido, no valor de um a dez salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do requerente.

**Art. 7º** Recebido o pedido de explicações, o juiz mandará notificar eletronicamente o responsável pela ofensa, o operador do sítio eletrônico ou o servidor que hospede a página eletrônica.

§ 1º A notificação eletrônica:

I – poderá ser realizada por e-mail ou mensagem em campo do sítio eletrônico destinado a estabelecer contato com os visitantes da página da Internet;

II – utilizará código que permita a verificação de sua autenticidade nos sítios eletrônicos do Poder Judiciário; e

III – indicará o endereço virtual do Poder Judiciário em que será possível acessar o inteiro teor do pedido de explicações, ressalvados os casos de segredo de justiça.

§ 2º O operador do sítio eletrônico e o servidor que hospede a página eletrônica serão notificados para fornecer os dados do responsável pela ofensa e para cumprir eventual ordem de remoção do conteúdo da Internet.

**Art. 8º** A resposta ao pedido de explicações será apresentada no prazo de dez dias, contados da notificação, e poderá ser escrita ou eletrônica.

§ 1º O Juizado Especial Criminal disponibilizará e-mail para o envio da resposta eletrônica, a qual deverá vir acompanhada de cópias digitalizadas da identidade civil, do cadastro da pessoa física (CPF) e do comprovante de endereço, no caso de pessoa física.

§ 2º Tratando-se de pessoa jurídica, junto com a resposta eletrônica deverão ser encaminhadas cópias digitalizadas do contrato social, do cartão do cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ), de documento comprobatório de poderes do representante, além de





cópias digitalizadas da identidade civil, do CPF e de comprovante de endereço do representante.

§ 3º A resposta eletrônica ao pedido de explicações será considerada válida se expedida do mesmo e-mail para o qual foi encaminhada a citação, ou de e-mail de advogado que esteja publicado na página oficial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em endereço eletrônico ao qual deve ser feita referência.

§ 4º O Poder Judiciário enviará e-mail confirmando o recebimento das respostas eletrônicas.

**Art. 9º** Havendo indícios razoáveis de materialidade de crime contra a honra e expresse pedido do requerente, o juiz poderá, mesmo antes de recebida a resposta ao pedido de explicações, conceder medida cautelar para a imediata remoção da informação ofensiva da Internet.

**Parágrafo único.** O operador do sítio eletrônico ou o servidor que hospede a página eletrônica cumprirá a ordem judicial no prazo de três dias úteis, sob pena de responsabilidade civil solidária.

**Art. 10.** Da decisão concessiva da medida cautelar caberá pedido de reconsideração no prazo de cinco dias.

**Art. 11.** A pedido das partes o juiz poderá, se entender necessário, marcar audiência de instrução e julgamento da medida cautelar de remoção do conteúdo da Internet.

**Art. 12.** Realizada a audiência de instrução e julgamento, quando for o caso, ou após a apresentação da resposta, os autos serão conclusos para decisão, devendo ser confirmada eventual medida cautelar concedida anteriormente.

**Art. 13.** Ao procedimento previsto nesta Lei aplica-se subsidiariamente o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Internet amplificou a capacidade de produção de danos à honra ou reputação das pessoas. Qualquer um pode publicar conteúdo ofensivo na rede mundial de



computadores, muitas vezes sob um manto de anonimato que a Constituição brasileira não admite.

Sem a intervenção do Poder Judiciário, essas ofensas podem continuar publicadas indefinidamente. A legislação processual penal, no entanto, é bastante precária no que diz respeito ao combate dos crimes contra a honra concretizados por meio da Internet.

O projeto de lei que ora propomos visa a regular o pedido de explicações previsto no art. 144 do Código Penal, de forma a criar um instrumento moderno e célere de combate aos crimes contra a honra praticados por meio da rede mundial de computadores.

O pedido de explicações servirá fundamentalmente a dois objetivos: fazer cessar a ofensa perpetrada e identificar corretamente o autor das publicações consideradas ofensivas.

Em verdadeira mudança de paradigma, a Justiça Criminal, atuando de forma restaurativa, passa a buscar primordialmente o bem-estar da vítima. Dessa maneira, alvitramos a competência para o pedido de explicações para o Juizado Especial Criminal do domicílio ou residência do ofendido, que poderá, inclusive, determinar a remoção do conteúdo considerado ofensivo da rede mundial de computadores, o que, em muitos casos, será suficiente para a pacificação da situação.

Noutra linha, propomos que o juiz possa diligenciar para que se identifique corretamente o responsável pelas publicações consideradas ofensivas, de forma a fornecer elementos para que o ofendido possa eventualmente ingressar com a respectiva ação penal privada por crime contra a honra.

Como todas essas medidas são voltadas a atender à vítima, e não possuem qualquer repercussão na esfera da liberdade do ofensor, o projeto dota o procedimento de meios eletrônicos de notificação e de resposta ao pedido de explicações. Os requeridos não precisarão se deslocar até o Juizado Especial em que foram acionados para oferecer defesa. Dispensa-se, ainda, a assistência de advogado, de modo a não onerar as partes envolvidas no pedido de explicações.

Certos de que a proposta contribuirá para o combate aos crimes contra a honra praticados via Internet, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO ROCHA**



## LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - CÓDIGO PENAL - 2848/40](#)  
[artigo 144](#)

[Lei nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995 - LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS - 9099/95](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 131, DE 2016

Acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar a utilização das reservas internacionais pelo Banco Central do Brasil para financiar despesas públicas ou lastrear concessão de crédito a entidades públicas ou privadas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 11 da lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 11.....  
.....

§ 3º As reservas oficiais de moeda estrangeira detidas pelo Banco Central do Brasil constituem instrumento de política cambial e monetária, sendo vedado o seu uso para, direta ou indiretamente, financiar despesas públicas ou lastrear a concessão de crédito a entidades públicas ou privadas”. (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO



O Brasil vive um dos momentos mais dramáticos das últimas décadas. A crise não está restrita apenas ao âmbito econômico, mas também às relações políticas, às sociais e aos princípios morais da nossa sociedade.

Os equívocos recorrentes da política econômica do Governo Dilma, com a chamada nova matriz macroeconômica, colocaram o país em um dos períodos mais difíceis da sua história. Já não bastasse a economia brasileira ter recuado 4% no ano passado, a expectativa de mercado para este ano é que ela recue mais 3,6%. Trata-se da maior recessão econômica em toda a série histórica disponível.

O que observamos hoje é que o país caminha para uma depressão e nossa inflação chegou ao valor acumulado de 10,7% em fevereiro deste ano. O país se encontra, novamente, no meio de uma década perdida. As projeções, mesmo as mais otimistas, indicam que o brasileiro chegará a 2020 mais pobre do que estava em 2011.

O retrato mais triste dessa realidade não está nos indicadores econômicos, mas sim nos sociais. O Brasil terá uma das maiores altas no número de desempregados entre os países emergentes em 2016, que já atingiu mais de 9 milhões de pessoas. Corremos o risco de perder todos os ganhos sociais conquistados na década passada. Fato que reflete que a política econômica demagógica e com fins eleitoreiros tem pernas curtas. Não se sustenta.

A dimensão mais alarmante do desastroso quadro econômico que hoje enfrenta o Brasil é a paralisante falta de perspectiva com que se debatem investidores, empresas e os trabalhadores, descrentes da capacidade do governo de restabelecer controle da política e da economia deste país. O governo pilota um barco sem rumo.

O Partido dos Trabalhadores, em um movimento irresponsável, elaborou o chamado “programa nacional de emergência” e, no seu item 2, propõe “a utilização de parte das reservas internacionais para um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego, destinado a obras de infraestrutura, saneamento, habitação, renovação energética e mobilidade urbana”.

A utilização das reservas internacionais no Brasil poderia ser justificável apenas para o pagamento e a redução da dívida pública, o que já está previsto na legislação em vigor. Neste caso, o argumento utilizado seria o de reduzir o custo fiscal de sua manutenção.

A utilização das reservas para o financiamento de despesas terá, no final, o mesmo efeito prático de um aumento do endividamento público, com o agravante de perdermos esse importante instrumento para gerenciarmos possíveis crises cambiais.

O presente projeto pretende especificamente vedar estas possibilidades, por meio da introdução de parágrafo à Lei 4.595, de 1964, proibindo o uso das reservas oficiais em moeda estrangeira em operações de crédito e despesas de custeio ou investimento de qualquer ente público.





5

A verdadeira forma para retomarmos a capacidade de nossa economia crescer de forma sustentável se dá pela recuperação das contas públicas e pelas reformas estruturais. Vender as reservas internacionais trata-se de abrir mão de um importantíssimo ativo constituído com um altíssimo custo pela sociedade brasileira.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação dessa proposta para evitarmos que esse importante ativo do país seja utilizado de forma indevida.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964 - LEI DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL -  
4595/64  
artigo 11

*(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)*



## Projeto de Resolução



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

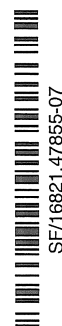
**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2016**

(Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática)

À publicação.  
Ficará perante a Mesa pelo prazo de  
cinco dias úteis, para recebimento de  
emendas.

EM 12 / 3 / 16

Altera o art. 107, I, *k*, do Regimento Interno  
do Senado Federal (RISF), para dispor sobre  
o dia e o horário das reuniões da Comissão  
de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática (CCT).



SF/16821.47855-07

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** A Resolução nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 107.** .....

I - .....

*k*) Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação  
e Informática: às terças-feiras, oito horas e quarenta e cinco minutos;  
.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de resolução que ora justificamos tem o objetivo de alterar o art. 107, I, *k*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre o dia e o horário das reuniões da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Nesse sentido, estamos propondo que as reuniões da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizar-se-ão às terças-feiras, às oito horas e quarenta e cinco minutos.

Página: 1/2 16/03/2016 17:16:35

a930a7a5c4c8f99cd2892871c6a28936fe0814c4





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

Atualmente, nos termos da redação vigente do dispositivo em questão, as reuniões da Comissão de que se trata estão previstas para realizarem-se às quartas-feiras, às dezoito horas.

Ocorre que o colegiado da CCT, reunido há alguns dias para analisar o dia e o horário de suas reuniões ordinárias semanais chegou à conclusão de que devem ser alterados, tanto o dia como o horário, decidindo-se por reuniões às terças-feiras, às oito horas e quarenta e cinco minutos.

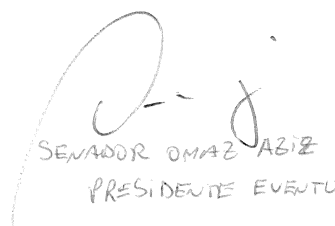
A propósito, cabe registrar que apenas a CCT tem as suas reuniões marcadas para o final do dia, às dezoito horas, e às quartas-feiras, dia e hora em que em regras o Plenário do Senado está em pleno funcionamento, muitas vezes com votações de matérias, o que demonstra a inadequação do dia e horário atualmente em vigor.

A esse respeito, cabe relevar que o mesmo art. 107 do RISF que ora propomos modificar estatui, no seu parágrafo único, que a reunião de qualquer comissão não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado e, como sabemos, é exatamente nas quartas-feiras à tarde que mais ocorrem as sessões deliberativas ordinárias da Casa.

Como conclusão, pelas razões acima expendidas, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente iniciativa.

Sala da Comissão, 22/03/2016

  
Senador LASIER MARTINS

  
SENADOR OMAZ ABIZ  
PRESIDENTE EVENTUAL



SF/16821.47855-07

Página: 2/2 16/03/2016 17:16:35

a930a7a5c4c8f99cd2892871c6a28936fe0814c4





# SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

**Reunião:** 7ª Reunião, Extraordinária, da CCT

**Data:** 22 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

## COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)</b>	
Cristovam Buarque (PPS)	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT)	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Angela Portela (PT)	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP)	5. Gladson Cameli (PP)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMDB)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)</b>	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)</b>	
José Medeiros (S/Partido)	1. Fernando Bezerri Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)</b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO

SENADO FEDERAL  
Comissão de Ciência, Tecnologia,  
Inovação, Comunicação e Informática  
Confere com o original

Em 22 / 03 / 2016

*Edu Lucena Heusi Moreira*  
Secretária da Comissão de Ciência,  
Tecnologia, Inovação, Comunicação  
e Informática



**Proposta de Emenda à Constituição**

**SENADO FEDERAL**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 11, DE 2016**

Altera a Constituição Federal para vedar, nas infrações comuns, a instituição de foro por prerrogativa da função para agentes públicos não eleitos, ressalvados os membros da magistratura e do Ministério Público e outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 5º** .....

.....

LXXIX – nas infrações penais comuns, é vedada a instituição de foro por prerrogativa da função para agentes públicos não eleitos, ressalvados os membros da magistratura e do Ministério Público.

.....” (NR)

**“Art. 102.** .....

I - .....

.....

c) nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvando o disposto no art. 52, I; e, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade os membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União;

.....” (NR)

**“Art. 109.** .....





XII – nas infrações penais comuns os Ministros de Estado, os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e os Chefes de missão diplomática de caráter permanente.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O tema da prerrogativa de foro deve merecer do Congresso Nacional tratamento consistente, sério, e, acreditamos, por meio de medidas endereçadas a extinguir progressivamente com quaisquer privilégios.

Existem proposições legislativas que revelam posições de princípio, e que extinguem por completo todas as hipóteses de prerrogativa de foro. Essa pode ser a solução futura. Até chegarmos a ela, entretanto, há um caminho a ser percorrido.

Cabe notar, preliminarmente, que existem agentes políticos cujo mandato resulta da realização da vontade popular, do exercício do sufrágio, da soberania do povo, princípio basilar da democracia. Entre esses agentes estão o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos municipais. E, nessa mesma senda, estão os parlamentares federais, estaduais e municipais.

Cabe também assinalar quanto ao foro por prerrogativa de função, que os tribunais superiores têm dificuldades práticas para lidar com causas penais comuns. Isso acaba por significar a omissão ou o retardamento da prestação jurisdicional que compete aos órgãos do Poder Judiciário.

Os tribunais superiores se encontram, como é notório, assoberbados e apresentam dificuldades em dar vazão aos processos sob sua responsabilidade. Nesse caso, é reforçada a sensação de impunidade que gera o inconformismo dos cidadãos.

Assim, parece-nos que a prerrogativa de foro deve ser restringida progressivamente. Nesse passo, ela seria mantida apenas para os cidadãos que ocupam cargos eletivos, em homenagem à soberania popular, e àqueles integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, agentes políticos que não são eleitos.

O princípio da igualdade de todos perante a lei imporá, em seu devido tempo, que a prerrogativa de foro seja extinta com relação a todos. Parece, entretanto, a esta altura, que uma proposição legislativa nesse sentido implicará, na prática, manter as coisas tal como hoje se encontram, e nada mudar.

Entendemos que é outra a situação dos assessores, aqueles que exercem função auxiliar dos agentes políticos eleitos, e que são nomeáveis e mesmo demissíveis *ad nutum*, ou seja, por uma simples canetada de um agente público. Por isso, entendemos que



os ministros de estado e os chefes de missão diplomática devem ser sujeitos, no caso de crime comum, à Justiça Federal de primeira instância.

Por simetria, as constituições estaduais poderão ser alteradas para impor o mesmo tratamento aos secretários de estado, que se acham em situação assemelhada, no plano regional, àquela que os ministros de estado ocupam na União.

A situação hoje vigente implica conferir ao Presidente da República e ao Governador de Estado a faculdade de prejudicar, com a simples nomeação de um assessor, todo um esforço coletivo do Poder Judiciário, do Ministério Público e das instituições policiais no sentido de afirmar os princípios constitucionais da moralidade pública e da eficiência administrativa.

A medida que ora propomos constitui, um primeiro passo: com ele, chegaremos mais rapidamente à plena consciência, por parte da sociedade brasileira, de que o foro privilegiado pode e deve ser abolido em outras situações. E, nesse processo, entenderemos melhor de que forma e em que termos isso se fará.

Peço aos eminentes pares a devida atenção a esta iniciativa, que julgamos achar-se em sintonia com o sentimento e os interesses do povo brasileiro.

Sala das Sessões,

Senador **LASIER MARTINS**  
Senador **ACIR GURGACZ**  
Senador **ALVARO DIAS**  
Senadora **ANA AMÉLIA**  
Senador **ANTONIO ANASTASIA**  
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**  
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**  
Senador **DALIRIO BEBER**  
Senador **EDUARDO AMORIM**  
Senador **ELMANO FÉRRER**  
Senador **FLEXA RIBEIRO**  
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**  
Senador **HÉLIO JOSÉ**  
Senador **IVO CASSOL**  
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**  
Senador **JOSÉ AGRIPINO**  
Senador **JOSÉ MARANHÃO**  
Senador **JOSÉ MEDEIROS**  
Senadora **LÚCIA VÂNIA**  
Senadora **MARTA SUPLCY**  
Senador **PAULO BAUER**



Senador **RAIMUNDO LIRA**  
Senador **RANDOLFE RODRIGUES**  
Senador **REGUFFE**  
Senador **RICARDO FERRAÇO**  
Senador **ROMÁRIO**  
Senador **RONALDO CAIADO**  
Senador **TASSO JEREISSATI**  
Senador **VALDIR RAUPP**  
Senador **WALDEMIR MOKA**

## LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)  
[parágrafo 3º do artigo 60](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*



## Requerimentos



## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO

### Nº 211, DE 2016

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada pelo falecimento do Pastor **MARCOS ROGÉRIO MARTINS ARAÚJO**, na madrugada do último dia 20 de março, domingo, em decorrência de um acidente automobilístico ocorrido na BR 262, em Mato Grosso do Sul, no dia anterior.

#### JUSTIFICAÇÃO

Marcos Rogério Martins Araújo era pastor da Igreja Peniel, em Três Lagoas, há vinte e um anos. Além da fé que transbordava de suas palavras, o pastor Marcos Rogério será sempre lembrado, pelas centenas de famílias a que trouxe paz e alento, pelo seu trabalho de recuperação de jovens acossados pela tragédia da droga.

Na juventude, Marcos Rogério sonhava em ser piloto de avião, e ingressou na Força Aérea Brasileira. Se não chegou a ser piloto, transportando pessoas pelos ares, soube conduzir a muitos pelos caminhos terrenos da solidariedade e da fé. Realizou, como ele sempre dizia, o sonho de Deus.

Mesmo em sua morte, está presente a marca da fraternidade cristã, pois Marcos Rogério perdeu o controle do seu carro para evitar o atropelamento de um andarilho que, inesperadamente, cruzou o seu caminho. Evitou a morte do próximo, ainda que à custa da sua própria vida. Não é surpresa para quem, como eu, o conhecia.

O pastor Marcos Rogério foi como um anjo de Deus entre nós. Como, então, entender os desígnios divinos neste momento de dor? Teria ele já cumprido a missão que foi atribuída pelo Criador, e foi, por isso, chamado de volta ao Paraíso? Estariam faltando



anjos no Céu, para que Deus possa formar mais exércitos do bem, e enviá-los a outras terras onde impera a barbárie humana?

O tamanho da saudade das pessoas que nos são muito amadas tem a exata dimensão da falta que elas nos fazem. Por isso a nossa grande tristeza, porque este é o momento em que precisamos entre nós, mais do que nunca, de seres verdadeiramente humanos como Marcos Rogério Martins Araújo.

Nesta hora em que o sentimento da comunidade de Três Lagoas é de coração partido, junto fragmentos da obra de Manoel de Barros para expressar o vazio deixado pela partida do Pastor Marcos Rogério, e, ao mesmo tempo, a esperança de que as sementes que ele deixou entre nós germinarão. Recorro ao poeta sul-mato-grossense pelos mais puros sentimentos que ele estampa nos seus versos, e pelo dom dos poetas em traduzir a alma – comprovação mais sublime da existência de Deus –: *Do lugar onde estou já fui embora/Não preciso do fim para chegar/O meu amanhecer vai ser de noite/No meu morrer tem uma dor de árvore.*

Que a árvore por ele cultivada continue a florescer e a frutificar.

Três Lagoas não esquecerá Marcos Rogério. Mato Grosso do Sul não esquecerá. Eu não esquecerei.

Que Deus ilumine sua esposa, Élide Tania da Silva Martins, e seus filhos, Marcos Rogério Júnior e Avner, com a mesma luz que conduziu a vida do seu esposo e pai.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2016

Senadora **SIMONE TEBET**  
Senador **WALDEMIR MOKA**

*(Encaminhe-se)*







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador IVO CASSOL

*Aprovado,  
em 22/03/2016*

**REQUERIMENTO Nº 112 , DE 2016**

Senhor Presidente,

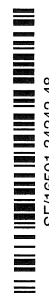
Requeiro nos termos regimentais, urgência para a votação do ~~parágrafo~~  
Projeto de Lei da Câmara nº 003/2016

Sala das Sessões,

Brasília-DF, 09 de março de 2016

**IVO CASSOL**  
Senador da Republica

LIDERANÇA	ASSINATURA
PT	
PDT	
PSB	
PPS	



SF/16501.34242-48

Página: 1/2 09/03/2016 18:56:37

08d48cd339100375847411f3633f7eabc5206b54





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador IVO CASSOL**

LIDERANÇA	ASSINATURA
PCdoB	
REDE	
PMDB	
PMB	
DEM	
PSDB	
PV	
PSD	
PP	
PTB	
PR	
PSC	
PRB	



SF/16501.34242-48

Página: 2/2 09/03/2016 18:56:37

08d48cd339100375847411f3633f1eabc5206b54



Aprovado  
em 22/03/2016

*[Assinatura]*



Aprovado em 09/03/2016

Senador(a) *[Assinatura]*  
Presidente da CCJ - SF

**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Requerimento nº 213/2016

**REQUERIMENTO Nº 8, DE 2016 - CCJ**

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do  
Regimento Interno do Senado Federal, **urgência** para o  
Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015.

Sala das Comissões, em 9 de março de 2016.

Senador(a)

*[Assinatura]*  
SENADOR AÉCIO NEVES

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.

PLS Nº 388 DE 15

fl(s) 78 uq:





## Senado Federal

## Relatório de Registro de Presença

CCJ, 09/03/2016 às 10h - 4ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA		1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO		2. OMAR AZIZ	
VAGO		3. GARIBALDI ALVES FILHO	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO		7. MARTA SUPLCY	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	4. RICARDO FRANCO	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA		2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
 PLS Nº 388 DE 15  
 fl(s) 79 119

03/2016 13:54:55

Página 1 de 2





## Senado Federal

# Relatório de Registro de Presença

## CCJ, 09/03/2016 às 10h - 4ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. VICENTINHO ALVES	PRESENTE

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PLS Nº 388 DE 15  
A(s) 80 u9.





## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 214, DE 2016**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do item 12 da alínea "c" do inciso II do art. 255, a tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013 que "regulamenta o exercício da profissão de Salva-Vidas. Define como salva-vidas os profissionais qualificados, habilitados e aptos a trabalhar em piscinas, mares, lagos, rios, represas e em todos os ambientes aquáticos de uso público ou coletivo; estabelece os requisitos para o exercício da profissão", em decorrência do impacto econômico financeiro decorrente da aprovação da proposição.

Sala das Sessões,

Senador **WILDER MORAIS**

**(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)**





**Republicação**

A Presidência determina a republicação do Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2011, contendo ajustes no texto da sua justificção, nos termos do Ofício s/nº, de 2016, do Senador Vicentinho Alves, autor da matéria.

São os seguintes o Ofício e o texto a ser republicado:



## **SENADO FEDERAL**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO**

### **Nº 513, DE 2011 (\*)**

(do Senador Vicentinho Alves)

Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui normas gerais para a contratação de parceria público-privada, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a construção e administração de estabelecimentos penais.

**Art. 2º** A parceria público-privada para os estabelecimentos penais poderá abranger presos condenados e provisórios, submetidos a qualquer regime de pena.

**Art. 3º** A parceria público-privada de que trata esta Lei é contrato de concessão administrativa e será precedida de licitação, observando-se o disposto na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

§ 1º A Administração Pública levará em conta, para a seleção do grupo ou empresa privada, entre outros critérios julgados convenientes, a viabilidade prática do projeto-modelo de concepção da estrutura arquitetônica do estabelecimento penal, suas condições de segurança e a capacidade de a estrutura e a empresa atenderem aos serviços a serem exigidos contratualmente.

§ 2º Não poderão fazer parte da sociedade dos grupos ou empresas privadas de que trata o § 1º deste artigo, seja como sócio ou acionista, as pessoas que tiverem sido condenadas por crime contra a Administração Pública ou por improbidade administrativa.

**Art. 4º** Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:

(\*)Republicado para ajustes na justificção do Projeto.



- I – reeducação, reabilitação e ressocialização do preso;
- II – respeito aos direitos e deveres do preso;
- III – respeito à integridade física e moral dos presos;
- IV – segurança do estabelecimento penal;
- V – obrigatoriedade de trabalho do preso;
- VI – quantidade de presos compatível com a estrutura e finalidade do estabelecimento penal;
- VII – indelegabilidade das funções jurisdicionais e disciplinares, exclusivas do Estado.

**Art. 5º** Os cargos de diretor e vice-diretor do estabelecimento penal serão ocupados por servidores públicos de carreira, observado o disposto no art. 75 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

*Parágrafo único.* O quadro de pessoal dos estabelecimentos penais será formado e contratado pelo concessionário.

**Art. 6º** O concessionário disponibilizará e manterá para os presos:

- I – assistência jurídica;
- II – acompanhamento médico, odontológico e nutricional;
- III – programas de ensino fundamental, de capacitação profissional e de esporte e lazer;
- IV – corpo técnico para a elaboração e execução dos programas de individualização de pena;
- V – programa de atividades laborais.

**Art. 7º** Os estabelecimentos penais atenderão aos seguintes requisitos:

- I – possuir área física suficiente para permitir o desenvolvimento de atividades laborais, educacionais e recreativas em relação à quantidade de vagas;
- II – dispor de pessoal treinado em segurança e vigilância;
- III – dispor e manter ambientes limpos, aerados, salubres e com condicionamento térmico adequado, manter os presos limpos e com apresentação pessoal adequada, assim como oferecer área mínima de 6m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) para cada preso, com aparelho sanitário e lavatório, nas unidades celulares.

**Art. 8º** O concessionário, na execução da parceria, poderá subcontratar qualquer serviço, fornecimento ou partes da obra do estabelecimento penal, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração Pública, conforme avaliação de conveniência e oportunidade, responsabilizando-se solidariamente por qualquer erro, dano ou deficiência de execução.



**Art. 9º** O concessionário será remunerado com base na disponibilidade de vagas do estabelecimento penal, no número de presos custodiados e na prestação de serviços requerida pelo contrato.

*Parágrafo único.* A avaliação dos serviços oferecidos pelo concessionário será baseada em indicadores de desempenho e disponibilidade estabelecidos por contrato.

**Art. 10.** O concessionário terá liberdade para explorar o trabalho dos presos, assim como utilizar ambientes do estabelecimento penal para a comercialização de produtos e serviços oriundos desse trabalho, e dos lucros advindos será deduzida a remuneração devida, observado o disposto neste artigo.

§ 1º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e não gera relação de emprego entre o contratante da mão-de-obra e o preso.

§ 2º Ao preso serão assegurados os seguintes direitos:

I – remuneração mínima correspondente a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do salário mínimo, para uma jornada de trabalho de quarenta e quatro horas semanais, que será depositada em conta judicial, garantida a correção monetária;

II – previdência social;

III – equipamento de proteção individual contra acidentes do trabalho, obedecidas as normas relativas a higiene e segurança do trabalho, fixadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;

IV – treinamento profissional;

V – seguro contra acidente de trabalho.

§ 3º A contribuição previdenciária devida pelo contratante da mão-de-obra do preso será de dez por cento, incidente sobre o total da remuneração bruta contratada.

§ 4º O concessionário ou empresa subcontratada poderá capacitar e remunerar os presos de forma diferenciada, com base em critério de produtividade ou conforme seus interesses econômicos e as circunstâncias do mercado.

§ 5º O preso que não consentir no trabalho para o concessionário ou empresa subcontratada, será transferido para estabelecimento penal onde o trabalho é executado sob fiscalização e controle do Poder Público.

**Art. 11.** A mão-de-obra do preso poderá ser explorada diretamente pelo concessionário ou ser subcontratada, observadas as seguintes condições:

I – os presos considerados perigosos e que possam apresentar risco para a sociedade, conforme avaliação técnica, não realizarão trabalhos externos;

II – o concessionário garantirá, juntamente com o Poder Público, a vigilância e a segurança nos trabalhos externos.



**Art. 12.** O concessionário, considerando o desempenho laboral do preso, ou em caso de interesse na sua contratação após a obtenção da liberdade, poderá apresentar ao juiz da execução proposta mais benéfica de remição em relação à prevista no art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

**Art. 13.** É atribuição do Poder Público determinar a transferência de presos para outros estabelecimentos penais, fazer escoltas em caso de transferências, o transporte para o tribunal ou para atender a atos do processo penal ou da investigação criminal e a vigilância e a segurança nos trabalhos externos dos presos.

**Art. 14.** O contrato poderá ser rescindido pelas partes na hipótese de desempenho que não atenda aos critérios de avaliação previstos em contrato.

**Art. 15.** É permitida a participação de empresas ou grupos com capital estrangeiro nos contratos de que trata esta Lei.

**Art. 16.** Os estabelecimentos penais sob contratação de parceria público-privada serão fiscalizados pelo juízo da execução penal, pelo Ministério Público, pelo Conselho Penitenciário e pelo Departamento Penitenciário local.

**Art. 17.** Os arts. 29, 32, 33, 36, 37, 76, 77 e *caput* do art. 88 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, não se aplicam para o caso de parceria público-privada na administração do estabelecimento penal, e as disposições referidas ficarão a critério do que for estabelecido no contrato.

**Art. 18.** Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei objetiva traçar normas gerais para a parceria público-privada na construção e administração de estabelecimentos penais no Brasil. Já existem parcerias em andamento em alguns Estados. O que se busca é fornecer um tratamento mínimo para o tema em relação a questões essenciais, para que haja uma uniformidade de execução em relação a elas no território nacional.

Este projeto não trata de “privatização” do sistema prisional. Seria mais adequado falar em terceirização; ou, ainda melhor, em co-gestão dos estabelecimentos prisionais por meio da parceria entre setor público e privado, buscando otimizar a prestação dos serviços penitenciários. Há parcerias no Ceará, Bahia, Amazonas, Espírito Santo e Santa Catarina. Há projetos em andamento em Pernambuco e em Minas Gerais. Não é uma novidade em nosso País. Prima-se pela idéia de uma Administração Pública *gerencial*, em que se busca fazer com que o serviço público seja menos burocrático e atinja sua finalidade, que a prestação do serviço seja mais eficiente, procurando, assim, eliminar fatores que inflacionam o gasto público, como a corrupção, o nepotismo, o abuso do poder etc.



Em muitos casos não há ganho em termos de economia de recursos públicos. Mas esse não é o objetivo da parceria público-privada de que trata este projeto. A Lei de Execução Penal anuncia em seu art. 1º qual é o objetivo da execução de qualquer pena: a ressocialização. E é precisamente isso o que o nosso atual sistema público de execução penal não tem logrado cumprir. O custo financeiro para o Estado na manutenção do preso pela iniciativa privada deve ser analisado de acordo com os fatores positivos que esse modelo traz para a sociedade, uma vez que os índices de reincidência criminal são baixos. Ou seja, ao menos abre-se a possibilidade de ressocialização no nosso sistema, em face do investimento que se faz na pessoa do preso, colocando ao seu dispor trabalho, condições mínimas de habitabilidade, alimentação e saúde.

Algumas experiências têm sido muito positivas. Por exemplo, na Penitenciária de Guarapuava, no Paraná, em que vários serviços foram terceirizados, a taxa de reincidência criminal é de 6%, enquanto a média nacional gira em torno de 85%.

A terceirização trará ganhos ao mirar os seguintes fatores: obrigatoriedade de trabalho para o preso; capacitação profissional; e educação. São fatores fundamentais para um processo de ressocialização eficiente. Para tanto, a iniciativa privada precisa estar livre para explorar a mão-de-obra do preso como bem quiser, respeitados, obviamente, os limites legais. A lógica econômico-privada garantirá uma auto-regulação do sistema que só trará ganhos para a sociedade, pois possibilitará o que o sistema atual não possibilita, a ressocialização, e, talvez, no longo prazo, a auto-suficiência. Em janeiro de 2011, por exemplo, foi firmado acordo entre o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o Ministério dos Esportes e o Comitê Organizador Brasileiro da Copa do Mundo de 2014, com previsão de contratação de detentos e ex-detentos nas obras e serviços necessários à realização do Mundial. É disso que o Brasil precisa: uso inteligente e racional da mão-de-obra dos presos.

Importante ressaltar que o projeto respeita a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho. O trabalho do preso para a iniciativa privada é contratado e, portanto, deve ter seu assentimento. Se o preso não consentir, deverá ser transferido para uma unidade penal controlada pelo Poder Público.

O sistema de co-gestão da execução penal não implica em abrir mão da competência privativa de executar a pena, que é do Estado. Mesmo que o setor de segurança seja administrado pela iniciativa privada, a responsabilidade pela execução da política penitenciária continua sendo estatal, já que se trata de matéria de índole constitucional. O corpo diretivo do presídio (diretor e vice-diretor) é composto por membros indicados pelo Estado, exercendo função pública típica. As competências jurisdicionais e disciplinares também são indelegáveis.

Uma das causas do agravamento da crise no sistema penitenciário brasileiro é a má aplicação do dinheiro público na administração dos presídios. Profissionais que recebem sem trabalhar, agentes penitenciários que fazem da profissão um “bico”, servidores administrativos que desviam material de expediente e gêneros alimentícios, estruturas prisionais sujas, que estimulam crimes e faltas disciplinares, e que operam sem



capacidade de suportar a população carcerária que abriga, o que estimula rebeliões. Gasta-se muito e os problemas não são resolvidos.

O Estado mostrou-se incompetente para tratar da questão. Urge a transferência desses problemas para a iniciativa privada. Nesse sentido, julgamos a presente proposta fundamental para o futuro do sistema prisional brasileiro, e conclamamos os ilustres Pares a apoiá-la.

Sala das Sessões,

Senador **VICENTINHO ALVES**

### *LEGISLAÇÃO CITADA*

#### **LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.**

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

#### **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.**

Institui a Lei de Execução Penal.

.....  
 .....  
 Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

.....  
 .....  
 .....





7

Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

§ 1º Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

§ 2º Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.

§ 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.

Parágrafo único. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.

.....  
 .....  
 .....

### SEÇÃO III

#### Do Trabalho Externo

Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

§ 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

§ 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

§ 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.

Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

Parágrafo único. Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

.....  
 .....  
 .....



## 8

## SEÇÃO III

## Da Direção e do Pessoal dos Estabelecimentos Penais

Art. 75. O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais;

II - possuir experiência administrativa na área;

III - ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.

Parágrafo único. O diretor deverá residir no estabelecimento, ou nas proximidades, e dedicará tempo integral à sua função.

Art. 76. O Quadro do Pessoal Penitenciário será organizado em diferentes categorias funcionais, segundo as necessidades do serviço, com especificação de atribuições relativas às funções de direção, chefia e assessoramento do estabelecimento e às demais funções.

Art. 77. A escolha do pessoal administrativo, especializado, de instrução técnica e de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.

§ 1º O ingresso do pessoal penitenciário, bem como a progressão ou a ascensão funcional dependerão de cursos específicos de formação, procedendo-se à reciclagem periódica dos servidores em exercício.

§ 2º No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado.

## CAPÍTULO II

## Da Penitenciária

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

*(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)*

Publicado no **DSF** em 26/08/2011.

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF**  
**OS: 14327/2011**



**OFÍCIO/GSVALV nº /2016 Brasília-DF, 17 de março de 2016**

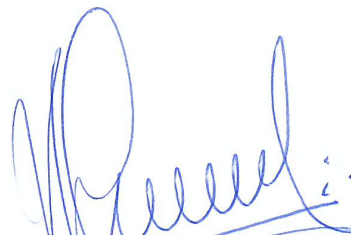
Excelentíssimo Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência as providências cabíveis no sentido de republicar o *Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2011*, tendo em vista a necessidade de promover ajustes no texto da Justificação do citado projeto para adequá-lo à ideia da proposição.

Em anexo, segue o texto do PLS 513, 2011, para ser republicado.

Atenciosamente,



Senador **VICENTINHO ALVES**  
(PR-TO)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador VICENTINHO ALVES

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2011**

Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui normas gerais para a contratação de parceria público-privada, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a construção e administração de estabelecimentos penais.

**Art. 2º** A parceria público-privada para os estabelecimentos penais poderá abranger presos condenados e provisórios, submetidos a qualquer regime de pena.

**Art. 3º** A parceria público-privada de que trata esta Lei é contrato de concessão administrativa e será precedida de licitação, observando-se o disposto na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

§ 1º A Administração Pública levará em conta, para a seleção do grupo ou empresa privada, entre outros critérios julgados convenientes, a viabilidade prática do projeto-modelo de concepção da estrutura arquitetônica do estabelecimento penal, suas condições de segurança e a capacidade de a estrutura e a empresa atenderem aos serviços a serem exigidos contratualmente.

§ 2º Não poderão fazer parte da sociedade dos grupos ou empresas privadas de que trata o § 1º deste artigo, seja como sócio ou acionista, as pessoas que tiverem sido condenadas por crime contra a Administração Pública ou por improbidade administrativa.



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **VICENTINHO ALVES**

**Art. 4º** Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:

I – reeducação, reabilitação e ressocialização do preso;

II – respeito aos direitos e deveres do preso;

III – respeito à integridade física e moral dos presos;

IV – segurança do estabelecimento penal;

V – obrigatoriedade de trabalho do preso;

VI – quantidade de presos compatível com a estrutura e finalidade do estabelecimento penal;

VII – indelegabilidade das funções jurisdicionais e disciplinares, exclusivas do Estado.

**Art. 5º** Os cargos de diretor e vice-diretor do estabelecimento penal serão ocupados por servidores públicos de carreira, observado o disposto no art. 75 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

*Parágrafo único.* O quadro de pessoal dos estabelecimentos penais será formado e contratado pelo concessionário.

**Art. 6º** O concessionário disponibilizará e manterá para os presos:

I – assistência jurídica;

II – acompanhamento médico, odontológico e nutricional;

III – programas de ensino fundamental, de capacitação profissional e de esporte e lazer;

IV – corpo técnico para a elaboração e execução dos programas de individualização de pena;

V – programa de atividades laborais.

**Art. 7º** Os estabelecimentos penais atenderão aos seguintes requisitos:





**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **VICENTINHO ALVES**

I – possuir área física suficiente para permitir o desenvolvimento de atividades laborais, educacionais e recreativas em relação à quantidade de vagas;

II – dispor de pessoal treinado em segurança e vigilância;

III – dispor e manter ambientes limpos, aerados, salubres e com condicionamento térmico adequado, manter os presos limpos e com apresentação pessoal adequada, assim como oferecer área mínima de 6m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) para cada preso, com aparelho sanitário e lavatório, nas unidades celulares.

**Art. 8º** O concessionário, na execução da parceria, poderá subcontratar qualquer serviço, fornecimento ou partes da obra do estabelecimento penal, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração Pública, conforme avaliação de conveniência e oportunidade, responsabilizando-se solidariamente por qualquer erro, dano ou deficiência de execução.

**Art. 9º** O concessionário será remunerado com base na disponibilidade de vagas do estabelecimento penal, no número de presos custodiados e na prestação de serviços requerida pelo contrato.

*Parágrafo único.* A avaliação dos serviços oferecidos pelo concessionário será baseada em indicadores de desempenho e disponibilidade estabelecidos por contrato.

**Art. 10.** O concessionário terá liberdade para explorar o trabalho dos presos, assim como utilizar ambientes do estabelecimento penal para a comercialização de produtos e serviços oriundos desse trabalho, e dos lucros advindos será deduzida a remuneração devida, observado o disposto neste artigo.

§ 1º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e não gera relação de emprego entre o contratante da mão-de-obra e o preso.

§ 2º Ao preso serão assegurados os seguintes direitos:

I – remuneração mínima correspondente a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do salário mínimo, para uma jornada de trabalho de quarenta e quatro horas





**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **VICENTINHO ALVES**

semanais, que será depositada em conta judicial, garantida a correção monetária;

II – previdência social;

III – equipamento de proteção individual contra acidentes do trabalho, obedecidas as normas relativas a higiene e segurança do trabalho, fixadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;

IV – treinamento profissional;

V – seguro contra acidente de trabalho.

§ 3º A contribuição previdenciária devida pelo contratante da mão-de-obra do preso será de dez por cento, incidente sobre o total da remuneração bruta contratada.

§ 4º O concessionário ou empresa subcontratada poderá capacitar e remunerar os presos de forma diferenciada, com base em critério de produtividade ou conforme seus interesses econômicos e as circunstâncias do mercado.

§ 5º O preso que não consentir no trabalho para o concessionário ou empresa subcontratada, será transferido para estabelecimento penal onde o trabalho é executado sob fiscalização e controle do Poder Público.

**Art. 11.** A mão-de-obra do preso poderá ser explorada diretamente pelo concessionário ou ser subcontratada, observadas as seguintes condições:

I – os presos considerados perigosos e que possam apresentar risco para a sociedade, conforme avaliação técnica, não realizarão trabalhos externos;

II – o concessionário garantirá, juntamente com o Poder Público, a vigilância e a segurança nos trabalhos externos.

**Art. 12.** O concessionário, considerando o desempenho laboral do preso, ou em caso de interesse na sua contratação após a obtenção da liberdade, poderá apresentar ao juiz da execução proposta mais benéfica de remição em relação à prevista no art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

**Art. 13.** É atribuição do Poder Público determinar a transferência de presos para outros estabelecimentos penais, fazer escoltas em caso de transferências, o transporte para o tribunal ou para atender a atos



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **VICENTINHO ALVES**

do processo penal ou da investigação criminal e a vigilância e a segurança nos trabalhos externos dos presos.

**Art. 14.** O contrato poderá ser rescindido pelas partes na hipótese de desempenho que não atenda aos critérios de avaliação previstos em contrato.

**Art. 15.** É permitida a participação de empresas ou grupos com capital estrangeiro nos contratos de que trata esta Lei.

**Art. 16.** Os estabelecimentos penais sob contratação de parceria público-privada serão fiscalizados pelo juízo da execução penal, pelo Ministério Público, pelo Conselho Penitenciário e pelo Departamento Penitenciário local.

**Art. 17.** Os arts. 29, 32, 33, 36, 37, 76, 77 e *caput* do art. 88 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, não se aplicam para o caso de parceria público-privada na administração do estabelecimento penal, e as disposições referidas ficarão a critério do que for estabelecido no contrato.

**Art. 18.** Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei objetiva traçar normas gerais para a parceria público-privada na construção e administração de estabelecimentos penais no Brasil. Já existem parcerias em andamento em alguns Estados. O que se busca é fornecer um tratamento mínimo para o tema em relação a questões essenciais, para que haja uma uniformidade de execução em relação a elas no território nacional.





**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **VICENTINHO ALVES**

Este projeto não trata de “privatização” do sistema prisional. Seria mais adequado falar em terceirização; ou, ainda melhor, em co-gestão dos estabelecimentos prisionais por meio da parceria entre setor público e privado, buscando otimizar a prestação dos serviços penitenciários. Há parcerias no Ceará, Bahia, Amazonas, Espírito Santo e Santa Catarina. Há projetos em andamento em Pernambuco e em Minas Gerais. Não é uma novidade em nosso País. Prima-se pela idéia de uma Administração Pública *gerencial*, em que se busca fazer com que o serviço público seja menos burocrático e atinja sua finalidade, que a prestação do serviço seja mais eficiente, procurando, assim, eliminar fatores que inflacionam o gasto público, como a corrupção, o nepotismo, o abuso do poder etc.

Em muitos casos não há ganho em termos de economia de recursos públicos. Mas esse não é o objetivo da parceria público-privada de que trata este projeto. A Lei de Execução Penal anuncia em seu art. 1º qual é o objetivo da execução de qualquer pena: a ressocialização. E é precisamente isso o que o nosso atual sistema público de execução penal não tem logrado cumprir. O custo financeiro para o Estado na manutenção do preso pela iniciativa privada deve ser analisado de acordo com os fatores positivos que esse modelo traz para a sociedade, uma vez que os índices de reincidência criminal são baixos. Ou seja, ao menos abre-se a possibilidade de ressocialização no nosso sistema, em face do investimento que se faz na pessoa do preso, colocando ao seu dispor trabalho, condições mínimas de habitabilidade, alimentação e saúde.

Algumas experiências têm sido muito positivas. Por exemplo, na Penitenciária de Guarapuava, no Paraná, em que vários serviços foram terceirizados, a taxa de reincidência criminal é de 6%, enquanto a média nacional gira em torno de 85%.

A terceirização trará ganhos ao mirar os seguintes fatores: obrigatoriedade de trabalho para o preso; capacitação profissional; e educação. São fatores fundamentais para um processo de ressocialização eficiente. Para tanto, a iniciativa privada precisa estar livre para explorar a mão-de-obra do preso como bem quiser, respeitados, obviamente, os limites legais. A lógica econômico-privada garantirá uma auto-regulação do sistema que só trará ganhos para a sociedade, pois possibilitará o que o sistema atual não possibilita, a ressocialização, e, talvez, no longo prazo, a auto-suficiência. Em janeiro de 2011, por exemplo, foi firmado acordo entre o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o Ministério dos Esportes e o Comitê Organizador Brasileiro da Copa do Mundo de 2014, com previsão de



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **VICENTINHO ALVES**

contratação de detentos e ex-detentos nas obras e serviços necessários à realização do Mundial. É disso que o Brasil precisa: uso inteligente e racional da mão-de-obra dos presos.

Importante ressaltar que o projeto respeita a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho. O trabalho do preso para a iniciativa privada é contratado e, portanto, deve ter seu assentimento. Se o preso não consentir, deverá ser transferido para uma unidade penal controlada pelo Poder Público.

O sistema de co-gestão da execução penal não implica abrir mão da competência privativa de executar a pena, que é do Estado. Mesmo que o setor de segurança seja administrado pela iniciativa privada, a responsabilidade pela execução da política penitenciária continua sendo estatal, já que se trata de matéria de índole constitucional. O corpo diretivo do presídio (diretor e vice-diretor) é composto por membros indicados pelo Estado, exercendo função pública típica. As competências jurisdicionais e disciplinares também são indelegáveis.

Sala das Sessões,

Senador **VICENTINHO ALVES**

A matéria retorna ao exame da CDH, CCJ e CAS, seguindo posteriormente à CEDN, em decisão terminativa.



## MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

**Aviso do Ministro de Estado da Fazenda**

# CONGRESSO NACIONAL

## AVISO DO CONGRESSO NACIONAL

### Nº 4, DE 2016

Encaminha, em cumprimento à Lei 11.887/08, art. 10, Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, referente ao 4º trimestre de 2015.

**Aviso nº 89 de 2016-MF, na origem****DOCUMENTOS:**

- AVISO Nº 89 DE 2016
- RELATÓRIO





00100.041105/2016-66  
musal

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Esplanada dos Ministérios – Bl. “P”, Ed. Sede  
CEP: 70048-900 – Brasília/DF  
End. Eletrônico – [gabinete.df.gmf@fazenda.gov.br](mailto:gabinete.df.gmf@fazenda.gov.br)  
Fone: (0xx61) 3412-2532

Aviso nº 8 /MF

Brasília, 18 de Março de 2016.


Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,  
**SENADOR DA REPÚBLICA RENAN CALHEIROS**

**Assunto: Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB referente ao quarto trimestre de 2015.**

Senhor Presidente,

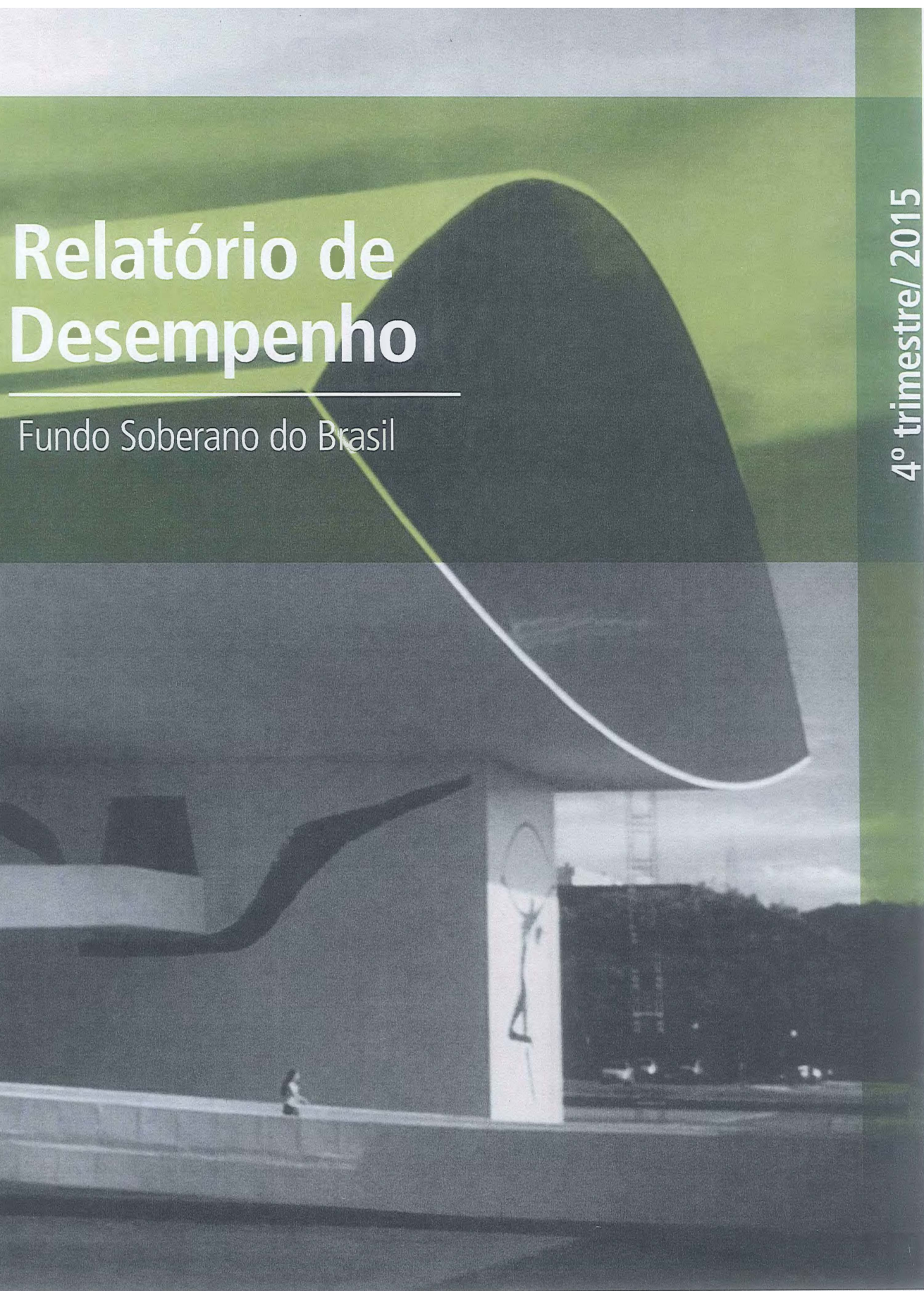
1. Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao quarto trimestre de 2015, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009.

Respeitosamente,

  
**NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO**  
Ministro de Estado da Fazenda







# Relatório de Desempenho

---

Fundo Soberano do Brasil

4º trimestre / 2015





**MINISTRO DA FAZENDA**

Nelson Henrique Barbosa Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Dyogo Henrique de Oliveira

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Otávio Ladeira de Medeiros

**SUBSECRETÁRIOS DO TESOIRO NACIONAL**

Gildenora Milhomem

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Paulo José dos Reis

Pricilla Maria Santana

**EQUIPE TÉCNICA****Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**Coordenador-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil**

William Baghdassarian

**Coordenador de Gestão do Fundo Soberano do Brasil**

Daniel de Araujo e Borges

Alex Sander Ferreira da Silva

Claudia Akemi Matsuba

Carlos Leonardo Zucarello Braga

Dorilene G. Milanez

Eduardo Brandão Curi

Julio Domingues Zenckner Possas

Marcos Minoru Taketomi

Marcus Lima Franco

Marcus Vinicius Magalhães de Pinho

Reinaldo Augusto Hugo Ruiz Pegoraro

Renato da Motta Andrade Neto

Ricardo Milsztajn

Thayssa Mendes Tavares Pena

Vinicius Luiz Antunes Araújo

**Contadora**

Silvia Lenita Moeller

**Representantes do Banco Central do Brasil junto ao FSB**

Aldo Luiz Mendes

Leonardo Martins Nogueira

**Representantes do Ministério do Planejamento junto ao FSB**

Martim Ramos Cavalcanti

**Capa e projeto gráfico**

Coordenação de Desenvolvimento Institucional/ Gerência de Informação (CODIN/GEIFO)

**Fotografia de capa**

Museu Oscar Niemeyer, Curitiba/PR. Foto de Mauricio Mercer, sob licença Creative Commons.

**INFORMAÇÕES:**

Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB)

Tel: (61) 3412-2145 Fax: (61) 3412-3198

**SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL**

Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Anexo B, Térreo

70048-900 - Brasília - DF

Correio Eletrônico: fsb@fazenda.gov.br

Home Page: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/mais/fundo-soberano>

*O Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil é encaminhado trimestralmente pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 11.887/2008; e ao art. 11, caput e parágrafo único, do Decreto nº 7.055/2009. É permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que mencionada a fonte:*



# Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apresenta, trimestralmente, ao Congresso Nacional, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil (FSB) que deve ser composto por, no mínimo, o valor de mercado dos ativos que compõem a carteira do FSB, separando os ativos externos e internos, bem como sua variação acumulada no trimestre e nos últimos doze meses.

O Relatório de Desempenho apresenta ainda análise comparativa da carteira do Fundo em relação à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), rentabilidade mínima definida para as aplicações financeiras do FSB no Brasil. Informações gerenciais com maior nível de detalhamento, produzidas e monitoradas pelo FSB em conformidade com sua Política de Investimentos, são divulgadas semestralmente por meio dos Relatórios de Administração e Demonstrações Financeiras.

3



# Valor de mercado dos ativos

Desde a criação do FSB, em 2008, até o presente momento, o Conselho Deliberativo do FSB (CDFSB) manteve a diretriz de alocar os recursos do FSB exclusivamente no país e, portanto, não existem aplicações em ativos externos (Carteira Efetiva Internacional).

Apresentam-se, a seguir, os valores de mercado dos ativos que compõem as carteiras de aplicações do FSB, bem como suas variações e rentabilidades verificadas no trimestre sob análise e nos últimos doze meses.

Tabela 1 – Valor dos Ativos do FSB (em Reais)

	31/12/2014	31/12/2015	Δ	30/09/2015	31/12/2015	Δ
1. CED - Carteira Efetiva Doméstica	467.419.758	20.182.052	-95,68%	806.115.114	20.182.052	-97,50%
<b>1.1 Títulos prefixados</b>	<b>259.855.659</b>	<b>11.623.981</b>	<b>-95,53%</b>	<b>484.724.089</b>	<b>11.623.981</b>	<b>-97,60%</b>
1.1.1 LTN	206.725.948	8.321.540	-95,97%	406.124.512	8.321.540	-97,95%
1.1.2 NTN-F	53.129.710	3.302.441	-93,78%	78.599.577	3.302.441	-95,80%
<b>1.2 Títulos índice de pregos (IPCA)</b>	<b>207.564.099</b>	<b>8.558.070</b>	<b>-95,88%</b>	<b>321.391.025</b>	<b>8.558.070</b>	<b>-97,34%</b>
2. CEI - Carteira Efetiva Internacional	-	-	-	-	-	-
3. CE1 - Carteira Especial 1 (Banco do Brasil)	2.630.150.500	1.548.062.604	-41,14%	1.596.373.920	1.548.062.604	-3,03%
4. CE2 - Carteira Especial 2 (Conta Única)	15.248.837.668	18.137.102.952	18,94%	16.741.015.814	18.137.102.952	8,34%
5. Outros ativos (FFIE)	37.915.276	30.263.020	-20,18%	28.401.016	30.263.020	6,56%
5.1 Disponível	52.233	51.371	-1,65%	52.364	51.371	-1,90%
5.2 Operações compromissadas	37.861.847	30.209.350	-20,21%	28.347.414	30.209.350	6,57%
5.3 Provisões JSCP e Dividendos	-	-	-	-	-	-
5.4 Taxas diferidas CVM/Anbima	1.197	2.299	92,12%	1.237	2.299	85,86%
<b>FSB Total</b>	<b>18.384.323.202</b>	<b>19.735.610.628</b>	<b>7,35%</b>	<b>19.171.905.864</b>	<b>19.735.610.628</b>	<b>2,94%</b>

Fonte: BB DTVM (CED, CE1 e outros ativos do FFIE) e Siafi (CE2).

Obs.: O valor dos ativos é equivalente ao patrimônio líquido do Fundo acrescido da taxa de administração e outros passivos.

JSCP - Juros sobre capital próprio.

Verificou-se, no quarto trimestre de 2015, uma queda de 97,50% no valor de mercado da carteira de títulos públicos, em relação ao trimestre anterior. Essa variação decorreu, principalmente, do resgate pelo valor de mercado de 747.810 (setecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e dez) títulos, no valor financeiro de R\$ 855.991.923,37 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, novecentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos)<sup>1</sup>. Do total resgatado, R\$ 855.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões) foram transferidos para a Conta Única do Tesouro Nacional e aplicados na subconta do FSB (CE2). Os R\$ 991.923,37 (novecentos e noventa e um mil, novecentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos) restantes constam do saldo de operações compromissadas e serão alocados na Carteira Efetiva Doméstica (CED).

<sup>1</sup> Portaria STN nº 764, de 22 de dezembro de 2015.





Tabela 2 – Rentabilidade Efetiva X Rentabilidade de Referência

Ativo	2015												Rentabilidade	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	3 meses	12 meses
CED	2,44%	0,41%	-0,13%	1,66%	2,09%	0,09%	0,48%	-1,67%	-0,73%	1,72%	0,89%	0,89%	3,55%	8,39%
CRD	2,40%	0,41%	-0,14%	1,71%	2,07%	0,08%	0,41%	-1,77%	-0,80%	1,63%	0,98%	0,97%	3,62%	8,15%
Δ Bench.	0,04%	0,01%	0,01%	-0,02%	0,02%	0,01%	0,06%	0,11%	0,07%	0,09%	-0,09%	-0,08%	-0,08%	0,22%
CED Pré	1,81%	0,29%	-0,01%	1,13%	1,59%	0,31%	1,32%	-0,67%	-0,83%	1,04%	0,90%	0,54%	2,50%	7,63%
IRF - M	1,79%	0,29%	-0,03%	1,09%	1,63%	0,32%	1,23%	-0,85%	-0,94%	0,92%	0,92%	0,57%	2,43%	7,13%
Δ Bench.	0,03%	0,00%	0,02%	0,04%	-0,04%	-0,01%	0,09%	0,18%	0,11%	0,12%	-0,02%	-0,03%	0,07%	0,48%
CED IPCA	3,17%	0,57%	-0,26%	2,31%	2,66%	-0,23%	-0,71%	-3,08%	-0,58%	2,65%	0,87%	1,38%	4,97%	8,91%
IMA - B	3,12%	0,54%	-0,28%	2,44%	2,57%	-0,27%	-0,73%	-3,11%	-0,68%	2,58%	1,03%	1,52%	5,21%	8,88%
Δ Bench.	0,05%	0,03%	0,02%	-0,12%	0,08%	0,04%	0,02%	0,03%	0,11%	0,07%	-0,16%	-0,14%	-0,23%	0,03%
RF FFIE*	2,31%	0,39%	-0,13%	1,61%	2,10%	0,10%	0,54%	-1,66%	-0,73%	1,67%	0,88%	0,87%	3,46%	8,17%
CE1	-13,08%	15,25%	-1,83%	16,19%	-12,88%	8,03%	-9,13%	-19,14%	-12,55%	5,07%	2,00%	-6,87%	-0,19%	-31,03%
FFIE**	-10,60%	12,52%	-1,54%	13,52%	-10,42%	6,42%	-6,92%	-14,61%	-8,96%	3,90%	1,63%	-4,37%	0,98%	-21,68%
CE2	1,01%	1,06%	1,20%	1,17%	0,98%	1,02%	1,12%	1,00%	0,86%	0,98%	1,04%	1,18%	3,24%	13,40%
FSB - Brasil	-0,96%	2,82%	-0,74%	3,20%	-1,08%	1,90%	-0,25%	-1,49%	-0,49%	1,35%	1,12%	0,47%	2,96%	7,44%
TJLP	0,45%	0,38%	0,47%	0,46%	0,46%	0,48%	0,57%	0,52%	0,56%	0,56%	0,54%	0,59%	1,70%	6,22%
Δ Bench.	-1,40%	2,43%	0,27%	2,72%	-1,54%	1,41%	-0,82%	-2,00%	-1,05%	0,78%	0,58%	-0,12%	1,24%	1,14%

5

Fonte: BB DTVM (CED, CE1 e outros ativos do FFIE), Siafi (CE2) e BACEN (TJLP).

Obs.: A rentabilidade é apurada considerando-se o regime de competência, enquanto o valor dos ativos é calculado pela posição de caixa. Portanto, as variações nos valores dos ativos serão diferentes das rentabilidades, as quais considerarão, por exemplo, ativos que são de direito do FSB, mas que ainda não fazem parte da Conta Única ou do FFIE, tais como proventos do BB a serem pagos futuramente (ações ex-dividendos, por exemplo), ou rendimentos da Conta Única a serem creditados no próximo decêndio. Além disso, a rentabilidade é calculada diariamente pela Metodologia "Time Weighted Returns". As variações nos Valores dos Ativos (Tabela 1) desconsideram, por exemplo, as transferências de valores da carteira CE1, tais como proventos, para a compra de títulos públicos, na CED. Já as rentabilidades (Tabela 2) corrigem estas distorções ao aplicar a Metodologia "Time Weighted Returns", a qual incorpora os fluxos financeiros entre as subcarteiras.

Siglas: CED = Carteira Efetiva Doméstica; CRD = Carteira de Referência Doméstica; RF FFIE = Renda Fixa FFIE; CE1 = Carteira Especial 1 (Ações do Banco do Brasil); CE2 = Carteira Especial 2 (Aplicação na Conta Única).

\* Inclui a CED, saldo de operações compromissadas e disponível.

\*\* Inclui a RF FFIE e CE1.

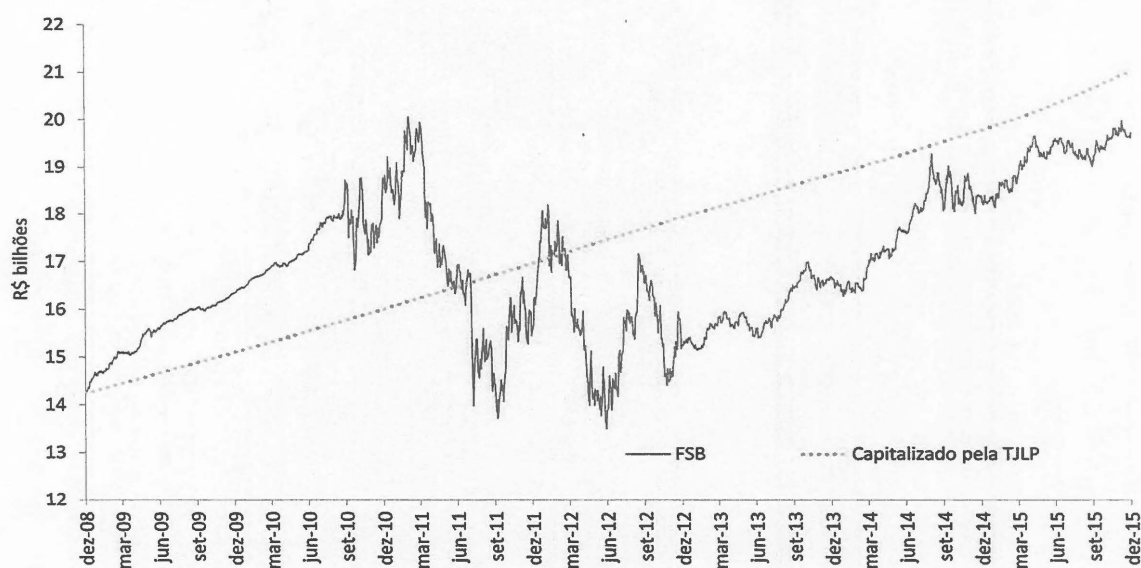
As aplicações realizadas na Conta Única do Tesouro Nacional (Carteira Especial 2) e na Carteira Efetiva Doméstica, no quarto trimestre de 2015, apresentaram rentabilidade de, respectivamente, 3,24% e 3,55%. Por sua vez, a Carteira Especial 1 apresentou rentabilidade de -0,19%, correspondente à variação verificada no valor de mercado das ações do Banco do Brasil no período e ao recebimento de proventos originários dessas participações. Sob a ótica global de seu portfólio, as aplicações do FSB apresentaram rentabilidade de 2,96% no referido trimestre, com variação de 1,24 pontos percentuais superior à TJLP no período.

Em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 3º, do Decreto nº 7.055, de 2009, o Gráfico 1 apresenta a evolução do patrimônio líquido dos ativos do FSB comparada àquela que teria sido observada caso o aporte inicial dos recursos (dezembro de 2008) tivesse sido integralmente investido em ativos remunerados pela TJLP.





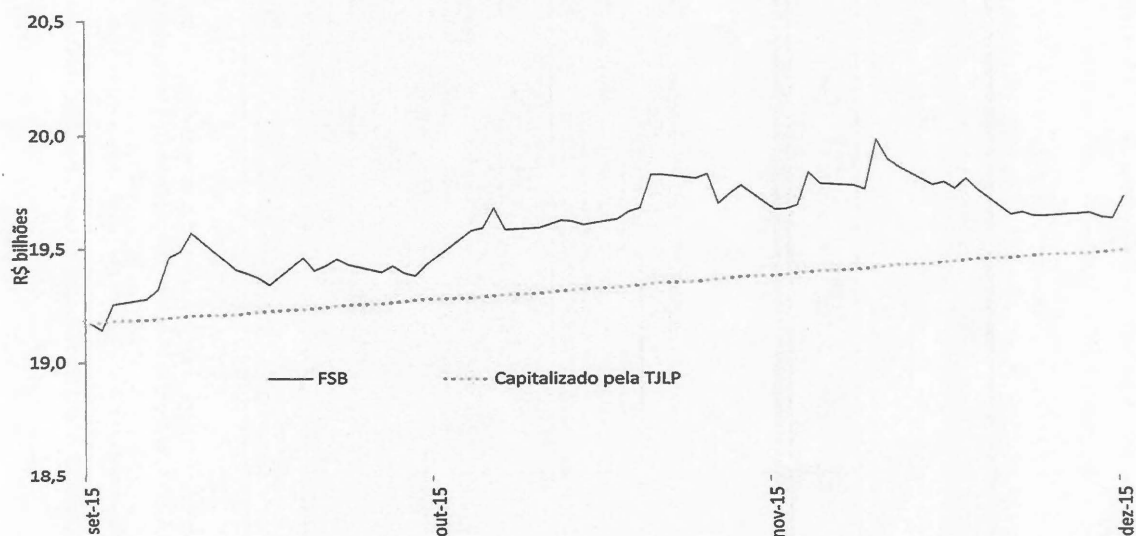
Gráfico 1 – Patrimônio Líquido do FSB X Patrimônio Valorizado pela TJLP - Histórico



6

O Gráfico 2, por sua vez, traz a mesma evolução comparativa considerando somente o desempenho do quarto trimestre de 2015.

Gráfico 2 – Patrimônio Líquido do FSB X Patrimônio Valorizado pela TJLP - no Trimestre

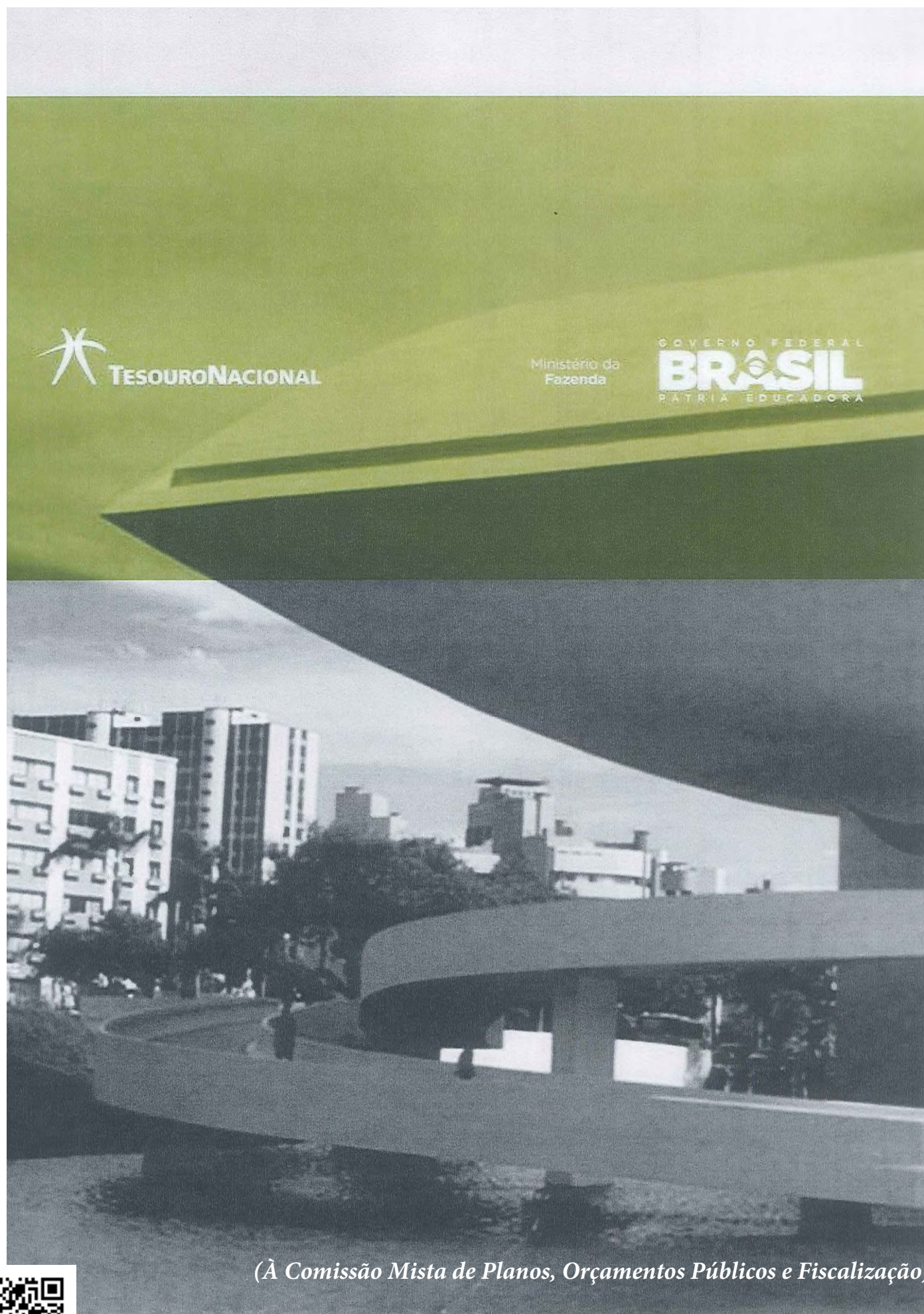


Fonte dos Gráficos 1 e 2: BB DTVM (CED, CE1 e outros ativos do FFIE), Sifi (CE2) e BACEN (TJLP).

Para mais informações sobre o Fundo Soberano do Brasil, acesse:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorios-de-monitoramento>





*(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)*





A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A matéria será publicada em avulsos eletrônicos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Calendário de tramitação do AVN 4/2016 (art. 120, Res. 1 de 2006-CN)

Leitura: 22/03/2016

Até 27/03 prazo para publicação da matéria;

Até 11/04 prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;

Até 18/04 prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo; e

Até 25/04 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

### Comunicação



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PSDB

Faça-se a substituição solicitada

Em 22 / 03 / 16

Ofício nº 14/16-GLPSDB

Brasília, 22 de março de 2016.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **RICARDO FERRAÇO** como titular em substituição ao senador **DALÍRIO BEBER**, para integrar a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 707 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Líder do PSDB



**Emendas**

# CONGRESSO NACIONAL

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 716, DE 2016

### EMENDAS

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 420.000.000,00, para os fins que especifica.

PARLAMENTARES	EMENDAS Nºs
SENADORA ROSE DE FREITAS	01
DEPUTADO TENENTE LÚCIO	02
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN	03
DEPUTADO ZÉ SILVA	04





**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA DE**  
**CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

Emenda - 00001

MP 716/2016

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Medida Provisória nº 716/2016 - CN

DE

TEXTO

**Incluir**

Órgão: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Funcional Programática: 08.244.2019.216K.XXXX

Ação: Aquisição de Insumos Estratégicos para Prevenção e Proteção Individual de Gestantes Integrantes de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família – No Estado do Espírito Santo (Crédito Extraordinário)

GND 3; MOD 90, Fonte 100

Valor: R\$ 20.000.000,00

**Cancelar**

Órgão: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Funcional Programática: 08.244.2019.216K.6500

Ação: Aquisição de Insumos Estratégicos para Prevenção e Proteção Individual de Gestantes Integrantes de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Nacional (Crédito Extraordinário)

GND 3; MOD 90, Fonte 100

Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Emenda destina-se a alocar recursos para aquisição de insumos que garantam a proteção individual das Gestantes contra os Vírus da Dengue, Chikungunya e Zika Vírus, no Estado do Espírito Santo.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROSE DE FREITAS	ES	PMDB
DATA	ASSINATURA		
11			





**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA DE**  
**CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

Emenda - 00002  
 E MP 716/2016

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Medida Provisória nº 716/2016- CN

PÁGINA  
 01 DE 01

TEXTO

**EMENDA ADITIVA N.º**

Acrescente-se ao art. 1º da Medida Provisória o seguinte parágrafo único:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. Dos recursos disponíveis em decorrência do crédito extraordinário de que trata o *caput*, R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) serão aplicados nas Regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais."

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda pleiteia recursos complementares para repasse aos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para custear os insumos utilizados no combate ao Aedes Aegypti além de prover recursos de infraestrutura dos municípios para esgoto, saneamento básico, limpeza e campanhas educativas, objetivando minimizar os impactos em grande parte das cidades na região.

CÓDIGO

55266

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO TENENTE LÚCIO

UF

MG

PARTIDO

PSB

DATA

17/03/2016

ASSINATURA







**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA DE**  
**CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

Emenda - 00003  
 MP 716/2016

PÁGINA

DE

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Medida Provisória nº 716/2016 - CN

## TEXTO

Inclua-se a seguinte programação orçamentária no crédito extraordinário:

- Unidade Orçamentária 55101 - 08.244.2037.XXXX.XXXX - Aquisição e Distribuição de Repelente para Gestantes e Crianças até 12 anos para combate ao Mosquito Aedes Aegypti – na Região Norte – R\$ 40.000.000,00

- Cancelamento de R\$ 40.000.000,00 na programação 08.244.2019.216K.6500 - Aquisição de Insumos Estratégicos para Prevenção e Proteção Individual de Gestantes Integrantes de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Nacional (Crédito Extraordinário), na Unidade Orçamentária 55101

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda destina-se a direcionar recursos para a aquisição e distribuição de repelentes, para o público-alvo gestantes e crianças de até 12 anos, na Região Norte. É notório que a Região Norte apresenta um quadro preocupante de saúde pública no que se refere ao combate ao mosquito Aedes Aegypti e o tratamento das enfermidades por ele transmitidas, notadamente dengue, zika vírus e chikungunya. Nossa iniciativa pretende carrear recursos federais para auxiliar a redução das ocorrências dessas enfermidades, que, conforme se sabe, incidem sobretudo sobre as comunidades menos favorecidas social e economicamente. É inegável, por conseguinte, o mérito da presente proposição.

CÓDIGO

Vanessa Grazziotin

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

AM

PC do B

DATA

21/03/2016

ASSINATURA





**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO**

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA DE**  
**CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**Emenda - 00004**

**MP 716/2016**

JET/

**IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:**

Medida Provisória nº 716/2016 - CN

PÁGINA

01 DE 01

**TEXTO**

Inclua-se a seguinte funcional programática na Medida Provisória nº 716, de 2016:

**Inclusão:**

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

U.O.: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Funcional programática: 08.244.2012.20GD.0031 - Inclusão Produtiva Rural – Extensão e Assistência Técnica Rural- No estado de Minas Gerais

Valor: R\$ 100.000.000,00 GND: 3 M.A.: 90 Fonte: 100

**Cancelamento:**

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

U.O.: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Funcional programática: 08 244 2019 216K 6500 Aquisição de Insumos Estratégicos para Prevenção e Proteção Individual de Gestantes Integrantes de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Nacional

Valor: R\$ 100.000.000,00 GND: 3 M.A.: 90 Fonte: 100

**Justificação**

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem como função principal o combate à fome através do Programa Bolsa Família de redistribuição de renda. Além disso também gere programas para que populações rurais em situação de vulnerabilidade obtenham auxílio na forma de apoio financeiro, técnico e da disponibilização de bens, insumos e serviços necessários ao incremento da atividade produtiva, com vistas a: i) implementação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; ii) atendimento de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, contemplando suas especificidades, conhecimento, cultura e soberania alimentar, valorizando suas tecnologias e garantindo a manutenção de seus modos de vida; iii) promover a ampliação da produção do público prioritário da ação, por meio de práticas que garantam a preservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais; iv) promover ações que ampliem a inserção do excedente de produção nos mercados institucionais e privados, como também a qualificação da produção destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); v) viabilizar a qualificação da produção de insumos e produtos de origem animal e vegetal; dentre outros.

Nesse sentido nos parece muito mais lógico que se empenhem recursos neste tipo de ação ao invés da compra de repelente, o que deveria estar sendo feito no âmbito do Ministério da Saúde.

Assim sendo solicito a aprovação da emenda em tela.

29



EM 004

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF Partido
<b>Solidariedade</b>	<b>Deputado Zé Silva</b>	<b>MG</b>
DATA	ASSINATURA	
DATA	ASSINATURA	





## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

## Mensagem nº5/2016



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

# Votação Secreta

## Mensagem nº 5, de 2016 - Paulo Roberto Campos Tarris da Fontoura (Croácia)

Indicação do sr. Paulo Roberto Campos Tarris da Fontoura, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na Croácia.

Matéria **MSF 5/2016**Início Votação **22/03/2016 17:59:42** Término Votação **22/03/2016 18:15:22**Sessão **35º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **22/03/2016 07:09:53**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
-	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO

Emissão 22/03/2016 18:15:28

**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

# Votação Secreta

**Mensagem nº 5, de 2016 - Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura (Croácia)**

Indicação do sr. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na Croácia.

Matéria **MSF 5/2016**

Início Votação **22/03/2016 17:59:42** Término Votação **22/03/2016 18:15:22**

Sessão **35º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **22/03/2016 07:09:53**

PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PP	GO	Wilder Moraes	SECRETO

Presidente: *Jorge Viana*

**SIM:61 NÃO:1 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:63**

*[Assinatura]*  
 Primeiro-Secretario

Emissão 22/03/2016 18:15:28





**Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2015****SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 262, DE 2016**

Redação final da Proposta de Emenda  
à Constituição nº 133, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2015, que *acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 22 de março de 2016.

**JORGE VIANA, PRESIDENTE**

**ELMANO FÉRRER, RELATOR**

**JOÃO ALBERTO SOUZA**

**SÉRGIO PETECÃO**



**ANEXO AO PARECER Nº 262, DE 2016.**

Redação final da Proposta de Emenda à  
Constituição nº 133, de 2015.

EMENDA CONSTITUCIONAL  
Nº , DE 2016

Acrescenta § 1º-A ao art. 156 da  
Constituição Federal para prever a não  
incidência sobre templos de qualquer  
culto do Imposto sobre a Propriedade  
Predial e Territorial Urbana (IPTU),  
ainda que as entidades abrangidas pela  
imunidade tributária sejam apenas  
locatárias do bem imóvel.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do  
Senado Federal, nos termos do § 3º do art.  
60 da Constituição Federal, promulgam a  
seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 156 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A:

“Art. 156. ....

.....

§ 1º-A. O imposto previsto no inciso I do *caput* não incide sobre  
templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela  
imunidade de que trata a alínea “b” do inciso VI do art. 150 sejam  
apenas locatárias do bem imóvel.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

# Votação Aberta

**Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2015 (2º Turno)**

Altera a Constituição Federal, para estabelecer que o IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel.

Matéria **PEC 133/2015**

Início Votação **22/03/2016 18:17:19** Término Votação **22/03/2016 18:34:30**

Sessão **35º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **22/03/2016 07:09:53**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>
PMDB	SIM
PT	SIM
PSDB	SIM
PSB	SIM
PP	SIM
PR	SIM
DEM	SIM
PRB	SIM
REDE	SIM
PV	SIM

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PV	PR	Álvaro Dias	SIM
PT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
-	MT	José Medeiros	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM

Emissão 22/03/2016 18:34:35



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

# Votação Aberta

**Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2015 (2º Turno)**

Altera a Constituição Federal, para estabelecer que o IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel.

Matéria **PEC 133/2015**

Início Votação **22/03/2016 18:17:19** Término Votação **22/03/2016 18:34:30**

Sessão **35º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **22/03/2016 07:09:53**

PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PR	ES	Magno Malta	SIM
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
DEM	SE	Ricardo Franco	SIM
PMDB	PR	Roberto Requião	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PMDB	AM	Sandra Braga	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PT	BA	Walter Pinheiro	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Morais	SIM

Presidente: *Jorge Viana*

**SIM:55**

**NÃO:0**

**ABST.: 0**

**PRESIDENTE:1**

**TOTAL:56**

*[Assinatura]*  
 Primeiro-Secretário

Emissão 22/03/2016 18:34:36



**Projeto de Lei da Câmara nº133/2015****SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 263, DE 2016**

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015 (nº 5.230, de 2013, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015 (nº 5.230, de 2013, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 22 de março de 2016.

**JORGE VIANA, PRESIDENTE**

**ELMANO FÉRRER, RELATOR**

**JOÃO ALBERTO SOUZA**

**SÉRGIO PETECÃO**





**ANEXO AO PARECER N° 263 , DE 2016.**

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015 (nº 5.230, de 2013, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.

**Emenda nº 1****(Corresponde à Emenda nº 1 – CDH/CAS)**

Dê-se ao § 7º do art. 1º-A da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, nos termos do art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 1º-A. ....

.....

§ 7º Os profissionais-parceiros poderão ser qualificados, perante as autoridades fazendárias, como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais.

.....”

**Emenda nº 2****(Corresponde à Emenda nº 2 – CDH/CAS)**

Dê-se ao art. 1º-C da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, nos termos do art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 1º-C. Configurar-se-á vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro quando:

I – não existir contrato de parceria formalizado na forma descrita nesta Lei; e

II – o profissional-parceiro desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria.”



**Projeto de Lei da Câmara nº 179/2015****SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 264, DE 2016**

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2015 (nº 8.140, de 2014, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2015 (nº 8.140, de 2014, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina*, consolidando a Emenda nº 1 – CAS, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 22 de março de 2016.

**JORGE VIANA, PRESIDENTE**

**ELMANO FÉRRER, RELATOR**

**JOÃO ALBERTO SOUZA**

**SÉRGIO PETECÃO**



**ANEXO AO PARECER Nº 264, DE 2016.**

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2015 (nº 8.140, de 2014, na Casa de origem).

Altera o art. 6º da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A denominação “médico” é privativa do graduado em curso superior de Medicina reconhecido e deverá constar obrigatoriamente dos diplomas emitidos por instituições de educação superior credenciadas na forma do art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), vedada a denominação “bacharel em Medicina”.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**Projeto de Lei da Câmara nº 3/2016**

# **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2016**

**(nº 4.639/2016, na Câmara dos Deputados)**

Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei autoriza o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.

Art. 2º Poderão fazer uso da fosfoetanolamina sintética, por livre escolha, pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, desde que observados os seguintes condicionantes:

I - laudo médico que comprove o diagnóstico;

II - assinatura de termo de consentimento e responsabilidade pelo paciente ou seu representante legal.

Parágrafo único. A opção pelo uso voluntário da fosfoetanolamina sintética não exclui o direito de acesso a outras modalidades terapêuticas.

Art. 3º Fica definido como de relevância pública o uso da fosfoetanolamina sintética nos termos desta Lei.

Art. 4º Ficam permitidos a produção, manufatura, importação, distribuição, prescrição, dispensação, posse ou uso da fosfoetanolamina sintética, direcionados aos usos de que trata esta Lei, independentemente de registro sanitário, em caráter excepcional, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca dessa substância.



Parágrafo único. A produção, manufatura, importação, distribuição, prescrição e dispensação da fosfoetanolamina sintética somente são permitidas para agentes regularmente autorizados e licenciados pela autoridade sanitária competente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





**Projeto de Resolução nº 64/2015****PARECER Nº <sup>265</sup>, DE 2016**

De PLENÁRIO, em substituição à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2015, da Senadora Simone Tebet, que *altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e as atribuições de Analista Legislativo, Especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico.*



SF/16588.54403-10

Relatora: Senadora REGINA SOUSA

**I – RELATÓRIO**

Vem ao Plenário o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 64, de 2015, da Senadora Simone Tebet, que cria o Observatório da Mulher Contra a Violência no âmbito do Senado Federal. Para tanto, a proposição modifica o Regulamento Administrativo da Casa e define as atribuições do cargo de analista legislativo nas especialidades de pesquisador de opinião e estatístico.

Especificamente, o PRS altera o art. 235 do Regulamento para reestruturar a Secretaria de Transparência, que passa a contar com o Instituto de Pesquisa DataSenado. O Instituto, por sua vez, abrigará o referido Observatório, concebido como órgão que funcionará juntamente com o Serviço de Pesquisa e Análise, também recém-criado, e o Serviço de Gerenciamento de Sistemas, já existente.

A proposição define, entre outras atividades correlatas do Observatório, a sistematização das estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; o estudo e análise da situação afeta ao tema; a elaboração

Página: 1/6 22/03/2016 18:46:16

24476c41c8b243b81149b4e7324d53e52cc247c9



de análises sobre políticas de combate à violência; além do apoio ao trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal e à Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher.

O PRS também altera o art. 400 do Regulamento Administrativo, para definir em dois artigos que acrescenta, o 400-A e o 400-B, as atividades do analista legislativo em suas especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico. Assim, tais atividades passam a ser assinaladas separadamente das atribuições do analista legislativo, especialidade Comunicação Social.

O projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, ainda, à Comissão Diretora. Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 182, de 2016, ocorrida no dia 10 de março último, passou a tramitar em regime de urgência.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

## II – ANÁLISE

O exame da proposição mostra que seu conteúdo obedece aos critérios de regimentalidade e de admissibilidade, pois não ofende dispositivo constitucional, inova juridicamente e apresenta-se em adequada técnica legislativa.

Quanto ao mérito, cabe primeiramente louvar a iniciativa da Senadora Simone Tebet, autora da matéria. Ao presidir a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, a Senadora se depara rotineiramente com a inquietante questão da falta de dados nacionais capazes de apresentar um quadro representativo da situação de violência enfrentada pelas brasileiras. Esses dados, nunca é demais ressaltar, são cruciais para que sejam elaboradas políticas públicas efetivas destinadas à prevenção da violência, bem como à proteção e ao amparo das mulheres.

Diante do problema, a Senadora buscou soluções. E constatou que o Senado Federal dispõe de uma estrutura que, com breves ajustes, poderá assumir a responsabilidade de se dedicar à consolidação das informações esparsas sobre violência contra mulheres, disponíveis em órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo.



SF/16588.54403-10

Página: 2/6 22/03/2016 18:46:16

24476c41c8b243b81149b4e7324d53e52cc247c9

mn2016-02093



Por isso, o Projeto de Resolução que apresentou cria o Observatório da Mulher Contra a Violência, no âmbito do DataSenado, que passa a se denominar Instituto de Pesquisa DataSenado, nomenclatura mais adequada à robustez de suas atividades, tanto àquelas que hoje já desempenha quanto às planejadas para seu futuro.

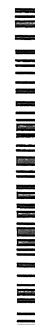
No ano passado, por indicação da CDH, fui relatora da avaliação de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, ao encargo daquele colegiado. Na ocasião, também pudemos constatar a dificuldade de se encontrar dados agregados sobre a violência contra a mulher. E, de fato, embora tenhamos encontrado experiências locais exitosas, comprovamos a inexistência de um banco de dados de âmbito nacional sobre o assunto.

Ressalte-se que, há quase dez anos, consta no nosso ordenamento jurídico, nos termos do inciso II do art. 8º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, a determinação de que a política pública de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher terá como uma de suas diretrizes a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei afirma que esses estudos e pesquisas devem gerar a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente para que sejam adotadas as medidas necessárias, após a avaliação periódica dos seus resultados.

E é sempre bom lembrar que, na assinatura da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, o Brasil comprometeu-se a assegurar a pesquisa e coleta de estatísticas e outras informações relevantes concernentes às causas, consequências e frequência da violência contra a mulher, a fim de avaliar a eficiência das medidas tomadas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como formular e implementar as mudanças necessárias.

No entanto, apesar de iniciativas pontuais, ainda não conseguimos construir essa rede nacional de informações. Ressaltem-se, aqui, esforços empreendidos nesse sentido pelo Poder Judiciário, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça que, esporadicamente, divulga relatórios sobre o assunto, dentro das Jornadas Maria da Penha; ou pelo Poder Executivo, que também acompanha o tema, a partir de informações reunidas

mn2016-02093



SF/16588.54403-10

Página: 3/6 22/03/2016 18:46:16

24476c41c8b243b81149b4e7324d53ae52cc247c9



pelos ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do próprio Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

A criação do Observatório no âmbito do Senado Federal configura uma enorme contribuição do Poder Legislativo à reunião de dados já disponíveis, mas ainda não consolidados nem agregados nacionalmente. Nesse sentido, deve ser ressaltado que o DataSenado já demonstrou sua competência na produção e análise de pesquisas e levantamentos e, há mais de dez anos, antes mesmo de a Lei Maria da Penha entrar em vigor, se debruça sobre a questão da violência doméstica e familiar. O DataSenado, portanto, tem experiência e capacidade para assumir a tarefa de suprir a ausência de informações que são cruciais para a produção de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres contra a violência.

Além disso, está capacitado a organizar as informações públicas existentes de maneira esparsa em órgãos do Judiciário e do Executivo e transformá-las em dados nacionais, que irão apoiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher, da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, e das demais comissões da Casa.

A reunião desses dados comporá ferramenta importante na formulação de políticas públicas voltadas para o combate à violência doméstica e familiar, bem como contribuirá para a produção de pesquisas acadêmicas sobre a temática. E, ainda, tornará o Senado Federal referência na discussão das políticas direcionadas à proteção dos direitos humanos das mulheres.

Ressalte-se que o Observatório funcionará com a estrutura já disponível no Senado Federal. Em termos quantitativos, os cargos que passam a ser descritos no Regulamento Administrativo – de Pesquisador de Opinião e de Estatístico –, já existem numericamente, alocados na especialidade Comunicação. Com a medida proposta no PRS, os cargos são destacados e as suas atribuições são melhor especificadas, de maneira a torná-las mais adequadas às novas responsabilidades.

Por fim, apresentamos três emendas ao texto. A primeira, apenas para corrigir lapsos na redação; a segunda, para designar, no texto do projeto, somente as mudanças efetivamente introduzidas pelo PRS à tabela constante do item 2 do Anexo I do Regulamento Administrativo da Casa, medida mais consentânea com a boa técnica legislativa; e a terceira, para tratar da localização física do Observatório, que necessitará contar com uma

mn2016-02093



SF/16588.54403-10

Página: 4/6 22/03/2016 18:46:16

24476c41c8b243b81149b4e7324d53e52cc247c9



estrutura estável para o desempenho das elevadas funções para as quais o órgão foi planejado.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2015, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº **3** – PLEN (de redação)

*Aprovada*  
*Em 22/03/16*  
*[Assinatura]*



SF/16588.54403-10

Dê-se à alínea *c* do inciso II do § 3º do art. 235, na forma do art. 2º do Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2015, a seguinte redação:

“c) ao Observatório da Mulher contra a Violência compete reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; estudar a situação da violência contra a mulher; analisar e produzir relatórios a partir dos dados oficiais e públicos; elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção, de atendimento às vítimas, e de combate à violência; sugerir e calcular indicadores específicos; sugerir medidas de melhoria nas políticas estatais; promover estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; apoiar e subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; e executar outras atividades correlatas.

..... (NR)”

#### EMENDA Nº **4** - PLEN

*Aprovada*  
*Em 22/03/16*  
*[Assinatura]*

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 4º São criados, no quadro de servidores efetivos do Senado Federal, constante do item 2 do Anexo I do Regulamento Administrativo do Senado Federal, 5 (cinco) cargos da especialidade “Pesquisador de Opinião” e 2 (dois) cargos da especialidade

mn2016-02093



Página: 5/6 22/03/2016 18:46:16

24476c41c8b243b811a9b04e7324d53e52cc247c9



“Estatístico”, na categoria “Analista Legislativo”, Nível III, mediante a supressão de 4 (quatro) cargos da especialidade “Odontologia” e 3 (três) cargos da especialidade “Medicina”, de mesma categoria e nível.

Parágrafo único. Enquanto não se der o provimento dos cargos referidos no *caput*, os servidores efetivos da especialidade “Comunicação Social”, da categoria “Analista Legislativo”, Nível III, atualmente em exercício no Serviço de Pesquisa DataSenado, terão lotação no Instituto de Pesquisa DataSenado.”

## EMENDA Nº 5 - PLEN

*Reginaldo*

Acrescente-se ao Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2015, o seguinte art. 6º, renumerando-se o atual art. 6º como art. 7º e o atual art. 7º como art. 8º:

Art. 6º Designa-se como sede do Instituto de Pesquisa DataSenado e do Observatório da Mulher contra a Violência o Bloco 4 da Secretaria de Editoração e Publicações, situado à Via N2, Anexo D do Senado Federal, em Brasília, Distrito Federal.

Sala da Comissão,

, Presidente

*Reginaldo*, Relatora



SF/16588.54403-10

Página: 6/6 22/03/2016 18:46:16

24476c41c8b243b81149b4e7324d53e52cc247c9

mn2016-02093



## PLENÁRIO

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 64 , DE 2015

*Aprovado  
em 22/03/16  
[Assinatura]*

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e as atribuições de Analista Legislativo, Especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico.

## EMENDA MODIFICATIVA Nº 1-PLEN

Dê-se à alínea 'c', inciso II, §3º do art. 235 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, alterado pelo projeto de Resolução, a seguinte redação:

“Art. 235 .....

§3º .....

II - .....

c) ao Observatório da Mulher contra a Violência compete reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; estudar a situação da violência contra a mulher; analisar e produzir relatórios a partir dos dados oficiais e públicos; elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção de atendimento às vítimas, e de combate à violência; propor e calcular indicadores específicos; propor medidas de melhoria nas políticas estatais; promover estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, que levem em consideração o grau de parentesco, a dependência econômica, a cor ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher,

recebido em 22/03/2016  
Hora 16:31

Armando Sáenz - Mat. 106218



SF/16062.00292-60

Página: 1/3 22/03/2016 12:47:19

925677e794faaf5421315276abe74ac9c3c0622



para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; apoiar e subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal e a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; e executar outras atividade correlatas.

..... “(NR)

Plenário, em de março de 2016.

Senador

### JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a situação da violência contra a mulher no Brasil concluiu em junho de 2013, no relatório final, que “a ausência de dados estatísticos confiáveis e comparáveis em todos os poderes constituídos e em todas as esferas de governo” torna urgente a necessidade de criar sistemas de informações sobre a violência contra as mulheres que permitam planejar, monitorar e avaliar as políticas públicas.”

Portanto, a criação do Observatório contemplando a reunião de dados estatísticos bem como a promoção de estatísticas relevantes sobre a violência praticada contra a mulher, vem ao encontro das recomendações daquela CPMI.

Relevância sociológica que falta ao termo ‘perspectiva de gênero’. Gênero é termo gramatical, não tem ligação com o sexo biológico, e portanto, com a realidade percebida. A finalidade do Observatório, estrutura a ser criada junto à Coordenação de Controle Social, é tratar da mulher que sofre violência e não do “gênero”. Gênero é propriedade dos nomes e dos pronomes é utilizado para efeito de concordância com adjetivos e termos determinantes Gramaticalmente as palavras têm gênero mas pessoas têm sexo.



SF/16062.00292-60

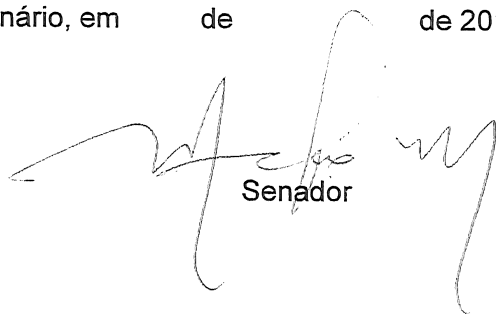
Página: 2/3 22/03/2016 12:47:19

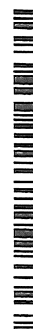
825c1f7e794faaf5421315276abe74ac9c3c0622



A alteração proposta não altera o objetivo pretendido, que é reunir dados relevantes sobre causas e consequências da violência doméstica os quais servirão para informar o Presidente do Senado Federal em sua missão institucional, legislativa, política e administrativa.

Plenário, em                      de                      de 2016.

  
Senador



SF/16062.00292-60

Página: 3/3 22/03/2016 12:47:19

925c17e794taaf5421315276abe74ac9c3c0622



## PLENÁRIO

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 64 , DE 2015

*Rejeitada  
em 22/03/16  
[assinatura]*

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e as atribuições de Analista Legislativo, Especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 2 = PLEN

Dê-se à alínea 'c', inciso II, §3º do art. 235 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, alterado pelo projeto de Resolução, a seguinte redação:

“Art. 235 .....

.....

§3º .....

.....

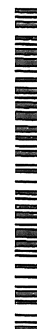
II - .....

.....

c) ao Observatório da Mulher contra a Violência compete reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; estudar a situação da violência contra a mulher; analisar e produzir relatórios a partir dos dados oficiais e públicos; elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção de atendimento às vítimas, e de combate à violência; propor e calcular indicadores específicos; propor medidas de melhoria nas políticas estatais; promover estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, que levem em consideração o grau de parentesco, a dependência econômica, a cor ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher,

Recebido em 22/03/2016  
Hora 16:31

Fernando Sabatini - Mat. 106218



SF/16364.91377-29

Página: 1/3 22/03/2016 12:45:31

7270ed4de3dae15862fba1db16575db4042410e





para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas.

..... “(NR)

Plenário, em de de 2016.

Senador



## JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a situação da violência contra a mulher no Brasil concluiu em junho de 2013, no relatório final, que “a ausência de dados estatísticos confiáveis e comparáveis em todos os poderes constituídos e em todas as esferas de governo” torna urgente a necessidade de criar sistemas de informações sobre a violência contra as mulheres que permitam planejar, monitorar e avaliar as políticas públicas.”

Portanto, a criação do Observatório contemplando a reunião de dados estatísticos bem como a promoção de estatísticas relevantes sobre a violência praticada contra a mulher, vem ao encontro das recomendações daquela CPMI.

Relevância sociológica que falta ao termo ‘perspectiva de gênero’. Gênero é termo gramatical, não tem ligação com o sexo biológico, e portanto, com a realidade percebida. A finalidade do Observatório, estrutura a ser criada junto à Coordenação de Controle Social, é tratar da mulher que sofre violência e não do “gênero”. Gênero é propriedade dos nomes e dos pronomes, é utilizado para efeito de concordância com adjetivos e termos determinantes. Gramaticalmente as palavras têm gênero mas pessoas têm sexo.

A alteração proposta não altera o objetivo pretendido, que é reunir dados relevantes sobre causas e consequências da violência doméstica

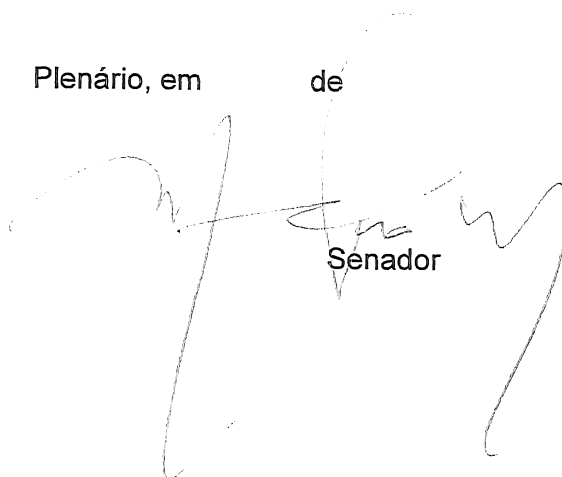
Página: 2/3 22/03/2016 12:45:31

7270ed4de3dae15862fba1db16575db4042410e



os quais servirão para informar o Presidente do Senado Federal em sua missão institucional, legislativa, política e administrativa.

Plenário, em de de 2016.

  
Senador



SF/16364.91377-29

Página: 3/3 22/03/2016 12:45:31

7270ed4de3dae15862ffba1db16575db4042410e





## SENADO FEDERAL

### COMISSÃO DIRETORA

#### PARECER Nº 266, DE 2016

Redação final do Projeto de  
Resolução nº 64, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 64, de 2015, que *altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e as atribuições de Analista Legislativo, Especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico*, consolidando as emendas aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 22 de março de 2016.

**RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE**

**VICENTINHO ALVES, RELATOR**

**JORGE VIANA**

**SÉRGIO PETECÃO**



**ANEXO AO PARECER Nº 266, DE 2016.**

Redação final do Projeto de Resolução  
nº 64, de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,  
\_\_\_\_\_, Presidente, nos termos do art. 48,  
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO**  
**Nº \_\_\_\_\_, DE 2016**

Altera o Regulamento Administrativo do  
Senado Federal para criar o Observatório  
da Mulher contra a Violência e os cargos  
de Analista Legislativo, especialidades  
Pesquisador de Opinião e Estatístico, e  
estabelecer as respectivas atribuições.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e os cargos de Analista Legislativo, especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico, e estabelecer as respectivas atribuições.

Art. 2º Os arts. 235 e 400 do Regulamento Administrativo do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 235. ....

.....

§ 2º .....  
.....

II – Instituto de Pesquisa DataSenado:

a) Serviço de Pesquisa e Análise;  
.....

c) Observatório da Mulher contra a Violência;



.....  
 § 3º .....

.....  
 II – ao Instituto de Pesquisa DataSenado compete reunir e analisar estatísticas oficiais para subsidiar a atuação parlamentar; atuar em conjunto com a Consultoria Legislativa e com a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal e com as Comissões Parlamentares na produção de relatórios com análises estatísticas para avaliação de políticas públicas e programas governamentais; avaliar a imagem e a formação do conceito do Senado Federal e do Congresso Nacional perante a opinião pública; realizar pesquisas de opinião ou pesquisas em dados secundários sobre o Senado Federal, sobre a atuação parlamentar e sobre temas em discussão no Congresso; acompanhar estudos que tenham o Senado Federal por objeto; e executar outras atividades correlatas;

a) ao Serviço de Pesquisa e Análise compete planejar, coordenar e executar pesquisas de opinião, inclusive qualitativas, enquetes, sondagens e outras pesquisas de interesse do Senado Federal; propor indicadores e estatísticas de transparência que permitam avaliar o nível de transparência das informações públicas referentes ao Senado Federal, em comparação com outros órgãos da Administração Pública; consolidar relatórios estatísticos e analíticos sobre informações administrativas e legislativas de interesse público e sobre dados primários ou secundários; elaborar instrumentos de coleta de dados e plano amostral; realizar análises estatísticas dos dados identificados nas pesquisas, bem como elaborar relatórios a partir delas; contratar coleta de dados quantitativos ou qualitativos realizada por institutos de pesquisa; demandar à Ouvidoria do Senado Federal pesquisas e relatórios; e executar outras atividades correlatas;

.....  
 c) ao Observatório da Mulher contra a Violência compete reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; estudar a situação da violência contra a mulher; analisar e produzir relatórios a partir de dados oficiais e públicos; elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre políticas de prevenção e de combate à violência contra a mulher e de atendimento às vítimas; propor e calcular indicadores específicos; propor medidas de melhoria nas políticas estatais; promover estudos, pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, que levem em consideração o grau de parentesco, a dependência econômica e a cor ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e para a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; apoiar e subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal e a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; e executar outras atividade correlatas.





.....” (NR)

“Art. 400. Ao Analista Legislativo, Especialidade Comunicação Social, competem atividades de execução e assessoramento, de nível superior e especializado, em matérias de comunicação social; atividades relacionadas a supervisão, planejamento, controle, acompanhamento, proposição de normas internas, coordenação e execução especializada, em graus variados de complexidade, referentes a trabalhos em comunicação social em rádio e TV, relações públicas, assessoria de imprensa, *marketing*, publicidade e propaganda, mídias sociais, jornalismo e produção de conteúdos para serem divulgados e distribuídos por meios impressos e eletrônicos; e outras atividades correlatas.” (NR)

Art. 3º O Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 400-A e 400-B:

“Art. 400-A. Ao Analista Legislativo, Especialidade Pesquisador de Opinião, competem atividades de execução e assessoramento, de nível superior e especializado, em matérias de coordenação, planejamento e execução de pesquisa de opinião; elaboração de questionários de pesquisa; coordenação da atividade de coleta de dados; análise e interpretação de dados de pesquisa; elaboração de relatórios de pesquisa; realização de auditoria das pesquisas de opinião; realização de estudos comparados; acompanhamento de pesquisas e estudos de interesse do Senado Federal; coordenação e execução de sondagens qualitativas e quantitativas; apoio às ações de opinião pública e interatividade do Senado Federal; acompanhamento da evolução da opinião pública nacional a respeito dos temas legislativos; e outras atividades correlatas.”

“Art. 400-B. Ao Analista Legislativo, Especialidade Estatístico, competem atividades de elaboração de plano amostral para pesquisas de opinião; realização de levantamentos estatísticos; análise de questionários de pesquisa; elaboração de gráficos e planilhas de escala; tabulação de dados; análise de dados estatísticos; desenvolvimento de sistemas de amostragem e de modelos matemáticos; realização de testes estatísticos nos dados das pesquisas; análise de base de dados; montagem de listas telefônicas para uso em *software* de discagem automática; acompanhamento da realização de pesquisas; e outras atividades correlatas.”

Art. 4º São criados, no quadro de servidores efetivos do Senado Federal, constante do item 2 do Anexo I do Regulamento Administrativo do Senado Federal, 5 (cinco) cargos da especialidade Pesquisador de Opinião e 2 (dois) cargos da especialidade Estatístico, na categoria Analista Legislativo, Nível III, mediante a supressão de 4 (quatro) cargos da especialidade Odontologia e 3 (três) cargos da especialidade Medicina, de mesma categoria e nível.

Parágrafo único. Enquanto não se der o provimento dos cargos referidos no *caput*, os servidores efetivos da especialidade Comunicação Social, da categoria Analista Legislativo, Nível III, atualmente em exercício no Serviço de Pesquisa DataSenado, terão lotação no Instituto de Pesquisa DataSenado.



Art. 5º O item 3.1.2 do Anexo I do Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

**3.1.2. SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA</b>	<b>FC</b>	<b>Nº</b>
COORDENADOR	INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO	FC-3	1
ASSESSOR TÉCNICO	OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PESQUISA E ANÁLISE	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE SISTEMAS	FC-2	1
ASSESSOR TÉCNICO	SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA	FC-3	1

Art. 6º As despesas decorrentes da criação do Observatório da Mulher contra a Violência serão custeadas mediante remanejamento de cargos e reorganização administrativa, de maneira a não gerar novos custos para o Senado Federal.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.



**Projeto de Resolução nº 65/2015****PARECER Nº <sup>267</sup>, DE 2016**

De PLENÁRIO, sobre o Projeto Resolução do Senado nº 65, de 2015, da Senadora Simone Tebet, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para conferir ao Instituto DataSenado a atribuição de auxiliar na produção de análises relacionadas à avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes da Casa.*

Relatora: Senadora **REGINA SOUSA**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao Plenário desta Casa o Projeto Resolução do Senado (PRS) nº 65, de 2015, da Senadora Simone Tebet, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para atribuir ao Instituto DataSenado a tarefa de auxiliar na produção de análises relacionadas à avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes do Senado Federal.*

A proposição inclui o § 5º no art. 96-B do o Regimento Interno da Casa, com a finalidade de dar ao Instituto de Pesquisa DataSenado a responsabilidade de produzir análises e relatórios estatísticos para subsidiar as comissões permanentes do Senado Federal no acompanhamento, fiscalização e controle das políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência, nos termos do inciso IX do art. 90 do Regimento.



SF/16071.69400-31

Página: 1/3 22/03/2016 18:48:54

5be01451a7ed5d304c8410391f90f530dd2e9395



Na justificação que apresenta, a ilustre autora afirma que o DataSenado possui a expertise para essa tarefa e contribuirá para o melhor desempenho dessas atividades.

O projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão Diretora. Em atendimento ao Requerimento nº 182, de 2016, aprovado em 10 de março último, tramita em regime de urgência, conforme o disposto nos arts. 336, II, e 338 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não foram apresentadas emendas à matéria.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 401 do próprio RISF, essa norma poderá ser modificada por iniciativa de qualquer senador, sendo aplicada à sua tramitação os mesmos procedimentos do demais projetos de resolução. Nesses termos, o PRS nº 65, de 2015, atende aos requisitos regimentais.

Ademais, a matéria obedece aos critérios de admissibilidade, pois não ofende dispositivo constitucional, inova juridicamente e apresenta-se em adequada técnica legislativa.

O projeto de resolução atribui ao Instituto DataSenado a competência de utilizar seus meios de pesquisa para, ao lado da Consultoria Legislativa e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, subsidiar as comissões com análises estatísticas, levantamentos e relatórios que irão cada vez mais fortalecer a tarefa de monitorar as políticas públicas desenvolvidas no País.

Pela meritória proposição, louvamos a iniciativa da Senadora Simone Tebet que irá contribuir para tornar mais criteriosa a avaliação de políticas públicas empreendida pelas comissões permanentes da Casa.

mn2016-01823



SF/16071.69400-31

Página: 2/3 22/03/2016 18:48:54

5be01451a7ed5d304c8410391190f530dd2e9395



### III – VOTO

Por todo o exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 65, de 2015.

Sala das Sessões,

, Presidente

J. A. B.

R. G. S.

, Relatora



SF/16071.69400-31

Página: 3/3 22/03/2016 18:48:54

5be01451a7ed5d304c8410391190f530dd2e9395

mn2016-01823







## SENADO FEDERAL

### COMISSÃO DIRETORA

#### PARECER Nº 268, DE 2016

Redação final do Projeto de  
Resolução nº 65, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 65, de 2015, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para conferir ao Instituto DataSenado a atribuição de auxiliar na produção de análises relacionadas à avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes do Senado Federal.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 22 de março de 2016.

**RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE**

**VICENTINHO ALVES, RELATOR**

**JORGE VIANA**

**SÉRGIO PETECÃO**



**ANEXO AO PARECER Nº 268, DE 2016.**

Redação final do Projeto de Resolução  
nº 65, de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,  
\_\_\_\_\_, Presidente, nos termos do art. 48,  
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO**  
Nº \_\_\_\_\_, DE 2016

Acrescenta § 5º ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal para conferir ao Instituto de Pesquisa DataSenado a atribuição de produzir análises e relatórios estatísticos para subsidiar a avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes do Senado Federal.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 96-B. ....

.....

§ 5º O Instituto de Pesquisa DataSenado produzirá análises e relatórios estatísticos para subsidiar a avaliação de que trata o *caput*.”  
(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



**Despacho decorrente de deliberação de requerimento**

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CCJ, seguindo posteriormente à CAS.



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (por Unidade da Federação)

#### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

#### Rio de Janeiro

**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

#### Maranhão

**PMDB** - Edison Lobão\*  
**PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

#### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

#### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Douglas Cintra\* (S)  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

#### São Paulo

**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*  
**PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

#### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

#### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Morais\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

#### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*  
**S/Partido** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

#### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PDT** - Lasier Martins\*\*

#### Ceará

**PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

#### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**PMDB** - José Maranhão\*\*

#### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço\*  
**PMDB** - Rose de Freitas\*\*

#### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**Bloco-PTB** - Elmano Férrer\*\*

#### Rio Grande do Norte

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

#### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**PMDB** - Dário Berger\*\*

#### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*\*

#### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Ricardo Franco\*\* (S)

#### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

#### Amazonas

**PMDB** - Sandra Braga\* (S)  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

#### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PV** - Alvaro Dias\*\*

#### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

#### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*  
**PMDB** - Waldemir Moka\*  
**PMDB** - Simone Tebet\*\*

#### Distrito Federal

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque\*  
**PMDB** - Hélio José\* (S)  
**S/Partido** - Reguffe\*\*

#### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

#### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**Bloco-PT** - Donizeti Nogueira\*\* (S)

#### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

#### Roraima

**Bloco-PT** - Angela Portela\*  
**PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PDT** - Telmário Mota\*\*

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

## (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Sandra Braga.	AM
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

### Bloco de Apoio ao Governo - 17

#### PT-13 / PDT-4

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Dalcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

### Bloco Parlamentar da Oposição - 16

#### PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

#### PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

### Bloco Parlamentar União e Força - 9

#### PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9

#### PP-6 / PSD-3

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

### S/Partido - 2

José Medeiros.	MT
Reguffe.	DF

PMDB.	18
Bloco de Apoio ao Governo.	17
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	9
S/Partido.	2
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>





## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (S/Partido-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

**COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL****PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

**1º SECRETÁRIO**

Vicentinho Alves - (PR-TO)

**2º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

**4ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)



## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 17</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Paulo Rocha - PT</b> (37,49,68,75)</p> <p>Vice-Líderes          Acir Gurgacz (3,33)          Lindbergh Farias (35,69,74)          Telmário Mota (4,31,42,52,70)          Gleisi Hoffmann (71,76)          Regina Sousa (41)          .....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b>  <b>Paulo Rocha</b> (37,49,68,75)</p> <p>Vice-Líderes do PT          Lindbergh Farias (35,69,74)          Gleisi Hoffmann (71,76)          Fátima Bezerra (34,72)          Donizeti Nogueira (73)</p> <p><b>Líder do PDT - 4</b>  <b>Acir Gurgacz</b> (3,33)</p> <p>Vice-Líder do PDT          Telmário Mota (4,31,42,52,70)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>José Agripino - DEM</b> (39,63)</p> <p>Vice-Líderes          Ataídes Oliveira (38)          Antonio Anastasia (46)          .....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b>  <b>Cássio Cunha Lima</b> (12,58)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB          Paulo Bauer (23)          Aloysio Nunes Ferreira (40,78)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b>  <b>Ronaldo Caiado</b> (10)</p> <p>Vice-Líder do DEM          José Agripino (39,63)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b></p>	<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Lídice da Mata - PSB</b> (15,27)</p> <p>Vice-Líder          Vanessa Grazziotin (22,24)          .....</p> <p><b>Líder do PSB - 7</b>  <b>Antonio Carlos Valadares</b> (64)</p> <p>Vice-Líderes do PSB          Fernando Bezerra Coelho (67)          Roberto Rocha (45,66)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b>  <b>Cristovam Buarque</b> (77)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b>  <b>Vanessa Grazziotin</b> (22,24)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b>  <b>Randolfe Rodrigues</b> (25,29)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Omar Aziz - PSD</b> (17,54)</p> <p>Vice-Líderes          Benedito de Lira (11,16,44,53,57)          Otto Alencar (60)          .....</p> <p><b>Líder do PP - 6</b>  <b>Benedito de Lira</b> (11,16,44,53,57)</p> <p><b>Líder do PSD - 3</b>  <b>Omar Aziz</b> (17,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD          Sérgio Petecão (18)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Fernando Collor - PTB</b> (5,6)</p> <p>Vice-Líderes          Blairo Maggi (7)          Eduardo Amorim (8)          Marcelo Crivella (2,9)          .....</p> <p><b>Líder do PTB - 3</b>  <b>Fernando Collor</b> (5,6)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b>  <b>Wellington Fagundes</b> (51,56)</p> <p>Vice-Líder do PR          Vicentinho Alves (55)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b>  <b>Eduardo Amorim</b> (8)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b>  <b>Marcelo Crivella</b> (2,9)</p>	<p><b>PMDB - 18</b></p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Humberto Costa - PT</b> (21,26,62,65)</p> <p>Vice-Líderes          Hélio José (50,59)          Paulo Rocha (37,49,68,75)          Wellington Fagundes (51,56)          Telmário Mota (4,31,42,52,70)</p>		

### Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).



7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
38. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
61. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
62. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
63. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
64. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
65. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).



66. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
67. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
68. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
75. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
76. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
77. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
78. O senador Aloysio Nunes Ferreira está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 17/03/2016 a 27/03/2016.





**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA  
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 3303-3492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## **2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

**Finalidade:** Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

---

### **MEMBROS**

---



### **3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

**Finalidade:** Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**MEMBROS**



#### **4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA**

**Finalidade:** Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



## **5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

**Finalidade:** Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

---

### **MEMBROS**

---

---

---

---

---

---

---





## 6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 07/04/2015

**Instalação:** 15/04/2015

**Prazo final:** 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

\*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

\*\*.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33035492

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS  
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À  
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

**Finalidade:** Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

**Número de membros:** 3

---

**MEMBROS**

---



**8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)**

**Finalidade:** Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

**Número de membros: 3**

---

**MEMBROS**

---

---

---

---

---



## 9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

**Finalidade:** Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

**Número de membros:** 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



## 10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

**Finalidade:** Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

**Instalação:** 01/12/2015

**Prazo final:** 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTEs
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

**Notas:**

\*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

\*\* Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

**Secretário(a):** Felipe Costa Gerales

**Telefone(s):** 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br





# 11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

**Finalidade:** Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 01/09/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(8)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(5)</sup>	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(5,13)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(11)</sup>	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) <sup>(7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) <sup>(15)</sup></b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(12)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(9)</sup>
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) <sup>(10)</sup>

## Notas:

\*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

\*\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

\*\*\*\*\*. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).



2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33033492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 19/12/2014

**Prazo final prorrogado:** 19/06/2015

**Prazo final prorrogado:** 17/06/2016

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.



\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



### 13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

**Número de membros:** 13

**PRESIDENTE:** Caio Cesar Vieira Rocha

**VICE-PRESIDENTE:** Álvaro Melo Filho <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

**Instalação:** 29/10/2015

**Prazo final:** 06/06/2016

#### MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta <sup>(2)</sup>

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

\*\* O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** (61) 3303-3514





## 14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

**Número de membros:** 24

**PRESIDENTE:** Georges de Moura Ferreira

**VICE-PRESIDENTE:** Dorieldo Luiz dos Prazeres

**RELATORA:** Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

**Designação:** 16/06/2015

**Instalação:** 16/06/2015

**Prazo final:** 12/12/2015

**Prazo final prorrogado:** 15/03/2016

### MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

\*\*. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.



\*\*\*\*. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

**Secretário(a):** Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 3303 3511

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 17

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 11/04/2016

### MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

#### Notas:

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DAS PRÓTESES

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 25/03/2015

**Instalação:** 31/03/2015

**Prazo final:** 28/09/2015

**Prazo final prorrogado:** 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(6,7)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(6)</sup>	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

#### Notas:

\*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

\*\* Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

\*\*\*\*\*. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).





6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 61 33033492/3501

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 2)CPI DO HSBC

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 18/03/2015

**Instalação:** 24/03/2015

**Prazo final:** 21/09/2015

**Prazo final prorrogado:** 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(9)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(5,6,7)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,10)</sup>	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) <sup>(11)</sup></b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(8)</sup>	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (S/Partido-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\*. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).



8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Eduardo Bruno do Lago de Sá

**Telefone(s):** 61 33033511/10

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



### 3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

**Finalidade:** Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 05/03/2015

**Designação:** 29/04/2015

**Instalação:** 06/05/2015

**Prazo final:** 03/11/2015

**Prazo final prorrogado:** 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>
Senador José Medeiros (S/Partido-MT) <sup>(3)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) <sup>(8)</sup></b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(7)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(6)</sup>

**Notas:**

\*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

\*\*\*\*\*. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).



5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 33033508/3514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br





## 4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

**Finalidade:** Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**Leitura:** 06/05/2015

**Designação:** 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

\*\*.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

\*\*\*\*. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

\*\*\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).



## 5)CPI DO FUTEBOL - 2015

**Finalidade:** Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(6)</sup>

**Leitura:** 28/05/2015

**Designação:** 07/07/2015

**Instalação:** 14/07/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

**Prazo final prorrogado:** 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(13)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2,13)</sup>
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO <sup>(9,11)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(1)</sup>	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(8)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) <sup>(12)</sup></b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(10)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\*. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).



8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 061 33033508/3501

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 6)CPI DAS BARRAGENS

**Finalidade:** Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
	1.
	2.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
	1.

**Notas:**

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6,23,26)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(25)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. VAGO <sup>(10,16,24)</sup>
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(24)</sup>	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(5)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(19)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(9)</sup>
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(11)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(13)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(8,14,21)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(17)</sup>	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(15)</sup>
Senador Alvaro Dias (PV-PR) <sup>(1)</sup>	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(2,18,20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(22)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (S/Partido-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(4)</sup>

#### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br





## **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034544

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

**Notas:**

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

\*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(7,19)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(11,21)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(11)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(10)</sup>	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(6,10)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(16)</sup></b>	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(14,15)</sup>	1. VAGO <sup>(17)</sup>
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(5,8)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(13)</sup>	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(13)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE ) <sup>(1)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(9,18)</sup>	2. Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,3)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(3)</sup>	3.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br





### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(8)</sup>	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(9,28)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(25,29)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(33)</sup>
VAGO <sup>(32)</sup>	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(6)</sup>
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(6)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(11,15)</sup>	7. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(31)</sup>
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(7,30)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(10,16)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(10,16)</sup>	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(1,12,17,32)</sup>	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(26,27)</sup>
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2,24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(14,22)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (S/Partido-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(20,21)</sup>
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(18,19)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(23)</sup>

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).



- \*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- \*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
  2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
  3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
  4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
  5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
  6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
  7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
  8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
  9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
  10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
  11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
  12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
  13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
  14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
  15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
  16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
  17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
  18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
  19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
  20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
  21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
  22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
  23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
  24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
  25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
  26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
  27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
  28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
  29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
  30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
  31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
  32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
  33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(4)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(11)</sup>	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(5)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(9)</sup>
Senador Dário Berger (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(7)</sup>	7.
	8.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(16)</sup></b>	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(14,15)</sup>	1. VAGO <sup>(13)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(12,13)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6,10)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).



\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br





#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



## **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604/2

**Fax:** 311-3121/1319



### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604

**Fax:** 311-3121/1319



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(13)</sup>	3. VAGO <sup>(7,13)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(3)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(9)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO <sup>(10)</sup>
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) <sup>(6)</sup>
	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(8,12)</sup></b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(11)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br



## 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br





## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO <sup>(1)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

### Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**Designação:** 15/04/2015

**Instalação:** 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1,5)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(6,7)</sup></b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

\*\* Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



## 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 06/05/2015

**Instalação:** 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

### Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

\*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

\*\*. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(8,10,14)</sup>
Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(8)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(3)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(14)</sup>	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(20)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(7,12)</sup>	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(9)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(12)</sup>	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(13)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(19)</sup></b>	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(17,18)</sup>	1. VAGO <sup>(16)</sup>
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(11)</sup>	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(11)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (S/Partido-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(5)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(15)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br





## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

\*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(3,14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO <sup>(9)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(6)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(10,11)</sup>	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(12)</sup>	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(15)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(2)</sup>	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(4,7)</sup>	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2,5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** cre@senado.gov.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(10,13)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5,19)</sup>	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(7,8)</sup>	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(4)</sup>	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(20)</sup></b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(18)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(17)</sup>	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(15,16)</sup>	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(11)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(1,12,14)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) <sup>(12,14)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(3)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br





## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286



### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

### Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

\*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) <sup>(18)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(18)</sup>	4. VAGO <sup>(1,10)</sup>
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(11,12)</sup>	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(7,15)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(21)</sup></b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(19,20,23)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5,16)</sup>	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(6,13,17,23)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (S/Partido-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(14)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).



8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br





## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



# 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(5,6)</sup>
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO <sup>(3,7)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (S/Partido-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(7)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

## Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).



**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br



### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br





## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lasier Martins (PDT-RS) <sup>(1,13,14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(15)</sup>
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO <sup>(8)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(5)</sup>	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(11)</sup></b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (S/Partido-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(10,12)</sup>	2.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Terças-Feiras 8h:45min -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(11)</sup>

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(13)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(3,6,8,10)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(16)</sup></b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(14,15)</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (S/Partido-MT) <sup>(7,9)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(9,12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(2)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\* Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Telefone(s):** 61 33031095

**E-mail:** csf@senado.leg.br



# 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(2)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(5)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(4)</sup>	2.

## Notas:

\*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 14h30 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** ctg@senado.leg.br



## CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 31/01/2015

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>	4.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9,10)</sup>	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(4,5)</sup>
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(5)</sup>
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(5)</sup>	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6,7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(8)</sup>
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(11,12)</sup>	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(13,14)</sup>	2.
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
( / )	

**Atualização:** 01/03/2016

### Notas:

\*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.





12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Lasier Martins (RS)
<b>PR</b>
Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>
Senador Hélio José (PMDB-DF)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (S/Partido-MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.



#### 4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)*

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

#### MEMBROS

##### PTB

Senador Fernando Collor (AL)

##### PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

##### PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

#### Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

**PT**

Senador Delcídio do Amaral (MS)

**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

**PSB**

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

**PDT**

Senador Acir Gurgacz (RO)

**PR**

Senador Blairo Maggi (MT)

**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

**DEM**

Senador José Agripino (RN)

**PP**

Senador Ciro Nogueira (PI)

**PTB**

Senador Douglas Cintra (PE)

**PPS**

Senador José Medeiros (S/Partido-MT)

**PCdoB**

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PRB**

Senador Marcelo Crivella (RJ)

**REDE**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

### MEMBROS

#### PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

#### PT

Senador Paulo Paim (RS)

#### PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

#### PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

#### PDT

Senador Lasier Martins (RS)

#### PR

Senador Magno Malta (ES)

#### PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

#### DEM

VAGO <sup>(2)</sup>

#### PP

Senador Gladson Cameli (AC)

#### PTB

Senador Fernando Collor (AL)

#### PPS

Senador José Medeiros (S/Partido-MT)

#### PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

#### PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

#### PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

#### REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

**Atualização:** 11/11/2015

#### Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.





**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 12/09/2012

**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>Representante da sociedade civil organizada</b>
VAGO
<b>Pesquisador com produção científica relevante</b>
VAGO
<b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b>
VAGO

**Atualização:** 31/01/2015



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>	
<b>PMDB</b>	
Senador	Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>	
Senador	Lindbergh Farias (RJ)
<b>PSDB</b>	
Senador	Cássio Cunha Lima (PB)
<b>PSB</b>	
Senadora	Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>	
Senador	Cristovam Buarque (PPS-DF)
<b>PR</b>	
Senador	Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>	
Senador	Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>	
Senador	José Agripino (RN)
<b>PP</b>	
Senadora	Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>	
Senador	Elmano Férrer (PI)
<b>PPS</b>	
Senador	José Medeiros (S/Partido-MT)
<b>PCdoB</b>	
Senadora	Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>	
Senador	Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>	
Senador	Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSOL</b>	
Senador	Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

**PT**

Senador Paulo Paim (RS)

**PSDB**

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

**PSB**

Senadora Lídice da Mata (BA)

**PDT**

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

**PR**

Senador Vicentinho Alves (TO)

**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

**DEM**VAGO <sup>(2)</sup>**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

**PTB**

Senador Elmano Férrer (PI)

**PPS**

Senador José Medeiros (S/Partido-MT)

**PCdoB**

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PRB**

Senador Marcelo Crivella (RJ)

**REDE**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.





**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>(1)</sup>	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

**Atualização:** 06/05/2015**Notas:**

\*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

**Atualização:** 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



### 13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
<b>PDT</b>
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
<b>PR</b>
Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Douglas Cintra (PE)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (S/Partido-MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 03/11/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



# 14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

---



## **15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO**

*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

---



# 16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PCdoB</b>
Senador Lasier Martins (PDT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
<b>PMDB</b>
Senador Jader Barbalho (PA)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (S/Partido-MT)
<b>PR</b>
Senador Blairo Maggi (MT)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSB</b>
Senador Roberto Rocha (MA)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PSD</b>
Senador Omar Aziz (AM)
<b>PSDB</b>
Senador Tasso Jereissati (CE)
<b>PT</b>
Senador Jorge Viana (AC)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>REDE</b>
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

**Atualização:** 04/08/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.



**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES MISTAS

#### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

**Número de membros:** 10 Senadores e 30 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

**3º VICE-PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

**Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias:** Deputado Ricardo Teobaldo (PTN-PE)

**Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual:** Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

**Relator da Receita:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

**Relator do Projeto de Plano Plurianual:** Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

**Instalação:** 25/03/2015

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMDB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )</b>	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )</b>	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
<b>PP</b>	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO



**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Edmar Arruda	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - PSD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PMDB/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PHS/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Pedro Fernandes - PTB/MA <sup>(13)</sup>	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ <sup>(2)</sup>
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PHS/AL <sup>(11)</sup>
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG <sup>(6,7)</sup>
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtênir Pereira - PMDB/MT <sup>(1,12)</sup>
José Nunes - PSD/BA <sup>(9)</sup>	10. Átila Lins - PSD/AM
<b>PSDB, PSB</b>	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES <sup>(3)</sup>
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
<b>PSOL</b>	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

**Notas:**

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.





6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Pedro Fernandes, em substituição ao Deputado Ricardo Teobaldo, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2016, da Liderança do Bloco do PMDB.

**Secretário:** Walbinson Tavares de Araújo

**Telefone(s):** (61) 3216-6892

**E-mail:** cmo.decom@camara.leg.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Plenário 2



## Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
<b>I. Transporte</b>	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
<b>II. Saúde</b>	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
<b>III. Educação e Cultura</b>	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
<b>IV. Integração Nacional</b>	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
<b>V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário</b>	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO)
<b>VI. Desenvolvimento Urbano</b>	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
<b>VII. Turismo</b>	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
<b>VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações</b>	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
<b>IX. Minas e Energia</b>	Deputado Edmar Arruda (-)
<b>X. Esporte</b>	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
<b>XI. Meio Ambiente</b>	Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)
<b>XII. Fazenda e Planejamento</b>	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
<b>XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas</b>	Senador Hélio José (PMDB-DF)
<b>XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social</b>	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
<b>XV. Defesa e Justiça</b>	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b>XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores</b>	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

**COORDENADOR:** Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

#### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
<b>PMDB</b>	Deputado Vitor Valim (PMDB)
<b>PR</b>	Deputada Gorete Pereira (PR)
<b>PSD</b>	Deputado Átila Lins (PSD)
<b>PTB</b>	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
<b>PSB</b>	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
<b>PP</b>	Deputado Cacá Leão (PP)
<b>PT</b>	Deputado Jorge Solla (PT)

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização



### III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

**COORDENADOR:** Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
<b>PT</b>	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
<b>PSDB</b>	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

#### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
<b>PMDB</b>	Deputado Mauro Lopes
<b>PR</b>	Deputado José Rocha (PR)
<b>PP</b>	Deputado Ricardo Barros (PP)
<b>PT</b>	Deputado Zé Geraldo (PT)
<b>DEM</b>	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
<b>PHS</b>	Deputado Marcelo Aro (PHS)
<b>PRB</b>	Deputado César Halum (PRB)
<b>PROS</b>	Deputado Hugo Leal (PROS)

### CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

#### II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

**COORDENADOR:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
<b>PDT</b>	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
<b>PSC</b>	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
<b>PP</b>	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

#### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
<b>PMDB</b>	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
<b>PT</b>	Deputado Nilto Tatto (PT)
<b>PSB</b>	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
<b>PSDB</b>	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
<b>PV</b>	Deputado Evair de Melo (PV)
<b>PCdoB</b>	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
<b>PSD</b>	Deputado Jaime Martins (PSD)

### CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

#### I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

**COORDENADOR:** Deputado Izalci (PSDB-DF)

#### Senado Federal



<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PDT</b>	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
<b>PSD</b>	Senador Hélio José (PMDB / DF)
<b>DEM</b>	VAGO

### **Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Deputado Washington Reis (PMDB)
<b>PMDB</b>	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
<b>PTB</b>	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
<b>PTB</b>	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
<b>PT</b>	Deputado Leo de Brito (PT)
<b>PSDB</b>	Deputado Izalci (PSDB)
<b>DEM</b>	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)



## Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) ( 19,20)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ( 19,20)

**RELATOR:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ( 19,20)

**Designação:** 19/03/2015

**Instalação:** 25/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )</b>	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )</b>	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO



**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
<b>PSDB, PSB</b>	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
<b>PDT (1)</b>	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.





**Secretário:** Tiago Torres de Lima Brum  
**Telefone(s):** (61) 3303-3534  
**E-mail:** cocm@senado.gov.br



## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
<b>Líder da Maioria</b> Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) <sup>(6)</sup>	<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PV/PR)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Maioria</b> Deputado Benito Gama (PTB/BA) <sup>(2)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) <sup>(7)</sup>
<b>Deputado indicado pela Liderança da Minoria</b> Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) <sup>(1)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) <sup>(4)</sup>
<b>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) <sup>(3)</sup>	<b>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) <sup>(5)</sup>

### Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

**Secretário:** Thiago Nascimento C. Silva

**Telefone(s):** 61 3303-3502

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



## Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

**RELATOR:** Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

**Designação:** 05/03/2015

**Instalação:** 10/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )</b>	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )</b>	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Wellington Fagundes - PR/MT <sup>(19)</sup>	1. Eduardo Amorim - PSC/SE <sup>(14)</sup>
<b>PP</b>	
Ana Amélia - RS	1. VAGO



**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
<b>PSDB, PSB</b>	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
<b>PSOL (1)</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.



8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

**Secretário:** Gigliola Ansiliero  
**Telefone(s):** 61 3303-3504  
**E-mail:** cocm@senado.leg.br



## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

### ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 7 Senadores e 7 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

<b>SENADO FEDERAL</b>
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO





## CONSELHOS E ÓRGÃOS

### Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

#### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PR-RR)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**Designação:** 07/04/2015

#### SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b>	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b>	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PR/RR
Edio Lopes - PR/RR	5. Mainha - PP/PI <sup>(14)</sup>
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI <sup>(15)</sup>	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA <sup>(15,16)</sup>
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC <sup>(4)</sup>
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB <sup>(10)</sup>
Mandetta - DEM/MS <sup>(5)</sup>	11. VAGO
<b>PSD</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS <sup>(3,13)</sup>
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT <sup>(11)</sup>	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB <sup>(6)</sup>	6. Jaime Martins - MG <sup>(6)</sup>
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO <sup>(11)</sup>
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS <sup>(9)</sup>
<b>PSDB, PSB</b>	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PPS/PR <sup>(18)</sup>
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS <sup>(1,12)</sup>
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO <sup>(1)</sup>
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS <sup>(17)</sup>
Jose Stédile - PSB/RS <sup>(1)</sup>	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI <sup>(1)</sup>	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
<b>PSOL</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.



7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.



## Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

**Eleição Geral:** 04/02/2015

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>Presidente</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado Giacobbo (PR/PR)
<b>1º Secretário</b> Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
<b>2º Secretário</b> Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
<b>3º Secretário</b> Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
<b>4º Secretário</b> Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
<b>Líder da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> Deputado Arthur Lira (PP/AL)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Jorge Viana (PT/AC)
<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
<b>1º Secretário</b> Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
<b>2º Secretário</b> Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
<b>3º Secretário</b> Senador Gladson Cameli (PP/AC)
<b>4º Secretário</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)
<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PV/PR)
<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> Senador José Maranhão (PMDB/PB)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

**Atualização:** 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256  
 Fax: 3303-5260  
 saop@senado.leg.br



## Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,  
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes.

**PRESIDENTE:** Miguel Ângelo Cançado <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Ronaldo Lemos <sup>(1)</sup>

**Eleição Geral:** 05/06/2002

**Eleição Geral:** 22/12/2004

**Eleição Geral:** 17/07/2012

**Eleição Geral:** 08/07/2015

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Representante das empresas de rádio (inciso I)</b>	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
<b>Representante das empresas de televisão (inciso II)</b>	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
<b>Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)</b>	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado <sup>(2,4)</sup>
<b>Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)</b>	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
<b>Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)</b>	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
<b>Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)</b>	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
<b>Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)</b>	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
<b>Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)</b>	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão <sup>(5)</sup>



LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO <sup>(3)</sup>	Aldo Rebelo
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
 Telefone(s): 3303-5255  
 Fax: 3303-5260  
 CCSCN@senado.leg.br



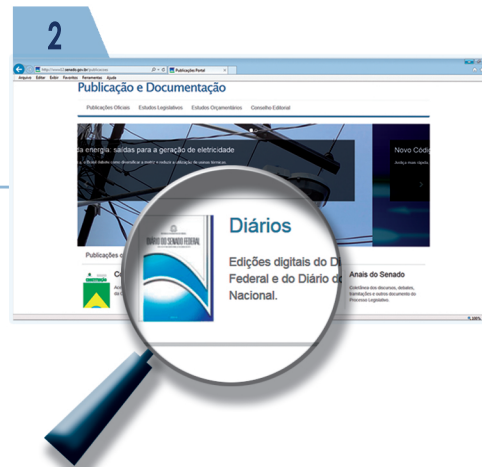


# Já sabe pesquisar o diário na Internet?

## Siga o passo a passo!



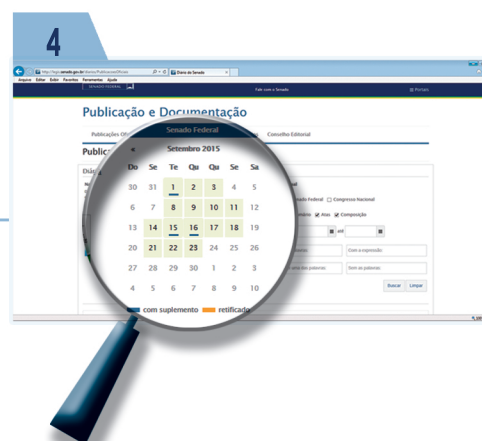
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.




Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal

adofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

